



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 989

Sexta-feira - 11 de Maio de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	1
Alto Bela Vista .....	6
Antônio Carlos .....	19
Arroio Trinta .....	20
Ascurra .....	45
Biguaçu .....	45
Braço do Trombudo .....	46
Caçador .....	55
Camboriú .....	61
Campo Alegre .....	61
Campos Novos .....	63
Canoinhas .....	74
Capinzal .....	76
Catanduvas .....	77
Chapadão do Lageado .....	79
Concórdia .....	80
Cordilheira Alta .....	81
Curitibanos .....	81
Ermo .....	82
Forquilha .....	82
Fraiburgo .....	85
Garopaba .....	91
Garuva .....	92
Gaspar .....	92
Herval d'Oeste .....	97
Imbituba .....	97
Iomerê .....	100
Irineópolis .....	101
Itaiópolis .....	105
Itapoá .....	106
Joaçaba .....	108
Lages .....	111
Lauro Muller .....	142
Leoberto Leal .....	142
Lindóia do Sul .....	143
Luzerna .....	144
Macieira .....	145
Massaranduba .....	145
Meleiro .....	147
Monte Carlo .....	151
Navegantes .....	151
Nova Trento .....	152
Novo Horizonte .....	153
Palhoça .....	153
Pinheiro Preto .....	160
Porto Belo .....	161
Porto União .....	161
Rio do Sul .....	170
São Bento do Sul .....	181

São Lourenço do Oeste .....	194
Schroeder .....	195
Siderópolis .....	199
Timbó .....	199
Três Barras .....	203
Turvo .....	203
Vargeão .....	204
Videira .....	204

### Consórcios

ARIS .....	226
CIGA .....	229

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Portaria 128/2012

PORTARIA Nº128/2012 de 11 de maio de 2012

"EXONERAÇÃO POR APOSENTADORIA DA FUNCIONÁRIA PÚBLICA LEILA GRANDO AMORIM MENDES DO CARGO EFETIVO DE ODONTÓLOGA 20 HORAS DO MUNICÍPIO"

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

#### RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar do cargo efetivo de odontóloga 20 horas a funcionária pública Leila Grando Amorin Mendes, casada, inscrito no CPF 289.169.649-20, por motivo de ter sido concedida a aposentadoria.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de maio de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI

Prefeita

EDNA BISSANI

Diretora do Dpto de RH

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Extrato do Contrato Nº. 13/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Saúde do Município de Água Doce  
CONTRATADO : Arquispac Projetos e Obras - Lucy Nozomi Haiashi Araujo  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 12/2012 - Dispensa nº. 3/2012

OBJETO : Elaboração de projetos arquitetônicos para reforma e ampliação do hospital e do posto de saúde.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

PAGAMENTO : O pagamento será em até 7 dias após término dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 09.06.2012.

DATA : 09.04.2012

SIGNATÁRIOS: Elias Vieceli pelo Fundo Municipal de Saúde e Hamilton Diniz Araujo pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 33/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : L & Z Eletricidade e Iluminação Ltda

OBJETO : Aquisição de instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo referente às atividades de Banda fanfarra, Rádio escolar, Hip hop, Cineclube e Vídeo, convênio FNDE. (Adesão pregão eletrônico 70/2010 - FNDE)

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 7.823,84 (sete mil oitocentos e vinte três reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 12 meses.

DATA : 02.03.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Gustavo Levi de Oliveira Ferreira pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 34/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Coperson Audio e Video Ltda EPP

OBJETO : Aquisição de instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo referente às atividades de Banda fanfarra, Rádio escolar, Hip hop, Cineclube e Vídeo, convênio FNDE. (Adesão pregão eletrônico 70/2010 - FNDE)

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 40.221,00 (quarenta mil duzentos e vinte um reais).

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 12 meses.

DATA : 02.03.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Edson Mundim Filho pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 35/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Hayamax Distribuidora de Produtos Eletrônicos Ltda

OBJETO : Aquisição de instrumentos musicais e eletrônicos de áudio e vídeo referente às atividades de Banda fanfarra, Rádio escolar, Hip hop, Cineclube e Vídeo, convênio FNDE. (Adesão pregão eletrônico 70/2010 - FNDE)

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 29.555,37 (vinte nove mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e sete centavos).

PRAZO : O prazo do presente contrato será de 12 meses.

DATA : 02.03.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Francisco Assis Venancio da Silva pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 36/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri,  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 27/2012 - Dispensa nº. 5/2012

OBJETO : Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o município de Água Doce

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento em dez parcelas mensais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.

DATA : 15.03.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Luiz Carlos Coelho pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 37/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Sertanejo Esporte Clube

OBJETO : Locação pela contratante de sala de 12 x 12 m para aulas de judô

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais).

PAGAMENTO : O pagamento em nove parcelas mensais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 21.12.2012.

DATA : 21.03.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Valdomiro Sari pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 38/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : ILAM - Instituto Livre de Aprendizagem Musical Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 39/2012 - Inexigibilidade nº. 2/2012

OBJETO : Contratação de serviço artísticos musicais na animação de Show com o grupo "OS BERTUSSI" para a 34ª Expofeira

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será no primeiro dia útil após o evento.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 15.04.2012

DATA : 02.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Jilnei José Bertussi pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 39/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Arquispac Projetos e Obras - Lucy Nozomi Haiashi Araujo

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 40/2012 - Dispensa nº. 7/2012

OBJETO : Contratação de empresa de arquitetura e engenharia para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para construção de edifício de apoio à agência rodoviária de Água Doce, com área total de 100 m²..

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 7 dias após o término dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 09.06.2012

DATA : 09.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Hamilton Diniz Araujo pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 4/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce

CONTRATADO : Mecânica e Chapeação ATZ Ltda ME

OBJETO : Prestação de serviços de transporte rodoviário.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

PAGAMENTO : O pagamento será no dia 10 do mês subsequente ao vencido.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será até 30.11.2012.

DATA : 09.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Airton Guerreiro Atz pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 40/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Antonio Darci Bandeira

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 34/2012 - Pregão Presencial nº. 15/2012

OBJETO : Prestação de serviços de instrução musical

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 17.100,00 (dezessete mil e cem reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 5 do mês subsequente

ao vencido.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012

DATA : 11.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Antonio Darci Bandeira pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 41/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Espaço Engenharia e Arquitetura Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 42/2012 - Dispensa nº. 8/2012

OBJETO : Contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento de escolas do município de Água Doce para cadastramento no programa LSE do Ministério da Educação.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 7 dias após o término dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 11.06.2012

DATA : 11.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Alessandro Ramos Arruda pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 42/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Atah Produção Musical - Cristiano Duarte de Carmargo ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 41/2012 - Inexigibilidade nº. 3/2012

OBJETO : Prestação de serviço artísticos musicais na animação de Show com "RAFAEL CAPISTRANO" durante a 34ª Expofeira.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será no primeiro dia útil após o evento.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 15.04.2012

DATA : 11.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Felipe da Silva Silveira pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 43/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Vale Visare Editora Gráfica e Propaganda Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 37/2012 - Convite nº. 10/2012

OBJETO : Aquisição de material timbrado.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 71.125,00 (setenta e um mil cento e vinte cinco reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega

dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.

DATA : 17.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Antonio Luiz de Miranda pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 44/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Vedeois Video Produções Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 38/2012 - Convite nº. 11/2012

OBJETO : Contratação de serviços para execução de atividades no Município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 63.071,00 (sessenta e três mil e setenta e um reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.

DATA : 17.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Ana Carolina de Miranda pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 45/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construtora Videirense Ltda ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 30/2012 - Tomada de Preço nº. 1/2012

OBJETO : Contratação de empresa para construção de módulos sanitários domiciliares de acordo com o Convênio PAC/Funasa.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 290.484,82 (duzentos noventa mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 27.08.2012.

DATA : 27.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Irineu Jacinto de Oliveira pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 46/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construtora A.M. Vargas Ltda

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 31/2012 - Tomada de Preço nº. 2/2012

OBJETO : Contratação de empresa para execução de ampliação do Ginásio Municipal de Esportes.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 178.852,75 (cento e setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e cinco).

PAGAMENTO : O pagamento será de acordo com a execução da obra.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 27.08.2012.

DATA : 27.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Anilton Vargas pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 47/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Celso Julian

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 45/2012 - Pregão Presencial nº. 18/2012

OBJETO : Contratação de serviços técnicos profissionais com instrutor de educação física para treinamento de judô.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 7.680,00 (sete mil seiscientos e oitenta reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 5 do mês subsequente..

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.

DATA : 27.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Celso Julian pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 48/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : ADS Comércio e Bombas e Acessórios

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 35/2012 - Tomada de Preço nº. 3/2012

OBJETO : Aquisição de chafariz com fonte luminosa colorida, incluindo entrega e instalação.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 60.603,57 (sessenta mil seiscientos e três reais e cinquenta e sete centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após e término dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 27.05.2012.

DATA : 27.04.2012

SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Sérgio do Prado Leonardo pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 49/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Madeiras Rampazzo

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 44/2012 - Pregão Presencial nº.17/2012

OBJETO : Aquisição de madeiras.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 55.800,00 (cinquenta mil e oitocentos reais).



PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.  
DATA : 02.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Valter Valentim Rampazzo pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 5/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 5/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce  
CONTRATADO : Supermercado AR Zanatta Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 3/2012 - Pregão Presencial nº. 3/2012

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.893,70 (um mil oitocentos e noventa e três reais e setenta centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.07.2012.  
DATA : 02.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Rodrigo Zanatta pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 50/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Secchi Serviços de Terraplanagem Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 47/2012 - Pregão Presencial nº.20/2012

OBJETO : Contratação de serviços de hora/máquina, execução do Convênio 4517/2012 com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 27.210,00 (vinte sete mil duzentos e dez reais).  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a conclusão dos serviços.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.  
DATA : 08.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Rodrigo Secchi pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 51/2012**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2012

CONTRATANTE : Município de Água Doce  
CONTRATADO : Concretos Água Doce Ltda ME  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 48/2012 - Pregão Presencial nº.21/2012

OBJETO : Aquisição de tubos de concreto, execução do Convênio 4517/2012 com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Regional de Joaçaba.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.559,16 (oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos).  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será da data da assinatura até 31.12.2012.  
DATA : 08.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nelci Fátima Trento Bortolini pelo Município de Água Doce e Josué Ítalo Luchese Piaia pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 6/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 6/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce  
CONTRATADO : Lettrari & Cia Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 3/2012 - Pregão Presencial nº. 3/2012

OBJETO : Aquisição de gêneros alimentícios.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.215,50 (três mil duzentos e quinze reais e cinquenta centavos)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.07.2012.  
DATA : 02.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Cleber Anderson Lettrari pela contratada.

**Extrato do Contrato Nº. 7/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/2012

CONTRATANTE : Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce  
CONTRATADO : Madeiras Rampazzo Ltda  
PROCESSO: Processo Licitatório nº. 4/2012 - Pregão Presencial nº. 4/2012

OBJETO : Aquisição de madeiras.  
PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 38.360,00 (trinta e oito mil trezentos e sessenta reais)  
PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais.  
REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente contrato será até 31.12.2012.  
DATA : 02.05.2012  
SIGNATÁRIOS: Nilze Balestrin Sari pelo Fundo Municipal de Assistência Social e Valter Valentin Rampazzo pela contratada.

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### **Lei Complementar Nº 048 de 08 de Maio de 2012.** DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Alto Bela Vista, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

#### CAPÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

##### Seção I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A política municipal de saneamento básico reger-se-á pelas disposições desta Lei, de seus regulamentos e das normas administrativas dela decorrentes, disciplinando as diretrizes, o planejamento, a execução e a fiscalização das ações, obras e serviços de saneamento básico no Município.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: ações técnicas e socioeconômicas que objetivam alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, compreendendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - salubridade ambiental: estado de qualidade ambiental capaz de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças veiculadas pelo meio ambiente e de promover as condições ecológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar da população urbana e rural;

III - gestão associada: associação voluntária de Entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

IV - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

V - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e

participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

VI - prestação regionalizada: aquela em que um único prestador atende a 2 (dois) ou mais titulares;

VII - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

VIII - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

IX - consumo sustentável: consumo de bens e serviços, de forma a atender às necessidades das atuais gerações e permitir melhor qualidade de vida, sem comprometer o atendimento das necessidades e aspirações das gerações futuras;

X - destinação final ambientalmente adequada: técnica de destinação ordenada de rejeitos, segundo normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais adversos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XI - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizada por um conjunto de ações, procedimentos e meios, destinados a facilitar a coleta e a restituição dos resíduos aos seus geradores para que sejam tratados ou reaproveitados em novos produtos, na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, visando a não geração de rejeitos;

XII - reutilização: processo de reaplicação dos resíduos sem sua transformação biológica, física ou físico-química;

XIII - manejo de resíduos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, com vistas a operacionalizar a coleta, o transbordo, o transporte, o tratamento dos resíduos e a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos;

XIV - limpeza urbana: o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, pelo Município, relativa aos serviços de varrição de logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades;

XV - tecnologias ambientalmente saudáveis: tecnologias de prevenção, diminuição ou eliminação de resíduos ou poluentes,

propiciando à redução de desperdícios, a conservação de recursos naturais, a diminuição ou eliminação de substâncias tóxicas presentes em matérias-primas ou produtos auxiliares, a redução da quantidade de resíduos gerados por processos e produtos e, conseqüentemente, a redução de poluentes lançados para o ar, solo e águas;

XVI - tratamento ou reciclagem: processo de transformação dos resíduos, dentro de padrões e condições estabelecidas pelo órgão ambiental, que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, tornando-os novos produtos, na forma insumos, ou em rejeito.

Art. 3º - Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo Único - A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, de seus regulamentos e das legislações estaduais.

Art. 4º - Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º - Os resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

§ 1º - O Município poderá adotar a logística reversa em relação aos resíduos sólidos.

§ 2º - Observado o disposto no parágrafo anterior, os resíduos sólidos deverão ser reaproveitados em produtos na forma de novos insumos, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, cabendo:

I - ao consumidor:

- a) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados, atentando para práticas que possibilitem a redução de sua geração; e
- b) após a utilização do produto, disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reversos para coleta;

II - ao Município, como titular dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:

- a) adotar tecnologias de modo a absorver ou reaproveitar os resíduos sólidos reversos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- b) articular com os geradores dos resíduos sólidos a implementação da estrutura necessária para garantir o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos, oriundos dos serviços de limpeza urbana; e
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;

III - ao fabricante e ao importador de produtos:

- a) recuperar os resíduos sólidos, na forma de novas matérias-primas ou novos produtos em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos;
- b) desenvolver e implementar tecnologias que absorva ou elimine de sua produção os resíduos sólidos reversos;
- c) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos revendedores, comerciantes e distribuidores, e dar destinação final ambientalmente adequada aos rejeitos;
- d) garantir, em articulação com sua rede de comercialização, o fluxo de retorno dos resíduos sólidos reversos; e

e) disponibilizar informações sobre a localização dos postos de coleta dos resíduos sólidos reversos e divulgar, por meio de campanhas publicitárias e programas, mensagens educativas de combate ao descarte inadequado; e

IV - aos revendedores, comerciantes e distribuidores de produtos:

- a) receber, acondicionar e armazenar temporariamente, de forma ambientalmente segura, os resíduos sólidos reversos oriundos dos produtos revendidos, comercializados ou distribuídos;
- b) disponibilizar postos de coleta para os resíduos sólidos reversos aos consumidores; e
- c) informar o consumidor sobre a coleta dos resíduos sólidos reversos e seu funcionamento;

§ 3º - A instituição da logística reversa tem por objetivo:

I - promover ações para garantir que o fluxo dos resíduos sólidos gerados seja direcionado para a sua cadeia produtiva ou para cadeias produtivas de outros geradores;

II - reduzir a poluição e o desperdício de materiais associados à geração de resíduos sólidos;

III - proporcionar maior incentivo à substituição dos insumos por outros que não degradem o meio ambiente;

IV - compatibilizar interesses conflitantes entre os agentes econômicos, ambientais, sociais, culturais e políticos;

V - promover o alinhamento entre os processos de gestão empresarial e mercadológica com os de gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver estratégias sustentáveis;

VI - estimular a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; e

VII - propiciar que as atividades produtivas alcancem marco de eficiência e sustentabilidade.

§ 4º - Os resíduos sólidos reversos coletados pelos serviços de limpeza urbana, em conformidade com o disposto no artigo 6º desta Lei, deverão ser disponibilizados pelo Município em instalações ambientalmente adequadas e seguras, para que seus geradores providenciem o retorno para seu ciclo ou outro ciclo produtivo.

§ 5º - O responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá cobrar pela coleta, armazenamento e disponibilização dos resíduos sólidos reversos.

§ 6º - Para o cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o responsável pelos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos poderá priorizar a contratação de organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

§ 7º - A implementação da logística reversa dar-se-á nas cadeias produtivas, conforme estabelecido em regulamento.

§ 8º - A regulamentação priorizará a implantação da logística reversa nas cadeias produtivas, considerando a natureza do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção. Resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção. Resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção. Resíduos sólidos gerados, bem como os efeitos econômicos e sociais decorrentes de sua adoção.

Art. 6º - Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza

urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta LEI;  
II - de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do "caput" do art. 2º desta LEI;  
III - de varrição de praças, áreas e logradouros públicos, limpeza de dispositivos de drenagem de águas pluviais, limpeza de córregos e outros serviços, tais como poda, capina, raspagem e roçada, bem como o acondicionamento e coleta dos resíduos provenientes destas atividades.

#### Seção II

##### Dos Princípios da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 7º - A Política Municipal de Saneamento Básico tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, com base nos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

#### Seção III

##### Dos Objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 8º - A Política Municipal de Saneamento Básico visará:

I - contribuir para o desenvolvimento local, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;

II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental as populações tradicionais, com soluções compatíveis com suas características socioculturais;

IV - proporcionar condições adequadas de salubridade ambiental às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

V - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

VI - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VII - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação federativa;

VII - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica; e

IX - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

X - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

#### Seção IV

##### Das Diretrizes da Política Municipal de Saneamento Básico

Art. 9º - São diretrizes da política municipal de saneamento básico:

I - prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;

II - aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;

III - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

IV - utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;

V - melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;

VI - colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;

VII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

VIII - fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, à adoção de tecnologias apropriadas e à difusão dos conhecimentos



gerados;

IX - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

X - adoção da bacia hidrográfica como unidade de referência para o planejamento de suas ações;

XI - estímulo à implementação de infraestruturas e serviços comuns a Municípios, mediante mecanismos de cooperação entre Entes federados;

XII - educação ambiental.

#### Seção V

#### Do Exercício da Titularidade

Art. 10 - O Município, ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 11 - O Município executará a respectiva política pública de saneamento básico, devendo, para tanto:

I - elaborar o plano de saneamento básico, nos termos desta LEI;  
II - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o órgão ou entidade responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

III - adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública, inclusive quanto ao volume mínimo per capita de água para abastecimento público, observadas as normas nacionais relativas à potabilidade da água;

IV - fixar os direitos e os deveres dos usuários;

V - estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso V do "caput" do art. 2o desta LEI;

VI - estabelecer sistema de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento;

VII - intervir e retomar a operação dos serviços delegados, por indicação da entidade reguladora, nos casos e condições previstos em lei e nos documentos contratuais;

Art. 12 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração direta ou indireta do município depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária.

§ 1o - Excetua-se do disposto no "caput" deste artigo:

I - os serviços públicos de saneamento básico cuja prestação o poder público, nos termos de lei, autorizar para usuários organizados em cooperativas ou associações, desde que se limitem a:

a) determinado condomínio;  
b) localidade de pequeno porte, predominantemente ocupada por população de baixa renda, onde outras formas de prestação apresentem custos de operação e manutenção incompatíveis com a capacidade de pagamento dos usuários;

II - os convênios e outros atos de delegação celebrados até o dia 6 de abril de 2005.

§ 2o - A autorização prevista no inciso I do § 1o deste artigo

deverá prever a obrigação de transferir ao Município os bens vinculados aos serviços por meio de termo específico, com os respectivos cadastros técnicos.

Art. 13 - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:

I - a existência de plano de saneamento básico;

II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;

III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;

IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.

§ 1o - Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.

§ 2o - Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa, as normas previstas no inciso III do "caput" deste artigo deverão prever:

I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;

III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;

IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:

a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;  
b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;  
c) a política de subsídios;

V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;

VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

§ 3o - Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.

§ 4o - Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do "caput" e nos §§ 1o e 2o deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.

Art. 14 - Nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá entidade única encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

§ 1o - A entidade de regulação definirá, pelo menos:

I - as normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes

prestadores envolvidos;

II - as normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;

III - a garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;

IV - os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso;

V - o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

§ 2o - O contrato a ser celebrado entre os prestadores de serviços a que se refere o "caput" deste artigo deverá conter cláusulas que estabeleçam pelo menos:

I - as atividades ou insumos contratados;

II - as condições e garantias recíprocas de fornecimento e de acesso às atividades ou insumos;

III - o prazo de vigência, compatível com as necessidades de amortização de investimentos, e as hipóteses de sua prorrogação;

IV - os procedimentos para a implantação, ampliação, melhoria e gestão operacional das atividades;

V - as regras para a fixação, o reajuste e a revisão das taxas, tarifas e outros preços públicos aplicáveis ao contrato;

VI - as condições e garantias de pagamento;

VII - os direitos e deveres sub-rogados ou os que autorizam a sub-rogação;

VIII - as hipóteses de extinção, inadmitida a alteração e a rescisão administrativas unilaterais;

IX - as penalidades a que estão sujeitas as partes em caso de inadimplemento;

X - a designação do órgão ou entidade responsável pela regulação e fiscalização das atividades ou insumos contratados.

§ 3o - Inclui-se entre as garantias previstas no inciso VI do § 2o deste artigo a obrigação do contratante de destacar, nos documentos de cobrança aos usuários, o valor da remuneração dos serviços prestados pelo contratado e de realizar a respectiva arrecadação e entrega dos valores arrecadados.

§ 4o - No caso de execução mediante concessão de atividades interdependentes a que se refere o "caput" deste artigo, deverão constar do correspondente edital de licitação as regras e os valores das tarifas e outros preços públicos a serem pagos aos demais prestadores, bem como a obrigação e a forma de pagamento.

#### Seção VI Da Prestação Regionalizada

Art. 15 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por:

I - um único prestador do serviço para vários Municípios, contíguos ou não;

II - uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;

III - compatibilidade de planejamento.

Art. 16 - Na prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico, as atividades de regulação e fiscalização poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade de Ente da Federação a que o Município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre Entes da Federação, obedecido ao disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público de direito público integrado pelos Municípios titulares dos serviços.

Parágrafo Único - No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o "caput" deste artigo, o Município poderá receber cooperação técnica do respectivo Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

Art. 17 - A prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista estadual ou municipal, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenham concedido os serviços.

Art. 18 - O serviço regionalizado de saneamento básico poderá obedecer a plano de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.

Art. 19 - Os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil que permita registrar e demonstrar, separadamente, os custos e as receitas de cada serviço em cada um dos Municípios atendidos.

Parágrafo Único - A entidade de regulação deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas nesta LEI.

#### Seção VII Da Regulação e Fiscalização

Art. 20 - O exercício da função de regulação atenderá aos seguintes princípios:

I - independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade reguladora;

II - transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade das decisões.

Art. 21 - São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - prevenir e reprimir o abuso do poder econômico, ressalvada a competência dos órgãos integrantes do sistema nacional de defesa da concorrência;

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante

mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 22 - A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento.

§ 1º - A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelo Município a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.

§ 2º - As normas a que se refere o "caput" deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 3º - As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 23 - Incumbe à entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços a verificação do cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

Art. 24 - Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, os Municípios poderão adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 25 - Os prestadores de serviços públicos de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º - Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o "caput" deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º - Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

Art. 26 - Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, independentemente da existência de interesse direto.

§ 1º - Excluem-se do disposto no "caput" deste artigo os documentos considerados sigilosos em razão de interesse público relevante, mediante prévia e motivada decisão.

§ 2º - A publicidade a que se refere o "caput" deste artigo deverá se efetivar, preferencialmente, por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

Art. 27 - É assegurado aos usuários de serviços públicos de saneamento básico, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais:

I - amplo acesso a informações sobre os serviços prestados;

II - prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

III - acesso a manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário, elaborado pelo prestador e aprovado pela respectiva entidade de regulação;

IV - acesso a relatório periódico sobre a qualidade da prestação dos serviços.

#### Seção VIII

#### Dos Aspectos Econômicos e Sociais

Art. 28 - Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

§ 1º - Observado o disposto nos incisos I a III do "caput" deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do

serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

§ 2o - Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

Art. 29 - Observado o disposto no art. 28 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos consumidores.

Art. 30 - Os subsídios necessários ao atendimento de usuários e localidades de baixa renda, dependendo das características dos beneficiários e da origem dos recursos, serão:

I - diretos, quando destinados a usuários determinados, ou indiretos, quando destinados ao prestador dos serviços;

II - tarifários, quando integrarem a estrutura tarifária, ou fiscais, quando decorrerem da alocação de recursos orçamentários, inclusive por meio de subvenções;

III - internos a cada titular ou entre localidades, nas hipóteses de gestão associada e de prestação regional.

Art. 31 - As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 32 - A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem

e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 33 - Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 34 - As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas e poderão ser:

I - periódicas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;

II - extraordinárias, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1o - As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvido o Município, os usuários e os prestadores dos serviços.

§ 2o - Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3o - Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4o - A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 35 - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação. Parágrafo Único - A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer à modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 36 - Os serviços poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário do serviço de abastecimento de água, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1o - As interrupções programadas serão previamente



comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2o - A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do "caput" deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3o - A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas.

Art. 37 - Desde que previsto nas normas de regulação, grandes usuários poderão negociar suas tarifas com o prestador dos serviços, mediante contrato específico, ouvido previamente o regulador.

Art. 38 - Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1o - Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2o - Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3o - Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

#### Seção IX Dos Aspectos Técnicos

Art. 39 - A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 40 - O licenciamento ambiental de unidades de tratamento de esgotos sanitários e de efluentes gerados nos processos de tratamento de água considerará etapas de eficiência, a fim de alcançar progressivamente os padrões estabelecidos pela legislação ambiental, em função da capacidade de pagamento dos usuários.

§ 1o - A autoridade ambiental competente estabelecerá procedimentos simplificados de licenciamento para as atividades a que se refere o "caput" deste artigo, em função do porte das unidades e dos impactos ambientais esperados.

§ 2o - A autoridade ambiental competente estabelecerá metas progressivas para que a qualidade dos efluentes de unidades de tratamento de esgotos sanitários atenda aos padrões das classes dos corpos hídricos em que forem lançados, a partir dos níveis presentes de tratamento e considerando a capacidade de pagamento das populações e usuários envolvidos.

Art. 41 - Ressalvadas as disposições em contrário das normas do Município, da entidade de regulação e de meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis

e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

§ 1o - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2o - A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 42 - Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

#### CAPÍTULO II

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

##### Seção I

##### Da Composição e dos Instrumentos

Art. 43 - A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico, definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 44 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico, constituído pelos órgãos e entidades responsáveis pelo saneamento básico no Município, fica assim estruturado:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente, órgão colegiado deliberativo e consultivo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo, diretrizes de políticas governamentais para o saneamento básico e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões pertinentes ao saneamento básico e meio ambiente;

II - Órgão Gestor: órgão municipal, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico e meio ambiente;

III - Órgão de Regulação: órgão municipal ou intermunicipal, com a finalidade de promover a regulação e a fiscalização dos serviços de saneamento básico e meio ambiente;

IV - Órgãos Executores: órgãos e entidades municipais responsáveis pelos serviços de saneamento básico, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o saneamento básico, pela execução de programas, projetos e pelo controle e avaliação das atividades de saneamento básico e meio ambiente.

Art. 45 - O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - Fórum Municipal de Saneamento Básico

IV - Plano Municipal de Saneamento Básico;

V - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

## Seção II

Do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente

Art. 46 - Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico e meio ambiente, órgão de composição paritária, com representação do Poder Público e entidades não governamentais ligadas ao saneamento e meio ambiente, constituído pelos seguintes membros:

I - Representantes governamentais, das seguintes Unidades Administrativas:

- a) Gabinete do Prefeito Municipal;
- b) Gerência de Administração;
- c) Gerência da Saúde;
- d) Gerência da Educação;
- g) Gerência de Urbanismo;

II - Representantes de entidades não governamentais, contemplando:

- a) Representante das empresas prestadoras de serviço, via contratos ou convênios;
- b) Representante de Organizações não governamentais ambientais;
- c) Representante de entidades empresariais;
- d) Representante das Associações de Moradores; e
- e) Representante das Instituições de Ensino Superior existente na região.

§ 1º - O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º - O mandato dos conselheiros não-governamentais será de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º - O Presidente será eleito entre os membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente.

Art. 47 - A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Meio Ambiente compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e por um Secretário Executivo, eleito entre os membros do Conselho Municipal.

## Seção III

Da Conferência e do Fórum Municipal de Saneamento Básico

Art. 48 - A Conferência Municipal de Saneamento Básico será convocada com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saneamento básico em localidades e bairros.

Art. 49 - O Fórum Municipal de Saneamento Básico visa a avaliação integrada do Saneamento Básico a fim de propor diretrizes para a adequação e atualização da Política Municipal e do Plano Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º - O primeiro Fórum será convocado pelo Chefe do Poder Executivo em até cento e oitenta (180) dias após a publicação desta Lei, e as demais a cada período máximo de dois anos, por convocação do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º - A representação dos usuários na Conferência Municipal de

Saneamento Básico será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

§ 3º - A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio.

## Seção IV

Do Plano Municipal de Saneamento Básico

Art. 50 - A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará o plano municipal, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazo para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas.

§ 1º - O plano municipal de saneamento básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 2º - O plano municipal de saneamento básico deve ser elaborado com horizonte de 20 (vinte) anos, avaliado anualmente e revisado periodicamente, em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração ou revisão do Plano Plurianual.

§ 3º - Será assegurada ampla divulgação das propostas do plano de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas.

§ 4º - A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

§ 5º - O plano municipal de saneamento básico deverá englobar integralmente o território do Município.

§ 6º - Quando envolverem serviços regionalizados, os planos de saneamento básico devem ser editados em conformidade com o estabelecido no art. 15 desta LEI.

§ 7º - O primeiro plano de saneamento básico será elaborado no prazo máximo de um ano após a vigência desta Lei, de forma participativa, podendo contemplar módulos específicos para cada serviço.

§ 8º - O plano de saneamento de que trata o "caput" deste artigo, deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento e homologado por decreto do Chefe do Poder Executivo.

## Seção V

Do Fundo Municipal de Saneamento Básico

Art. 51 - Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico, vinculado à Secretaria de Saneamento e Meio Ambiente, destinado

a financiar, isolada ou complementarmente, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico, em conformidade com os programas do Plano Municipal de Saneamento Básico previsto nesta LEI.

§ 1º - Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - transferências financeiras da União ou do Estado, destinadas a execução de planos e programas decorrentes da implementação da política e do plano municipal de saneamento básico;

III - recursos provenientes de doações, convênios, termos de cooperação ou subvenções, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

V - recursos resultantes da aplicação de penalidades pertinentes ao saneamento básico, administrativas e judiciais;

VI - receitas dos serviços de saneamento básico, exceto aquelas auferidas por autarquia municipal ou consórcio público, ou da remuneração de concessões, permissões ou delegações efetivadas pelo titular;

VII - outros recursos.

§ 2º - As despesas do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão ordenadas pelo Secretário Municipal da Unidade Administrativa ao qual esteja vinculado, observando-se as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 3º - A supervisão do Fundo Municipal será exercida pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades, da execução do orçamento anual e da programação financeira.

§ 4º - O Fundo especial de que trata este artigo substitui e sucederá de pleno direito o Fundo Municipal de Investimentos em Saneamento Ambiental - FUNSAN, criado pela Lei nº 3.218, de 22/12/2003.

§ 5º - O produto dos recolhimentos financeiros será depositado em conta especial e poderão ser aplicados no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, em agência de banco oficial, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas deste Fundo Municipal.

§ 6º - O Orçamento e a Contabilidade do Fundo Municipal de Saneamento Básico obedecerão às normas e princípios estabelecidos pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as portarias e instruções normativas da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 7º - A escrituração do Fundo Municipal de Saneamento Básico será executada pela Contabilidade Geral do Município e o plano de contas manterá consonância com a contabilidade pública.

#### Seção VI

Do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

Art. 52 - Fica instituído o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, com os objetivos de:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Parágrafo Único - As informações do Sistema Municipal são públicas e acessíveis a todos, devendo ser disponibilizadas por meio de site mantido na rede mundial de computadores - internet.

#### CAPÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de até cento e oitenta (180) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 53 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 54 - Revogam-se as disposições em contrário.

Alto Bela Vista, em 08 de Maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE

Responsável Pelas Publicações

#### Lei Municipal Nº 587 de 08 de Maio de 2012.

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA FAMÍLIA ACO-  
LHEDORA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
RISCO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituído o "Programa Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento de assistência social de crianças e adolescentes no Município de Alto Bela Vista.

Art. 2º - O Programa será vinculado à Coordenadoria Municipal de Assistência Social e tem por objetivos:

I - garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por família acolhedora, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário;

II - oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível;

III - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Parágrafo Único - A colocação em família acolhedora de que trata o inciso I se dará através das modalidades de tutela e guarda e são de competência exclusiva do Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Concórdia - SC.

Art. 3º - O Programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do município de Alto Bela Vista que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono e órfãos) e que necessitem de proteção, sempre mediante determinação judicial.

Parágrafo Único - O atendimento a adolescentes dependerá da

disponibilidade de acolhimento pelas famílias acolhedoras previamente cadastradas junto à equipe técnica da Coordenadoria de Assistência Social do município.

Art. 4º - A criança ou adolescente cadastrado no Programa receberá:

I - com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes;

II - acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Programa Família Acolhedora;

III - estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

IV - permanência com seus irmãos na mesma família acolhedora, sempre que possível.

Art. 5º - A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de Residência;

IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

V - Comprovante de renda com apresentação de carteira de trabalho ou contrato de trabalho ou cartão do INSS ou declaração de imposto de renda ou declaração comprobatória de percepção de rendimento;

Parágrafo Único - O pedido de inscrição poderá ser feito à Coordenadoria Municipal de Assistência Social, a qual deverá repassar a solicitação para a Equipe Técnica do Programa.

Art. 6º - As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário/solidário e os requisitos para participar do Programa Família Acolhedora são:

I - pessoas maiores de vinte e quatro (24) anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

II - concordância de todos os membros da família;

III - residir no município de Alto Bela Vista;

IV - possuir acomodação residencial compatível;

V - disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção e amor às crianças e adolescentes;

VI - ter, no mínimo um dos responsáveis, vínculo de emprego formal ou demonstrativo de renda fixa;

VII - nenhum membro familiar ser usuário de drogas ilícitas;

VIII - não ter interesse na adoção de crianças ou adolescentes;

IX - cadastro no programa Família Colhedora.

Art. 7º - A seleção entre as famílias inscritas será feita através de:

I - curso de Formação, onde receberão todas as informações sobre o que é serviço de acolhimento, situação de risco e medidas de proteção a crianças e adolescentes;

II - entrevista com a equipe interdisciplinar do programa Família Acolhedora.

III - estudo psicossocial realizado pela equipe técnica do programa Família Acolhedora.

§ 1º O Estudo Psicossocial envolverá todos os membros da família e serão realizados através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no programa, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao programa Família Acolhedora.

§ 3º - Em caso de desligamento do programa, as famílias acolhedoras deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 8º - As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a manutenção e o desligamento das crianças.

Parágrafo Único - A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I - Orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - Participação nos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes;

III - Participação em cursos e eventos de formação.

Art. 9º A inclusão da criança ou adolescente no programa Família Acolhedora será realizada mediante determinação da autoridade judiciária competente.

§ 1º Os profissionais do Programa Família Acolhedora efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente.

§ 2º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo ser interrompido por ordem judicial.

§ 3º As Famílias Acolhedoras atenderão somente duas crianças ou adolescentes por vez, exceto quando se tratar de irmãos.

§ 4º O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda ou tutela concedido à família acolhedora", determinado em processo judicial.

Art. 10 - A Família Acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, devendo:

I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do artigo 33, do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - participar de processos de preparação, formação e acompanhamento;



III - prestar informações sobre a situação da criança e do adolescente acolhido à equipe técnica responsável;

IV - contribuir na preparação da criança para a futura adoção, colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Família Acolhedora.

Art. 11 - Nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança e/ou adolescente acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária.

Art. 12 - A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento dos profissionais do Programa Família Acolhedora.

Art. 13 - A coordenação do Programa Família Acolhedora estará a cargo de um profissional indicado por ato do Poder Executivo e que contará com irrestrito apoio dos demais profissionais da Coordenadoria Municipal de Assistência Social.

Art. 14 - A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família acolhedora, à criança acolhida e à família de origem, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de abrigos.

§ 1º O acompanhamento às famílias acolhedoras acontecerá na forma que segue:

I - visitas domiciliares;

II - atendimento psicológico;

III - presença das famílias nos encontros de preparação e acompanhamento.

§ 2º O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança e adolescente será realizado pelos profissionais do Programa Família Acolhedora.

§ 3º Os profissionais acompanharão as visitas entre criança/família de origem/família acolhedora.

§ 4º A participação da família acolhedora nas visitas será decidido em conjunto com a família.

§ 5º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica do Programa Família Acolhedora prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser solicitado a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 6º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança ou adolescente acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 15 - O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - Acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II - Acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança, atento às suas necessidades;

III - Orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

IV - Envio de ofício ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Concórdia - SC, comunicando o desligamento da família de origem do Programa.

Parágrafo Único - O acompanhamento do processo de adaptação da criança e do adolescente na família substituta será realizado pelos profissionais do Poder Judiciário, podendo haver parceria com os profissionais do Programa.

Art. 16 - Em remuneração pelos serviços desenvolvidos a família receberá mensalmente por cada abrigado, sob seus cuidados, uma cesta básica, mais a importância referente a um salário mínimo, mensal, cujo valor corresponderá aos custos de estadia, alimentação, higiene, cuidados despendidos.

Parágrafo único. Além do valor acima, o município é responsável por todas as despesas médicas, farmacêuticas, odontológicas, vestuário e educacionais da criança e adolescente.

Art. 17 Os recursos humanos para a execução do Programa Família Acolhedora serão disponibilizados pelo Município de Alto Bela Vista e contarão com no mínimo:

I - um (a) coordenador(a)

II - um (a) assistente social;

III - um (a) psicólogo;

IV - um (a) pedagogo.

Parágrafo Único - Outros profissionais poderão vir a fazer parte integrante da Equipe Técnica, de acordo com a necessidade do Programa.

Art. 18 - A equipe técnica tem por finalidade:

I - avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III - acompanhar as crianças e adolescentes e famílias nos casos de reintegração familiar ou adoção.

Art. 19 - O processo de avaliação do Programa será realizado com a equipe técnica através de reuniões, onde será avaliado o alcance dos objetivos propostos, o envolvimento e a participação da comunidade, a metodologia utilizada e a continuidade do Programa Família Acolhedora.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Tutelar acompanhar e verificar a regularidade do Programa, encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades em seu funcionamento.

Art. 20 - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e da Adolescência - FIA, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Orçamento Geral do Município.

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 08 de Maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE  
Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1.509, de 02 de Maio de 2012.**

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 571 de 23 de novembro de 2011;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações na seguinte ação orçamentária:

**09.00 GERENCIA DE EDUCAÇÃO**

09.03 Ensino Fundamental

**12 EDUCAÇÃO**

12.361 Ensino Fundamental

12.361.0044 Promoção e Desenvolvimento do Ensino fundamental

12.361.0044.2.081 Manutenção e Reforma de Escolas - ENSINO FUNDAMENTAL

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0106 Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0106 R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 02 de Maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.  
Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1.512, de 08 de Maio de 2012.**

PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 1.475 DE FEVEREIRO DE 2012, QUE DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA TODO MUNICÍPIO AFETADO PELA ESTIAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são

conferidas por Lei, e com fundamento no artigo n.º 17, do Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, na Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, no Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006, e na Resolução nº 03, de 02 de julho de 1999, do Conselho Nacional de Defesa Civil e no art. 99, XXX, da Lei Orgânica do Município, e

**CONSIDERANDO QUE:**

- a prolongada estiagem, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge o território do município desde o mês de Dezembro de 2011, conforme mapa do município em anexo;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo grau de vulnerabilidade socioeconômico do município e pelo despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre, aliado aos prejuízos nos serviços de abastecimento de água, comprometendo as reservas hidrológicas, a capacidade de captação e distribuição do sistema de abastecimento de água;

- a escassez de chuvas continua e o cenário tende a tornar cada vez mais crítica a atual situação.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica prorrogado o Decreto n.º 1.475, de 08 de Fevereiro de 2012, que decreta a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todo o território deste município, comprovadamente afetada pelo desastre, conforme prova documental, estabelecido pelo AVADAN e pelo croqui da área afetada, anexos a este decreto.

Art. 2º. Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC, e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, como objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre. Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa dias), revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 08 de Maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE  
Responsável pelas Publicações

**Decreto Nº 1510, de 07 de Maio de 2012.**

DECLARA INSERVIVEL AOS FINS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL OS BENS MÓVEL QUE IDENTIFICA, INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas

por Lei, e

Considerando as disposições do art. 13, II, da Lei Orgânica do Município e as disposições do art. 17, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a necessidade de avaliação de que trata este Decreto, pois o mesmo foi doado pela Receita Federal do Brasil, com a finalidade de aproveitamento pelo Administração Municipal;

Considerando a exigência da lei de lançar o bem no Patrimônio do Município e Lançamento Contábil.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a inservibilidade, para as finalidades precípuas, do veículo utilitário, conforme descrição seguinte;

I - Fiat Pálio EX, ano 2001 e modelo 2002, branca, respectivamente, chassi nº 9BD17101222134914, código no RENAVAN nº 772050961, placas ABY-0331/SC, motor gasolina, com potência de 55 CV.

Art. 2º Fica Constituída Comissão Especial de Avaliação do bem móvel identificado no artigo anterior, com a designação dos seguintes membros:

I - Carlos Alberto Maltauro, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Administração e Finanças, que será o Presidente;

II - Ivandro Schönell, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Trator Agrícola que será o secretário;

III - Eloi Vitor Rosset, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de mecânico, que atuará como membro, e

IV - Lauri Fischer, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de mecânico, que atuará como membro

Parágrafo único. A avaliação do bem identificado no art. 1º deste Decreto, é exclusiva para a fixação de valor mínimo, com a finalidade de alienação.

Art. 3º A comissão constituída, nos termos do artigo anterior, desempenhara o presente mandato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, podendo-se valor de todas as formas e meios viáveis e necessários ao estabelecimento do valor de avaliação do veículo identificado no art. 1º deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, 07 de maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE  
Responsável pelas Publicações

**Decreto Nº 1511 , de 07 de Maio de 2012.**

NOMEIA COMISSÃO GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados as seguintes pessoas para compor a Comissão Gestora do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, conforme dispõe o artigo 4º da Lei Municipal 586 de 24 de Abril de 2012:

I - Gerente de Administração: Carlos Alberto Maltauro;

II - Representante da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC: Elizur Raizer;

III - Representante da Saúde: Edson Steckling;

IV - Representante da Gerência de Agricultura: Dului Duarte;

V - Representante da Gerência de Transportes: Marcos Finger;

Art. 2º Ficam nomeados como Presidente o Senhor Carlos Alberto Maltauro, e como Tesoureiro o senhor Edson Steckling.

Art. 3º Por se tratar de atividades consideradas de relevantes serviços públicos, os servidores ora nomeados não percebem qualquer remuneração adicional o exercício destas funções.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 07 de Maio de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta data.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE  
Responsável pelas Publicações

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

**Errata de Portaria**

ERRATA DE PORTARIA  
Portaria nº. 252 de 2012;

No art. 1º Onde se lê: ( ) FERIAS, por 30 dias.

Leia-se: FERIAS, por 20 dias;

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 09 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 09 de Maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 270/2012.**

PORTARIA Nº 270/2012.

Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**



Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 20 dias, a servidora efetiva, ANA CARLA PRIM, ocupante do Cargo de TECNICO EM CONTABILIDADE, referente ao período aquisitivo de 03/06/2010 a 04/06/2011.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de maio de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### **Aviso de Licitação Nº 076/2012**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 076/2012; Modalidade: Tomada de Preço nº. 011/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução de serviços de construção de uma ponte em concreto protendido (4,00 x 15,00 m) com fornecimento de materiais e mão de obra sobre o Rio Rachadel na Rua Matias Pedro Mannes na localidade de Rachadel no Município de Antônio Carlos, conforme previsto no memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo; Abertura: dia 28/05/2012 as 08:00 (oito) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 10 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação Nº 077/2012**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 077/2012; Modalidade: Tomada de Preço nº. 012/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: Contratação de Empresa especializada para a execução de serviços de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica na Rua Militão José Coelho - Antônio Carlos/SC, Estaca Opp até 11 17 m, numa extensão de 237 metros, conforme previsto no memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos em anexo; Abertura: dia 28/05/2012 as 09:30 (nove e trinta) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 10 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação**

#### **EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Origem: Licitação nº. 065/2012 - Pregão Presencial nº. 042/2012;

Objeto: aquisição parcelada de produtos de consumo do tipo gêneros alimentícios e material de limpeza para a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo as empresas Infotriz Comercial Ltda, no valor total de R\$ 1.613,07; Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda ME, no valor total de R\$ 1.483,80; Progresso Telemática Comércio e Serviços Ltda EPP, no valor total de R\$ 190,20; Papelaria Espaço Escolar Ltda EPP, no valor total de R\$ 1.562,05; Evandro Marcos Ferreira, no valor total de R\$ 174,50; Alexandra dos Passos EPP, no valor total de R\$ 2.018,00; e Akon Ltda ME, no valor total de R\$ 1.785,90.

Antônio Carlos, 02 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

### **Extrato de Termo de Homologação e Adjudicação**

#### **EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

Origem: Licitação nº. 067/2012 - Pregão Presencial nº. 044/2012; Objeto: aquisição parcelada de materiais cortantes para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Antônio Carlos; Geraldo Pauli, Prefeito Municipal, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo as empresas Júlio Silvestri ME, no valor total de R\$ 3.340,00; e Santomaq Serviços e Implementos Agrícolas Ltda ME, valor total de R\$ 532,00.

Antônio Carlos, 09 de Maio de 2012.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

## **Arroio Trinta**

### **PREFEITURA**

### **Lei Nº 1584, de 10/05/2012.**

LEI Nº 1584, DE 10/05/2012.

Autoriza o Município de Arroio Trinta a Contribuir Mensalmente com a Entidade Nacional de Representação dos Municípios - CNM, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI

Art. 1º Fica o Município de ARROIO TRINTA autorizado a contribuir mensalmente com a CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM, portadora do CNPJ nº 00.703.157/0001-83, com sede SCS, Quadra 06, Bloco A, sala 518, em Brasília, DF e manter em dia as contribuições financeiras mensais, aprovadas em assembléia geral da entidade nacional de representação dos municípios, no valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

Art. 2º A contribuição visa assegurar a representação institucional do Município de ARROIO TRINTA nas diversas esferas administrativas da União, junto ao Governo Federal e os diversos Ministérios, Congresso Nacional e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:



I - Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - Representar os Municípios em eventos oficiais Nacionais;

IV - Desenvolver ações comuns com vistas ao aperfeiçoamento e a modernização da gestão pública municipal.

Art. 3º Para custear o cumprimento das ações referidas no artigo anterior, o Município contribuirá financeiramente com a entidade em valores mensais a serem estabelecidos na Assembléia Geral anual da mesma. Que será suportado pela seguinte dotação orçamentária:

02.0202.04.122.0402.2003.33500000 - 0100 - Transf. à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 4º A Presente Lei terá sua vigência até 31 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado havendo conveniência e disponibilidade financeira.

Art. 5º Ficam ratificados os atos de delegação e contribuição realizados para esta finalidade até a data de publicação da presente lei.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 10 de maio de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 10 de maio de 2012.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### **Decreto Nº 1469, de 08 de Maio de 2012.**

DECRETO Nº 1469, de 08 de maio de 2012.

Autoriza Desmembramento de Área que Especifica.

O Prefeito Municipal DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 1.016,00m<sup>2</sup>, localizado na Rua Treze Tílias e Rua Vergílio Biava, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor Alexandre Serigueli, objeto da matrícula RG nº 29.481 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira - SC.

Parágrafo único. A área desmembrada é de 693,50m<sup>2</sup>, remanescendo uma área de 322,50m<sup>2</sup>, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 08 de maio de 2012.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

## RREO - LRF 2º Bimestre

+ [ CPL ] ----- { 001 } +

Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

-----

LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
Categoria Econômica / Fontes		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.718.112,00	11.718.112,00	2.315.599,13	19,760	4.365.402,64	37,250	7.352.709,36
RECEITAS CORRENTES	11.718.101,00	11.718.101,00	2.275.828,98	19,420	4.325.632,49	36,910	7.392.468,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	432.820,00	432.820,00	127.052,14	29,350	177.835,42	41,090	254.984,58
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
IMPOSTOS	334.810,00	334.810,00	95.499,82	28,520	135.181,07	40,380	199.628,93
TAXAS	73.810,00	73.810,00	31.552,32	42,750	42.654,35	57,790	31.155,65
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,000	0,00	0,000	24.200,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	459.960,00	459.960,00	78.830,84	17,140	150.670,19	32,760	309.289,81
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	368.000,00	368.000,00	64.952,52	17,650	122.936,49	33,410	245.063,51
COSIP	91.960,00	91.960,00	13.878,32	15,090	27.733,70	30,160	64.226,30
COSIP	91.960,00	91.960,00	13.878,32	15,090	27.733,70	30,160	64.226,30
RECEITA PATRIMONIAL	688.760,00	688.760,00	408.839,49	59,360	679.027,79	98,590	9.732,21
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,000	1.000,00	0,000	-1.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	688.760,00	688.760,00	408.839,49	59,360	678.027,79	98,440	10.732,21
RECEITA DE SERVIÇOS	29.040,00	29.040,00	11.313,50	38,960	19.776,50	68,100	9.263,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.885.354,00	9.885.354,00	1.621.326,50	16,400	3.246.224,23	32,840	6.639.129,77
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.801.154,00	9.801.154,00	1.621.326,50	16,540	3.246.224,23	33,120	6.554.929,77
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	84.200,00	84.200,00	0,00	0,000	0,00	0,000	84.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	222.167,00	222.167,00	28.466,51	12,810	52.098,36	23,450	170.068,64
MULTAS E JUROS DE MORA	142.791,00	142.791,00	17.588,80	12,320	28.981,73	20,300	113.809,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.840,00	4.840,00	76,53	1,580	347,43	7,180	4.492,57
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	15.125,00	15.125,00	1.267,04	8,380	2.987,49	19,750	12.137,51
RECEITAS DIVERSAS	59.411,00	59.411,00	9.534,14	16,050	19.781,71	33,300	39.629,29
RECEITAS DE CAPITAL	11,00	11,00	39.770,15	361546,8	39.770,15	361546,8	-39.759,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11,00	11,00	39.770,15	361546,8	39.770,15	361546,8	-39.759,15
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11,00	11,00	39.770,15	361546,8	39.770,15	361546,8	-39.759,15
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	652.850,00	652.850,00	105.240,36	16,120	198.680,86	30,430	454.169,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.420.839,49	100,000	4.564.083,50	100,000	7.806.878,50
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.420.839,49	100,000	4.564.083,50	100,000	7.806.878,50
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	12.370.962,00	12.370.962,00	2.420.839,49		4.564.083,50		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	1.036.016,49	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.036.016,49	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.036.016,49	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM		
								RESTOS A PAGAR		
DESPESAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(/)	(f-(g+h))
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	11.718.112,00	1.829.704,64	13.547.816,64	2.350.071,92	5.596.549,05	2.156.085,25	3.460.766,06	0,00	25,54	10.087.050,58
DESPESAS CORRENTES	9.894.804,60	347.717,74	10.242.522,34	1.490.297,62	4.569.176,33	1.814.634,45	3.038.628,30	0,00	29,67	7.203.894,04
Pessoal e Encargos Sociais	3.997.070,00	9.600,00	4.006.670,00	667.618,94	1.296.908,13	666.544,09	1.285.513,28	0,00	32,08	2.721.156,72
Juros/Encargos da Dívida	105.000,00	0,00	105.000,00	14.699,19	34.716,06	15.734,39	32.675,67	0,00	31,12	72.324,33
Outras despesas Correntes	5.792.734,60	338.117,74	6.130.852,34	807.979,49	3.237.552,14	1.132.355,97	1.720.439,35	0,00	28,06	4.410.412,99
DESPESAS DE CAPITAL	1.002.257,40	1.481.986,90	2.484.244,30	859.774,30	1.027.372,72	341.450,80	422.137,76	0,00	16,99	2.062.106,54
Investimentos	807.257,40	1.481.986,90	2.289.244,30	859.774,30	958.515,34	322.499,54	380.370,58	0,00	16,62	1.908.873,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	195.000,00	0,00	195.000,00	0,00	68.857,38	18.951,26	41.767,18	0,00	21,42	153.232,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	796.850,00	0,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	652.850,00	0,00	652.850,00	105.240,36	198.721,23	105.240,36	198.721,23	0,00	30,44	454.128,77
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	12.370.962,00	1.829.704,64	14.200.666,64	2.455.312,28	5.795.270,28	2.261.325,61	3.659.487,29	0,00	25,77	10.541.179,35
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	12.370.962,00	1.829.704,64	14.200.666,64	2.455.312,28	5.795.270,28	2.261.325,61	3.659.487,29	0,00	25,77	10.541.179,35
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	904.596,21	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	12.370.962,00	1.829.704,64	14.200.666,64	2.455.312,28	5.795.270,28	2.420.839,49	4.564.083,50	0,00	25,77	10.541.179,35

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS		até o Bimestre (c)	%	SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%			
	(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)		
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	96.000,00	96.000,00	16.275,37	16,950	31.104,91	32,400	64.895,09
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	556.850,00	556.850,00	88.964,99	15,980	167.575,95	30,090	389.274,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	652.850,00	652.850,00	105.240,36	16,120	198.680,86	30,430	454.169,14
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	652.850,00	652.850,00	105.240,36	16,120	198.680,86	30,430	454.169,14
TOTAL	652.850,00	652.850,00	105.240,36		198.680,86		454.169,14

										INSCRITAS EM			
										RESTOS A PAGAR			
										NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar			
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))			
DESPESAS CORRENTES	652.850,00	0,00	652.850,00	105.240,36	198.721,23	105.240,36	198.721,23	0,00	30,44	454.128,77			
Pessoal e Encargos Sociais	652.850,00	0,00	652.850,00	105.240,36	198.721,23	105.240,36	198.721,23	0,00	30,44	454.128,77			
TOTAL	652.850,00	0,00	652.850,00	105.240,36	198.721,23	105.240,36	198.721,23	0,00	30,44	454.128,77			

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNINCONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/OResponsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESAPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	<b>DESAPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)</b>	<b>11.718.112,00</b>	<b>13.547.816,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>100,00</b>	<b>25,54</b>	<b>10.087.050,58</b>
01	LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	42.047,76	92.416,12	38.362,45	71.464,47	2,06	21,02	268.535,53
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	42.047,76	92.416,12	38.362,45	71.464,47	2,06	21,02	268.535,53
	<b>Subtotal</b>	<b>340.000,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>42.047,76</b>	<b>92.416,12</b>	<b>38.362,45</b>	<b>71.464,47</b>	<b>2,06</b>	<b>21,02</b>	<b>268.535,53</b>
04	ADMINISTRAÇÃO	1.671.200,00	1.671.200,00	264.797,47	736.549,00	271.370,29	458.729,50	13,26	27,45	1.212.470,50
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.671.200,00	1.671.200,00	264.797,47	736.549,00	271.370,29	458.729,50	13,26	27,45	1.212.470,50
	<b>Subtotal</b>	<b>2.011.200,00</b>	<b>2.011.200,00</b>	<b>306.845,23</b>	<b>828.965,12</b>	<b>309.732,74</b>	<b>530.193,97</b>	<b>15,32</b>	<b>26,36</b>	<b>1.481.006,03</b>
06	SEGURANÇA PÚBLICA	43.410,00	43.410,00	8.908,52	16.628,16	8.330,90	10.240,13	0,30	23,59	33.169,87
06.181	POLICIAMENTO	43.410,00	43.410,00	8.908,52	16.628,16	8.330,90	10.240,13	0,30	23,59	33.169,87
	<b>Subtotal</b>	<b>2.054.610,00</b>	<b>2.054.610,00</b>	<b>315.753,75</b>	<b>845.593,28</b>	<b>318.063,64</b>	<b>540.434,10</b>	<b>15,62</b>	<b>26,30</b>	<b>1.514.175,90</b>
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	491.826,00	491.826,00	46.670,59	312.303,11	71.671,44	130.179,65	3,76	26,47	361.646,35
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	17.000,00	17.000,00	2.619,00	2.619,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
08.242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNC	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	51.000,00	51.000,00	6.858,94	11.267,91	6.858,94	11.267,91	0,33	22,09	39.732,09
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	406.826,00	406.826,00	37.192,65	298.416,20	64.812,50	118.911,74	3,44	29,23	287.914,26
	<b>Subtotal</b>	<b>2.546.436,00</b>	<b>2.546.436,00</b>	<b>362.424,34</b>	<b>1.157.896,39</b>	<b>389.735,08</b>	<b>670.613,75</b>	<b>19,38</b>	<b>26,34</b>	<b>1.875.822,25</b>
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	734.670,00	734.670,00	76.109,18	152.321,63	74.195,18	143.807,63	4,16	19,57	590.862,37
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	734.670,00	734.670,00	76.109,18	152.321,63	74.195,18	143.807,63	4,16	19,57	590.862,37
	<b>Subtotal</b>	<b>3.281.106,00</b>	<b>3.281.106,00</b>	<b>438.533,52</b>	<b>1.310.218,02</b>	<b>463.930,26</b>	<b>814.421,38</b>	<b>23,53</b>	<b>24,82</b>	<b>2.466.684,62</b>
10	SAÚDE	2.242.255,35	2.419.473,09	289.017,94	1.002.096,80	403.454,03	736.292,04	21,28	30,43	1.683.181,05
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.069.054,35	2.230.772,09	284.180,60	967.112,39	386.916,03	704.708,04	20,36	31,59	1.526.064,05
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	28.000,00	28.000,00	0,00	650,00	0,00	650,00	0,02	2,32	27.350,00
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.000,00	16.000,00	0,00	520,00	78,00	156,00	0,00	0,97	15.844,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	8.000,00	11.500,00	0,00	4.286,00	353,83	1.249,59	0,04	10,87	10.250,41
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	82.200,00	94.200,00	4.837,34	29.528,41	16.106,17	29.528,41	0,85	31,35	64.671,59
10.605	ABASTECIMENTO	39.001,00	39.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>5.523.361,35</b>	<b>5.700.579,09</b>	<b>727.551,46</b>	<b>2.312.314,82</b>	<b>867.384,29</b>	<b>1.550.713,42</b>	<b>44,81</b>	<b>27,20</b>	<b>4.149.865,67</b>
12	EDUCAÇÃO	1.743.321,25	1.837.377,72	369.129,36	703.349,89	426.471,46	635.633,81	18,37	34,59	1.201.743,91
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.159.571,25	1.218.627,72	224.133,78	475.052,47	273.014,78	435.021,03	12,57	35,70	783.606,69
12.362	ENSINO MÉDIO	116.700,00	116.700,00	15.852,96	15.852,96	15.852,96	15.852,96	0,46	13,58	100.847,04
12.364	ENSINO SUPERIOR	87.000,00	87.000,00	16.497,07	27.561,15	18.667,47	19.610,94	0,57	22,54	67.389,06
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	347.050,00	347.050,00	62.645,55	116.883,31	65.936,25	109.148,88	3,15	31,45	237.901,12
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	33.000,00	68.000,00	50.000,00	68.000,00	53.000,00	56.000,00	1,62	82,35	12.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>7.266.682,60</b>	<b>7.537.956,81</b>	<b>1.096.680,82</b>	<b>3.015.664,71</b>	<b>1.293.855,75</b>	<b>2.186.347,23</b>	<b>63,18</b>	<b>29,00</b>	<b>5.351.609,58</b>
13	CULTURA	237.150,00	310.150,00	37.178,15	131.860,29	37.163,61	108.585,26	3,14	35,01	201.564,74
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	237.150,00	310.150,00	37.178,15	131.860,29	37.163,61	108.585,26	3,14	35,01	201.564,74
	<b>Subtotal</b>	<b>7.503.832,60</b>	<b>7.848.106,81</b>	<b>1.133.858,97</b>	<b>3.147.525,00</b>	<b>1.331.019,36</b>	<b>2.294.932,49</b>	<b>66,31</b>	<b>29,24</b>	<b>5.553.174,32</b>
15	URBANISMO	631.011,00	1.686.399,80	472.742,57	736.992,37	144.137,98	218.668,78	6,32	12,97	1.467.731,02
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.001,00	1.023.289,80	372.609,23	377.994,67	33.289,80	38.675,24	1,12	3,78	984.614,56
15.452	SERVIÇOS URBANOS	531.010,00	663.110,00	100.133,34	358.997,70	110.848,18	179.993,54	5,20	27,14	483.116,46
	<b>Subtotal</b>	<b>8.134.843,60</b>	<b>9.534.506,61</b>	<b>1.606.601,54</b>	<b>3.884.517,37</b>	<b>1.475.157,34</b>	<b>2.513.601,27</b>	<b>72,63</b>	<b>26,36</b>	<b>7.020.905,34</b>
16	HABITAÇÃO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.139.844,60</b>	<b>9.539.507,61</b>	<b>1.606.601,54</b>	<b>3.884.517,37</b>	<b>1.475.157,34</b>	<b>2.513.601,27</b>	<b>72,63</b>	<b>26,35</b>	<b>7.025.906,34</b>
17	SANEAMENTO	30.001,00	30.001,00	18.450,00	18.502,00	1.387,00	1.387,00	0,04	4,62	28.614,00
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	30.001,00	30.001,00	18.450,00	18.502,00	1.387,00	1.387,00	0,04	4,62	28.614,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.169.845,60</b>	<b>9.569.508,61</b>	<b>1.625.051,54</b>	<b>3.903.019,37</b>	<b>1.476.544,34</b>	<b>2.514.988,27</b>	<b>72,67</b>	<b>26,28</b>	<b>7.054.520,34</b>
18	GESTÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.184.365,60</b>	<b>9.584.028,61</b>	<b>1.625.051,54</b>	<b>3.903.019,37</b>	<b>1.476.544,34</b>	<b>2.514.988,27</b>	<b>72,67</b>	<b>26,24</b>	<b>7.069.040,34</b>
20	AGRICULTURA	644.521,00	644.521,00	80.284,90	358.988,15	134.994,74	182.359,41	5,27	28,29	462.161,59
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	170.921,00	170.921,00	34.592,10	97.615,50	47.188,61	58.958,69	1,70	34,49	111.962,31
20.606	EXTENÇÃO RURAL	473.600,00	473.600,00	45.692,80	261.372,65	87.806,13	123.400,72	3,57	26,06	350.199,28
	<b>Subtotal</b>	<b>8.828.886,60</b>	<b>10.228.549,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.262.007,52</b>	<b>1.611.539,08</b>	<b>2.697.347,68</b>	<b>77,94</b>	<b>26,37</b>	<b>7.531.201,93</b>
22	INDUSTRIA	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.940.887,60</b>	<b>10.340.550,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.262.007,52</b>	<b>1.611.539,08</b>	<b>2.697.347,68</b>	<b>77,94</b>	<b>26,09</b>	<b>7.643.202,93</b>
23	COMERCIO E SERVIÇOS	51.000,00	51.000,00	0,00	4.000,00	261,77	3.374,63	0,10	6,62	47.625,37
23.695	TURISMO	51.000,00	51.000,00	0,00	4.000,00	261,77	3.374,63	0,10	6,62	47.625,37
	<b>Subtotal</b>	<b>8.991.887,60</b>	<b>10.391.550,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.266.007,52</b>	<b>1.611.800,85</b>	<b>2.700.722,31</b>	<b>78,04</b>	<b>25,99</b>	<b>7.690.828,30</b>
26	TRANSPORTE	1.248.153,40	1.467.195,03	379.179,92	823.651,54	432.542,40	560.943,97	16,21	38,23	906.251,06
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.248.153,40	1.467.195,03	379.179,92	823.651,54	432.542,40	560.943,97	16,21	38,23	906.251,06
	<b>Subtotal</b>	<b>10.240.041,00</b>	<b>11.858.745,64</b>	<b>2.084.516,36</b>	<b>5.089.659,06</b>	<b>2.044.343,25</b>	<b>3.261.666,28</b>	<b>94,25</b>	<b>27,50</b>	<b>8.597.079,36</b>
27	DESPORTO E LAZER	237.021,00	448.021,00	250.856,37	290.055,87	41.944,76	59.669,65	1,72	13,32	388.351,35
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	237.021,00	448.021,00	250.856,37	290.055,87	41.944,76	59.669,65	1,72	13,32	388.351,35
	<b>Subtotal</b>	<b>10.477.062,00</b>	<b>12.306.766,64</b>	<b>2.335.372,73</b>	<b>5.379.714,93</b>	<b>2.086.288,01</b>	<b>3.321.335,93</b>	<b>95,97</b>	<b>26,99</b>	<b>8.985.430,71</b>
28	ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	14.699,19	216.834,12	69.797,24	139.430,13	4,03	33,20	280.569,87
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	14.699,19	216.834,12	69.797,24	139.430,13	4,03	33,20	280.569,87
	<b>Subtotal</b>	<b>10.897.062,00</b>	<b>12.726.766,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>100,00</b>	<b>27,19</b>	<b>9.266.000,58</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
	<b>Subtotal</b>	<b>10.921.262,00</b>	<b>12.750.966,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>100,00</b>	<b>27,14</b>	<b>9.290.200,58</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00
	<b>Subtotal</b>	<b>11.718.112,00</b>	<b>13.547.816,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>100,00</b>	<b>25,54</b>	<b>10.087.050,58</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>5,74</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>12.370.962,00</b>	<b>14.200.666,64</b>	<b>2.455.312,28</b>	<b>5.795.270,28</b>	<b>2.261.325,61</b>	<b>3.659.487,29</b>	<b>105,74</b>	<b>25,77</b>	<b>10.541.179,35</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>5,74</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>
01	LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.394,64	2.725,88	1.394,64	2.725,88	0,08	27,26	7.274,12
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.394,64	2.725,88	1.394,64	2.725,88	0,08	27,26	7.274,12
10	SAÚDE	195.000,00	195.000,00	33.552,18	62.402,42	33.552,18	62.402,42	1,80	32,00	132.597,58
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	195.000,00	195.000,00	33.552,18	62.402,42	33.552,18	62.402,42	1,80	32,00	132.597,58
12	EDUCAÇÃO	162.850,00	162.850,00	25.861,10	51.603,13	25.861,10	51.603,13	1,49	31,69	111.246,87
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	112.850,00	112.850,00	19.492,82	39.412,10	19.492,82	39.412,10	1,14	34,92	73.437,90
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	6.368,28	12.191,03	6.368,28	12.191,03	0,35	24,38	37.808,97
28	ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	44.432,44	81.989,80	44.432,44	81.989,80	2,37	28,77	203.010,20
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	44.432,44	81.989,80	44.432,44	81.989,80	2,37	28,77	203.010,20
	<b>TOTAL</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>5,74</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



+ [ www.cplinformatica.com.br ]

{ 001 }+

Município de ARROIO TRINTA  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar				
		(A)				(B)		Não Process.				
								(C)	%	%	(a-(b+c))	SALDO
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO											
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.718.112,00	13.547.816,64	2.350.071,92	5.596.549,05	2.156.085,25	3.460.766,06	2.135.782,99	100,00	41,31	7.951.267,59	
01	LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	42.047,76	92.416,12	38.362,45	71.464,47	20.951,65	1,65	27,18	247.583,88	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	340.000,00	340.000,00	42.047,76	92.416,12	38.362,45	71.464,47	20.951,65	1,65	27,18	247.583,88	
	Subtotal	340.000,00	340.000,00	42.047,76	92.416,12	38.362,45	71.464,47	20.951,65	1,65	27,18	247.583,88	
04	ADMINISTRAÇÃO	1.671.200,00	1.671.200,00	264.797,47	736.549,00	271.370,29	458.729,50	277.819,50	13,16	44,07	934.651,00	
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.671.200,00	1.671.200,00	264.797,47	736.549,00	271.370,29	458.729,50	277.819,50	13,16	44,07	934.651,00	
	Subtotal	2.011.200,00	2.011.200,00	306.845,23	828.965,12	309.732,74	530.193,97	298.771,15	14,81	41,22	1.182.234,88	
06	SEGURANÇA PÚBLICA	43.410,00	43.410,00	8.908,52	16.628,16	8.330,90	10.240,13	6.388,03	0,30	38,30	26.781,84	
06.181	POLICIAMENTO	43.410,00	43.410,00	8.908,52	16.628,16	8.330,90	10.240,13	6.388,03	0,30	38,30	26.781,84	
	Subtotal	2.054.610,00	2.054.610,00	315.753,75	845.593,28	318.063,64	540.434,10	305.159,18	15,11	41,16	1.209.016,72	
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	491.826,00	491.826,00	46.670,59	312.303,11	71.671,44	130.179,65	182.123,46	5,58	63,50	179.522,89	
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	17.000,00	17.000,00	2.619,00	2.619,00	0,00	0,00	2.619,00	0,05	15,41	14.381,00	
08.242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	17.000,00	17.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.000,00	
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	51.000,00	51.000,00	6.858,94	11.267,91	6.858,94	11.267,91	0,00	0,20	22,09	39.732,09	
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	406.826,00	406.826,00	37.192,65	298.416,20	64.812,50	118.911,74	179.504,46	5,33	73,35	108.409,80	
	Subtotal	2.546.436,00	2.546.436,00	362.424,34	1.157.896,39	389.735,08	670.613,75	487.282,64	20,69	45,47	1.388.539,61	
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	734.670,00	734.670,00	76.109,18	152.321,63	74.195,18	143.807,63	8.514,00	2,72	20,73	582.348,37	
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	734.670,00	734.670,00	76.109,18	152.321,63	74.195,18	143.807,63	8.514,00	2,72	20,73	582.348,37	
	Subtotal	3.281.106,00	3.281.106,00	438.533,52	1.310.218,02	463.930,26	814.421,38	495.796,64	23,41	39,93	1.970.887,98	
10	SAÚDE	2.242.255,35	2.419.473,09	289.017,94	1.002.096,80	403.454,03	736.292,04	265.804,76	17,91	41,42	1.417.376,29	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	2.069.054,35	2.230.772,09	284.180,60	967.112,39	386.916,03	704.708,04	262.404,35	17,28	43,35	1.263.659,70	
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.000,00	28.000,00	0,00	650,00	0,00	650,00	0,00	0,01	2,32	27.350,00	
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.000,00	16.000,00	0,00	520,00	78,00	156,00	364,00	0,01	3,25	15.480,00	
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	8.000,00	11.500,00	0,00	4.286,00	353,83	1.249,59	3.036,41	0,08	37,27	7.214,00	
10.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	82.200,00	94.200,00	4.837,34	29.528,41	16.106,17	29.528,41	0,00	0,53	31,35	64.671,59	
10.605	ABASTECIMENTO	39.001,00	39.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.001,00	
	Subtotal	5.523.361,35	5.700.579,09	727.551,46	2.312.314,82	867.384,29	1.550.713,42	761.601,40	41,32	40,56	3.388.264,27	
12	EDUCAÇÃO	1.743.321,25	1.837.377,72	369.129,36	703.349,89	426.471,46	635.633,81	67.716,08	12,57	38,28	1.134.027,83	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.159.571,25	1.218.627,72	224.133,78	475.052,47	273.014,78	435.021,03	40.031,44	8,49	38,98	743.575,25	
12.362	ENSINO MÉDIO	116.700,00	116.700,00	15.852,96	15.852,96	15.852,96	15.852,96	0,00	0,28	13,58	100.847,04	
12.364	ENSINO SUPERIOR	87.000,00	87.000,00	16.497,07	27.561,15	18.667,47	19.610,94	7.950,21	0,49	31,68	59.438,85	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	347.050,00	347.050,00	62.645,55	116.883,31	65.936,25	109.148,88	7.734,43	2,09	33,68	230.166,69	
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	33.000,00	68.000,00	50.000,00	68.000,00	53.000,00	56.000,00	12.000,00	1,22	100,00	0,00	
	Subtotal	7.266.682,60	7.537.956,81	1.096.680,82	3.015.664,71	1.293.855,75	2.186.347,23	829.317,48	53,88	40,01	4.522.292,10	
13	CULTURA	237.150,00	310.150,00	37.178,15	131.860,29	37.163,61	108.585,26	23.275,03	2,36	42,52	178.289,71	
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	237.150,00	310.150,00	37.178,15	131.860,29	37.163,61	108.585,26	23.275,03	2,36	42,52	178.289,71	
	Subtotal	7.503.832,60	7.848.106,81	1.133.858,97	3.147.525,00	1.331.019,36	2.294.932,49	852.592,51	56,24	40,11	4.700.581,81	
15	URBANISMO	631.011,00	1.686.399,80	472.742,57	736.992,37	144.137,98	218.668,78	518.323,59	13,17	43,70	949.407,43	
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	100.001,00	1.023.289,80	372.609,23	377.994,67	33.289,80	38.675,24	339.319,43	6,75	36,94	645.295,13	
15.452	SERVIÇOS URBANOS	531.010,00	663.110,00	100.133,34	358.997,70	110.848,18	179.993,54	179.004,16	6,41	54,14	304.112,30	
	Subtotal	8.134.843,60	9.534.506,61	1.606.601,54	3.884.517,37	1.475.157,34	2.513.601,27	1.370.916,10	69,41	40,74	5.649.989,24	
16	HABITAÇÃO	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
16.482	HABITAÇÃO URBANA	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00	
	Subtotal	8.139.844,60	9.539.507,61	1.606.601,54	3.884.517,37	1.475.157,34	2.513.601,27	1.370.916,10	69,41	40,72	5.654.990,24	
17	SANEAMENTO	30.001,00	30.001,00	18.450,00	18.502,00	1.387,00	1.387,00	17.115,00	0,33	61,67	11.499,00	
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	30.001,00	30.001,00	18.450,00	18.502,00	1.387,00	1.387,00	17.115,00	0,33	61,67	11.499,00	
	Subtotal	8.169.845,60	9.569.508,61	1.625.051,54	3.903.019,37	1.476.544,34	2.514.988,27	1.388.031,10	69,74	40,79	5.666.489,24	
18	GESTÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00	

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----

-----{ 002 }+

Município de ARROIO TRINTA  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção  
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO  
|  
|  
|  
|  
|

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar				
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(A)				(B)	Não Process.	(C)	%	%	((b+c)/a) SALDO
18.541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	14.520,00	14.520,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.520,00
	<b>Subtotal</b>	<b>8.184.365,60</b>	<b>9.584.028,61</b>	<b>1.625.051,54</b>	<b>3.903.019,37</b>	<b>1.476.544,34</b>	<b>2.514.988,27</b>	<b>1.388.031,10</b>	<b>69,74</b>	<b>40,72</b>	<b>5.681.009,24</b>	
20	AGRICULTURA	644.521,00	644.521,00	80.284,90	358.988,15	134.994,74	182.359,41	176.628,74	6,41	55,70	285.532,85	
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	170.921,00	170.921,00	34.592,10	97.615,50	47.188,61	58.958,69	38.656,81	1,74	57,11	73.305,50	
20.606	EXTENÇÃO RURAL	473.600,00	473.600,00	45.692,80	261.372,65	87.806,13	123.400,72	137.971,93	4,67	55,19	212.227,35	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.828.886,60</b>	<b>10.228.549,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.262.007,52</b>	<b>1.611.539,08</b>	<b>2.697.347,68</b>	<b>1.564.659,84</b>	<b>76,15</b>	<b>41,67</b>	<b>5.966.542,09</b>	
22	INDUSTRIA	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00	
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	112.001,00	112.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.001,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.940.887,60</b>	<b>10.340.550,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.262.007,52</b>	<b>1.611.539,08</b>	<b>2.697.347,68</b>	<b>1.564.659,84</b>	<b>76,15</b>	<b>41,22</b>	<b>6.078.543,09</b>	
23	COMERCIO E SERVIÇOS	51.000,00	51.000,00	0,00	4.000,00	261,77	3.374,63	625,37	0,07	7,84	47.000,00	
23.695	TURISMO	51.000,00	51.000,00	0,00	4.000,00	261,77	3.374,63	625,37	0,07	7,84	47.000,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>8.991.887,60</b>	<b>10.391.550,61</b>	<b>1.705.336,44</b>	<b>4.266.007,52</b>	<b>1.611.800,85</b>	<b>2.700.722,31</b>	<b>1.565.285,21</b>	<b>76,23</b>	<b>41,05</b>	<b>6.125.543,09</b>	
26	TRANSPORTE	1.248.153,40	1.467.195,03	379.179,92	823.651,54	432.542,40	560.943,97	262.707,57	14,72	56,14	643.543,49	
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.248.153,40	1.467.195,03	379.179,92	823.651,54	432.542,40	560.943,97	262.707,57	14,72	56,14	643.543,49	
	<b>Subtotal</b>	<b>10.240.041,00</b>	<b>11.858.745,64</b>	<b>2.084.516,36</b>	<b>5.089.659,06</b>	<b>2.044.343,25</b>	<b>3.261.666,28</b>	<b>1.827.992,78</b>	<b>90,94</b>	<b>42,92</b>	<b>6.769.086,58</b>	
27	DESPORTO E LAZER	237.021,00	448.021,00	250.856,37	290.055,87	41.944,76	59.669,65	230.386,22	5,18	64,74	157.965,13	
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	237.021,00	448.021,00	250.856,37	290.055,87	41.944,76	59.669,65	230.386,22	5,18	64,74	157.965,13	
	<b>Subtotal</b>	<b>10.477.062,00</b>	<b>12.306.766,64</b>	<b>2.335.372,73</b>	<b>5.379.714,93</b>	<b>2.086.288,01</b>	<b>3.321.335,93</b>	<b>2.058.379,00</b>	<b>96,13</b>	<b>43,71</b>	<b>6.927.051,71</b>	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	14.699,19	216.834,12	69.797,24	139.430,13	77.403,99	3,87	51,63	203.165,88	
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	420.000,00	420.000,00	14.699,19	216.834,12	69.797,24	139.430,13	77.403,99	3,87	51,63	203.165,88	
	<b>Subtotal</b>	<b>10.897.062,00</b>	<b>12.726.766,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>2.135.782,99</b>	<b>100,00</b>	<b>43,97</b>	<b>7.130.217,59</b>	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>10.921.262,00</b>	<b>12.750.966,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>2.135.782,99</b>	<b>100,00</b>	<b>43,89</b>	<b>7.154.417,59</b>	
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00	
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	796.850,00	796.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	796.850,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>11.718.112,00</b>	<b>13.547.816,64</b>	<b>2.350.071,92</b>	<b>5.596.549,05</b>	<b>2.156.085,25</b>	<b>3.460.766,06</b>	<b>2.135.782,99</b>	<b>100,00</b>	<b>41,31</b>	<b>7.951.267,59</b>	
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>0,00</b>	<b>3,55</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>	
	<b>TOTAL(III)=(I+II)</b>	<b>12.370.962,00</b>	<b>14.200.666,64</b>	<b>2.455.312,28</b>	<b>5.795.270,28</b>	<b>2.261.325,61</b>	<b>3.659.487,29</b>	<b>2.135.782,99</b>	<b>103,55</b>	<b>40,81</b>	<b>8.405.396,36</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		Inscritas em	+- ((B+C)/TOTAL(B+C))			
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	Restos a Pagar				
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(A)				(B)	(C)	%	%	((b+c)/a) SALDO	
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>0,00</b>	<b>3,55</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>	
01	LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.394,64	2.725,88	1.394,64	2.725,88	0,00	0,05	27,26	7.274,12	
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	10.000,00	10.000,00	1.394,64	2.725,88	1.394,64	2.725,88	0,00	0,05	27,26	7.274,12	
10	SAÚDE	195.000,00	195.000,00	33.552,18	62.402,42	33.552,18	62.402,42	0,00	1,11	32,00	132.597,58	
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	195.000,00	195.000,00	33.552,18	62.402,42	33.552,18	62.402,42	0,00	1,11	32,00	132.597,58	
12	EDUCAÇÃO	162.850,00	162.850,00	25.861,10	51.603,13	25.861,10	51.603,13	0,00	0,92	31,69	111.246,87	
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	112.850,00	112.850,00	19.492,82	39.412,10	19.492,82	39.412,10	0,00	0,70	34,92	73.437,90	
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	50.000,00	6.368,28	12.191,03	6.368,28	12.191,03	0,00	0,22	24,38	37.808,97	
28	ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	44.432,44	81.989,80	44.432,44	81.989,80	0,00	1,47	28,77	203.010,20	
28.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	285.000,00	285.000,00	44.432,44	81.989,80	44.432,44	81.989,80	0,00	1,47	28,77	203.010,20	
	<b>TOTAL</b>	<b>652.850,00</b>	<b>652.850,00</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>105.240,36</b>	<b>198.721,23</b>	<b>0,00</b>	<b>3,55</b>	<b>30,44</b>	<b>454.128,77</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| MAIO/2011 A ABRIL/2012 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	10/2011	11/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	1.194.914,97	1.008.648,19	1.039.136,00	1.294.215,37	988.828,81	1.345.826,41	1.426.067,03
Receita Tributária	77.603,43	25.990,74	21.502,43	25.054,29	19.437,27	20.383,59	24.351,08
IPTU	37.545,00	4.791,84	500,98	322,33	266,64	112,71	20,00
ISS	8.610,66	8.144,29	10.196,52	11.070,54	6.936,95	8.162,06	9.651,86
ITBI	3.292,00	700,00	800,00	1.153,34	1.529,30	1.660,00	2.800,00
IRRF	12.084,60	8.724,20	9.142,75	11.638,19	10.094,56	9.604,86	11.130,57
Outras	16.071,17	3.630,41	862,18	869,89	609,82	843,96	748,65
Receita de Contribuições	33.265,81	32.382,53	31.442,73	33.048,26	33.083,35	33.046,43	33.222,96
Receita Patrimonial	90.573,11	10.735,12	55.549,63	300.613,58	69.340,55	100.945,25	137.219,05
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.120,00	2.712,50	1.592,50	4.012,00	2.429,50	3.151,00	2.593,00
Transferências Correntes	971.861,01	919.380,46	912.808,01	915.053,32	851.828,61	1.175.154,28	1.211.929,88
Cota-Parte do FPM	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	407.763,82
Cota-Parte do ICMS	365.395,17	366.374,93	390.580,60	387.756,23	409.592,15	414.050,44	422.204,35
Cota-Parte do IPVA	31.916,78	32.450,20	39.870,74	43.899,76	42.842,02	57.917,04	52.272,45
Cota-Parte do ITR	7,29	0,00	0,00	0,00	803,02	1.272,32	5,41
Transf.da LC 87/1996	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41	2.111,41
Transferência do FUNDEB	48.313,44	47.181,76	46.083,46	46.919,06	48.341,52	50.721,70	50.470,89
Outras Transferências	59.729,01	52.119,35	77.607,15	66.574,35	54.518,12	263.138,13	277.101,55
Demais Receitas Correntes	19.491,61	17.446,84	16.240,70	16.433,92	12.709,53	13.145,86	16.751,06
II-DEDUÇÕES	191.561,68	182.630,25	177.046,35	179.183,94	168.591,21	191.606,76	196.258,80
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	17.516,90	17.198,10	17.830,98	17.475,32	17.502,72	17.518,79	17.522,88
Servidor	17.516,90	17.198,10	17.830,98	17.475,32	17.502,72	17.518,79	17.522,88
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	174.044,78	165.432,15	159.215,37	161.708,62	151.088,49	174.087,97	178.735,92
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.003.353,29	826.017,94	862.089,65	1.115.031,43	820.237,60	1.154.219,65	1.229.808,23



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | MAIO/2011 A ABRIL/2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	12/2011	01/2012	02/2012	03/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.495.399,61	1.168.212,52	1.237.932,30	1.196.357,42	1.416.353,36	14.811.891,99	13.856.577,00	
Receita Tributária	36.800,57	24.045,51	26.737,77	66.009,04	61.043,10	428.958,82	432.820,00	
IPTU	223,24	93,26	0,00	0,00	18.247,73	62.123,73	77.440,00	
ISS	12.683,81	8.194,70	2.903,78	29.140,19	11.551,00	127.246,36	111.320,00	
ITBI	3.409,85	1.495,15	2.180,00	4.095,33	2.128,01	25.242,98	24.200,00	
IRRF	19.458,07	11.525,67	13.288,69	15.372,72	14.964,84	147.029,72	146.050,00	
Outras	1.025,60	2.736,73	8.365,30	17.400,80	14.151,52	67.316,03	73.810,00	
Receita de Contribuições	49.588,36	33.317,55	38.521,80	39.255,23	39.575,61	429.750,62	459.960,00	
Receita Patrimonial	32.763,51	121.429,60	148.758,70	131.988,59	276.850,90	1.476.767,59	688.760,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	792,00	4.367,00	4.096,00	4.348,00	6.965,50	39.179,00	29.040,00	
Transferências Correntes	1.361.633,87	973.955,27	1.007.283,77	941.392,64	1.016.815,66	12.259.096,78	12.023.830,00	
Cota-Parte do FPM	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	4.921.451,36	5.600.000,00	
Cota-Parte do ICMS	429.004,88	410.536,48	358.040,30	387.134,78	405.303,39	4.745.973,70	4.550.000,00	
Cota-Parte do IPVA	28.334,67	21.958,59	24.868,27	42.329,67	32.951,43	451.611,62	420.000,00	
Cota-Parte do ITR	62,30	17,30	0,00	0,00	21,86	2.189,50	2.420,00	
Transf.da LC 87/1996	2.111,41	2.014,57	2.014,57	2.012,86	2.012,86	24.946,14	28.000,00	
Transferência do FUNDEB	52.293,30	63.848,66	59.602,92	62.644,92	66.139,79	642.561,42	605.000,00	
Outras Transferências	376.235,33	44.593,92	41.414,97	93.195,43	64.135,73	1.470.363,04	818.410,00	
Demais Receitas Correntes	13.821,30	11.097,59	12.534,26	13.363,92	15.102,59	178.139,18	222.167,00	
II-DEDUÇÕES	222.424,19	191.295,95	204.492,36	180.671,14	200.818,88	2.286.581,51	2.379.476,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	34.023,67	17.550,66	21.896,34	22.365,49	22.242,73	240.644,58	241.000,00	
Servidor	34.023,67	17.550,66	21.896,34	22.365,49	22.242,73	240.644,58	241.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	188.400,52	173.745,29	182.596,02	158.305,65	178.576,15	2.045.936,93	2.138.476,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.272.975,42	976.916,57	1.033.439,94	1.015.686,28	1.215.534,48	12.525.310,48	11.477.101,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2012 |  
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA										
	0,00	2.272,57	0,00	2.272,57	0,00	219.893,45	0,00	213.625,28	6.268,17	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA										
	0,00	1.751,25	0,00	1.751,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ARROIO TRINTA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. PÚBLICOS DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
LEGISLATIVO										
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARROIO TRINTA										
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>0,00</b>	<b>4.023,82</b>	<b>0,00</b>	<b>4.023,82</b>	<b>0,00</b>	<b>219.893,45</b>	<b>0,00</b>	<b>213.625,28</b>	<b>6.268,17</b>	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios	Em 31 de Dez.				Em 31 de Dez.				
	Anteriores	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2011	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(I)	846.000,00	846.000,00	430.420,87	713.526,03	222.282,18
RECEITAS CORRENTES	846.000,00	846.000,00	430.420,87	713.526,03	222.282,18
Receita de Contribuições	241.000,00	241.000,00	44.608,22	84.055,22	222.420,46
Pessoal Civil	241.000,00	241.000,00	44.608,22	84.055,22	67.663,55
Contribuição Patronal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição do Servidor Ativo Civil	240.000,00	240.000,00	44.545,38	83.911,57	67.525,27
Contribuição do Servidor Inativo Civil	1.000,00	1.000,00	62,84	143,65	138,28
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	605.000,00	605.000,00	385.812,65	629.470,81	154.618,63
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	605.000,00	605.000,00	385.812,65	629.470,81	154.618,63
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(II)	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95	134.950,20
<b>Total das Receitas Previdenciárias (V=I+II+III+IV)</b>	<b>1.402.850,00</b>	<b>1.402.850,00</b>	<b>519.385,86</b>	<b>881.101,98</b>	<b>357.232,38</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREV.-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENT.)(VI)	880.670,00	880.670,00	79.065,70	151.109,36	158.532,65
ADMINISTRAÇÃO	146.000,00	146.000,00	7.108,52	9.539,73	31.237,48
Despesas Correntes	146.000,00	146.000,00	7.108,52	9.539,73	31.237,48
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	734.670,00	734.670,00	71.957,18	141.569,63	127.295,17
Pessoal e Encargos Sociais	274.670,00	274.670,00	71.957,18	141.569,63	127.295,17
Pessoal Civil	0,00	0,00	71.957,18	141.569,63	127.295,17
Aposentadorias	0,00	0,00	63.605,08	125.046,22	111.954,37
Pensões	0,00	0,00	8.352,10	16.523,41	15.340,80
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	460.000,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Aposent.entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comp.Prev.de Pensões entre o RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV.-RPPS(INTRA-ORÇAMENT.)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total das Despesas Previdenciárias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	<b>880.670,00</b>	<b>880.670,00</b>	<b>79.065,70</b>	<b>151.109,36</b>	<b>158.532,65</b>

**Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)**      **522.180,00**      **522.180,00**      **440.320,16**      **729.992,62**      **198.699,73**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	274.670,00	274.670,00	81.026,23	81.026,23	0,00
Plano Financeiro	274.670,00	274.670,00	81.026,23	81.026,23	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS - Transferência Financeira	274.670,00	274.670,00	81.026,23	81.026,23	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

passse Recebido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------	------	------	------	------	------

**RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS****Previsão Orçamentária**

Valor	0,00
-------	------

**Período de Referencia**

	Mês	Exercício	Exercício
	Anterior(03/2012)	Anterior(2011)	Atual(2012)
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	102.271,28	78.896,17	148.305,96
Investimentos	7.460.981,80	6.987.822,75	7.727.293,56

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	Exercício
	Inicial	Atualizada	No	Exerc.Atual
			Bimestre	Até o Bim.
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>				
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95
CONTRIB. PATRONAL DOS SERVIDORES ATIVOS	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95
Contrib. Patronal reg. próprio prev.	556.850,00	556.850,00	88.964,99	167.575,95
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	<b>556.850,00</b>	<b>556.850,00</b>	<b>88.964,99</b>	<b>167.575,95</b>

	Dotação	Dotação p/	Despesas Liquidadas	Período de
	Inicial	o Exercício	No	Referência
			Bimestre	Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>				
APLIC.DIR.DEC.OP.ENTRE ORG.FDOS E ENT.IN	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Nominal |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	688.421,31	688.421,31	618.393,45
DEDUÇÕES (II)	2.282.349,76	2.491.039,98	2.163.632,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.286.373,58	2.491.039,98	2.163.632,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-4.023,82	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.593.928,45	-1.802.618,67	-1.545.239,38
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.593.928,45	-1.802.618,67	-1.545.239,38

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	257.379,29	48.689,07

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-255.000,00

## REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	5.197.976,92	5.197.976,92	5.197.976,92
DEDUÇÕES (VIII)	7.066.718,92	7.395.962,34	7.875.599,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.066.718,92	7.395.962,34	7.875.599,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	-1.868.742,00	-2.197.985,42	-2.677.622,60
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	-1.868.742,00	-2.197.985,42	-2.677.622,60

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo do Resultado Primario |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	11.682.191,00	1.972.229,85	3.846.285,56	3.455.241,05
Receita Tributária	432.820,00	127.052,14	177.835,42	141.844,75
IPTU	77.440,00	18.247,73	18.340,99	18.055,42
ISS	87.120,00	40.691,19	51.789,67	28.393,20
IRRF	146.050,00	30.337,56	55.151,92	47.067,37
ITBI	24.200,00	6.223,34	9.898,49	10.613,72
Outras	98.010,00	31.552,32	42.654,35	37.715,04
Receita de Contribuição	1.765.660,00	289.311,56	548.031,91	453.235,88
Receita Previdenciária	241.000,00	44.608,22	84.055,22	67.663,55
Outras Contribuições	218.960,00	34.222,62	66.614,97	61.179,59
Receitas Previdenciárias	652.850,00	105.240,36	198.680,86	162.196,37
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	1.000,00	400,00
Receita Patrimonial	688.760,00	408.839,49	679.027,79	179.819,36
(-) Aplicações Financeiras	688.760,00	408.839,49	678.027,79	179.419,36
Transferências Correntes	9.885.354,00	1.621.326,50	3.246.224,23	2.937.810,21
FPM	4.480.000,00	640.260,52	1.402.123,39	1.289.118,96
ICMS	3.640.000,00	633.950,72	1.248.812,28	1.161.556,46
Outras Transferências	1.765.354,00	347.115,26	595.288,56	487.134,79
Demais Receitas Correntes	251.207,00	39.780,01	71.874,86	84.146,58
Dívida Ativa	15.125,00	1.267,04	2.987,49	6.984,31
Diversas Receitas Correntes	236.082,00	38.512,97	68.887,37	77.162,27
Receitas de Capital (II)	11,00	39.770,15	39.770,15	53.140,00
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	53.140,00
Transferências de Capital	11,00	39.770,15	39.770,15	0,00
Outras Transferências de Capital	11,00	39.770,15	39.770,15	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	11,00	39.770,15	39.770,15	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	11.682.202,00	2.012.000,00	3.886.055,71	3.455.241,05

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.895.372,34	1.919.874,81	3.237.349,53	2.660.039,40
Pessoal e Encargos Sociais	4.634.920,00	763.058,35	1.473.444,41	1.315.609,39
Outras Despesas Correntes	6.155.452,34	1.141.082,07	1.731.229,45	1.344.106,76
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	105.000,00	15.734,39	32.675,67	323,25
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	10.790.372,34	1.904.140,42	3.204.673,86	2.659.716,15
Despesas de Capital (XI)	2.484.244,30	341.450,80	422.137,76	122.255,09
Investimentos	2.289.244,30	322.499,54	380.370,58	84.747,92
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	195.000,00	18.951,26	41.767,18	37.507,17
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	2.289.244,30	322.499,54	380.370,58	84.747,92
Reserva de Conting. (XVI)	24.200,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	438.082,16	727.754,62	0,00
DESP.PRIM.TOT.(XVIII)=X+XV+XVI+XVII	13.103.816,64	2.664.722,12	4.312.799,06	2.744.464,07
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-1.421.614,64	-652.722,12	-426.743,35	710.776,98
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			1.036.016,49	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

298.993,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
|  
| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O

RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno

JOAO MARCOS FERRONATO

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de ARROIO TRINTA

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	344.974,00	344.974,00	96.846,88	137.922,62	39,98
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	85.910,00	85.910,00	19.527,97	20.883,56	24,31
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	77.440,00	77.440,00	18.247,73	18.340,99	23,68
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propri.Terri	1.210,00	1.210,00	0,00	16,14	1,33
1.1.3- Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propri.Terri	6.050,00	6.050,00	1.075,28	2.028,00	33,52
1.1.4- Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.	1.210,00	1.210,00	204,96	498,43	41,19
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	24.200,00	24.200,00	6.223,34	9.898,49	40,90
1.2.1- IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" IT	24.200,00	24.200,00	6.223,34	9.898,49	40,90
1.3 - Receita Resultante do - ISS	88.814,00	88.814,00	40.758,01	51.988,65	58,54
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	87.120,00	87.120,00	40.691,19	51.789,67	59,45
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.	242,00	242,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de	605,00	605,00	66,82	198,98	32,89
1.3.3- Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços	605,00	605,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/S	242,00	242,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	146.050,00	146.050,00	30.337,56	55.151,92	37,76
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendi	140.000,00	140.000,00	28.265,48	52.997,10	37,86
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes - Outros R	6.050,00	6.050,00	2.072,08	2.154,82	35,62
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.692.380,00	10.692.380,00	1.684.410,48	3.466.118,75	32,42
2.1 - Cota Parte do FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	800.325,58	1.752.654,07	31,30
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	5.600.000,00	5.600.000,00	800.325,58	1.752.654,07	31,30
2.2- Cota-Parte do ICMS	4.550.000,00	4.550.000,00	792.438,17	1.561.014,95	34,31
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	28.000,00	28.000,00	4.025,72	8.054,86	28,77
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	91.960,00	91.960,00	12.318,05	22.247,75	24,19
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	2.420,00	2.420,00	21,86	39,16	1,62
2.6- Cota-Parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	75.281,10	122.107,96	29,07
<b>3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)</b>	<b>11.037.354,00</b>	<b>11.037.354,00</b>	<b>1.781.257,36</b>	<b>3.604.041,37</b>	<b>32,65</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	217.330,00	217.330,00	25.204,96	38.697,41	17,81
5.1- Transferências do Salário-Educação	62.920,00	62.920,00	11.514,54	25.006,99	39,74
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNAE	25.000,00	25.000,00	5.760,00	5.760,00	23,04
5.2- Transferências Diretas do FNDE- PNATE	44.000,00	44.000,00	7.930,42	7.930,42	18,02
5.2- Outras Transferências Diretas do FNDE	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Transporte Escolar Ensino Fundamental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências de Convênio dos Estados	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00
6.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transporte Escolar Ensino Fundamental	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO</b>	<b>277.330,00</b>	<b>277.330,00</b>	<b>25.204,96</b>	<b>38.697,41</b>	<b>13,95</b>



[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de ARROIO TRINTA

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.138.476,00	2.138.476,00	336.881,80	693.223,11	32,42
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	160.065,06	350.530,68	31,30
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	910.000,00	910.000,00	158.487,45	312.202,67	34,31
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	5.600,00	5.600,00	805,14	1.610,96	28,77
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	18.392,00	18.392,00	2.463,69	4.449,64	24,19
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	484,00	484,00	4,37	7,83	1,62
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	84.000,00	84.000,00	15.056,09	24.421,33	29,07
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	608.630,00	608.630,00	129.222,27	253.102,76	41,59
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	605.000,00	605.000,00	128.784,71	252.236,29	41,69
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	3.630,00	3.630,00	437,56	866,47	23,87
<b>12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)</b>	<b>1.533.476,00</b>	<b>1.533.476,00</b>	<b>208.097,09</b>	<b>440.986,82</b>	<b>28,76</b>
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)					
DESPESAS DO FUNDEB	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	517.880,00	517.880,00	92.866,02	182.869,84	35,31
13.1 - Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	28.768,81	55.518,14	42,71
13.2 - Com Ensino Fundamental	387.880,00	387.880,00	64.097,21	127.351,70	32,83
14.0 - OUTRAS DESPESAS	90.750,00	110.806,47	25.537,94	45.594,41	41,15
14.1 - Com Educação Infantil	42.350,00	42.350,00	10.920,19	10.920,19	25,79
14.2 - Com Ensino Fundamental	48.400,00	68.456,47	14.617,75	34.674,22	50,65
<b>15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)</b>	<b>608.630,00</b>	<b>628.686,47</b>	<b>118.403,96</b>	<b>228.464,25</b>	<b>36,34</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	20.056,47
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>20.056,47</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11.0) x 100)</b>	<b>% 64,33</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012</b>	<b>20.056,47</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Previsão		Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
<b>22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)</b>	<b>2.759.338,50</b>	<b>2.759.338,50</b>	<b>445.314,34</b>	<b>901.010,34</b>	<b>32,65</b>
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	370.350,00	370.350,00	72.304,53	121.339,91	32,76
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	172.350,00	172.350,00	39.689,00	66.438,33	38,55
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	198.000,00	198.000,00	32.615,53	54.901,58	27,73
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.138.791,25	1.158.847,72	232.191,10	409.791,23	35,36
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	436.280,00	456.336,47	78.714,96	162.025,92	35,51
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	702.511,25	702.511,25	153.476,14	247.765,31	35,27
25.0 - ENSINO MEDIO	84.700,00	169.400,00	15.852,96	15.852,96	9,36



[ www.cplinformatica.com.br ]

003

CONSOLIDADO

Município de ARROIO TRINTA  
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	87.000,00	174.000,00	18.667,47	19.610,94	11,27
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	33.000,00	101.000,00	53.000,00	56.000,00	55,45
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>1.713.841,25</b>	<b>1.973.597,72</b>	<b>392.016,06</b>	<b>622.595,04</b>	<b>31,55</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

	Valor
30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	440.986,82
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	866,47
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	20.056,47
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	420.063,88
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	951.195,02

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 26,39

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	62.920,00	101.920,00	60.316,50	64.641,90	63,42
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	105.210,00	105.210,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	168.130,00	207.130,00	60.316,50	64.641,90	31,21
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.881.971,25	2.180.727,72	452.332,56	687.236,94	31,51

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2011 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

	VALOR	
	FUNDEB(b)	FUNDEF
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	20.056,47	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	252.236,29	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	228.464,25	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	866,47	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	44.694,98	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/0  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/0

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



DOM/SC

Assinado Digitalmente

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

| Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	2.484.244,30	341.450,80	422.137,76	2.062.106,54
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	2.484.244,30	341.450,80	422.137,76	2.062.106,54
--------------------------------	--------------	------------	------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-2.484.244,30	-341.450,80	-422.137,76	-2.062.106,54
-------------------	---------------	-------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de ARROIO TRINTA	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL	

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
RECEITAS			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
DESPESAS			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	39.169,39	0,00	39.169,39

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	11.037.354,00	11.037.354,00	3.604.041,37	32,65
Impostos	344.974,00	344.974,00	137.922,62	39,98
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	77.440,00	77.440,00	18.340,99	23,68
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/os Rendimentos	140.000,00	140.000,00	52.997,10	37,86
Imp.de Renda Retido nas Fontes - Outros Rendimen	6.050,00	6.050,00	2.154,82	35,62
IMPOSTO S/TRANSMISSÃO DE "INTER VIVOS" ITBI	24.200,00	24.200,00	9.898,49	40,90
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	87.120,00	87.120,00	51.789,67	59,45
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	1.210,00	1.210,00	16,14	1,33
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serv.de Qua	242,00	242,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da D Ativa do Imp.s/Prop.	1.210,00	1.210,00	498,43	41,19
Multas e Juros de Mora da D. Ati. Imp.s/Ser. Qua	242,00	242,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros	605,00	605,00	198,98	32,89
Receita da Dívida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urban	6.050,00	6.050,00	2.028,00	33,52
Receita da Dívida Ativa Imp. s/ Serviços Qualq.N	605,00	605,00	0,00	0,00
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.692.380,00	10.692.380,00	3.466.118,75	32,42
da União	5.630.420,00	5.630.420,00	1.760.748,09	31,27
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	5.600.000,00	5.600.000,00	1.752.654,07	31,30
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	2.420,00	2.420,00	39,16	1,62
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	28.000,00	28.000,00	8.054,86	28,77
do Estado	5.061.960,00	5.061.960,00	1.705.370,66	33,69
Cota-Parte do ICMS	4.550.000,00	4.550.000,00	1.561.014,95	34,31
Cota-Parte do IPVA	420.000,00	420.000,00	122.107,96	29,07
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	91.960,00	91.960,00	22.247,75	24,19
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	378.001,00	378.001,00	144.529,86	38,24
da União para o Município	264.001,00	264.001,00	105.537,51	39,98
Rec.Remuneração Dep.Bancarios Vinc. Fundo Mun. d	1.000,00	1.000,00	2.212,07	221,21
Piso de Atenção Básica PAB	70.000,00	70.000,00	27.360,15	39,09
PSF	80.000,00	80.000,00	33.500,00	41,88
Agentes Comunitários PACS	72.000,00	72.000,00	37.936,00	52,69
Farmácia Básica	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00	3.109,24	25,91
Epidemiologia e Controle de Doenças	8.000,00	8.000,00	120,05	1,50
Outros Prog.Fin. Transf. Fundo a Fundo	1.000,00	1.000,00	1.300,00	130,00
Convênio Ação Nº 017	1,00	1,00	0,00	0,00
do Estado para o Município	114.000,00	114.000,00	38.992,35	34,20
SUS Farmacia Basica	18.000,00	18.000,00	9.305,13	51,70
SUS - Média e Alta Complexidade - MAC	28.000,00	28.000,00	6.241,39	22,29
Vig. Sanitária	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
PSF- Cofinanciamento	16.000,00	16.000,00	7.445,83	46,54
NASF	48.000,00	48.000,00	16.000,00	33,33
(-)Dedução para o Fundef	-2.138.476,00	-2.138.476,00	-693.223,11	32,42
Total de Receita de Impostos	9.276.879,00	9.276.879,00	3.055.348,12	32,94



+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

Município de ARROIO TRINTA CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL |

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Despesas com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
(Por Grupo de Natureza da Despesa)	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.194.512,35	2.227.730,09	761.168,45	34,17
Pessoal e Encargos Sociais	1.376.000,00	1.380.000,00	445.855,38	32,31
Outras Despesas Correntes	818.512,35	847.730,09	315.313,07	37,19
Despesas de Capital	119.002,00	251.002,00	7.997,60	3,19
Investimentos	119.002,00	251.002,00	7.997,60	3,19
Total	2.313.514,35	2.478.732,09	769.166,05	31,03

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	769.166,05	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	376.000,00	409.217,74	116.003,41	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	376.000,00	409.217,74	116.003,41	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	653.162,64	0,00

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saude	Aplic.Min. em 2011(e)	Aplic.Apurada em 2011(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2011	Can.em 2012(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	15,00	-1.751,25	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2011				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na  
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15% 18,12

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	2.261.513,35	2.423.231,09	767.110,46	99,73
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	28.000,00	28.000,00	650,00	0,08
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	16.000,00	16.000,00	156,00	0,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	8.000,00	11.500,00	1.249,59	0,16
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
ABASTECIMENTO	1,00	1,00	0,00	0,00
Total	2.313.514,35	2.478.732,09	769.166,05	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	376.000,00	409.217,74	116.003,41	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	376.000,00	409.217,74	116.003,41	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Próprias com Saúde	2.313.514,35	2.478.732,09	653.162,64	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

## Município de ARROIO TRINTA

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	12.370.962,00
Previsão Atualizada da Receita	0,00	12.370.962,00
Receitas Realizadas	2.420.839,49	4.564.083,50
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	1.036.016,49
Déficit Orçamentário	0,00	1.829.704,64

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	12.370.962,00
Dotação Atualizada	0,00	14.200.666,64
Despesas Empenhadas	2.455.312,28	5.795.270,28
Despesas Liquidadas	2.261.325,61	3.659.487,29
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	2.455.312,28	5.795.270,28
Despesas Liquidadas	2.261.325,61	3.659.487,29

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	12.525.310,48

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	519.385,86	881.101,98
Despesas Previdenciárias (IV)	79.065,70	151.109,36
Resultado Previdenciário (III-IV)	440.320,16	729.992,62

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	-255.000,00	48.689,07	-19,0938
Resultado Primario	298.993,00	-426.743,35	-142,7269

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	4.023,82	0,00	4.023,82	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	219.893,45	0,00	213.625,28	6.268,17
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de ARROIO TRINTA

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A ABRIL 2012/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	26,3925
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	64,327
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	422.137,76	2.062.106,54

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	881.101,98	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	151.109,36	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	729.992,62	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	0,00

Limites Constitucionais Anuais			
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Valor Apurado		%Aplicado
	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	653.162,64	15,00	18,12

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

SEC. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
NELSON CAMPAGNIN

CONTADOR CRC/SC 025.868/O  
RONIVAN BRANDALISE - 025.868/O

Responsável pelo Controle Interno  
JOAO MARCOS FERRONATO



## Ascurra

### PREFEITURA

#### Edital de Pregão 13/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA  
EDITAL DE PREGÃO N. 13/2012

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 25/05/2012, PREGÃO PRESENCIAL, REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 10 de maio de 2012.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Aviso de Pregão (Presencial) 108/2012- PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 108/2012- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA PLOTER A0 PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 28 maio, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 28 maio, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 9 de maio de 2012.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
EM EXERCÍCIO

#### Retificação Referente ao Pp23/2012-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
RETIFICAÇÃO REFERENTE AO PP23/2012-FMAS

Comunicamos às empresas interessadas no PP23/2012-FMAS que tem como objeto "a aquisição de material de limpeza e higiene para uso da Casa Lar, CCI, CRAS, CREAS, RECRIA e FMAS, que fica retificado o Anexo I do edital, sendo que as informações estão disponíveis no site da Prefeitura de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br).

Diante do exposto, fica marcada a data de abertura da sessão licitatória correspondente ao referido processo para o dia 24/05/2012, às 14:00 horas, sendo que a entrega dos envelopes de Proposta de Documentação deverá ser feita no dia 24/05/2012 até 13:30 horas, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.

Biguaçu, 09 de maio de 2012.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal  
EM EXERCÍCIO

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preço 2/2012 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/2

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012

Número do Registro de Preços: 2/2012      Data do Registro: 10/05/2012      Válido até: 10/05/2013

Objeto da Compra: Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Arroz (pct c/ 5 kg) (349)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	DO VALE	0	6,5000	1
2	Farinha de Trigo (pct c/ 5kg) (350)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	NORDESTE	0	8,0500	1
3	Açúcar Refinado (pct c/ 5kg) (351)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CARAVELAS	0	9,6500	1
4	Fubá grosso (pct c/ 1kg) (352)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SINHA	0	1,2200	1
5	Farinha de mandioca (pct c/ 1kg) (353)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SANTA RITA	0	2,3200	1
6	Feijão Preto (pct c/ 1kg) (355)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	CRAVIL	0	2,3200	1
7	Sal refinado (pct c/ 1kg) (356)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	ZIZO	0	0,9000	1
8	MACARRÃO PARAFUSO C/ OVOS (PCT DE 500 GR) (301)	KG	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	1,3000	1
9	Aletria com ovos (pct c/ 500gr) (358)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	3,0000	1
10	BISCOITO DOCE SORTIDO (PCT 800 GR) (287)	PCT	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	GERMANI	0	4,8500	1
11	Óleo de soja refinado 900ml (359)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	3,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2012****Número do Registro de Preços: 2/2012      Data do Registro: 10/05/2012      Válido até: 10/05/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de cestas básicas para famílias carentes do município.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	MARGARINA C/ SAL (POTE 500GR) (247)	UND	COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA (6001)	SOYA	0	1,5000	1

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2012****PROCESSO Nº 2/2012**

(6001) - COOP.REG.AGROP.ALTO VALE DO ITAJAI LTDA

BRACO DO TROMBUDO , 10 de Maio de 2012.

## Ata de Registro Preço 16/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

Número do Registro de Preços: 16/2011      Data do Registro: 12/05/2011      Válido até: 12/05/2012  
Objeto da Compra: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ABOBRINHA, unidades de tamanho médio, unidades íntegras, fresca e limpas, sem machucados. (8146)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ITALIA	0	3,7121	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,7200	2
2	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	8,6480	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGTE	0	8,7500	2
3	AIPIM descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados (8166)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	3,8113	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,8200	2
4	ALFACE LISA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (8143)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	LISA	0	1,4766	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,4800	2
5	ALHO graúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	1,0776	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,0800	2
6	Arroz (pct de 5 kg) (7434)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DO VALE	0	5,6089	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STACK	0	5,6831	2
7	BACON (5340)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	15,4295	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	15,5642	2
8	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,2372	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,2400	2
9	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,0753	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,0800	2
10	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,7959	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,8000	2
11	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,2150	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,2200	2
12	BIFE DE COXÃO MOLE BOVINO, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8182)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	13,5698	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	13,6812	2
13	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINESA	0	3,3723	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,3800	2
14	caldo de bacon (cx c/ 6 und) (7503)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0785	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,1006	2
15	caldo de feijão (cx c/ 6 und) (7504)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,0785	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços: 16/2011      Data do Registro: 12/05/2011      Válido até: 12/05/2012**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,1006	2
16	caldo de galinha (cx c/ 6 und) (7502)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNORR	0	1,3689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,3696	2
17	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAGGI	0	1,1615	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,1658	2
18	CANELA EM PÓ (3025)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1615	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	1,1821	2
19	CARNE BOVINA MOIDA DE 1°, fresca, isenta de cartilagens, ossos. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso, registro do produto no SIF ou CISPOA. (8186)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	13,2062	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	13,3047	2
20	CARNE BOVINA tipo COXÃO MOLE, fresca, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8189)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	13,5698	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	13,6812	2
21	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso. Registro do produto no SIF ou CISPOA. (8184)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	8,4791	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	8,5351	2
22	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,5265	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,5300	2
23	CEBOLINHA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr (8168)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VERDE	0	1,3370	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,3400	2
24	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	3,6018	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,6100	2
25	CHUCHU, unidades íntegras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,7760	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,7800	2
26	COSTELA SUINA, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8183)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FRIGOWIL	0	9,1733	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	9,2463	2
27	COUVE-FLOR, unidades frescas e limpas, com cor característica, sem machucados. (8160)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,1206	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	4,1300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços: 16/2011**      **Data do Registro: 12/05/2011**      **Válido até: 12/05/2012**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	COXA COM SOBRECORA DE FRANGO, fresca e ou congelada. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8188)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MACEDO	0	3,5981	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	3,6197	2
29	DOBRADINHA (búcho bovino), fatiado, limpo, sem acúmulo de líquidos, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8170)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	6,5287	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	6,5687	2
30	ERVILHA (LTA DE 200 GR) (1559)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	0,7882	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GOIAS VERDES	0	0,8071	2
31	EXTRATO DE TOMATE (LT 840 GR) (6293)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	QUERO	0	3,5871	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	QUERO	0	3,6172	2
32	Farinha de mandioca (pct de 1 kg) (7443)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANTA RITA	0	2,0707	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	2,0741	2
33	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANNASTER	0	2,3147	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ZAELI	0	2,3234	2
34	Farinha de trigo especial (pct 5kg) (7444)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NORDESTE	0	5,9431	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NORDESTE	0	6,0149	2
35	FEIJÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (8163)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	3,2726	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,2800	2
36	FEIJÃO VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. (8145)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,1306	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	4,1400	2
37	FEIJÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (8164)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	4,6195	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	JUREIA	0	4,6300	2
38	FERMENTO QUIMICO.(Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (2382)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ROYAL	0	3,4811	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	3,5011	2
39	FUBÁ DE MILHO PRÉ COZIDO (PCT 500 GR) (5675)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	1,3689	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLENTINA	0	1,3778	2
40	GALINHA CAIPIRA, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8169)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	3,6528	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BIG FRANGO	0	3,6651	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços: 16/2011**      **Data do Registro: 12/05/2011**      **Válido até: 12/05/2012**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	LARANJA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8150)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	2,4045	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,4100	2
42	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MIMI	0	1,7405	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	AUROLAT	0	1,7520	2
43	LÍNGUA BOVINA LIMPA (5551)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	7,9336	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	7,9912	2
44	LINGÜIÇA MISTA, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8175)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	9,3055	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	INACIO	0	9,3718	2
45	LINGUICINHA DE FRANGO (5550)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	5,0577	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	5,1043	2
46	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,6222	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	0,6277	2
47	MAÇÃ FUJI, vermelha, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados (8149)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FUJJI	0	2,9832	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,9900	2
48	Macarrão espaguete furadinho c/ ovos (pct 500gr) (7505)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ORQUIDEA	0	1,6095	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GERMANI	0	1,6223	2
49	MACARRÃO FRESCO tipo TALHARIM, pct 500gr (8173)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NISSIM	0	3,2284	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DBOA	0	3,2771	2
50	Macarrão parafuso c/ ovos (pct 500gr) (7674)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ORQUIDEA	0	1,4519	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GERMANI	0	1,4674	2
51	MACARRÃO TIPO PENNE com ovos, embalagem de 500g (8178)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GERMANI	0	1,6468	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ORQUIDEA	0	1,6510	2
52	MAMÃO FORMOSA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8151)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	3,4621	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,4700	2
53	MANJERICÃO seco em flocos, pacote com 5g (8181)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRETZKE	0	1,0680	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BRETZKE	0	1,0785	2
54	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado (nata), pacote de 500g (8193)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DO VALE	0	7,8182	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TIROL	0	7,8816	2
55	Margarina com sal (pt de 500 gr) (7450)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	1,1615	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços: 16/2011**      **Data do Registro: 12/05/2011**      **Válido até: 12/05/2012**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SOYA	0	1,1821	2
56	MILHO ( LTA DE 200 GR) (1560)	LTD	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	0,8213	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GOIAS VERDES	0	0,8642	2
57	MÚSCULO BOVINO, sem osso, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8174)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	8,4460	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	8,4932	2
58	Óleo de soja refinado 900 ml (7451)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SOYA	0	2,5599	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PURITY	0	2,5719	2
59	ORÉGANO (100GR) (6147)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,8667	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	1,8751	2
60	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem (8191)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	RONCHI	0	3,0124	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FRIOLAR	0	3,0412	2
61	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KI SABOR	0	3,1795	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KI SABOR	0	3,2190	2
62	PEITO DE FRANGO com osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8192)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	5,4296	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MACEDO	0	5,4390	2
63	PEIXE TIPO CARPA, limpo (sem cabeça, sem pele), sem acúmulo de líquido (8171)	KG	PESQUE E PAGUE WETZEL - LEILA ARIANE WETZEL ME.. (8686)	WETZEL	0	8,0000	1
64	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAIPIRA	0	2,3946	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,4000	2
65	PERNIL SUINO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8176)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	FRIGOWIL	0	6,2973	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	6,3176	2
66	PIMENTA EM PO (1943)	TB	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,4934	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	1,5000	2
67	PIMENTÃO VERDE, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (8162)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,4322	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	3,4400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços: 16/2011      Data do Registro: 12/05/2011      Válido até: 12/05/2012**

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	QUEIJO tipo MUSSARELA, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (8190)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PASSO MANSO	0	13,6029	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	13,7231	2
69	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHA	0	4,7392	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	4,7500	2
70	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	2,0853	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,0900	2
71	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GLOBO	0	0,8711	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ZIZO	0	0,8723	2
72	SALSA LISA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr (8167)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VERDE	0	1,3370	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	1,3400	2
73	SUCO EM PÓ, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, nos sabores uva, tangerina, morango, manga, maçã, limão e laranja. (8180)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIKO	0	0,5808	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TRINK	0	0,6033	2
74	TEMPERO EM PASTA completo, pote com 300gr (8179)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KALUKE	0	1,1698	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	1,1740	2
75	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	2,7438	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	RIO SUL	0	2,7500	2
76	Vinagre de 900ml (7460)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENNING	0	0,7052	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/7

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2011**

**Número do Registro de Preços:** 16/2011      **Data do Registro:** 12/05/2011      **Válido até:** 12/05/2012  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HENNING	0	0,7174	2

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2011****PROCESSO Nº 28/2011**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(6852) - NELSON KNAUL ME

(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

(8686) - PESQUE E PAGUE WETZEL - LEILA ARIANE WETZEL ME..

BRACO DO TROMBUDO , 12 de Maio de 2011.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 244 (Republicada por Incorreção)

LEI COMPLEMENTAR Nº 244, de 11 de abril de 2012.

Altera o Anexo I, previsto no art. 3º, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Altera o Anexo I, Cargos dos Grupos Ocupacionais - Superior e Técnico Profissional, previsto no art. 3º, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, alterada pela Lei Complementar nº 215, de 25 de abril de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, que fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de abril de 2012.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ  
Secretário Da Fazenda.

ANEXO I - CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – SUPERIOR					
CARGO	VENCIMENTO	REFE- RÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
ANALIS- TA DE SISTEMAS -290	3.042,87	37	35	2	Curso Superior em Análise de Sistemas
ASSIS- TENTE SOCIAL - 68	3.042,87	37	30	15	Curso Superior em Assistência Social com registro no respectivo Conselho de classe
AUDITOR DE CON- TROLE INTERNO - 09	3.951,74	38	35	1	* Curso Superior em Administração, Ciências Contábeis ou Direito com registro no respectivo Conselho de classe
BIÓLOGO - 293	3.042,87	37	35	1	Curso Superior em Biologia com registro no respectivo Conselho de classe

BIOQUÍ- MICO - 01	3.951,74	38	35	5	Curso Superior em Farmácia e Bioquímica com registro no respectivo Conselho de classe
CONTA- DOR - 11	3.951,74	38	35	2	Curso Superior em Ciências Contábeis com registro no respectivo Conselho de classe
ENFER- MEIRO - 100	3.042,87	37	35	20	Curso Superior em Enfermagem com registro no respectivo Conselho de classe
ENGE- NHEIRO AGRÔNOMO - 35	3.951,74	38	35	2	Curso Superior em Agronomia com registro no respectivo Conselho de classe
ENGE- NHEIRO CIVIL - 213	3.951,74	38	35	2	Curso Superior em Engenharia Civil com registro no respectivo Conselho de classe
ENGE- NHEIRO SANITÁ- RISTA - 299	3.951,74	38	35	1	Curso Superior em Engenharia Sanitária com registro no respectivo Conselho de classe
FARMA- CÊUTICO - 13	3.042,87	37	35	5	Curso Superior em Farmácia com registro no respectivo Conselho de classe
FISCAL SANITÁ- RISTA -498	3.042,87	37	35	2	Curso Superior com especialização na área de atuação com registro no respectivo Conselho de Classe
FISCAL TRIBU- TARISTA - 16	3.042,87	37	35	4	Curso Superior em Ciências Contábeis, Direito ou Administração com respectivo registro no Conselho de classe
FISIOTE- RAPEUTA	1.738,21	21	20	5	Curso Superior em Fisioterapia com respectivo registro no Conselho de classe
FONOAU- DIÓLOGO - 499	3.042,87	37	35	2	Curso Superior em Fonoaudiologia com respectivo registro no Conselho de classe
JORNA- LISTA20 - 719	2.119,51	29	20	1	Curso Superior em Jornalismo com respectivo registro no Conselho de classe
MÉDI- CO11 - 832	5.519,22	33	10	20	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina
MÉDICO - 84	5.038,47	39	20	20	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina

MÉDICO11 - 85	10.076,94	40	40	4	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina
MÉDICO INFECTOLOGISTA	5.038,47	39	20	1	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina
MÉDICO PSIQUIATRA	5.038,47	39	20	1	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina
MÉDICO PSIQUIATRA	10.076,94	40	40	1	Curso Superior em Medicina com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina
MÉDICO VETERINÁRIO11 - 34	3.951,74	38	35	2	Curso Superior com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional em Santa Catarina
NUTRICIONISTA11 - 89	3.951,74	38	35	2	Curso Superior em Nutrição com respectivo registro no Conselho de classe
ODONTÓLOGO - 48	3.042,87	37	20	20	Curso Superior em Odontologia com respectivo registro no Conselho de classe
ODONTÓLOGO	1.521,68	17	10	10	Curso Superior em Odontologia com respectivo registro no Conselho de classe
PEDAGOGO	1.877,78	25	40	3	Curso Superior em Pedagogia com respectivo registro no Conselho de classe
PSICÓLOGO11 - 106	3.042,87	37	35	10	Curso Superior em Psicologia com respectivo registro no Conselho de classe
TECNÓLOGO EM ALIMENTOS - 14	3.951,74	38	35	2	Curso Superior em Tecnologia de Alimentos com registro no respectivo Conselho de classe
TERAPEUTA OCUPACIONAL	2.962,63	36	30	3	Curso Superior em Terapia Ocupacional com registro no respectivo Conselho de classe

**ANEXO I - CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – TÉCNICO-PROFISSIONAL**

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
TÉCNICO EM AGRIMENSURA	2.207,34	30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - 258	2.207,34	30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	2.207,34	30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	2.207,34	30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM DESENHOS	2.207,34	30	35	4	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 108	2.207,34	30	35	15	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM HIGIENE DENTAL - 326	2.207,34	30	35	5	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área.
TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS	2.207,34	30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM PROG. DE COMPUTADOR - 278	2.207,34	30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área.
TÉCNICO EM SECRETARIADO - 191	2.207,34	30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - 72	2.207,34	30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO LEGISLATIVO - 221	2.207,34	30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.

TÉCNICO TRIBUTÁRIO	2.207,34	30	35	4	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área.
TÉCNICO EM REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS	2.207,34	30	35	3	Ensino Médio e Curso Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos (com certificado reconhecido pelo MEC)
OPERADOR DE ESTAÇÃO AERONÁUTICA	3.042,87	37	35	2	Certificado de conclusão do 2º grau e certificado de conclusão do curso CNS 005 ou outro realizado em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica ou por este homologado como Curso de Operador de Estação Aeronáutica que permitam o desempenho do cargo.

**Decreto Nº 5.214**

DECRETO Nº 5.214, de 03 de maio de 2012.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, na importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), com a seguinte classificação:

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.1.71.00.17 - Consórcios Públicos R\$ 30.000,00

3.3.71.00.17 - Consórcios Públicos R\$ 320.000,00

4.4.71.00.17 - Consórcios Públicos R\$ 10.000,00

Soma R\$ 360.000,00

Total R\$ 360.000,00

(trezentos e sessenta mil reais).

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificada no art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, na importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais):

**02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**

15.452.0021.2.079 - Ampliação e Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.00.17 - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00

Total R\$ 360.000,00

(trezentos sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de maio de

2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS  
Secretário De Infraestrutura.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário Da Fazenda.

**Decreto Nº 5.215**

DECRETO Nº 5.215, de 03 de maio de 2012.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, na importância de R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais), com a seguinte classificação:

**02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

3.3.90.00.0055 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

4.4.90.00.0054 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

4.4.90.00.0055 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Soma R\$ 590.000,00

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00.0056 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Soma R\$ 300.000,00

Total R\$ 890.000,00

(oitocentos e noventa mil reais).

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificada no art. 1º, fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, na importância de R\$ 890.000,00 (oitocentos e noventa mil reais):

**02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

06.181.0004.2.016 - Manutenção da Segurança Pública

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Soma R\$ 590.000,00

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Soma R\$ 300.000,00

Total R\$ 890.000,00

(oitocentos e noventa mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de maio de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ  
Secretário Da Fazenda.



**Decreto Nº 5.217**

DECRETO nº 5.217, de 03 de maio de 2012.

Substitui Gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.436, de 20/04/2007, e Decreto nº 1.646, de 23/10/97,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica substituída a Servidora Pública Municipal CLEONY LOPES BARBOZA FIGUR pela Servidora Pública Municipal EUNICE LINHARES FLECK como Gestora do Fundo Municipal da Infância e Adolescência- FIA do Município de Caçador, a contar de 02 de abril de 2012.

Parágrafo único. A designação da Tesoureira constante no Decreto nº 5.144, de 08 de fevereiro de 2012, permanece inalterada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de maio de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Aviso de Licitação Inexigibilidade 01-2012 Cultura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Fundação Municipal de Cultura de Caçador/SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

A Fundação Municipal de Cultura de Caçador/SC torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 01/2012 para a contratação de arte para confecção de três estátuas de concreto, sendo duas do Monge João Maria e uma do fundador do Município Francisco Correa de Mello, através do artesão senhor Eloir Todeschini/CPF nº 467.028.819-91 residente nesta cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), pelo prazo de (06) seis meses para entrega nos locais a serem determinados pela Fundação, de conformidade com o artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 09 de Maio de 2012.

PATRICIA BEAL DE CORDOVA CRUZ

Presidente da Fundação.

**Aviso de Licitação Pr 45-2012 Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Gabinete do Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2012

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO TECNICO SOCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - RESIDENCIAL MEU LAR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 25/05/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 25/05/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de maio de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal

**Aviso Licitação Pr 17-2012 Saúde**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 17/2012 - FMS

TIPO: Menor Preço

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 02 MICROSCÓPIOS DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 31/05/2012.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 31/05/2012.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Sito Rua Brasília, 1.111, e-mail:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 09 de maio de 2012.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária Municipal de Saúde

**Ata da Comissão do Processo de Seleção Simplificado**

ATA DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 04/2012 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Aos quatro dias do mês de Maio de 2012, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 04/2012, formada pelas seguintes integrantes, Diala Marchi Gonçalves Bridi, Anemari Socreppa Buscarons, Ivonete Ruppel, Vera Lúcia Lipka Neves e Osmar Pavelski, reunidos no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, após a análise dos Recursos interpostos, decidiram:

Adriano Luiz Maffessoni	Parcialmente Deferido
Talitta Padilha Machado	Indeferido

Desta forma, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 04/2012, publica a classificação final para o cargo de Fisioterapeuta:

**RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO**

Nome do Cargo: FISIOTERAPEUTA

**Critérios de Desempate**

Classificação	Candidato	Experiência Profissional	Filhos	Idade	Pontuação Final
1º	Sérgio Luiz Figuerôa				167,20
2º	Jaile Torri				62,5
3º	Adriano Luiz Maffessoni				35,0
4º	Talitta Padilha Machado				31,0
5º	Edilaine Criminacio de Oliveira				24,9
6º	Paula Maleske				21,5
7º	Tâmanny Pavelski				12,1

Desta forma, encaminhamos para publicação, abrindo-se, nos termos do item 11.1, do Edital nº 04/2012, o prazo para interposição de recursos.

Caçador (SC), 04 de Maio de 2012.  
DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI  
Assessora de Gabinete do Prefeito

IVONETE RUPPEL  
Secretária Escolar

ANEMARI SOCREPPA BUSCARONS  
Procuradora do Município

VERA LÚCIA LIPKA NEVES  
Presidente da FMEC  
Osmar Pavelski  
Diretor Técnico da FMEC

### **Editais de Contribuição de Melhoria Número 25/2012** EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NÚMERO 25/2012 CAUÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR faz saber aos interessados que recebeu REQUERIMENTO (abaixo assinado) protocolado sob o nº 2.646/2012, de proprietários de imóveis lindeiros à Rua ITAPIRANGA, no Bairro Dos Municípios, solicitando projeto de pavimentação, enquadrada no programa de obras secundárias, em concordância com o Código Tributário Municipal – Lei 54/83 – artigos 70, II e 71.

As obras de pavimentação asfáltica com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente serão realizadas na Rua ITAPIRANGA, no Bairro Dos Municípios, partindo da Rua Itaiópolis até chegar ao seu final após a Rua Áustria, com área total de pavimentação igual a 1.487,86 m<sup>2</sup> e somatório das testadas igual a 333,70 metros lineares.

#### **CARACTERIZAÇÃO DA RUA:**

Nome: ITAPIRANGA  
Bairro: MUNICIPIOS  
Somatório de testadas: 333,70 metros lineares  
Área de pavimentação: 1.487,86 m<sup>2</sup>

#### **MEMORIAL DESCRITIVO**

As obras compreenderão a execução dos seguintes serviços:  
Serviços de regularização da pista  
Transporte de materiais  
Serviços de Pavimentação com CAUQ – Concreto Asfáltico Usinado a Quente e Dimensionamento conforme Planilha de orçamento descrita abaixo.  
Serviços de Sinalização

#### **DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS**

São beneficiadas as zonas formadas pelos imóveis lindeiros às obras situadas na rua a que se refere o presente edital, sendo o fator de absorção do benefício da valorização, da ordem de 100% (cem por cento) do custo das obras, até o limite da valorização imobiliária, a ser apurada mediante avaliação de comissão especialmente nomeada para este fim pelo Prefeito Municipal, nos termos do disposto no art. 69, § 2º do Código Tributário Municipal.  
**ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

A determinação do custo da obra do presente Edital refere-se à execução dos serviços discriminados no memorial descritivo acima, e de acordo com os custos especificados em anexo, nos quais

se encontram relacionados todos os serviços com suas quantidades, custos unitários e totais, resultando ao final o custo da obra, além dos valores de cobrança da Contribuição de Melhoria por metro linear de testada, conforme discriminação constante do quadro a seguir:

ESPECIFICAÇÕES E SERVIÇOS	UN	QTDE.	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO TOTAL À VISTA R\$
Locação com aparelho topográfico	M	188,00	0,47	88,36
Regularização e compactação subleito	M2	1.487,86	1,49	2.216,91
Escavação mecânica em material de 1ª categoria	M3	32,66	1,95	63,69
Drenagem Pluvial com tubos de 0,30m	M	181,44	20,24	3.672,35
Reaterro de valas com brita 2	M3	19,83	44,00	872,71
Bocas de Lobo	UN.	2,00	785,46	1.570,92
Camada de Brita 2 para forro (nivelada e compactada)	M³	53,56	43,00	2.303,21
Camada de Macadame Seco (nivelada e compactada)	M³	214,25	47,00	10.069,84
Camada Base de Brita Graduada (nivelada e compactada)	M³	142,83	43,00	6.141,89
Imprimação com CM- 30	Ton.	1,97	2.090,00	4.119,63
Pintura de Ligação com RM 1C	Ton.	1,22	1.210,00	1.482,02
Camada Asfáltica com CAUQ.	Ton.	185,98	133,77	24.879,31
Meio Fio de Concreto Simples (moldado in loco)	ML.	376,00	33,64	12.650,14
Sinalização Horizontal	M2	75,20	19,51	1.467,38
Sinalização Vertical	UN.	7,00	151,16	1.058,09
Custo com equipamentos e máquinas	Vb.	1,00	16.515,37	21.796,93
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>94.453,37</b>
PARTICIPAÇÃO DA PREFEITURA (INCENTIVO)				47.226,68
			<b>TOTAL</b>	<b>47.226,68</b>

#### **DIMENSIONAMENTO:**

Forro= 3,00cm;  
Macadame seco= 12,00cm;  
Base de brita graduada = 8,00cm; e  
Capa (Camada de CAUQ) = 5,00cm.

#### **VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA INDIVIDUAL**

O custo da contribuição de melhoria para o contribuinte foi calculado de conformidade com o disposto na Lei 54/83 (Código Tributário Municipal) no caput do seu art. 74 como segue abaixo:

$$CMI = VO \times AI \\ SAT$$

**SENDO:**

CMI = Valor a ser pago individualmente a título de Contribuição de Melhoria

VO = Custo Total da Obra

AI = Testada em metros lineares do imóvel

SAT = Somatório das testadas em metros lineares de todos os imóveis beneficiados com a obra pública.

CUSTO METRO QUADRADO = R\$ 31,74 /m2.

CUSTO METRO LINEAR = R\$ 141,52 /ml (sem a mão-de-obra) 1.

**OBSERVAÇÕES**

6.1 – É fixado o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital para a impugnação pelos proprietários de qualquer dos elementos nele referidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova, devendo fazê-lo por meio de petição escrita e protocolada no setor competente da Prefeitura Municipal.

6.2 – Ficam cientificados os proprietários interessados que, antes do início das obras de pavimentação, deverão providenciar as novas ligações domiciliares de água ou outro motivo qualquer, conforme especifica a Lei 54/83 de 15/12/83 (Código Tributário Municipal), em seu artigo 53, § 3º.

6.3 - O custo da obra será lançado aos proprietários sobre seu valor total, considerada a participação do município referente aos terrenos públicos (áreas verdes e institucionais e outras áreas públicas de sua propriedade) e também considerado o custo dos meios dos cruzamentos de rua.

6.4 - Em cumprimento aos termos do Código Tributário, artigo 71, parágrafo 2º, o valor total da Caução do presente projeto é de no mínimo 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

6.5 - Os beneficiários da obra poderão optar individualmente pela participação na caução com um percentual mínimo de 10% (dez por cento) e no máximo de 80% (oitenta por cento) de sua Contribuição de Melhoria Individual relacionada em anexo, desde que o valor total caucionado não seja inferior a 70% (setenta por cento) do total do orçamento da obra, constante neste Edital.

6.6 - A Caução será integralizada de uma só vez, no prazo máximo de 30 dias da publicação do presente edital, que deverá ser depositada individualmente pelos proprietários solicitantes e relacionados no item 07 abaixo, mediante emissão de DAM – Documento de Arrecadação Municipal a ser expedido pelo setor competente da prefeitura:

BANCO	SICOOB/SC - AGÊNCIA 3038
NOME DA CONTA	RUA ITAPIRANGA
Nº DA CONTA	21.527-9

Decorrido o prazo previsto para integralização de caução, e confirmada a sua efetivação, serão tomadas as seguintes providências legais:

Publicação do Edital de Cobrança da Contribuição de Melhoria com os prazos legais em estrita observância das prescrições do § 1º e 4º do artigo 69 da lei 54/83;

Início das obras de pavimentação da rua;

6.6 - Não sendo prestada a integralização da caução conforme estipulado, o valor caucionado será devolvido aos proprietários de acordo com o § 3º do art. 71 da lei 54/83. Executada a obra a Caução prestada não será restituída, sendo computada para os fins da Contribuição de Melhoria individual de cada proprietário.

6.7 - Os beneficiários optantes da obra, terão os valores caucionados, considerados como pagamento da Contribuição de Melhoria, na forma acima descrita, e gozarão dos descontos e formas de pagamento previstas nos artigos 76 e 77 do Código Tributário

1 O valor do metro linear foi obtido pela divisão do valor total da obra (R\$ 47.226,68) pela somatória das testadas dos imóveis beneficiados pela pavimentação, (333,70).

Municipal (Lei 054/83).

**RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS COM A RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	TESTADA DO IMÓVEL	VALOR (R\$)
ALBERTO FRANCISCO PARES	01.02.070.0017.001	17,00	2.405,91
JAIME E JACIR NORA	01.02.038.0230.001	100,50	14.223,20
JAIR EURIQUES DE OLIVEIRA	01.02.073.0039.001	36,00	5.094,88
JOAO PEDRO DE LIZ RAMIRO	01.02.073.0127.001	30,00	4.245,73
JOSE CESAR DE ARAUJO	01.02.073.0243.001	29,50	4.174,97
OLMAR SALAMONI	01.02.038.0220.001	37,00	5.236,40
PEDRO NEOTTI	01.02.073.0214.001	40,50	5.731,74
PEDRO PAULO DOBROCHINSKI	01.02.070.0069.001	14,50	2.052,10
WILSON INSBERGER	01.02.073.0146.001	14,20	2.009,65
RUA ITA		14,50	2.052,10
TOTAL		333,70	47.226,68

Caçador (SC), Maio 2012.

SECRETARIA DA FAZENDA

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E OPÇÃO DE CAUÇÃO**

Os proprietários de imóveis localizados na Rua ITAPIRANGA, no Bairro Dos Municípios, requerentes da modalidade de pavimentação descrita no inciso II do artigo 70 da lei 54/83, abaixo assinados, declaram expressamente, para fins do parágrafo primeiro do art. 71 da referida lei 54/83 e demais normas que regulam a matéria, que CONCORDAM com os termos do Edital de Caução nº 25/2012, publicado no site <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>, e relacionam os valores a serem depositados individualmente, que na sua totalidade correspondente a 50% (cinquenta por cento) do orçamento da obra:

PROPRIETÁRIOS	Nº CPF	ASSINATURA
ALBERTO FRANCISCO PARES		
JAIME E JACIR NORA		
JAIR EURIQUES DE OLIVEIRA		
JOAO PEDRO DE LIZ RAMIRO		
JOSE CESAR DE ARAUJO		
OMAR SALAMONI		
PEDRO NEOTTI		
PEDRO PAULO DOBROCHINSKI		
WILSON INSBERGER		

**Camboriú****PREFEITURA****Decreto Nº. 1.467/2012**

DECRETO Nº. 1.467/2012

Altera dispositivos do Decreto Municipal nº. 1.294 de 21 de julho de 2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal da Cidade alterou sua composição por meio da Ata da 6ª reunião, realizada no dia 12 de abril de 2012, no Auditório Ulisses Guimarães;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "g" e "h" do inciso I, as alíneas "a", "b" e "c" do inciso II e a alínea "h" do inciso VI, todos do artigo 1º, do Decreto nº. 1.294 de 21 de julho de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º ( )

I - ( )

( )

g) Margareth Cadore, tendo como suplente Maurício José Satiro de Oliveira;

( )  
h) Kaita Helen Testoni, tendo como suplente Arnaldo Bastos Junior;

II - ( )

a) Henrique Bertoldi, tendo como suplente Fátima Nair Bambinetti Gervásio;

b) José Rodrigues Pereira, tendo como suplente Altair Pontaldi;

c) José Pedro Costa, tendo como suplente Antonio Paulo da Silva Neto.

( )

VI - ( )

( )

h) Luiz Antonio de Lima (Rio do Meio e Nova Brasília).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 08 de maio de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO

Secretário M. de Administração

**Campo Alegre****PREFEITURA****Portaria Nº 9.085 de 07 de Maio de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.085 DE 07 DE MAIO DE 2012

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA

PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal - Motorista, IVONEI FRIEDRICH, matrícula nº 000093, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência B para o Nível 3 Sub-Nível 32 Referência A no valor de R\$ 1.023,28 (um mil vinte e três reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, à partir de 07 de maio de 2012.

Parágrafo único: A Progressão Vertical de que trata o Caput deste artigo, concedida na folha de pagamento complementar do mês de abril de 2012, será pago o valor de R\$ 4.657,05 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais, cinco centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2010, já descontado o valor de R\$ 345,81 (trezentos e quarenta e cinco reais, oitenta e um centavos), referente a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 691,62 (seiscentos e noventa e um reais, sessenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 07 de maio de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 07/05/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Julgamento TP 63/2012 - Deserta**

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 63/2012, modalidade Tomada de Preços)

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na cidade de Campo Alegre, a Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Josiane Alquini Cubas, Lucilaine Mokfa Schwarz e Maria Cristina Marciniak Munhoz, membros da Comissão Permanente de Licitações do Município de Campo Alegre, nomeados através do Decreto Municipal nº 6.819 de 16 de

janeiro de 2012, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 63/2012, modalidade Tomada de Preços, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo o fornecimento de materiais e mão de obra para execução de Sinalização viária vertical (Turística e de Orientação), no Município de Campo Alegre-SC, incluindo o fornecimento de placas de sinalização viária vertical (turística e de orientação), estruturas e acessórios para fixação e instalação das placas, bem como o serviço de instalação das placas. Os recursos para custeio das despesas com o objeto desta licitação são provenientes do contrato de repasse nº 329.895-72/2010, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Campo Alegre, objetivando a execução dos Programas de Finalidades Turísticas. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta em tempo hábil. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão, já nominados:

JOSIANE ALQUINI CUBAS  
Presidente

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária

MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

DECISÃO  
(Processo Licitatório nº 63/2012, modalidade Tomada de Preços)

Arquive-se o processo licitatório em epígrafe considerando sua deserção.

Campo Alegre, 17 de junho de 2010.  
VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

Visto e de acordo:

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS  
Assessor Jurídico  
OAB 15.760



# Campos Novos

## PREFEITURA

### Aviso de Licitação - Pregão 22/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2012

Registro de Preços nº 07/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 24/05/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ SOLÚVEL, LEITE EM PÓ, CHOCOLATE EM PÓ E ÁGUA MINERAL COM E SEM GÁS, PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, que está funcionando temporariamente no Salão Paroquial, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323, Centro, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 11 de maio de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****Balancete 04/2012**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 1/10

**SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	3.680.637,23D	704.576,60	439.771,97	3.945.441,86D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	212.362,27D	205.810,35	146.846,07	271.326,55D
1.1.1		DISPONIVEL	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONCOMICA FEDERAL	212.362,27D	201.551,58	142.587,30	271.326,55D
1.1.2		CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	4.258,77	4.258,77	0,00
1.1.2.1		CREDITOS A RECEBER	0,00	4.258,77	4.258,77	0,00
1.1.2.1.9		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	4.258,77	4.258,77	0,00
1.1.2.1.9.02		SALARIO-MATERNIDADE	0,00	4.258,77	4.258,77	0,00
1.1.2.1.9.02.00.01 (10652)	F	SALARIO-MATERNIDADE	0,00	4.258,77	4.258,77	0,00
1.4		ATIVO PERMANENTE	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2		IMOBILIZADO	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	233.605,88D	0,00	0,00	233.605,88D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	16.506,80D	0,00	0,00	16.506,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.904,26D	0,00	0,00	44.904,26D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	37.329,91D	0,00	0,00	37.329,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	37.772,42D	0,00	0,00	37.772,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	81.764,49D	0,00	0,00	81.764,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.025.496,48D	498.766,25	292.925,90	3.231.336,83D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	614.710,60D	498.366,25	292.625,90	820.450,95D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	614.710,60D	498.366,25	292.625,90	820.450,95D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	614.710,60D	498.366,25	292.625,90	820.450,95D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	614.710,60D	498.366,25	292.625,90	820.450,95D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	202.386,87D	205.810,35	145.639,83	262.557,39D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	10.016,86D	145.709,83	146.916,07	8.810,62D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	402.306,87D	146.846,07	70,00	549.082,94D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	400,00	300,00	3.904,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	400,00	300,00	3.904,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	400,00	300,00	3.904,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	400,00	300,00	3.904,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSAVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	400,00	300,00	3.904,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0010 (18352)	C	ADAVILSON TELLES	0,00	100,00	0,00	100,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (18353)	C	JOSÉ ADELAR CARPES	0,00	300,00	300,00	0,00

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	3.463.806,53C	562.692,51	768.497,89	3.669.611,91C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	154,33D	164.572,39	164.537,42	189,30D
2.1.1		DEPOSITOS	154,33D	22.850,64	22.815,67	189,30D
2.1.1.1		CONSIGNACOES	154,33D	21.950,06	21.915,09	189,30D
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	7.030,32	7.030,32	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	7.030,32	7.030,32	0,00
2.1.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	111,66C	8.177,38	8.196,69	130,97C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	111,66C	0,00	19,31	130,97C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	8.177,38	8.177,38	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	265,99D	6.742,36	6.688,08	320,27D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	265,99D	6.742,36	6.688,08	320,27D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	6.422,09	6.422,09	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	265,99D	320,27	265,99	320,27D
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	900,58	900,58	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	900,58	900,58	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	900,58	900,58	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	141.721,75	141.721,75	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	141.721,75	141.721,75	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	22.941,29	22.941,29	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	22.941,29	22.941,29	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	22.941,29	22.941,29	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	94.077,64	94.077,64	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	94.077,64	94.077,64	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	24.702,82	24.702,82	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	0,00	24.702,82	24.702,82	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCÍCIO	0,00	24.702,82	24.702,82	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.025.496,48C	398.120,12	603.960,47	3.231.336,83C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88C	397.820,12	397.820,12	2.406.981,88C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	2.089.646,11C	397.750,12	282.342,23	1.974.238,22C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	2.007.625,75C	140.480,48	70,00	1.867.215,27C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	82.020,36C	257.269,64	282.272,23	107.022,95C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	10.129,73C	141.721,75	140.550,48	8.958,46C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	71.890,63C	115.547,89	141.721,75	98.064,49C
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	71.890,63C	115.547,89	141.721,75	98.064,49C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	317.335,77C	70,00	115.477,89	432.743,66C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	317.335,77C	70,00	115.477,89	432.743,66C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	317.335,77C	70,00	115.477,89	432.743,66C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	317.335,77C	70,00	115.477,89	432.743,66C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	614.710,60C	0,00	205.740,35	820.450,95C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	614.710,60C	0,00	205.740,35	820.450,95C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	614.710,60C	0,00	205.740,35	820.450,95C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	300,00	400,00	3.904,00C
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	300,00	400,00	3.904,00C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	389.226,40D	141.651,75	70,00	530.808,15D
3.3		DESPESAS CORRENTES	384.912,30D	141.651,75	70,00	526.494,05D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	313.260,03D	118.780,46	0,00	432.040,49D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	313.260,03D	118.780,46	0,00	432.040,49D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	70.448,78D	24.702,82	0,00	95.151,60D
3.3.1.9.0.01.01 (26418)	F	Proventos - Pessoal Civil	70.448,78D	24.702,82	0,00	95.151,60D
3.3.1.9.0.11 (26356)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	197.329,77D	76.273,60	0,00	273.603,37D
3.3.1.9.0.13		Obrigações Patronais	44.985,39D	17.487,18	0,00	62.472,57D
3.3.1.9.0.13.02 (28897)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	44.985,39D	17.487,18	0,00	62.472,57D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	496,09D	316,86	0,00	812,95D
3.3.1.9.0.16.44 (28907)	F	Serviços Extraordinários	496,09D	316,86	0,00	812,95D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	71.652,27D	22.871,29	70,00	94.453,56D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	71.652,27D	22.871,29	70,00	94.453,56D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	20.120,00D	6.640,00	0,00	26.760,00D
3.3.3.9.0.14.14 (30048)	F	Diárias no País - Civil	20.120,00D	6.640,00	0,00	26.760,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	12.309,29D	2.934,16	0,00	15.243,45D
3.3.3.9.0.30.01 (30065)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.612,84D	1.171,27	0,00	2.784,11D
3.3.3.9.0.30.16 (30080)	F	Material de Expediente	669,85D	267,18	0,00	937,03D
3.3.3.9.0.30.21 (30085)	F	Material de Copa e Cozinha	1.050,12D	228,00	0,00	1.278,12D
3.3.3.9.0.30.22 (30086)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	541,61D	0,00	0,00	541,61D
3.3.3.9.0.30.26 (30090)	F	Material Elétrico e Eletrônico	83,18D	77,00	0,00	160,18D
3.3.3.9.0.30.39 (30103)	F	Material para Manutenção de Veículos	900,86D	578,00	0,00	1.478,86D
3.3.3.9.0.30.49 (30113)	F	Bilhetes de Passagens	4.736,88D	0,00	0,00	4.736,88D
3.3.3.9.0.30.99 (30117)	F	Outros Materiais de Consumo	2.713,95D	612,71	0,00	3.326,66D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	822,00D	400,00	70,00	1.152,00D
3.3.3.9.0.36.96 (30182)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	722,00D	400,00	70,00	1.052,00D
3.3.3.9.0.36.99 (30183)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100,00D	0,00	0,00	100,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	32.040,98D	10.197,13	0,00	42.238,11D
3.3.3.9.0.39.01 (30198)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	510,00D	0,00	0,00	510,00D
3.3.3.9.0.39.08 (30205)	F	Manutenção de Software	1.671,90D	564,20	0,00	2.236,10D
3.3.3.9.0.39.11 (30208)	F	Locação de Softwares	1.841,05D	619,01	0,00	2.460,06D
3.3.3.9.0.39.19 (30214)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	457,50D	63,00	0,00	520,50D
3.3.3.9.0.39.43 (30232)	F	Serviços de Energia Elétrica	2.485,53D	814,20	0,00	3.299,73D
3.3.3.9.0.39.44 (30233)	F	Serviços de Água e Esgoto	312,39D	79,15	0,00	391,54D
3.3.3.9.0.39.47 (30236)	F	Serviços de Comunicação em Geral	4.780,00D	0,00	0,00	4.780,00D
3.3.3.9.0.39.48 (30237)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	2.780,00D	0,00	0,00	2.780,00D
3.3.3.9.0.39.50 (30239)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	420,00D	90,00	0,00	510,00D
3.3.3.9.0.39.58 (30246)	F	Serviços de Telecomunicações	8.672,47D	2.895,22	0,00	11.567,69D
3.3.3.9.0.39.63 (30251)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.640,00D	0,00	0,00	1.640,00D
3.3.3.9.0.39.77 (30265)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	301,08D	105,85	0,00	406,93D
3.3.3.9.0.39.90 (30275)	F	Serviços de Publicidade Legal	771,50D	621,50	0,00	1.393,00D
3.3.3.9.0.39.99 (30282)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.397,56D	4.345,00	0,00	9.742,56D
3.3.3.9.0.46		Auxilio-Alimentacao	6.360,00D	2.700,00	0,00	9.060,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.46.01 (30286)	F	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	6.360,00D	2.700,00	0,00	9.060,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4		INVESTIMENTOS	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52.06 (31202)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.847,80D	0,00	0,00	1.847,80D
3.4.4.9.0.52.35 (31218)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	899,00D	0,00	0,00	899,00D
3.4.4.9.0.52.42 (31224)	F	Mobiliário em Geral	1.567,30D	0,00	0,00	1.567,30D



**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.044.521,48C	0,00	200.581,00	1.245.102,48C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	606.057,10C	0,00	200.581,00	806.638,10C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	601.743,00C	0,00	200.581,00	802.324,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	601.743,00C	0,00	200.581,00	802.324,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	601.743,00C	0,00	200.581,00	802.324,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	601.743,00C	0,00	200.581,00	802.324,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	601.743,00C	0,00	200.581,00	802.324,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Abril

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:			1.408.920,86	1.408.920,86		

CAMPOS NOVOS, 08/05/2012

\_\_\_\_\_  
JOSE ADELAR CARPES  
PRESIDENTE CAMARA

\_\_\_\_\_  
JOELMA F. FAÉ  
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Portaria Nº 358/2012

PORTARIA Nº 358/2012  
NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve.

#### NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, o profissional PAULO CELSO ALVES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital nº. 002/2007, inscrito sob nº. 365, a partir de 02/05/2012.

Art.2º - A efetiva posse da aprovada será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração em 02/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 345/2011

PORTARIA Nº. 345/2011

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município, a Lei 3.280 de 19/02/2001 e a Lei 3.804 de 18/03/2005; RESOLVE:  
NOMEAR PARA EXERCER CARGO ELETIVO

Art.1º. Fica nomeada para exercício de cargo eletivo MYRIAN EDUARDA DE MIRANDA BRANDES, para exercer o cargo de conselheira tutelar junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família, no período de 02/05/2012 a 31/07/2014, conforme comunicação interna nº0151/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 27/04/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### Portaria Nº. 346/2012

PORTARIA Nº. 346/2012  
CONTRATA APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

#### CONTRATAR

Art.1º - Fica contratada para exercer a função de Cuidador de Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional ALMUTH SCHROEDER, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMDSF/2012, para contratação temporária e convocado através do Edital nº. 021/2012, de 21 de março de 2012, a partir de 02/05/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 27/04/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 354/2012

PORTARIA Nº. 354/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### REVOGAR PORTARIA

Art.1º - Fica revogada a Portaria nº 1045/2011 que nomeou a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais: Ângela Maria Soares, Hamilton Chamberg e Zenici Dreher Herbst, sob a presidência da primeira.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de abril de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27/04/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### Portaria Nº. 357/2012

PORTARIA Nº. 357/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, RESOLVE:

**NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais: Ângela Maria Soares, Ângela Cristina Damaso da Silveira e Janice de Fátima Stempinhak, sob a presidência do primeiro.

Parágrafo Único: Fica revogada a Portaria nº 1.044/2011 que nomeou a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais: Ângela Maria Soares, Ângela Cristina Damaso da Silveira e Janice de Fátima Stempinhak, sob a presidência do primeiro, conforme comunicação interna.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar os fatos narrados na Comunicação Interna nº. 143/2011 do setor de Administração e Finanças, no qual irá apurar os fatos apresentados na contratação da Empresa Medvel Comércio de Medicamentos LTDA, cuja certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União não fora reconhecida como verdadeira.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 02/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 359/2012**

PORTARIA Nº. 359/2012  
CONTRATAR APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê a Lei Municipal nº. 3.869 de 24/08/2005, resolve:

**CONTRATAR**

Art.1º - Fica contratada para exercer a função de Cuidador de Idoso, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, a profissional SILMARA SCHUMOVSKI KONKOL, aprovada no processo seletivo nº. 001/SMDSF/2012, para contratação temporária e convocado através do Edital nº. 033/2012, de 24 de abril de 2012, a partir de 02/05/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 02/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 361/2012**

PORTARIA Nº. 361/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO**

Art.1º - Fica nomeada MAYARA PADILHA DA SILVA para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 02/05/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 02 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 02/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 363/2012**

PORTARIA Nº. 363/2012

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art.1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da Lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Leila Cristina Siems dos Santos e Fernando Luis Tokarski, Karina de Cássia Kohler Wendt sob a presidência do primeiro.

Art.2º - A referida Comissão deverá apurar os fatos informados sobre a comunicação interna nº93/2012 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, conforme documentos em anexo.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II, e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o



exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de maio de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 04/05/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Inexigibilidade 0006/2012 - II

| ESTADO DE SANTA CATARINA | INEXIGIBILIDADE |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0006/2012 - IL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 | Processo: 0063/2012 |

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC | Data : 10/05/2012 |

| Folha: 1/3 |

| Fornecedor: EMPRESA JORNALISTICA O TEMPO LTDA Código: 0062 |

| Endereço.: RUA APARICIO RIBEIRO, 207 CAPINZAL SC |

| CNPJ/M.F.: 81.385.262/0001-13 Insc.Estad: |

OBJETO DA INEXIGIBILIDADE: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Empenho Nr.:

ITEM	E S P E C I F I C A Ç Ã O	UN.	QUAN- TIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	JORNAL LOCAL - CAPA - SEMANAL	cm	1	14,00	14,00
2	JORNAL LOCAL - CONTRACAPA - SEMANAL	cm	1	12,00	12,00
3	JORNAL LOCAL - PAG.INDE-TERMINADA - SEMANAL	cm	1	7,00	7,00
T O T A L :					33,00

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 25. É Inexigível a Licitação:

(X)CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

( ) I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através

de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes; ( ) II - para contratação de serviços técnicos enumerados no Artigo 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; ( ) III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

#### JUSTIFICATIVA:

CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

| ESTADO DE SANTA CATARINA | INEXIGIBILIDADE |

| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |

| | Nr. 0006/2012 - IL |

| CNPJ: 82.939.406/0001-07 -----

| RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155 | Processo: 0063/2012 |

| CEP: 89665000 - CAPINZAL - SC | Data : 10/05/2012 |

| Folha: 2/3 |

| Fornecedor: EMPRESA JORNALISTICA O TEMPO LTDA Código: 0062 |

| Endereço.: RUA APARICIO RIBEIRO, 207 CAPINZAL SC |

| CNPJ/M.F.: 81.385.262/0001-13 Insc.Estad: |

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS / CONVÊNIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS A SEREM UTILIZADOS:

Conta: 03.0301.04.122.0015.2009.33903900

Reduzido : 017

Órgão : SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçament.: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Proj/Atividade : MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

Mod. Aplicação : OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte : 00 - Recursos Ordinários

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

CAPINZAL, 10 de maio de 2012.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

#### DESPACHO FINAL:

Em vista das justificativas e fundamentações acima, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

CAPINZAL, 10 de maio de 2012.

VALOR : 33,00(trinta e três reais)

PAGAMENTO: Mensal

**Termo de Credenciamento**

EXTRATO DE

TERMO DE CREDENCIAMENTO

O Município de Capinzal credencia, nos termos do artigo 25 da Lei 8.333/93, com suas alterações posteriores e Edital de Credenciamento 001/2012 a empresa EMPRESA JORNALISTICA O TEMPO LTDA. com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos no item 01 do citado edital.

VALOR R\$: 33,00

VIGÊNCIA: 10/05/2012 A 30/06/2012

**Contrato 0119/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0119/2012

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0054/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: RECK &amp; CIA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, (Departamento de Alimentação Escolar), Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas, Recursos Próprios e Salário Educação.

VALOR R\$: 4.838,00

VIGÊNCIA: 07/05/2012 A 31/12/2012

**Contrato 0120/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0120/2012

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0054/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: SENA SOARES &amp; CIA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, (Departamento de Alimentação Escolar), Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas, Recursos Próprios e Salário Educação.

VALOR R\$: 27.720,00

VIGÊNCIA: 07/05/2012 A 31/12/2012

**Contrato 0121/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0121/2012

Pregão Eletrônico 0010/2012

Processo Licitatório Nº 0054/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: PISOCENTER MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição de Equipamentos e materiais permanentes para uso da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, (Departamento de Alimentação Escolar), Escolas do Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas, Recursos Próprios e Salário Educação.

VALOR R\$: 12.180,00

VIGÊNCIA: 07/05/2012 A 31/12/2012

**Catanduvás****PREFEITURA****Decreto Nº 1.821/12 de 24 de Abril de 2012.**

DECRETO Nº 1.821/12 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO APURADO EM 2011 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.339/11 de 08 de Dezembro de 2011, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (art. 7º, I e 43, § 1º e § 2º) .

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

**ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA****UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS****451 INFRAESTRUTURA URBANA**

1037 Pavimentação de Ruas Estradas e Passeio

12 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Convênios Sec. Estadual R\$ 60.000,00

12 100 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Próprios R\$ 35.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos Próprios e Convênios resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2011.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais), no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na seguinte Dotação Orçamentária.

**ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS****UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS****301 ATENÇÃO BÁSICA**

2091 Manutenção da Secretaria de Saúde

82 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 12.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Recursos Próprios, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 24 de Abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 24/04/2012.

**Decreto Nº 1.822/12 de 24 de Abril de 2012.**

DECRETO Nº 1.822/12 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.339/11 de 08 de Dezembro de 2011, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 166.330,17 (Cento e sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais e dezessete centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

**ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO**

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

1029 Construção e Ampliação de Creches

11 162 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos DO FNDE - Pró Infância R\$ 564,47

**ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

451 INFRAESTRUTURA URBANA

1037 Pavimentação de Ruas Estradas e Passeio

12 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Convênios Sec. Estadual R\$ 60.000,00

**ÓRGÃO 08 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE CATANDUVAS**

UNID. ORÇ. 0801 SANEAMENTO BÁSICO

512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO

1081 Construção, Ampliação de Galerias Pluviais

24 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Convênio R\$ 105.765,70

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios com o FNDE e Governo do Estado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 24 de Abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 24/04/2012.

**Decreto Nº 1.823, de 03 de Abril de 2012.**

DECRETO Nº 1.823, de 03 de abril de 2012.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PROMOVE A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, na forma do art. 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal para fins de desapropriação uma área de terras de setenta e cinco metros quadrados (75,00m²), com as seguintes confrontações: FRENTE com a Rua Ery Gomes Bittencourt em lineares 5,00 metros; FUNDOS com o Lote Urbano nº 355; LADO ESQUERDO com o remanescente do Lote Urbano nº 356; LADO DIREITO com o Lote Urbano nº 352, da Quadra nº 133, localizado na Rua Ery Gomes Bittencourt, Cidade Jardim, nesta cidade de Catanduvas-SC, imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 6648 no CRI - Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Joaçaba-SC, em nome de Verônica Aparecida Bittencourt Finger e José Viana Finger, proprietários.

Art. 2º A área acima descrita, com setenta e cinco metros quadrados, (75,00m²) destacada na Planta Demonstrativa de Desmembramento datada de março de 2012, é possuída pelo Município há mais de 20 anos, local onde mantém os cabos de sustentação de uma Torre de Retransmissão de sinais de televisão de sua propriedade, instalada sobre o Lote Urbano nº 352.

Parágrafo único. O Município pretende manter a Torre no local, sendo assim, a área a ser desapropriada servirá para dar continuidade à mesma utilização, qual seja, o de servir para a manutenção dos cabos de sustentação da Torre de Retransmissão.

Art. 3º Através do Decreto Municipal nº 1.811, de 21 de março de 2012, foi nomeada comissão com a finalidade exclusiva de proceder à avaliação da área acima identificada para fins de desapropriação. A Comissão, reunida na data de 3 de maio de 2012, após inspeção local, atribuiu à área de 75,00m², o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração a ultimar os atos expropriatórios, sob a chancela do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º As despesas para o cumprimento do presente Decreto, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 03 de abril de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0052/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0028/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0052/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0028/2012

Objeto: Aquisição de materiais diversos para sinalização municipal visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Orcatran.

Abertura das Propostas: às 09h15 do dia 22 de maio de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 14 de maio de 2012 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br/) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8h

às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvras - SC, 10 de maio de 2012.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0053/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0029/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0053/2012  
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0029/2012

Objeto: Aquisição de tubos de concreto visando o desenvolvimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura.  
Abertura das Propostas: às 14h15 do dia 22 de maio de 2012.  
Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 14 de maio de 2012 no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.  
Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br/) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvras - SC, 10 de maio de 2012.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Extrato de Contrato Nº 0091/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0091/2012  
Processo Licitatório nº 0047/2012 (Pregão nº 0025/2012).

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de empresa para conserto de máquinas visando o cumprimento do Convênio de Recuperação e britagem rural (nº 4650/2012-7) firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da SDR para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.  
CONTRATADO: CONCATAN-CONCRETOS CATANDUVAS LTDA.  
Valor global contratado: R\$ 3.408,00 (três mil, quatrocentos e oito reais).  
Prazo de vigência: 09 de maio de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.  
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2012.  
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

**Extrato de Contrato Nº 0092/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0092/2012  
Processo Licitatório nº 0047/2012 (Pregão nº 0025/2012).

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de empresa para conserto de máquinas visando o cumprimento do Convênio de Recuperação e britagem rural (nº 4650/2012-7) firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da SDR para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.  
CONTRATADO: MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA.  
Valor global contratado: R\$ 38.736,00 (trinta e oito mil setecentos e trinta e seis reais).  
Prazo de vigência: 09 de maio de 2012 até o dia 31 de dezembro

2012.

Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2012.  
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

**Extrato de Contrato Nº 0093/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0093/2012  
Processo Licitatório nº 0047/2012 (Pregão nº 0025/2012).

Objeto: Aquisição de materiais e contratação de empresa para conserto de máquinas visando o cumprimento do Convênio de Recuperação e britagem rural (nº 4650/2012-7) firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina através da SDR para o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infraestrutura.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.  
CONTRATADO: PEDREIRA KLOTZ LTDA EPP.  
Valor global contratado: R\$ 113.196,80 (cento e treze mil, cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).  
Prazo de vigência: 09 de maio de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.  
Data e assinatura do contrato: 09 de maio de 2012.  
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

**Portaria Nº 225 de 10.05.2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 225/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC e Lei Complementar 008 de 23.12.99.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 199/2012, de 09.04.2012, que Designa ADRIANA MARTINS DAMANN, para responder pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a partir de 11.05.2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de maio de 2012.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 226 de 10.05.2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 226/2012

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 50 Inciso VII e artigo 70 Inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC e Lei Complementar nº. 047 de 01.12.10;

**RESOLVE:**



Art.1º Designar MARIO DA SILVA, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, acumulando com o Cargo de Secretário Municipal da Educação, Cultura e Esportes, a partir de 11.05.2012, percebendo somente o subsidio de 01 (um) único cargo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 10 de maio de 2012.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 227 de 10.05.2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 227/2012

- CONSIDERANDO a necessidade e o interesse público na manutenção dos procedimentos administrativos de rotina da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

- CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Lei Complementar nº. 007/99 e o art.131 da Lei Complementar nº. 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 50, Inciso VII e pelo Art. 70, inciso II alínea "g" da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o local de trabalho da Servidora Publica, ADRIANA MACHADO CORREIA, ocupante do cargo efetivo de Secretaria de Escola, para ter exercício temporário junto a Unidade de Educação Infantil Professor Verny Passig, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 10 de maio de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Concórdia**

**PREFEITURA**

### **Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 05/2012 - FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos de proteção individual EPI's e artigos de confecção para o Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 24/05/2012.

Início da Sessão: dia 24/05/2012, às 08h e 30min, no endereço eletrônico <https://cidadecompras.cnm.org.br>, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site <https://cidadecompras.cnm>.

org.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0\*\*49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 10 de maio de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### **Edital de Tomada de Preços Nº 32/2012 PMC**

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 32/2012 - PMC

Objeto: Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para reforma das instalações elétricas existentes no CMEI SALETE, neste Município, com recursos oriundos do convênio FUNDEB, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/05/2012.

Abertura: dia 30/05/2012, às 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 09 de maio de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Edital de Tomada de Preços Nº 33/2012 PMC**

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço global, para execução e instalação de praça com equipamentos e brinquedos, no Bairro Floresta, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 29/05/2012.

Abertura: dia 30/05/2012, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 09 de maio de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

### **Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 20/2012 PMC**

MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor Cesar Pelizzaro, Diretor, que declarou dispensável a licitação, nos termos

do inciso V do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para aquisição de uma bomba hidráulica nova, a favor da empresa MECÂNICA MARCIAL LTDA - ME, no valor total de R\$ 2.932,00 (dois mil, novecentos e trinta e dois reais)

Concórdia, SC, 09 de maio de 2012.

MARNIO ALBERTO CADORE

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

### **Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 16/2012 PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2012

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora Elisete Maria Pedott, Diretora da Secretaria Municipal de Administração, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso II do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para contratação de empresa para prestação de serviço de palestrante para prestar consultoria para Gestores da Administração, em favor do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL LTDA, no valor de R\$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais).

Concórdia, SC, 09 de maio de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

## **Cordilheira Alta**

### **PREFEITURA**

### **Extrato de Licitação - Pregão Presencial**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que o Fundo Municipal de Saúde estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 10/2012 FMS

Edital: Pregão Presencial n. 10/2012 FMS

Tipo: Menor preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E QUEROSENE A SEREM UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 23/05/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 23/05/2012

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis de segunda a sexta, durante o horário de expediente, ou pelo telefone (49) 3358.9100

Cordilheira Alta, SC, 09 de maio de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

### **Extrato de Licitação - Pregão Presencial**

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 35/2012

Edital: Pregão Presencial n. 27/2012

Tipo: Menor preço unitário por lote.

Objeto: Aquisição de materiais para manutenção e reparos na rede de água do Município.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 24/05/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24/05/2012

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 09 de maio de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

## **Curitibanos**

### **PREFEITURA**

### **Decisão Sobre Impugnação ao Edital de Pregão Presencial Nº 26/2012**

DECISÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2012

O Sr. Alzani Adriano Scur nas atribuições do cargo de Secretário Municipal de Saúde, dando provimento a impugnação apresentada ao Edital resolve:

1 - anular os itens números 02, 127, 128, 129, 130, 131, 132 e 133 do Edital de Pregão Presencial nº 26/2012, visando promover a cessação de qualquer possibilidade de que os descritivos dos itens acima indicados possam vir a frustrar a competitividade no referido certame licitatório.

2 - manter os demais termos do Edital na forma da sua primeira redação, inclusive quanto à data prevista para a sua abertura e julgamento; sendo que, inquestionavelmente a alteração promovida a seus termos não afeta a formulação da proposta relativa aos demais itens do processo de compras que permanecem inalterados. Sem mais, salvo melhor juízo, está é a decisão.

Curitibanos, 09 de maio de 2012.

Alzani Adriano Scur

Secretário Mun. De Saúde



## Ermo

### PREFEITURA

#### Resultado do Pregão N° 03/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO  
RESULTADO DO PREGÃO N° 03/2012.

Objeto: Aquisição de três veículos automotivos zero Km, GM/AGILE LT 1.4 L.

Vencedor: Kolina Araranguaense Veículos Ltda

Valor: R\$ 125.700,00 (cento e vinte e cinco mil e setecentos reais)  
Marcos Leone Oliveira- Prefeito Municipal

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Decreto N°. 054, de 03 de Maio de 2012.

DECRETO N°. 054, DE 03 DE MAIO DE 2012.

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR IGORVANI LUIZ PEDROSO A COMPETÊNCIA PARA EMITIR OS ALVARÁS DE APROVAÇÃO, CONSTRUÇÃO, ALINHAMENTO E NIVELAMENTO E DE AUTORIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c Lei Complementar n° 018, de 11 de agosto de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegado ao servidor IGORVANI LUIZ PEDROSO, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Arrecadação, a competência para emitir os seguintes alvarás, nos termos da Lei Complementar n° 018, de 11 de agosto de 2011, que dispõe sobre o Código de Obras do Município de Forquilha regulamentando as normas edilícias no Município:

I - Alvará de Aprovação;

II - Alvará de Construção;

III - Alvará de Alinhamento e Nivelamento;

IV - Alvará de autorização.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

#### Decreto N°. 055, de 03 de Maio de 2012.

DECRETO N°. 055, DE 03 DE MAIO DE 2012.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas

atribuições legais e de conformidade com os artigos 10, § único e 51, incisos I e VII da Lei Orgânica Municipal, combinado com artigos 5º, letras "i" e "n" e 6º do Decreto-Lei n° 3.365, de 21/06/41,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública e de interesse social, para oportuna desapropriação pelo Município, por compra, doação, permuta, cessão, compensação e desapropriação amigável ou judicial, os seguintes imóveis:

I - uma área de terra com 3.411,00m² (três mil quatrocentos e onze metros quadrados), dentro de uma área maior, de propriedade de CHRISTIAN NUERNBERG, que se destinará a implementação de uma rodovia, conforme croqui em anexo, com as seguintes confrontações: Norte: 55,90m e 131,20m com Christian Nuernberg; Sul: 58,80m e 95,00m com Christian Nuernberg; Leste: 21,00m com Clodoaldo Steiner; e Oeste: 20,05m com Rodovia Municipal Linha Eyng;

II - uma área de terra com 4.174,00m² (quatro mil cento e setenta e quatro metros quadrados), dentro de uma área maior, de propriedade de CLODOALDO STEINER, que se destinará a implementação de uma rodovia, conforme croqui em anexo, com as seguintes confrontações: Norte: 143,20m e 68,40m com Clodoaldo Steiner; Sul: 143,40m e 63,00m com Clodoaldo Steiner; Leste: 29,60m com Genir José Steiner; e Oeste: 21,00m com Christian Nuernberg;

III - uma área de terra com 2.110,00m² (dois mil cento e dez metros quadrados), dentro de uma área maior, de propriedade de GENIR JOSÉ STEINER, que se destinará a implementação de uma rodovia, conforme croqui em anexo, com as seguintes confrontações: Norte: 90,00m com Genir José Steiner; Sul: 121,00m com Genir José Steiner; Leste: 21,70m com Rio Mãe Luzia; e Oeste: 29,60m com Clodoaldo Steiner.

Art. 2º As áreas referidas no artigo art. 1º desta lei destinar-se-ão implementação de uma rodovia entre a segunda ponte que está sendo construída sobre o Rio Mãe Luzia até a Rodovia Municipal Linha Eyng, conforme anexo único deste decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

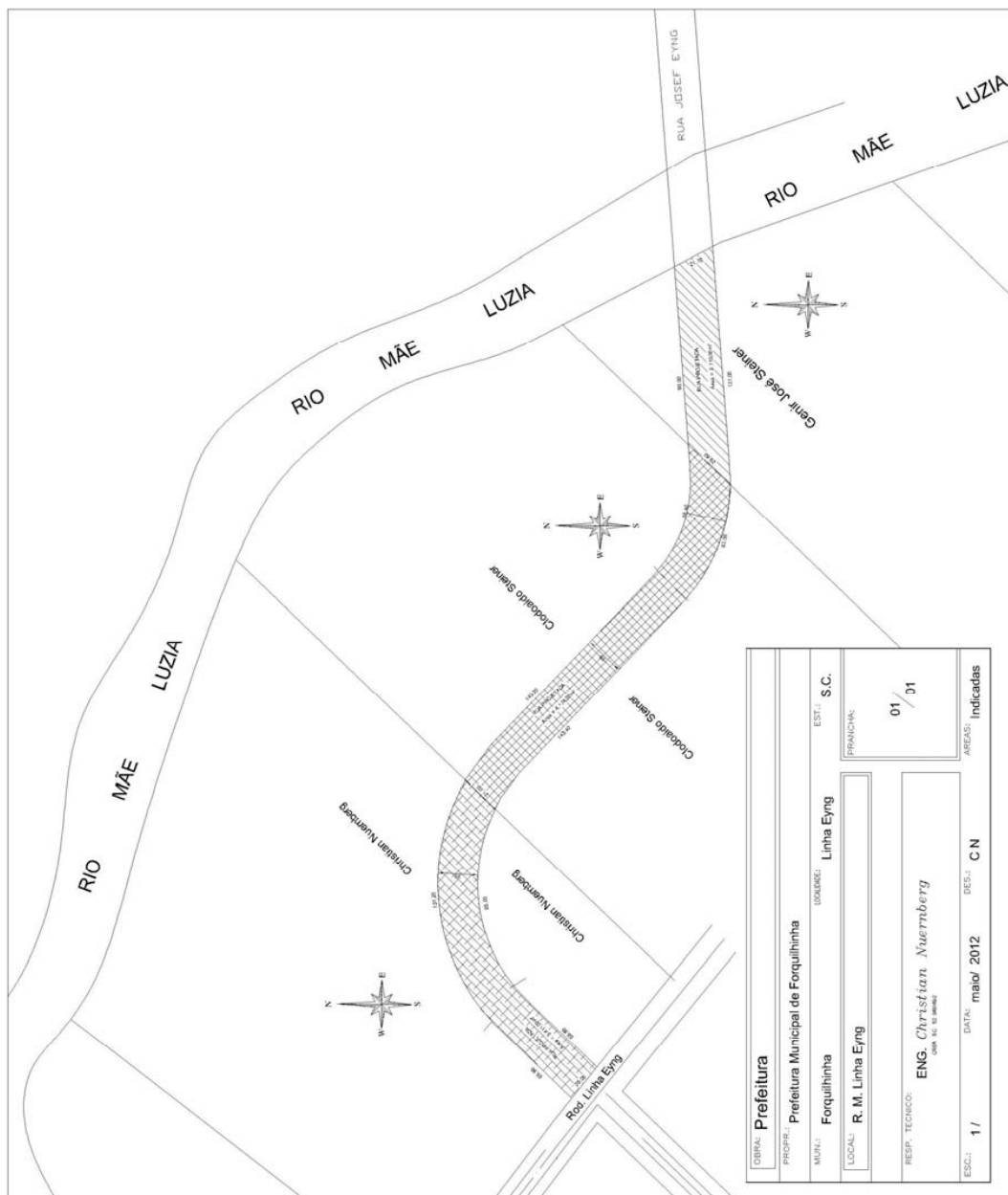
Forquilha/SC, 03 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

**ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 055, DE 03 DE MAIO DE 2012.**



**Decreto Nº. 057, de 10 de Maio de 2012.**

DECRETO Nº. 057, DE 10 DE MAIO DE 2012.

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ESTIAGEM (SECA).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I e XIII e demais dispositivos legais da Lei Orgânica Municipal, pelo disposto no Art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil,

**CONSIDERANDO QUE:**

- A ocorrência de estiagem prolongada, provocada pela redução das precipitações pluviométricas, que atinge todo o território do município, desde fevereiro de 2012, conforme Mapa das áreas afetadas, anexo a este Decreto;
- Como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, constantes no Formulário de Avaliação de Danos, anexo a este Decreto;
- A recomendação da Coordenação Municipal de Defesa Civil, que avaliou e qualificou os efeitos do desastre, em acordo com a Resolução nº. 3, do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;
- Concorrem como critérios agravantes da situação a anormalidade, o grau de vulnerabilidade do cenário, da população e do despreparo da Defesa Civil local frente ao desastre.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como situação de emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, bem como o acesso às entidades federais e estaduais na busca de recursos para minimizar os prejuízos ocorridos pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível, essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de maio de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de maio de 2012.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Retificação do Contrato Nº. 131/2012**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº. 131/2012

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a publicação do Contrato nº. 131/PMF/2012 realizada em 25/04/2012, neste meio de comunicação:

ONDE SE LÊ: "R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais)";

LEIA-SE: "R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais)".

Feita a retificação acima, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito, na forma da Lei vigente.

Forquilha, 09 de maio de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Gerente de Contratos e Convênios

**Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 72/PMF/2012**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 72/PMF/2012

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 72/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DAS COMUNIDADES DE BARRA DA SANGA, SANGA DO ENGENHO, PIQUE DO RIO CEDRO, COM PAVIMENTAÇÃO TIPO PRIMÁRIA DE SEIXO CLASSIFICADO (BASE 3"), NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº. 4398/2012-2, FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV. REGIONAL DE CRICIÚMA

Às quatorze horas do dia nove do mês de maio do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de



Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 72/PMF/2012. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e CONSTRUTORA NUNES LTDA. protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Ademar João Back e participantes. A representante da empresa Setep Construções S.A. questionou a documentação da empresa Construções Vitória quanto à assinatura dos documentos apresentados, os mesmos foram assinados pelo engenheiro, o qual não tem poderes expressos pela empresa para tanto, questionou ainda o quantitativo do atestado da empresa Construções Vitória Ltda. por este não ser compatível com o quantitativo do objeto da licitação. A empresa Construções Vitória Ltda. apresentou a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, abre-se prazo recursal, conforme legislação vigente. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 09 de maio de 2012.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Membro da Comissão de Licitação

VALMIR COLOMBO  
Membro da Comissão de Licitação

ADEMAR JOÃO BACK  
Engenheiro Civil

CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.  
Edson Ricardo Izidoro

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
Betina Stephani

CONSTRUTORA NUNES LTDA.  
Amilton de Souza

**Ata do Edital de Tomada de Preços Nº. 73/PMF/2012**  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 73/PMF/2012

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 73/PMF/2012, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS EXECUÇÃO DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DAS COMUNIDADES DE SÃO PEDRO, TAQUARA, LINHA SÃO JOSÉ, COM PAVIMENTAÇÃO TIPO PRIMÁRIA DE SEIXO ROLADO, NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONVÊNIO Nº. 4399/2012-0, FIRMADO JUNTO À SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLV. REGIONAL DE CRICIÚMA.

Às quinze horas e trinta minutos do dia nove do mês de maio do ano de dois mil e doze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão

Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 73/PMF/2012. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA., SETEP CONSTRUÇÕES S.A. e CONSTRUTORA NUNES LTDA. protocolaram tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Ademar João Back e participantes. A empresa Construções Vitória Ltda. apresentou a Certidão de Microempresa expedida pela Junta Comercial, podendo valer-se da Lei Federal nº. 123/06. Assim, abre-se prazo recursal, conforme legislação vigente. A representante da empresa Setep Construções S.A. questionou a documentação da empresa Construções Vitória quanto à assinatura dos documentos apresentados, os mesmos foram assinados pelo engenheiro nos itens 3.1.2, 3.1.3, 3.1.5 e, 3.1.7 letra B do edital, o qual não tem poderes expressos pela empresa para tanto, questionou ainda o quantitativo do atestado da empresa Construções Vitória Ltda. por este não ser compatível com o quantitativo do objeto da licitação (item 3.1.7 letra A do edital). A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 09 de maio de 2012.  
ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Presidente da Comissão de Licitação

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Membro da Comissão de Licitação

VALMIR COLOMBO  
Membro da Comissão de Licitação

ADEMAR JOÃO BACK  
Engenheiro Civil

CONSTRUÇÕES VITÓRIA LTDA.  
Edson Ricardo Izidoro

SETEP CONSTRUÇÕES S.A.  
Betina Stephani

CONSTRUTORA NUNES LTDA.  
Amilton de Souza

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0127/2012

DECRETO Nº 0127, DE 10 DE MAIO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar



no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.302.0017.2.035 - Atenção de Média de Alta Complexidade Ambulatorial  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0400 (85) R\$ 80.000,00

Total R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 10 DE MAIO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto Nº 0128/2012**

DECRETO Nº 0128, DE 10 DE MAIO DE 2012.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o disposto no artigo 17 da Lei Nº 2122, de 07 de dezembro de 2011 e o disposto no item 4,2 da Nota Técnica Nº 509/2006-GEACC/CCONTSTN de 27 de março de 2006, expedida pelo Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.648,60 (cinquenta mil, seiscentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
07.01 - Educação Geral  
12.365.0010.1.015 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil  
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.9.0305 (286) R\$ 50.648,60

Total R\$ 50.648,60

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação do artigo anterior correrão à conta do Convênio Nº 700028/2008 celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Fraiburgo, tendo como objeto conceder apoio financeiro para implementação das ações educacionais constantes no Plano de Ações Articuladas - PAR, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, que visam proporcionar à sociedade a melhoria da infraestrutura da rede física escolar, com a construção do Centro de Educação Infantil do Bairro Bela Vista e rendimentos de aplicação financeira.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 10 DE MAIO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Decreto Nº 0129/2012**

DECRETO Nº 0129, DE 10 DE MAIO DE 2012.  
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017, DE 24 DE ABRIL DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0017 de 24 de abril de 2012, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 10 DE MAIO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0017 DE 24 DE ABRIL DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Engenheiro Agrônomo** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Engenheiro Agrônomo**

***CrITÉRIOS de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Portador Defic.	Data Nascimento
1	11	REJANE WERNER DA SILVA	22	0	10	5	NÃO	26/8/1971
2	5	NOELY FISCHER	17	0	10	5	NÃO	8/11/1957
3	2	SUIANE PITTOL	17	0	10	0	NÃO	21/2/1985
4	14	FRANCHIELLI MOTTER	16	0	10	4	NÃO	19/12/1982
5	9	RODRIGO HENRIQUE GAI	15	0	10	0	NÃO	15/12/1982
6	10	VIVIANE BITTAR	15	0	8	5	NÃO	25/10/1970
7	1	PATRICIA APARECIDA LUZZI DIAS	13	0	10	0	NÃO	20/9/1988
8	3	GIOVANE DALANHOL	12	0	10	0	NÃO	13/10/1989
9	4	EDER FARINA	11	0	10	0	NÃO	7/3/1989
10	7	ROSANA TAMAGNO	11	0	4	5	NÃO	5/12/1975
11	13	CLODOALDO FADANI ANDRIOLLI	9	0	8	0	NÃO	5/11/1988
12	12	LUCI PAULA CAMARGO	5	0	4	0	NÃO	25/9/1988
13	8	LEIA BRIGIDA FERREIRA DE DEUS	4	0	4	0	NÃO	15/10/1977
14	6	ROBERLEI MARCOS MEIRA	3	0	2	0	NÃO	10/1/1985



**Decreto Nº 0130/2012**

DECRETO Nº 0130, DE 10 DE MAIO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0015, DE 10 DE ABRIL DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0015, de 10 de abril de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 10 DE MAIO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0015 DE 10 DE ABRIL DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF (Programa de Sa**

***Critérios de Desempate***

**1º 2º 3º 4º 5º 6º**

<b>Ordem Classific.</b>	<b>Número Inscrição</b>	<b>Nome do Candidato</b>	<b>Habilit.</b>	<b>Soma de Pontos</b>
1	2	EBER MARTINI JUNIOR		10
2	1	CESAR MINORU KURITA NAGASAWA		10
3	3	DONALD KAOHSIANG		2

<b>Especial. (Pós)</b>	<b>Cursos Atualiz.</b>	<b>Tempo Serviço</b>	<b>Núm. Filhos</b>	<b>Portador Defic.</b>	<b>Data Nascimento</b>
0	10	0	0	NÃO	9/8/1964
0	8	2	0	NÃO	3/12/1974
0	2	0	0	NÃO	26/6/1947



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –  
ACT Nº 0015 DE 10 DE ABRIL DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **2 - Médico Clínico Geral**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral**

***Critérios de Desempate***

**1º      2º      3º      4º      5º      6º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 2 - MÉDICO CLÍNICO GERAL									

**Aviso da Publicação Tomada de Preços Nº 0001/2012 -SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2012 - SF

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0016/2012-SF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços de perfuração e instalação (material e mão-de-obra) de poço tubular profundo, neste município, com profundidade prevista para 150 (cento e cinquenta) metros conforme projetos. Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 29/05/2012. Abertura do certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49)3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail:compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de maio de 2012.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0071/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0071/2012 - PMF

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, tipo pick-up, para uso da ORTFRAI (Órgão Executivo de Transito de Fraiburgo). Julgamento: Menor Preço por ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 23.05.2012. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 09 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0018/2012**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0018 DE 10 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 11 de maio de 2012 a 22 de maio de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 10 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Extrato do Edital de Seleção Act Nº 0019/2012**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0019 DE 10 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de AGENTE OPERACIONAL. O preenchimento de vagas será para o ano de 2012, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 11 de maio de 2012 a 22 de maio de 2012, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 10 de maio de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Garopaba****PREFEITURA****Lei N.º 1.637/2012**

LEI N.º 1.637, DE 26 DE ABRIL DE 2012.

REDENOMINA ESCOLA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. A atual Escola Municipal de Ensino Fundamental Costa do Macacu, situada no Bairro Costa do Macacu, passa a ser denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Acácio Bento, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de Abril de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 11/05/2012, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

## Garuva

### PREFEITURA

#### Aviso de Alteração de Edital Pmg Nº 019/2012

##### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

A Prefeitura Municipal de Garuva comunica que, devido a alterações no Anexo 1 da Minuta de Contrato, item 4, do Edital de Pregão Presencial PMG Nº 019/2012, a data de credenciamento e abertura dos Envelopes de Proposta e Habilitação, foi adiada para o dia 23/05/2012 às 09:00 horas.

Garuva, 10 de maio de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

## Gaspar

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 3.428, de 09 de Maio de 2012.

LEI Nº. 3.428, DE 09 DE MAIO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº. 1.751, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1997, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR E O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, E MODIFICAÇÕES POSTERIORES.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º O artigo 4º, da Lei nº. 1.751, de 17 de dezembro de 1997, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Conselho Municipal de Turismo é composto de trinta e quatro membros, indicados pelos órgãos, entidades e/ou categorias a seguir relacionados, e nomeados pelo Prefeito Municipal:

I - um representante da Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio;

II - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

III - um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

IV - um representante do Departamento de Cultura;

V - um representante da Associação Comercial e Industrial de Gaspar - Acig;

VI - um representante da Associação da Micro e Pequena Empresa de Gaspar - Ampe;

VII - um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Gaspar - CDL;

VIII - um representante do Turismo receptivo e emissivo;

IX - um representante do Rotary Clube;

X - um representante do Clube de Parapente do Vale;

XI - um representante do PX Clube;

XII - um representante do Clube de Aeromodelismo Asas do Vale;

XIII - um representante do Clube Musical São Pedro;

XIV - um representante do Coral Misto Santa Cecília;

XV - um representante do Foto Clube de Gaspar;

XVI - um representante do Pesque e Pague Truticultura Bertoldi;

XVII - um representante do Trail Club de Gaspar;  
XVIII - um representante do Grupo Trentino Gaspareto;  
XIX - quatro representantes da imprensa;  
XX - quatro representantes dos parques aquáticos;  
XXI - quatro representantes dos meios de hospedagem;  
XXII - um representante dos centros de tradições gaúchas;  
XXIII - um representante dos moto clubes;  
XXIV - um representante dos jeep clubes;  
XXV - um representante do SENAC Nacional;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 09 de maio de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

#### Lei Nº. 3.429, de 09 de Maio de 2012.

LEI Nº. 3.429, DE 09 DE MAIO DE 2012.

PRORROGA PRAZO ESTABELECIDO PELA LEI Nº 1.995, DE 18 DE MAIO DE 2000, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREA DE TERRAS DO MUNICÍPIO DE GASPAR À EMPRESA TYRESBLU - PNEUS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS LTDA., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Gaspar,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica prorrogado, por mais 7 (sete) anos, a contar de 18 de maio de 2012, a doação de áreas de terra do Município de Gaspar à empresa Tyresblu - Pneus e Acessórios Automotivos, prevista no artigo 1º da Lei Municipal nº 1.995, de 18 de maio de 2000.

Parágrafo Único - A prorrogação de que trata o caput do artigo, será efetivada com as condições e normas dispostas na Lei de doação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de abril de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### Prefeitura Municipal de Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

TERMO DE PRORROGAÇÃO

Contribuinte: PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA GASPARENSE LTDA

Endereço: Rua Estrada Geral Gaspar Alto Fone: (47)

Bairro: Gaspar Alto Município: Gaspar UF: SC

Inscrição Municipal:

7760-0 CNPJ:

01.711.393/0001-04

Notificamos o Contribuinte em epígrafe da prorrogação do prazo de duração da fiscalização homologatória, constante no Termo de Início de Fiscalização nº 021/2012, recebido no dia 13/01/2012.

Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar do encerramento do prazo fixado no Termo de Início de Fiscalização acima citado.

Gaspar/SC, 10 de maio de 2012.

## AUTORIDADE FISCAL

JEFFERSON AMARAL

Fiscal de Tributos

Matrícula 4148

## IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESTABELECIMENTO

Nome:

Cargo: CPF:

Declaro que recebi 2ª via do presente termo.

Data:

Assinatura:

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resolução N.º 34/2012

RESOLUÇÃO N.º 34/2012

Dispõe sobre edital para realização de processo seletivo simplificado para contratação por tempo determinado, para necessidade temporária, de Auxiliar de Serviços do Legislativo e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a promulgação da Lei nº. 3.425, de 19 de abril de 2012;

Considerando a Resolução nº. 33, de 27 de abril de 2012;

Considerando o Ofício Interno nº. 99/2012, de 8 de maio de 2012, da Comissão de Concurso Público encaminhando as atas das reuniões realizadas nos dias 04 e 08 de maio de 2012;

Considerando todo o processado nos autos do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012;

### RESOLVE:

Art. 1º A contratação a que se refere a Lei nº. 3.425/2012 será precedida de processo seletivo simplificado conforme minuta de edital constante do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º O processo seletivo público será realizado sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Gaspar e efetivado pela Comissão de Concurso instituída pela Resolução nº. 33/2012, incumbindo-lhe receber inscrições, analisar documentos, aferir pontuação, receber e julgar recursos, definir o resultado final para posterior homologação pelo Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, bem como realizar todos os demais atos inerentes ao processo seletivo simplificado.

Art. 3º Após finalização do processo seletivo simplificado o processado deverá ser encaminhado à Presidência da Câmara Municipal de Gaspar para homologação.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do orçamento vigente da Câmara Municipal de Gaspar.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Gaspar-SC

Gabinete da Presidência, em 8 de maio de 2012.

Mesa Diretora

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO

Vereador - Presidente

RAUL SCHILLER

Vereador - Vice Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA

Vereador - Primeiro Secretário

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Vereador - Segundo Secretário

### Processo Seletivo Simplificado - Edital Nº 001/2012

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 001/2012

### CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DATA	FASES
10 a 12 de maio de 2012	Divulgação do edital do processo seletivo simplificado (Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - <a href="http://www.diariomunicipal.sc.gov.br">www.diariomunicipal.sc.gov.br</a> , Jornal Metas [extrato do edital], Mural da Câmara e Site da Câmara Municipal de Gaspar na Internet - <a href="http://www.camaragaspar.sc.gov.br">www.camaragaspar.sc.gov.br</a> - botão/ícone Processo Seletivo - Inscrições Abertas).
16 e 17 de maio de 2012	Inscrições e entrega de documentos para o processo seletivo simplificado, na sede da Câmara Municipal de Gaspar, das 13h às 18h.
22 de maio de 2012	Divulgação da classificação prévia do processo seletivo simplificado (Mural da Câmara e Site da Câmara Municipal de Gaspar na Internet).
23 de maio de 2012	Prazo para apresentação de recurso a ser protocolado na Secretaria da Câmara Municipal de Gaspar, das 13h às 18h.
25 de maio de 2012	Divulgação da decisão quanto aos recursos apresentados (Mural da Câmara e Site da Câmara Municipal de Gaspar).
26 a 29 de maio de 2012	Homologação e divulgação da classificação final do processo seletivo simplificado (Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, Jornal Metas [publicação da classificação até o 5º colocado], Mural da Câmara e Site da Câmara Municipal de Gaspar).
29 de maio de 2012	Convocação do candidato 1º colocado na classificação final do processo seletivo simplificado (notificação pessoal).

A Câmara Municipal de Gaspar torna público que fará realizar processo seletivo para contratação de 01 (um) Auxiliar de Serviços do Legislativo, em caráter temporário, por prazo determinado, que será regido pela legislação em vigor, em especial pelas Leis Municipais nº. 1305, de 9 de outubro de 1991, e 3.425, de 19 de abril de 2012, e pelo presente edital, observada a habilitação mínima, carga horária, vencimento e as atribuições do cargo de idêntica denominação constantes da Lei Municipal nº. 2.802, de 29 de setembro de 2006.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo público será realizado sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Gaspar e efetivado pela Comissão de Concurso instituída pela Resolução nº. 33, de 27 de abril de 2012, incumbindo-lhe receber inscrições, analisar documentos, aferir pontuação, receber e julgar recursos, definir o resultado final para posterior homologação pelo Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, bem como realizar todos os demais atos inerentes



ao presente processo seletivo simplificado.

1.2. Todas as publicações decorrentes deste processo seletivo simplificado serão efetivadas no Mural da Câmara e no Site deste Poder na Internet ([www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) - botão/ícone Processo Seletivo - Inscrições Abertas), nas datas definidas neste edital.

1.3. Os documentos, requerimentos e recursos definidos pelas normas do presente edital deverão ser entregues, pessoalmente, pelo candidato ou por procurador devidamente habilitado, aos Membros da Comissão de Concurso, servidores Emerson Pereira, Morgana Carina Lenzi e Romy Cristini Schneider, na sede da Câmara Municipal de Gaspar, localizada na Avenida das Comunidades, nº. 133, no Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, das 13h às 18h, nas datas especificadas neste edital.

1.4. Os documentos, requerimentos e recursos entregues não poderão ser complementados após o término dos respectivos prazos.

1.5. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do processo seletivo simplificado, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.6. O candidato classificado será contratado pela Câmara Municipal de Gaspar e exercerá sua função na sede da Câmara, localizada na Avenida das Comunidades, nº. 133, no Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

1.7. O presente processo seletivo será válido por 1 (um) ano, contado a partir da data da sua homologação, prorrogável por igual período.

1.8. O contrato de trabalho do Auxiliar de Serviços do Legislativo admitido por tempo determinado, em caráter temporário, será regido pela Lei Municipal nº. 3.425, de 19 de abril de 2012, e, no que couber, pela Lei Municipal nº. 1305, de 9 de outubro de 1991, inclusive quanto às verbas decorrentes da rescisão, e poderá ser rescindido, a qualquer tempo:

- a) por abandono ao serviço sem justificativa;
- b) em decorrência de problemas de ordem administrativa; e
- c) no interesse público.

## 2. DO CARGO, DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DA HABILITAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA REMUNERAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES.

2.1. O processo seletivo simplificado regulado por este edital destina-se à contratação de Auxiliar de Serviços do Legislativo, que será admitido por tempo determinado, se necessário até 20 de dezembro de 2012, em caráter temporário, observados os requisitos para admissão constantes deste edital, a habilitação, a carga horária, a remuneração e as atribuições constantes da Lei Municipal nº. 2.802, de 29 de setembro de 2006 e da Lei Municipal nº. 1.491, de 15 de abril de 1994, com as alterações da Lei nº. 3.422, de 4 de abril de 2012.

2.2. São requisitos básicos para admissão:

- a) ser brasileiro;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) estar em dia com o serviço militar (sexo masculino);
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) possuir a escolaridade exigida (ensino fundamental completo); e

f) estar apto para o exercício da função, mediante inspeção médica.

2.3. O cargo/função objeto do presente processo seletivo simplificado, a habilitação, a carga horária e a remuneração mensal estão descritos na tabela abaixo:

CARGO/FUNÇÃO	HABILITAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO
Auxiliar de Serviços do Legislativo	Ensino Fundamental Completo	30 horas semanais, das 13h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira	R\$ 849,59 (oitocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) de vencimento R\$ 301,00 (trezentos e um reais) de auxílio alimentação (Lei nº. 1.491/1994 e Lei nº. 3.422/2012)

2.4. São atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços do Legislativo, objeto do presente processo seletivo simplificado, nos termos da Lei nº. 2.802, de 29 de setembro de 2006:

2.4.1. Descrição Sumária: Preparar e servir café, chá, água e outros; zelar pela ordem e limpeza da copa, cozinha e demais dependências da Câmara Municipal de Gaspar.

2.4.2. Descrição Detalhada:

- a) coletar o lixo colocando-o em recipientes apropriados e dar-lhe destino;
- b) efetuar higienização das dependências da Câmara Municipal de Gaspar, através da limpeza de pisos, tapetes, vidros e janelas, espelhos, persianas, armários, mesas, móveis, escadas, paredes e tetos, portas, sanitários, utensílios etc;
- c) preparar e servir café, chá, sucos, água e lanches rápidos, para atender servidores, vereadores e visitantes;
- d) receber, armazenar e controlar o estoque dos produtos alimentícios e de material de limpeza, requisitando a reposição sempre que necessária.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. A participação no processo seletivo simplificado iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

3.2. As inscrições serão efetuadas nos dias 16 e 17 de maio de 2012, das 13h às 18h, na sede da Câmara Municipal de Gaspar, localizada na Avenida das Comunidades, nº. 133, no Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

3.3. No momento da inscrição o candidato deverá entregar/apresentar os seguintes documentos:

- a) formulário de inscrição devidamente preenchido - Anexo I (original); e
- b) carteira de identidade ou outro documento de identidade legalmente admitido, desde que com foto (cópia e original).

3.3.1. Para fins de pontuação e seleção, o candidato entregará/apresentará ainda no ato da inscrição os seguintes documentos:

- a) comprovação de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (cópia e original), ou de ato (cópia autenticada pelo órgão) ou declaração (original) emanados de órgão público que identifique expressamente as datas de admissão e rescisão, em cargo/função com atribuições afins/correlatas com o cargo/função objeto deste processo seletivo simplificado;
- b) certificado de conclusão de ensino médio (cópia e original); e

c) certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e/ou atualizações na função a desempenhar (cópia e original).

3.4. As informações prestadas e o preenchimento do Requerimento de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato e não poderão ser alteradas, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

3.5. A inscrição do candidato poderá ser anulada, a qualquer tempo, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

3.6. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

#### 4. DO PROCESSO CLASSIFICATÓRIO

4.1. O processo seletivo simplificado constará de análise e pontuação dos seguintes itens, de caráter classificatório, conforme abaixo:

a) tempo de serviço registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou em ato ou declaração emanados de órgão público que identifique expressamente as datas de admissão e rescisão, em atividade afim/correlata ao cargo/função objeto deste edital: será atribuído 02 (dois) pontos por mês completo registrado, observada exclusivamente as datas de admissão e rescisão, limitando-se ao total de 60 (sessenta) pontos. Não serão consideradas frações de mês, por registro. Em caso de empregos simultâneos, iniciar-se-á a contagem pelo mais antigo, finalizando-se pela rescisão mais recente;

b) comprovação de conclusão do ensino médio mediante apresentação de certificado/diploma: será atribuído 10 (dez) pontos pela comprovação de conclusão do ensino médio; e

c) comprovação de cursos afins/correlacionados às atribuições do cargo/função objeto deste edital: será atribuído 01 (um) ponto para cada 01 (uma) hora-aula de curso, limitando-se ao total de 30 (trinta) pontos.

4.2. O candidato cujo documento que apresentar for grafado com nome diferente da inscrição, declara que é o legítimo portador de tal documento/comprovante/atestado/certificado/diploma e que a alteração havida na grafia do seu nome se deu por ato legal ou decisão judicial. Está ciente de que a Comissão de Concurso organizadora deste processo seletivo simplificado poderá solicitar a apresentação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), da documentação comprobatória da alteração havida e que o não atendimento à solicitação ou a não comprovação da legalidade da divergência existente implicará na exclusão do candidato no processo seletivo sem prejuízo das sanções legais.

4.3. Não serão pontuados:

a) os documentos não entregues no prazo e local determinados;

b) documentos cujas cópias não permitam a leitura de qualquer dos itens que o componham ou apresentem rasuras, rasgos, emendas etc;

c) comprovantes/certificados/diplomas de cursos afins/correlacionados às atribuições do cargo objeto deste edital, onde não constem, especificamente, o total de horas-aula efetivadas; e

d) os documentos que se constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

4.4. Os documentos apresentados serão pontuados de acordo com o descrito abaixo:

a) DOCUMENTO: Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS/ Ato ou Declaração de Órgão Público.

QUANTIDADE MÁXIMA DE PONTOS: 60 (sessenta) pontos.

PONTOS POR MÊS REGISTRADO: 02 (dois) pontos.

Obs.: Não serão consideradas frações de mês, por registro. Em caso de empregos simultâneos, iniciar-se-á a contagem pelo mais antigo, finalizando-se pela rescisão mais recente.

b) DOCUMENTO: Comprovante/certificado/diploma de conclusão do ensino médio.

QUANTIDADE MÁXIMA DE PONTOS: 10 (dez pontos) pela conclusão do ensino médio.

c) DOCUMENTO: Comprovantes/certificados/diplomas de cursos afins/correlatos com as atribuições do cargo objeto deste edital.

QUANTIDADE MÁXIMA DE PONTOS: 30 (trinta pontos).

PONTOS PARA CADA HORA-AULA DE CURSO: 01 (um) ponto para cada 01 (uma) hora-aula de curso.

4.5. A pontuação do candidato para a classificação neste processo seletivo simplificado será o somatório dos pontos correspondentes aos documentos apresentados pelo candidato, constantes no item 4.1, e detalhados no item 4.4, deste edital.

4.5.1. A pontuação máxima permitida é de 100 (cem) pontos.

4.6. Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-ão para o desempate os seguintes critérios, por ordem de preferência:

a) o candidato mais idoso (art. 27, parágrafo único, da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003);

b) maior pontuação no item relacionado ao documento: CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - CTPS/ATO OU DECLARAÇÃO DE ÓRGÃO PÚBLICO;

c) maior pontuação no item relacionado ao documento: COMPROVANTES/CERTIFICADOS/DIPLOMAS DE CURSOS AFINS/CORRELATOS COM AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO OBJETO DESTES EDITAIS;

e

d) SORTEIO, se ainda assim persistir o empate.

#### 5. DA CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA

5.1. A classificação prévia deste processo seletivo simplificado será publicada no Mural da Câmara e no Site deste Poder na Internet ([www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) - botão/ícone Processo Seletivo - Inscrições Abertas), no dia 22 de maio de 2012.

#### 6. DOS RECURSOS

6.1. Será admitido recurso do resultado da classificação prévia, através de requerimento assinado pelo candidato ou seu procurador devidamente habilitado.

6.2. O recurso deverá ser endereçado à Comissão de Concurso e protocolado na Secretaria da Câmara Municipal de Gaspar, das 13h às 18h do dia 23 de maio de 2012.

6.3. A decisão da Comissão de Concurso quanto aos recursos será tomada por deliberação da maioria simples de seus membros e considerada definitiva, dela não cabendo mais recurso.

6.4. A decisão da Comissão de Concurso quanto aos recursos será divulgada no dia 25 de maio de 2012 no Mural da Câmara e Site deste Poder na Internet ([www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) - botão/ícone Processo Seletivo - Inscrições Abertas).

#### 7. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

7.1. A homologação e a classificação final deste processo seletivo simplificado será publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), Jornal Metas [publicação da classificação até o 5º colocado], Mural da Câmara e Site da Câmara Municipal de Gaspar na Internet ([www.camaragaspar.sc.gov.br](http://www.camaragaspar.sc.gov.br) - botão/ícone Processo Seletivo - Inscrições Abertas), no período

de 26 a 29 de maio de 2012.

## 8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. As providências relacionadas à convocação e contratação do candidato são de responsabilidade da Câmara Municipal de Gaspar.

8.2. A convocação do candidato primeiro classificado será realizada a partir do dia 29 de maio de 2012, através de notificação pessoal.

8.3. A classificação neste processo seletivo simplificado não assegura ao candidato o direito de contratação automática. A decisão de contratação é de competência do Presidente da Câmara Municipal de Gaspar, desde que observados todos os requisitos descritos neste edital.

8.4 O candidato classificado será contratado obedecendo a ordem de classificação no cargo/função objeto deste edital.

8.5 O candidato a ser contratado deverá apresentar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contatos a partir do recebimento da notificação, os seguintes documentos:

- a) Laudo de inspeção de saúde, procedida por médico vinculado a empresa contratada pela Câmara Municipal de Gaspar;
- b) Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Carteira Trabalho e Previdência Social - CTPS e PIS/PASEP;
- d) Título de Eleitor;
- e) Comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral;
- f) Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;
- g) Certificado/diploma de conclusão do ensino fundamental;
- h) Comprovante de endereço;
- i) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- j) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- k) Declaração de bens; e
- l) 01 (uma) foto 3x4 recente.

8.5.1. A não apresentação ou a apresentação de forma incompleta ou tardia dos documentos implicará na desclassificação do candidato convocado, sendo automaticamente convocado o próximo colocado.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Será excluído do processo seletivo simplificado o candidato que:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;
- b) apresentar documentos após o prazo ou não apresentar todos os documentos obrigatórios exigidos neste edital; e
- c) não mantiver atualizado seu endereço e telefone.

## 10. DO FORO

10.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo simplificado de que trata este edital é o da Comarca de Gaspar, Estado de Santa Catarina.

Gaspar, 8 de maio de 2012.

ANTONIO CARLOS DALSOCHIO  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EMERSON PEREIRA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

## ANEXO I

### FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO:

FILIAÇÃO ;

NOME DO PAI:

NOME DA MÃE:

RG Nº.:

CPF Nº.:

DATA DE NASCIMENTO: / /

TELEFONE RESIDENCIAL:

TELEFONE CELULAR:

TELEFONE OUTRO:

E-MAIL:

ENDEREÇO COMPLETO:

RUA: Nº.:

BAIRRO: CIDADE: ESTADO:

O candidato que o presente subscreve requer sua inscrição no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO decorrente do EDITAL Nº. 001/2012, realizado pela Câmara Municipal de Gaspar, e para tanto declara que as informações ora prestadas são verdadeiras e as cópias dos documentos apresentados, abaixo relacionados, correspondem aos respectivos originais, os quais estão em minha posse. Declaro, ainda, sob as penas dispostas em lei, que eventual divergência entre o meu nome declarado nesta ficha de inscrição e o nome constante dos documentos apresentados decorre de ato legal ou decisão judicial.

### RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS POR CÓPIA:

- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Gaspar-SC, em \_\_\_\_\_ de maio de 2012.

Assinatura do Candidato

### Convite - Audiência Pública

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

C O N V I T E

A Câmara de Vereadores de Gaspar tem a grata satisfação de convidar a comunidade a participar de Audiência Pública pertinente demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do 1º Quadrimestre de 2012 pelo Município de Gaspar.

DATA: 29/5/2012.

HORÁRIO: 16h30.

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Gaspar.

Avenida das Comunidades, nº. 133, Centro.

Prédio do GASCIC.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços Nº 009-A/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-A/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 0012/2012

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 31 de dezembro de 2012, prorrogando-se até completar 12 meses.

Aos oito dias do mês de maio de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual contratação de transporte descontinuado de passageiros para atividades Esportivas, Culturais, Tratamento Fora do Domicílio a nível municipal e intermunicipal para as diversas Secretarias Municipais, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Lechnertur Turismo LTDA ME, em decorrência do processo licitatório nº0058/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 72.500,00 (Setenta e dois mil e quinhentos reais).

Herval d'Oeste, em 08 de Maio de 2012

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF nº 501.589.459-72

Pelo Município

PAULO ALBERTO LECHNER

Sócio Administrador

CPF nº 148.361.659-20

Pela Empresa

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Rubens Antonio Correia

CPF nº 687.857.399-87

02. \_\_\_\_\_

Yasmin Laís Ribas

CPF nº 076.591.479-43

### Ata de Registro de Preços Nº 009-B/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009-B/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2012

PREGÃO PRESENCIAL No 0012/2012

Validade da Ata de Registro de Preços: Até 31 de dezembro de

2012, prorrogando-se até completar 12 meses.

Aos oito dias do mês de maio de 2012, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para a eventual contratação de transporte descontinuado de passageiros para atividades Esportivas, Culturais, Tratamento Fora do Domicílio a nível municipal e intermunicipal para as diversas Secretarias Municipais, pelo período de 12 meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representado pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Transportes Coletivos Zarpelon LTDA, em decorrência do processo licitatório nº0058/2012, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/012, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Valor Total: R\$ 33.500,00 (Trinta e três mil e quinhentos reais).

Herval d'Oeste, em 08 de Maio de 2012

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF nº 501.589.459-72

Pelo Município

IRAI ZARPELON

Administrador

CPF nº 949.434.519-34

Pela Empresa

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_

Rubens Antonio Correia

CPF nº 687.857.399-87

02. \_\_\_\_\_

Yasmin Laís Ribas

CPF nº 076.591.479-43

# Imbituba

## PREFEITURA

### Publicação de Extrato de Dispensa 16/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 63/2012

DISPENSA Nº 16/2012

Objeto: Prestação de serviços reparos nos decks e postos de salva-vidas instalados nas praias de Imbituba.

Empresa: Reparos e Reformas Imbituba.

Valor Total: R\$ 5.400,00.

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 11 de maio de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal



**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 27/2012 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE  
PROCESSO Nº 28/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 23 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de exames de esofagogastroduodenoscopia direta com pesquisa de helicobacter pilory (hp). A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 11 de maio de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Pregão Presencial 28/2012 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE  
PROCESSO Nº 30/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 23 de maio de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Aquisição de óculos de graus (armações e lentes) para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 11 de maio de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Publicação de Extrato de Suspensão de Tomada de Preço 02/2012 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através da Comissão de Licitação comunicam que fica suspensa por tempo indeterminado o Processo Licitatório 59/2012 - Concorrência 02/2012, para análise de Impugnação interposto tempestivamente pela empresa Contratos e Negócios Licitações e Apoio Administrativo Ltda.

Imbituba, 11 de maio de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Presidente da CPL

**Publicação de Revogação de Pregão Presencial 25/2012 (Saúde)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 26/2012, na modalidade de Pregão Presencial nº 25/2012, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 11 de maio de 2012.  
MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA  
Pregoeira Oficial

**Extrato: DEMUTRAN 2012/06 - A/00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: DEMUTRAN 2012/06 - A/00  
Contratada: VOGTEC EQUIPAMENTOS LTDA  
C.N.P.J: 09.131.598/0001-22

Objeto: MANUTENÇÃO DE SEMÁFORO  
Valor: R\$ 6.000,00 Prazo: 26/04/2013  
Fundamento: Processo nº. 05/2012 Dispensa 01/2012

Imbituba, 26 de abril de 2012  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal  
Contratante

VOGTEC EQUIPAMENTOS LTDA  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI Sdr Norte 62/2012 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SDR NORTE 62/2012 A00  
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE.  
Valor: R\$22.825,90 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 27/2012 Pregão 21/2012

Imbituba, 26 de abril de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal  
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
Representante Legal  
Contratada

**Extrato: PMI Sdr Sul 60/2012 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SDR SUL 60/2012 A00  
Contratada: SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME  
C.N.P.J: 10.524.158/0001-14

Objeto: MATERIAL DE CONSUMO E PEÇAS DE REPOSIÇÃO PARA ROÇADEIRAS LATERAIS DE USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL  
Valor: 1.655,00 Prazo: 31/12/2012  
Fundamento: Processo nº. 33/2012 Pregão 26/2012

Imbituba, 26 de abril de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SOETHE COMERCIO DE MAQUINAS LTDA ME

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 76/2011 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 76/2011 - A00

Contratada: ORLEANS INFORMATICA LTDA

C.N.P.J: 02.315.593/0001-00

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Valor: R\$ 9.099,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 15/2011 Pregão 14/2011

Imbituba, 03 de maio de 2011.

Leda Suzana da S. G. P de Souza

SECRETARIA MUNICIPAL

Contratante

ORLEANS INFORMATICA LTDA

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEDUCE 87/2012 - A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUCE 87/2012 - A00

Contratada: MATHEUS SILVEIRA BATISTA ME

C.N.P.J: 13.732.070/0001-86

Objeto: PRESTAÇÃO SE SERVIÇO DE ARBITRAGEM, COM ÁRBITROS FEDERADOS E ACADEMICOS VINCULADOS A UNIVERSIDADE NO CURSO DE EDUCAÇÃO FISICA NAS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 24.100,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 54/2012 Pregão 35/2012

Imbituba, 08 de maio de 2012

LEDA SUZANA DA S. G. P DE SOUZA

Secretaria Municipal Educação

Contratante

MATHEUS SILVEIRA BATISTA ME

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2009/155 A/02**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2009/155 A/02

Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL

ATÉ 30/05/2012

Valor: R\$ 7.000,00 Prazo: 30/05/2012

Fundamento: Processo nº. 133/2009 Pregão 76/2009

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2012/44 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/44 A00

Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: RETIRAR E RECOLOCAR A PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO - PCC DA RUA VISCONDE DE BARBACENA SITUADA NO CENTRO.

Valor: R\$ 51.512,17 Prazo: 90 dias

Fundamento: Processo nº. 34/2012 Carta Convite 02/2012

Imbituba, 26 de março de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

VILA NOVA COM DE MAT DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

**Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2012/53 A00

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ATAÍDE MANOEL DA ROSA, ESTACA 86 A 126 8 IMBITUBA

Valor: R\$ 642.986,21 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 19/2012 Concorrência 01/2012

Imbituba, 19 de abril de 2012

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Representante Legal

Contratada

**CÂMARA MUNICIPAL****Ato da Presidência Nº 16/12**

Ato da Presidência nº 16/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 14ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 14 de maio de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PL nº 003/2012	07/05/12	Poder Legislativo	Comissão de Finanças e Orçamento	Dispõe sobre o julgamento da Prestação de Contas do Exercício 2010 da Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de maio de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

**Iomerê****PREFEITURA****Lei 680/2012**

LEI Nº 680, DE 09 DE MAIO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER EM DOAÇÃO RECURSOS DO PODER JUDICIÁRIO, DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, inc. I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI: Art. 1º Fica o Município de Iomerê, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a receber do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por intermédio da Comarca de Videira, a quantia em espécie de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo Único. Os recursos de que trata o art. 1º serão utilizados na instalação do sistema de segurança e monitoramento urbano por imagens, através da instalação de câmeras de segurança.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IOMERÊ - SC, 09 DE MAIO DE 2012.

ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1291/2012**

DECRETO Nº. 1291 DE 09 DE MAIO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 441.851,00 (quatrocentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e um reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito  
02.01 Gabinete do Prefeito  
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito  
31900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 18.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2006 Manutenção da Secretaria de Administração  
31900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 102.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2006 Manutenção da Secretaria de Administração  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 15.000,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
03.01 Secretaria de Administração e Finanças  
2015 Manutenção Convênio Polícia Militar  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 3.000,00



04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
04.01 Secretaria de Educação  
2020 Manutenção do Ensino Fundamental  
31900000 Aplicações Diretas  
101.00 Recursos de Impostos e Transferência de Impostos Educação  
R\$ 138.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2041 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
31900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 36.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2048 Manutenção da Sec. de Obras e Serviços Públicos  
31900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 102.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2052 Coleta e Destinação Final do Lixo  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 27.851,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 09 de maio de 2012.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto 1292/2012**

DECRETO Nº. 1292 DE 09 DE MAIO DE 2012.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 659/2011 de 30 de novembro de 2011, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2012.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 659/2011 de 30 de novembro de 2011.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
31900000 Aplicações Diretas  
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde  
R\$ 204.000,00

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
44900000 Aplicações Diretas  
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde  
R\$ 16.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2061 Manutenção do Fundo de Saúde  
33900000 Aplicações Diretas  
102.00 Recursos de Impostos e Transf. de Impostos Saúde  
R\$ 16.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 09 de maio de 2012.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

## **Irineópolis**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria N º 182/2012-Errata**

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar nº. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares, 022/05 e 040/2008,

#### **RESOLVE:**

Art 1º - CONTRATAR, CARLA TATIANE KAROLESKI REICHARDT nascida em 01/07/1983, portadora do CPF nº 049.173.199-00, RG. nº 3.791.270, SESP/SC, para no período de 20/04/2012 a 20/12/2012, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 006/2011, homologado em 26/12/2011 e Contrato de Trabalho Temporário nº 051/2012, para atuar junto a NE GUILHERME BOSSOW.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 30 de abril de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N º 188/2012**

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, § 1º, da Lei Complementar n º. 013/03, de 25/06/2003 com redação dada pelas Leis Complementares n º s 022/05 e 040/2008,

**RESOLVE:**

Art 1º - CONTRATAR, ADRIANA KOMAN nascida em 04/09/1985, portadora do CPF n º 045.452.029-85, RG. n º 4.819.419, SESP/SC, para no período de 07/05/2012 a 20/12/ 2012 exercer as atividades de Professora ACT (40h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 006/2011, homologado em 26/12/2011 e Contrato de Trabalho Temporário n º 052/2012, para atuar junto ao NE. Guilherme Bosow.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 07 de maio de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

**Portaria N º 189/2012**

EXONERA SERVIDOR EFETIVO Á PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º. 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - Exonerar a pedido, a servidora SUELEN WAGNER, do cargo de professora de artes (40h/sem), do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal de Irineópolis, para o qual foi nomeada através da Portaria n º 049/2006 de 15/02/2006.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de maio de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

**Portaria N º 190/2012**

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR, os efeitos da Portaria 118/2012 de 30/03/2012, que Contrata em caráter Temporário a servidora KELLIN CRISTIANE MICHAHOUSKI, nascida em 04/08/1983, portadora do CPF n º 042.479.939-17, RG. n º 4.470.540, SESP/SC, exercer as atividades de Professora de Educação Física ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 002/2012, homologado em 01/03/2012 e Contrato de Trabalho Temporário n º 036/2012, em substituição a Professora efetiva Selma Cristiane Chimagosewski Furst que se encontra em gozo de licença para acompanhamento de filho para tratamento de saúde.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/05/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de maio de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ

Secretária Municipal da Educação.

**Portaria N º 191/2012**

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001.

**RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR, 10h/sem, dos efeitos da Portaria 115/2012 de 14/03/2012, que Contrata em caráter Temporário o servidor EMERSON KEITTO, nascida em 03/03/1980, portadora do CPF n º 037.773.959-60, RG. n º 4.662.294, SESP/SC, exercer as atividades de Professor de Educação Física ACT, conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 001/2012, homologado em 01/02/2012 e Contrato de Trabalho Temporário n º 035/2012, em substituição a Professora efetiva Selma Cristiane Chimagosewski Furst que se encontra em gozo de licença para acompanhamento de filho para tratamento de saúde.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02/05/2012.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de maio de 2012.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ

Secretária Municipal da Educação.

**Portaria N º 192/2012**

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - PRORROGAR, os efeitos da Portaria nº 022/2012 de 04/01/2012, que Contrata em caráter Temporário a servidora ELIZANGELA HAUBRICHT, nascida em 08/05/1990, portadora do CPF nº 072.184.349-24, RG. nº 5.311.295, SESP/SC, exercer as atividades de Professora ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 006/2011, homologado em 26/12/2011 e Contrato de Trabalho Temporário nº 009/2012, em substituição a Professora efetiva ELIANE DE FATIMA NEPPEL WAGNER que se encontra em gozo de licença para tratamento de saúde.

Art 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de maio de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

SONIA MARA DE MORAES SAGAZ  
Secretária Municipal da Educação.

**Portaria N.º. 185/2012 - Errata**

NOMEIA SERVIDORA SOB O REGIME DA CLT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe a Lei Complementar 035/2007 de 19/12/2007,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR, nos termos do artigo 3º, da Lei Complementar nº035/07 de 19/12/2007, VALDIRENE CRISTINA BENDLIN, nascida em 29/04/1973, portadora do CPF nº 691.058.479-15, RG. nº 2.313.452 SESP/SC, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde (44h/sem), do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 002/2010, homologado em 06/01/2011.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Maio de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 186/2012**

NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR, sob o Regime de Trabalho Estatutário, ROBSON LUIZ DA SILVA, nascido em 24/03/1987, portador do CPF nº 009.552.319-73, RG. nº 8.395.454 SSP/PR, para exercer o cargo de Agente Administrativo (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2010, homologado em 14/05/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de maio de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 187/2012**

DISPENSA PROFESSORA ACT À PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - Dispensar a pedido, a servidora EDINA KOSTULSKI, das atividades de auxiliar de serviços gerais II, para a qual foi contratada em caráter temporário através da Portaria nº 150/2012, de 03/04/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 03 de maio de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º. 181/2012**

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e fundamentado nas disposições dos artigos nº 169 e 170 da Lei Complementar nº 001/97 de 30/12/1997,

**RESOLVE:**

Art 1º - Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2012 e designar os servidores LILLIAN ELIANE BATSCHAUER, código 0730, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, MICHELI DE FATIMA DRABIK, código 0756, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, REINALDO STASIAK, código 0019, ocupante do cargo efetivo de Administrador, NILDO JULIANO KRUGER, código 1256, ocupante do cargo de Enfermeiro PSF, SINTIA BENDLIN FRANZ, código 0759, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, todos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, membros da Comissão, com a incumbência de apurar a denúncia de ferir disposições contidas na LEI nº 1315/2007 de 27/09/2007 e LC nº 01/97 de 30/12/1997, com relação aos deveres e as proibições de ordem funcional, dos seguintes funcionários:

- I. VALDECIR DOS PASSOS, código 1602, ocupante do cargo de Condutor de Balsa, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura;
- II. ROBSON FRANCISCO LUZ, código 1624, ocupante do cargo de Vigia, vinculado a Secretaria Municipal da Infraestrutura;
- III. JORGE NOGATH, código 1701, ocupante do cargo de Motorista Socorrista, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde;
- IV. BRUNO GUARACY PINTO, código 1702, ocupante do cargo de

Motorista Socorrista, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde;  
V. JACKSON FRANCIS LEVANDOSKI, código 1703, ocupante do cargo de Motorista Socorrista, vinculado a Secretaria Municipal da Saúde;  
VI. JOEL IRINEU RUCKL, código 1656, ocupante do cargo de Assistente de Educação, vinculado a Secretaria Municipal da Educação;

O presente processo será instaurado quanto aos seguintes fatos:

- Após dois conceitos regulares e/ou insuficientes, e tomadas as medidas para fins de intensificar as possibilidades de melhoria, dando-lhe oportunidade de aprimoramento no seu desempenho.
- Os servidores obtiveram um terceiro conceito de desempenho regular e/ou insuficiente em suas avaliações de Estágio probatório.

Tendo caracterizando os itens de Inobservância às normas legais e regulamentares ao não praticar, alguns dos seguintes atos:

- Qualidade no trabalho, conforme artigo 12, inciso I;
- Pontualidade, conforme artigo 12, inciso II;
- Assiduidade, conforme artigo 12, inciso III;
- Responsabilidade, conforme artigo 12, inciso IV;
- Relacionamento interpessoal, conforme artigo 12, inciso V;
- Uso e zelo pelos recursos materiais disponíveis, conforme artigo 12, inciso VI;
- Iniciativa, conforme artigo 12, inciso VII;
- Criatividade, conforme artigo 12, inciso VIII;
- Cooperação, conforme artigo 12, inciso IX;
- Aprimoramento, conforme artigo 12, inciso X, todos do Artigo 7º da Lei nº 1315/2007 de 27/09/2007.
- Proceder de forma desidiosa, conforme artigo 145, inciso XV, da Lei Complementar nº 001/1997, de 30/12/1997, estando sujeito às penalidades previstas em Lei, conforme dispositivos supramencionados.

Art 2º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Art 3º - Providencie a Comissão a instrução processual necessária, produzindo provas documentais, testemunhais e/ou periciais, buscando e requisitando os demais elementos que julgar convenientes a completa apuração dos fatos descritos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 30 de abril de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

#### **Extrato de Homologação 34/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2012

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Janaina dos Santos Martins Zucco ME, Luis Kaminski ME, Papelaria São Bento Ltda e MR Informatica Ltda. ME.

Irineópolis, 09 de maio de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 65/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 65/2012  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Betha Sistemas Ltda

Objeto: Quarto termo aditivo ao contrato de Prestação de Serviços nº 35/2008, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis, e a empresa Betha Sistemas Ltda. Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 35/2008, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 15.04.2013.

Valor: R\$ 1.731,36 (um mil setecentos e trinta um reais e trinta seis centavos).

Base Legal Lei 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 72/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 72/2012  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: MR Informática Ltda. ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra-Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2012

Valor: R\$ 11.458,50 (Onze mil quatrocentos e cinquenta oito reais e cinquenta centavos).

Vigência - 09/05/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 34/2012 - Pregão Presencial nº. 23/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato 73/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 73/2012  
Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratada: Papelaria São Bento Ltda. ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra-Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2012

Valor: R\$ 7.902,59 (Sete mil novecentos e dois reais e cinquenta nove centavos).

Vigência - 09/05/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatorio 34/2012 - Pregão Presencial nº. 23/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato 74/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 74/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Luis Kaminski ME - LK Moveis para Escritório e Suprimentos

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra-Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2012

Valor: R\$ 6.888,00 (Seis mil oitocentos e oitenta oito reais).

Vigência - 09/05/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatório 34/2012 - Pregão Presencial nº. 23/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 75/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 75/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Janaina dos Santos Martins Zucco ME

Objeto: Aquisição de materiais de expediente e escritório em geral, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas nas Secretarias da Administração, Agricultura, Desenvolvimento Comunitário, Fazenda e Infra-Estrutura, com entrega parcelada, para o exercício de 2012

Valor: R\$ 3.305,88 (Três mil trezentos e cinco reais e oitenta oito reais).

Vigência - 09/05/2012 a 31/12/2012

Base Legal - Processo Licitatório 34/2012 - Pregão Presencial nº. 23/2012

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria Nº 09/2012**

Portaria Nº 9/2012

"NOMEIA OS VEREADORES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL REFERIDA NO ARTIGO 10º PARÁGRAFO 2º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 059/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os vereadores para compor a Comissão Especial referida no Artigo 10º Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 059/2012.

Presidente: NILDA E. B. GALVÃO

Relator: CARLOS R. R. DA SILVA

Membro: ADEMIR GALLE

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, em 23 de Abril de 2012.

ANTONIO CARLOS SENFF

Presidente da Mesa

**Portaria Nº 10/2012**

Portaria Nº 10/2012

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO CARLOS SENFF, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder a Servidora, ELENICE IZAURA NEPPEL, Contadora, o gozo das férias pelo período de 05 (cinco) dias iniciando em 02/05/2012 à 06/05/2012, retornando as atividades normais em 07/05/2012.

Autorizar de acordo com o Art. 55 da Lei Complementar nº 059/2012, de 04 de Abril de 2012, converter um terço das férias em abono pecuniário.

Ressaltar que as referidas férias referem-se ao período aquisitivo de 01/03/2010 à 28/02/2011, e que a servidora gozou 15 (quinze) dias de férias, conforme Portaria nº 03/2012.

Gabinete da Presidência, em 02 de Maio de 2012.

ANTONIO CARLOS SENFF

Presidente da Mesa

---

**Itaiópolis**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Extrato de Revogação**

Processo Licitatório nº 32/2012 - Pregão Presencial nº 22/2012.

OBJETO: aquisição de um motor novo veicular para carregadeira Volvo L 50 S, série AG03, ano 99. Motor com faixa de potencia mínima de 99,9 e máxima de 111 HP, arrefecido à água, motor a diesel, motor acompanhado com alternador, bomba injetora, motor de partida, turbina sendo motor de 4 cilindros, motor com volante de embreagem, motor com hélice, motor com coletor de escape p/motor turbinado. Fica revogado este Processo Licitatório pelo motivo de não acudirem interessados.

Itaiópolis, 10 de Maio de 2012.

HELIO CÉSAR WENDT

Prefeito Municipal

**Processo Licitatório Nº 37/2012**

Pregão Presencial nº 25/2012 - Objeto: Registro de Preços para contratação de empresas para prestarem serviços de máquinas, caminhões e equipamento, na recuperação e manutenção da malha viária do Município. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 2º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 25 de Maio de 2012, até às 09hs-15min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 25 de Maio de 2012, às 09hs30min. O Edital estará à disposição dos interessados, no

endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaipolis.sc.gov.br](http://www.itaipolis.sc.gov.br). Itaipópolis, 09 de Maio de 2012. HELIO CESAR WENDT Prefeito Municipal

## Itapoá

### PREFEITURA

#### Ata do Pregão Presencial Nº 03/ 2012

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/ 2012, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2012 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS, HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Aos 10/05/2012, a partir das 09:00 horas, no sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira e a respectiva Equipe de Apoio, abaixo assinado, nomeados pelo Decreto nº 1349/2011, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA referente ao Pregão Presencial nº 03/2012, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PASSEIO POPULAR, PARA COMPOR A FROTA MUNICIPAL EM ATENDIMENTO À DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL, com critério de julgamento de menor preço. No horário definido no Edital, a Senhora Pregoeira deu como aberta a Sessão Pública de realização do Pregão, Apresentaram os devidos elementos necessários à participação no certame a (s) seguinte (s) empresa (s):

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
FIAT AUTOMÓVEIS S A	16.701.716/0001-56

Apta a participar da próxima fase do certame. A senhora Pregoeira FERNANDA CRISTINA ROSA informou ao representante presente o procedimento a ser adotado durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência dele, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, a senhora Pregoeira iniciou, imediatamente, a abertura dos envelopes de proposta de preços. A proposta foi submetida à Equipe de Apoio, para avaliação do atendimento das especificações exigidas no (Anexo V do Edital), com base nas declarações e documentações apresentadas pela licitante. A senhora Pregoeira, com base na análise da equipe de apoio:

Equipe de Apoio  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR

Emitiu seu juízo classificando as propostas. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela senhora Pregoeira, fica a licitante vencedora responsável por entregar produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Para a etapa de lances foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002. Iniciou-se a etapa de lances verbais, em que o representante credenciado:

Representantes (Credenciados)  
JEFFERSSON RICARDO CONERADO

Tiveram a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas, conforme Termo de Lance e vencedores anexo aos autos, da qual chegaram aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	FIAT AUTOMÓVEIS S A	25.000,0000	24.500,0000

Encerrados os lances verbais para o presente certame, verificou-se as empresas vencedoras citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
FIAT AUTOMOVEIS S A	98.000,0000

Em seguida, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde se constatou que a referida empresa atende as exigências editalícias, sendo habilitada para este Certame. Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa ofertante do menor preço, a Senhora Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme item 15 do edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - As proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte do representante da licitante de intenção de interpor recursos. A Senhora Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10/05/2012.  
FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

Equipe de Apoio

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR

Participantes Presentes

FIAT AUTOMÓVEIS S A  
JEFFERSSON RICARDO CONERADO

#### Termo Aditivo N.º 22/2012 A Ata de Registro de Preço N.º 49/2011. (2º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 22/2012 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 49/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CI.RG. nº 3.410.151-9, inscrita no CNPJ/MF nº: 944.334.299-53, matrícula nº 1210-6, e pelo Prefeito ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, de outro lado a Empresa A.G. KIE-NEN & CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.225.947/0001 65, Inscrição Estadual nº 316.03232-04 com sede a Rua Avenida



Brasil, nº 98, Bairro: Centro, na cidade de Pato Branco/PR, CEP: 85501-080, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. ADEMIR GERALDO KIENEN, portador da CI.RG nº 10.167.901-2/SSP-PR, e do CNPF/MF: 329.374.669-15, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de medicamentos, tudo conforme enuncia o objeto e seu respectivo anexo no Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 24/2011 - PROCESSO N.º 68/2011 - REGISTRO DE PREÇO N.º 21/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor do presente aditivo será de R\$ 2.418,40 (dois mil quatrocentos e dezoito e quarenta centavos) que corresponde a 5,44% do valor da ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação em caráter de complementação, conforme a seguir:

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
154	Maleato de Levomepromazina 100mg	comprimidos	2000	Cristalia	0,382	R\$ 764,00
177	Norestiterona 0,35mg c/ 35 compr.	Cartelas	70	Biolab	5,90	R\$ 4,13,00
196	Risperidona 2mg	Comprimidos	300	Cristalia	0,12	R\$ 36,00
205	Soro fisiológico 9%	Frascos c/120 ml	980	Equiplex	1,23	R\$ 1.205,00

Total R\$2.418,40

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da ata de registro de preço n.º 49/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 49/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC 08 de maio de 2012  
ERVINO SPERANDIO  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Prefeito Municipal

AG. KIENEN & CIA LTDA  
ADEMIR GERALDO KIENEN

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Secretária De Saúde

#### TESTEMUNHAS:

NOME:  
CNPF/MF:  
NOME:  
CNPF/MF:

#### Termo Aditivo N.º 23/2012 A Ata de Registro de Preço N.º 55/2011. (2º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 23/2012 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 55/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CI.RG. nº 3.410.151-9, inscrita no CNPF/MF nº: 944.334.299-53, matrícula nº 1210-6, e pelo Prefeito Municipal ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPF/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, neste Município de Itapoá/SC, de outro lado a Empresa PRATI DONADUZZI & CIA LTDA com sede á Rua Mitsugoro Tanaka, nº 145, Bairro Centro Industrial Nilton Arruda, na cidade de Toledo - PR, CEP: 85.903-630, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.856.593/0001-66, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. CELSO AUGUSTINHO PRATI, portador do CNPF/MF nº 336.841.549-20, e do CI.RG nº 1.447.122-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de medicamentos, tudo conforme enuncia o objeto e seu respectivo anexo no Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 24/2011 – PROCESSO N.º 68/2011 – REGISTRO DE PREÇO N.º 21/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor do presente aditivo será de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e cinquenta reais) que corresponde a 10,42% do valor da ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação em caráter de complementação, conforme a seguir:

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
92	Dipirona 500mg caixa c/ 500 comprimidos	Comprimidos	15000	Prati Donaduzzi	R\$ 0,03	R\$ 450,00
96	Eritromicida 500mg	Comprimidos	2000	Prati Donaduzzi	R\$ 0,20	R\$ 400,00
160	Metformina 850mg	Comprimidos	10000	Prati Donaduzzi	R\$ 0,04	R\$ 400,00
Total						R\$ 1.250,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da ata de registro de preço n.º 55/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 55/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 08 de maio de 2012

ERVINO SPERANDIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ Prefeito Municipal	PRATI DONADUZZI & CIA LTDA CELSO AUGUSTINHO PRATI
SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ MUNICÍPIO DE ITAPOÁ Secretária De Saúde	
TESTEMUNHAS:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

### **Termo Aditivo N.º 24/2012 A Ata de Registro de Preço N.º 58/2011. (2º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 24/2012 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 58/2011. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Saúde, Sra. SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ, portadora do CI.RG. n.º 3.410.151-9, inscrita no CNPJ/MF nº: 944.334.299-53, matrícula nº 1210-6, e pelo Prefeito ERVINO SPERANDIO, brasileiro, divorciado, portador do RG nº 81.1881-7 SSP/PR e CNPJ/MF nº 028.559.099-53, residente e domiciliado à Ana Maria Rodrigues de Freitas, s/nº, nesta cidade, e a empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.372.020/0001-44, Inscrição Estadual nº 90231448-21, com sede a Rua Rod. Perimetral Norte, nº 591, Bairro: Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão/PR, CEP: 85601-971, neste ato representado pela Sócia Administradora a Sra. NANCY T. WERLANG, portadora da CI.RG. Nº4.769.428-0 SSP/PR e do CNPJ/MF: 787.104.469-20, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de medicamentos, tudo conforme enuncia o objeto e seu respectivo anexo no Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 24/2011 - PROCESSO Nº 68/2011 - REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO**

O valor do presente aditivo será de R\$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais) que corresponde a 6,82% do valor da ata de registro de preço.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente termo acresce-se ao objeto da licitação em caráter de complementação, conforme a seguir:

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quant.	Marca	Vlr. Unitário	Vlr. Total
118	Glibenclamida 5mg	comprimidos	15.000	Medquímica	R\$ 0,01	R\$ 150,00
227	Teoflina 100mg	comprimidos	900	Abbott	R\$ 0,46	R\$ 414,00

Total R\$ 564,00

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas da ata de registro de preço n.º 58/2011, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 58/2011, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 08 de maio de 2012

ERVINO SPERANDIO  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Prefeito Municipal

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
NANCY T. WERLANG

SUSINEI RIBEIRO SCHULTZ  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Secretária De Saúde

TESTEMUNHAS:

NOME:  
CNPJ/MF:  
NOME:  
CNPJ/MF:

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

### **Extrato Homologação PL 19 PP 11 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 19/2012/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 11/2012/FMS

Objeto : a aquisição de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

- Empresas Vencedoras:

MEDIGRAM DIST MEDIC. LTDA

VALOR R\$ 13.737,00

EXTRA DIST. MEDIC. E PROD. HOSPITALARES

VALOR R\$ 43.903,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de maio de 2012.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### **Extrato Ordem de Serviço 159/2012, Recebida Em 09/05/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 159/2012

Autorizo por meio desta, a empresa GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA., a iniciar a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, pela CONTRATADA, a fabricação e montagem de cobertura em estrutura metálica, grade de ferro tipo pantográfica e cerca de ferro, no prédio dos banheiros públicos, localizado na Travessa Osvaldo Mello, centro, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 33/2012/PMJ - CV 4/2012/PMJ, homologado em 07/05/2012. O total dos

serviços ora contratados é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 27.170,00 (vinte e sete mil, cento e setenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a cláusula terceira do CONTRATO Nº 926/2012/PMJ, de 07 de maio de 2012. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e instalar a totalidade dos equipamentos previstos em até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA.  
Representante: EDUARDO GRUBER

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 004.527.979-93

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 159/2012

Autorizo por meio desta, a empresa GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA., a iniciar a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, pela CONTRATADA, a fabricação e montagem de cobertura em estrutura metálica, grade de ferro tipo pantográfica e cerca de ferro, no prédio dos banheiros públicos, localizado na Travessa Osvaldo Mello, centro, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 33/2012/PMJ - CV 4/2012/PMJ, homologado em 07/05/2012. O total dos serviços ora contratados é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 27.170,00 (vinte e sete mil, cento e setenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a cláusula terceira do CONTRATO Nº 926/2012/PMJ, de 07 de maio de 2012. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e instalar a totalidade dos equipamentos previstos em até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA.  
Representante: EDUARDO GRUBER

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 004.527.979-93

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

### Extrato Contrato 297/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2012/FMS

PL 19/2012 FMS - PP 11/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: MEDIGRAM DIST. MEDIC. LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

DOTAÇÃO:

2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

13 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0164.10 - Aplicações Diretas

8 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 13.737,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 09/05/2012.

### Extrato Contrato 298/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 298/2012/FMS

PL 19/2012 FMS - PP 11/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: EXTRA DIST. MEDIC. E PROD. HOSPITALARES

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de leites especiais destinados à manutenção do Serviço Social da Secretaria Municipal de Saúde.

DOTAÇÃO:

2.010 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

13 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0164.10 - Aplicações Diretas

8 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 43.903,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 09/05/2012.

### Extrato Ordem de Serviço 160/2012/PMJ - Recebida Em 08/05/2012

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 160/2012

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA., a iniciar a execução dos serviços com o fornecimento do material necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente em parte da Rua Amado Borges de Castilhos, parte da Rua Ana Blumberg e parte da Travessa Cruz e Souza, localizadas no perímetro urbano deste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 40/2012/PMJ - CV 6/2012/PMJ, homologado em 08/05/2012. O total dos serviços ora contratados é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 142.702,19 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a cláusula terceira do CONTRATO Nº 927/2012/PMJ, de 08 de maio de 2012. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e instalar a totalidade dos equipamentos previstos em até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 08 de maio de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.  
Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 160/2012

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA., a iniciar a execução dos serviços com o fornecimento do material necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente em parte da Rua Amado Borges de Castilhos, parte da Rua Ana Blumberg e parte da Travessa Cruz e Souza, localizadas no perímetro urbano deste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 40/2012/PMJ - CV 6/2012/PMJ, homologado em 08/05/2012. O total dos serviços ora contratados é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 142.702,19 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e dois reais e dezenove centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a cláusula terceira do CONTRATO Nº 927/2012/PMJ, de 08 de maio de 2012. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e instalar a totalidade dos equipamentos previstos em até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 08 de maio de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.  
Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**Ordem de Serviço 154/2012, Recebida Em 29/03/2012**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 154/2012

Autorizo por meio desta, a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA., a iniciar os "serviços com o fornecimento do material necessário para a pavimentação com blocos sextavados de concreto da Servidão Valdemar Bittencourt, Bairro Santa Tereza, neste Município.", de acordo com o Processo de Licitação nº 22/2012/PMJ - Convite Nº 3/2012/PMJ, homologado em 16/03/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 44.474,62 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de

acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 913/2012/PMJ, de 16 de março de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 03 ( três) meses, contados a partir da data de recebimento da presente.

Joaçaba (SC), 16 de março de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA.

Representante: VILSON DA ROSA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 539.442.409-87

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 154/2012

Autorizo por meio desta, a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA., a iniciar os "serviços com o fornecimento do material necessário para a pavimentação com blocos sextavados de concreto da Servidão Valdemar Bittencourt, Bairro Santa Tereza, neste Município.", de acordo com o Processo de Licitação nº 22/2012/PMJ - Convite Nº 3/2012/PMJ, homologado em 16/03/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 44.474,62 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 913/2012/PMJ, de 16 de março de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 03 ( três) meses, contados a partir da data de recebimento da presente.

Joaçaba (SC), 16 de março de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA.

Representante: VILSON DA ROSA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 539.442.409-87

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.



**Ordem de Serviço 156/2012 - Recebida Em 09/05/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 156/2012

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA., a iniciar a "execução dos serviços e o fornecimento do material necessário para a recuperação de pavimento asfáltico (tapa buraco) em C.A.U.Q. - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, de diversas ruas do perímetro urbano do Município"- PARTE DA RUA 7 DE SETEMBRO E PARTE DA RUA GETÚLIO VARGAS, de acordo com o Processo de Licitação nº 28/2012/PMJ - Tomada de Preços Nº 5/2012/PMJ, homologado em 13/04/2012. O total dos serviços ora contratados, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 124.224,35 (centro e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 921/2012/PMJ, de 13 de abril de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da presente.

Joaçaba (SC), 13 de abril de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.  
Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**Ordem de Serviço 159/2012 - Recebida Em 09/05/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 159/2012

Autorizo por meio desta, a empresa GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA., a iniciar a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário, pela CONTRATADA, a fabricação e montagem de cobertura em estrutura metálica, grade de ferro tipo pantográfica e cerca de ferro, no prédio dos banheiros públicos, localizado na Travessa Osvaldo Mello, centro, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 33/2012/PMJ - CV 4/2012/PMJ, homologado em 07/05/2012. O total dos serviços ora contratados é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 27.170,00 (vinte e sete mil, cento e setenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a cláusula terceira do CONTRATO Nº 926/2012/PMJ, de 07 de maio de 2012. A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial e instalar a totalidade dos equipamentos previstos em até 30 (trinta) dias contados da mesma data.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: GRUBER IND. DE ESQUADRIAS E COM. DE VIDROS LTDA.

Representante: EDUARDO GRUBER

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 004.527.979-93

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**PLASS****Extrato de Contrato**

Extrato do contrato nº 10/2012

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Data: 25/04/2012

Objeto: Prestação de serviços de análises clínicas.

Período: um ano podendo ser renovado automaticamente por mais quatro períodos iguais e sucessivos.

**Lages****PREFEITURA****Contato 102/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 102/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501-900.

CONTRATADA: INDIANA AGENCIA DE VIAGENS TURISMO E SERVIÇOS DE RESERVA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 10.456.258/0001-50, estabelecida à Av. Barão de Rio Branco n.º 575 - Palhoça/SC - cep: 88.130-101.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa INDIANA AGENCIA DE VIAGENS TURISMO E SERVIÇOS RESERVA LTDA - ME, representado neste ato pela Sra. Juliana Pereira, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 168/2011, correlato ao Pregão Presencial n.º 68/2011, aberto em 29/12/2011 e homologado em 08/03/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa Agenciadora para Fornecimento de Passagens Aéreas Nacionais com desconto de 15% (quinze por cento) sobre a tarifa e Passagens Aéreas Internacionais com desconto de 12,60% (doze vírgula sessenta por cento) sobre a tarifa para funcionários, atletas e outros em conformidade com as especificações

prescritas no termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s)/Retirada(s), em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da(s) data(s) da(s) requisição(ões), nos endereços indicados;

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

A empresa contratada fornecerá as Passagens Aéreas Nacionais com desconto de 15% (quinze por cento) e Passagens Aéreas Internacionais com desconto de 12,60% (doze vírgula sessenta por cento).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) até o quinto dia útil ao fornecimento das passagens, à vista da(s) nota(s) fiscal(ais) decorrente(s);

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos próprios do Município nas contas:

Manutenção do Gapre; Manutenção do Departamento de Receitas; Manutenção do Departamento Empresarial; Manutenção do Departamento de Ensino; Manutenção do Gabinete do Secretário da Agricultura; Encargos Gerais do Município; Fundação Municipal de Esportes; Fundação Cultural de Lages, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Elemento de Despesa nº 33903999; Ano Base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

9.1 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e

mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

11. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 08 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LAGETUR LAGES TURISMO LTDA

Representante

Becy Luiz Bertoldo

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 100/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 100/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC - cep: 88.504-225.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DOMINGOS SOARES NETO - ME, por seu Proprietário, que assina ao final o Sr. Domingos Soares Neto, de ora em diante denominado CONTRATADO, por seu Proprietário, que assina ao final o Sr. Domingos Soares Neto, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 25/2012, correlato ao Convite n.º 05/2012, aberto em 31/01/2012 e homologado em 14/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de produtos alimentícios e material de limpeza para consumo das equipes de recuperação das estradas e pontes do interior do município de Lages, SC, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 91/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)



2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos serão retirados no estabelecimento da contratada, em até três dias da(s) solicitação(ões):

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 302,50 (trezentos e dois reais e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até trinta dias, das entregas, a vista das notas fiscais decorrentes.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) nas contas:

- Diretoria de Desenvolvimento Rural/Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CA-SOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DOMINGOS SOARES NETO - ME

Representante

Domingos Soares Neto

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 101/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 101/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SUPER VAREJÃO CÓRDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, representada neste ato pelo Sr. Valdir Madruga de Córdova, sócio Gerente, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, por seu Proprietário, que assina ao final o Sr. Domingos Soares Neto, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 25/2012, correlato ao Convite n.º 05/2012, aberto em 31/01/2012 e homologado em 14/03/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de produtos alimentícios e material de limpeza para consumo das equipes de recuperação das estradas e pontes do interior do município de Lages, SC, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 89/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos serão retirados no estabelecimento da contratada, em até três dias da(s) solicitação(ões):

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 25.361,61 (vinte e cinco mil e trezentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até trinta dias, das entregas, a vista das notas fiscais decorrentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) nas contas:

- Diretoria de Desenvolvimento Rural/Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital

correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME

Representante

Valdir Madruga de Córdova

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 103/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 103/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 06.224.123/0001-92, com sede à Rua Henrique Oswald n.º 295 - Lages/SC - cep:88.506-000 - fone:32271118.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, representado neste ato pela Sra. Cristina Keiko Yamaguchi, que assina ao final, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 35/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 06/2012, aberto em 13/02/2012 e homologado em 19/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia, Tipo Menor Preço Global, para Prestação de Serviço de Construção de Pontes em Estrutura Pré Moldada em diversos locais do Município de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria de Obras do Município;

1.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos não serão aceitos e pagos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.2 - Para execução: contar-se-á da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - De entrega: em até cinco dias da data conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado, endereçado à Secretaria

Municipal de Obras, aos cuidados do Responsável Técnico pelo Acompanhamento;

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.3.4 - Do material: Todo o material necessário para a execução dos serviços, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, obedecer às normas técnicas da ABNT e ser aprovado pela Secretaria Municipal de Obras.

2.4 - Do contrato: A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2012, podendo ser prorrogada se houver interesse da Administração nos termos dispostos do Art. 57 e itens da Lei 8.666/93 e Diplomas complementares.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 359.040,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e quarenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em até vinte dias do mês subsequente ao da execução dos serviços, à vista do(s) boletim(ins) de medição testado(s) pelo Fiscal da Obra c/c com o Responsável da Secretaria de Obras.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se ao direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura;

4.5 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos da conta: Pavimentação e Recuperação de Vias, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos

serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.13 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

7.14 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria(s);

7.15 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria de Obras;

5.16 A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) e da entrega de disquete com cópia da Planilha Orçamentária, à Comissão de Licitação;

7.17 Identificar, obrigatoriamente, o empreendimento com placa, segundo modelo fornecido pela Contratante, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização para início dos trabalhos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

Exercer rígida Fiscalização na execução da Obra.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas



Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do objeto, estando sujeita às sanções previstas na legislação, neste contrato e conforme indicado a seguir:

I - A CONTRATADA permitirá a realização de inspeção em suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e ao cumprimento do contrato, e poderá submetê-los à auditoria a ser realizada por pessoas designadas pela Secretaria da Saúde.

II - Para isso, a CONTRATADA deverá:

a) manter todos os documentos e registros referentes ao objeto por um período de 3 (três) anos após a conclusão dos trabalhos contemplados no respectivo contrato;

b) entregar toda documentação necessária à investigação relativa à fraude e/ou corrupção e disponibilizar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do objeto para responder ao Ministério Público Federal, indagações provenientes de investigador, agente, auditor ou consultor designado pela Contratante para a revisão ou auditoria dos documentos.

III - Caso a CONTRATADA não cumpra as exigências firmadas ou crie a Secretaria da Saúde obstáculos para fiscalização, revisão ou auditoria dos documentos, poderá esta, discricionariamente, tomar medidas necessárias para tanto.

VI - Caso após procedimento administrativo da Secretaria da Saúde, ficar comprovado que o funcionário da CONTRATADA ou quem atue em seu lugar, quando for o caso, incorreu em práticas corruptas, essa Secretaria poderá declarar inelegíveis a CONTRATADA e/ou seus empregados diretamente envolvidos nas práticas corruptas, temporária ou permanentemente, para participar de futuras Licitações ou Contratos.

V - Com os propósitos dessa disposição, são considerados os seguintes termos:

a) "prática corrupta" significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de aquisição ou execução do Contrato;

b) "prática fraudulenta" significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de aquisição ou a execução de um Contrato em detrimento da Administração, e inclui prática conspiratória entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) destinados a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não-competitivos e privar o órgão licitante dos benefícios da competição livre e aberta;

c) "prática conspiratória" significa um esquema ou arranjos entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do órgão licitante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos;

d) "prática coercitiva" significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedade a fim de influenciar a participação delas no processo de aquisição ou afetar a execução de um contrato;

e) "prática obstrutiva" significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Ministério Público Federal sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa

ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito da Administração de investigar e auditar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES plena ciência de seu conteúdo, dos projetos, das planilhas, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

13.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PRANDI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Representante

Cristina Keiko Yamaguchi

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 104/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 104/2012

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 13, centro, Lages/SC.

CONTRATADA: GEORGE DE BONA & CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.781.780/0001-42, com sede à Rua Amazonas n.º 394 - Lages/SC - cep: 88.509-210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GEORGE DE BONA & CIA LTDA - EPP, representada neste ato pelo o Sr. George de Bona, Sócio Proprietário, inscrito no CPF/MF n.º 642.916.939-15, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 23/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 10/2012, aberto em 30/01/2012 e homologado em 12/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de Empresa para prestação de serviços "por hora cheia trabalhada" de máquinas e caminhões, com motorista e/ou operador devidamente habilitados, para uso nas frentes de trabalho de recuperação das estradas do interior do Município de Lages, SC, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital correlato.

Item	equipamento	horas	Valor unit	Total
01	RETRO ESCAVADEIRA FABRICAÇÃO ACIMA 2005	5.000	60,90	304.500,00
02	CAMINHÃO BASCULANTE CAP. 05M³, FABRICAÇÃO ACIMA 1990.	500	54,0	27.000,00
03	CAMINHÃO BASCULANTE CAP. 10M³, FABRICAÇÃO ACIMA 2005	6.000	63,80	382.800,00
04	ESCAVADEIRA HIDRAULICA ACIMA DE 16 TON FABRICAÇÃO ACIMA 2005	469	179,00	83.951,00



Total 798.251,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

- 2.1 - Para início: em até três dias da(s) data(s) solicitação(ões) de serviço(s) emitida(s) pela Secretaria de Agricultura, em locais definidos, delimitados ao perímetro urbano do Município de Lages;
- 2.2 - Para execução: da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;
- 2.3 - Da entrega: nos prazos definidos nas autorizações;
- 2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, a sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ 798.251,00 (setecentos e noventa e oito mil e duzentos e cinqüenta e um reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4. DOS PAGAMENTOS:

- 4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente em até quinze dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, à vista do(s) boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), devidamente testado pela Secretaria Municipal.
- 4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;
- 4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;
- 4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) nas contas:

- Diretoria de Desenvolvimento Rural/Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);
- 7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;
- 7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
- 7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;
- 7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- 7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;

9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina,

Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 20 de março de 2012.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

GEORGE DE BONA E CIA LTDA - EPP  
Representante  
George de Bona

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

### **Contrato 105/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 105/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: LAGES COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 10.298.158/0001-43, estabelecida à Av. Presidente Vargas n.º 1116 - Lages/SC.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa LAGES COMERCIO DE VEÍCULOS LTDA, por seu representante legal, que assina ao final, O Sr. Michel Joest Khater, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 56/2012, correlato ao Pregão Eletrônico n.º 05/2012, aberto em 08/03/2012 e homologado em 03/04/2012, consoante as cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Este Contrato tem como objeto o fornecimento de um veículo para uso da Delegacia Regional de Lages: Automóvel ano e modelo 2012, da marca Chevrolet, modelo Cruze, na cor metálica, 04 portas, motor de 04 cilindros - 16 válvulas-Flex, com 140cv (na gasolina), com ar condicionado digital, direção elétrica progressiva, rodas de liga leve 17", com sistema de freios antiblocantes (ABX), sistema de suspensão dianteira independente, sistema de suspensão traseira semi-independente, caixa de transmissão manual de 6 velocidade, com vidros elétricos e travas elétricas nas 4 portas, sistemas de alarme, com airbags frontais e laterais, com sensor de estacionamento traseiro com aviso sonoro, bancos com acabamento em tecido.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

De Entrega(s), em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na 8ª Ciretran;

2.1 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 64.994,00 (sessenta e quatro mil e novecentos e noventa e quatro reais);

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

Será efetuado em até o 10º (décimo) dia útil ao da entrega, à vista da nota fiscal decorrente;

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O veículos, objeto desta contratação, será adquirido com recurso provisionados na conta: Manutenção da Atividade de Fiscalização de Trânsito, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônico e deste contrato;

7.2 Oferecer assistência técnica autorizada durante a vigência da garantia da fabricação.

7.3 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 Os veículos estando em desacordo com as condições estabelecidas no edital, após notificação escrita, serão prontamente devolvidos ao fornecedor.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, estados, Distrito federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.



Estando justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 03 de abril de 2012.  
RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

LAGES COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
Representante  
Michel Joest Khater

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

### **Contrato 81/2012 - PML**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 81/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: DEDETIZADORA BARROS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 86.838.547/0001-86, com sede à Rua Álvaro Nery dos Santos n.º 223 - Lages/SC - cep:88.511-300 - fone:32233719.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DEDETIZADORA BARROS LTDA, por seu Sócio Administrador o Sr. Jean Carlos Vieira, inscrito no CPF/MF sob n.º 026.055.679-31, de ora em diante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 11/2012, correlato ao convite n.º 03/2012, aberto em 11/01/2012 e homologado em 09/02/2012, consoante as cláusulas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para prestação de serviços de desinsetização, desratização limpeza e desinfecção de reservatórios de água das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC e outros Prédios da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 77/2012 em anexo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

- 2.1 - Para início: em até três dias da data da Ordem de Serviço;
- 2.2 - Da execução do objeto: da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;
- 2.3 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos serviços contratados, prestados duas vezes no ano de 2012, A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS**

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços:

- a) limpeza e desinfecção de reservatórios de água em 197 unidades a R\$ 37,50 a unidade = R\$ 7.387,50;
- b) desinsetização e desratização em:
  - 32 EMEB's a R\$ 262,50 a unidades = R\$ 8.400,00;
  - 81 CEIM's A R\$ 97,50 a unidade = R\$ 7.897,50;
  - 11 EMEF's a 277,50 a unidade = R\$ 3.052,50;
  - 07 Imóveis a R\$ 375,00 a unidade = R\$ 2.625,00, perfazem os serviços contratados, prestados duas vezes no ano de 2012, R\$ 58.725,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e vinte e cinco reais).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4. DOS PAGAMENTOS:

- 4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em três parcelas, mensais de:
  - a) R\$ 17.617,50, em até trinta dias das entregas;
  - b) R\$ 17.617,50, em até sessenta dias das entregas;

c) R\$ 23.490,00 em até noventa dias das entregas, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS DESPESAS**

5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município, conta Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO**

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES**

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

- 7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);
- 7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;
- 7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;
- 7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;
- 7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;
- 7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;
- 7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;
- 7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;
- 7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;
- 7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;
- 7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;
- 7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;
- 7.13 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;  
9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

LAGES, SC, em 01 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

DEDETIZADORA BARROS LTDA  
Representante  
Jean Carlos Vieira

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 82/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 82/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 03.790.887/0001-57, estabelecida à Rua XV de Novembro n.º 31 - Orleans/SC - cep: 88.870-000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - ME, representado neste ato pela Sra. Carina Ascari Alberton Gesser, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 14/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 07/2012, aberto em 16/01/2012 e homologado em 24/02/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de material escolar para uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 80/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.  
2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;  
2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.  
2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.  
2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 11.974,00 (onze mil e novecentos e setenta e quatro reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas conforme segue:  
a) R\$ 2.993,50, em até trinta dias da(s) entrega(s);  
b) R\$ 2.993,50, em até sessenta dias da(s) entrega(s);  
c) R\$ 2.993,50, em até noventa dias da(s) entrega(s);  
d) R\$ 2.993,50, em até cento e vinte dias da(s) entrega(s);  
à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);  
4.2 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s)

com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - ME  
Representante  
Carina Ascari Alberton Gesser

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 83/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 83/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: AQUINEL SUPRIMENTOS P/INFORMATICA E ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 00.147.109/0001-56, estabelecida à Rua Delminda Silveira n.º 575 - Florianópolis/SC - cep: 88.025-500.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AQUINEL SUPRIMENTOS P/INFORMATICA E ESCRITORIO LTDA, representado neste ato pelo a Sr. Edemilson Krauss, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 14/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 07/2012, aberto em 16/01/2012 e homologado em 24/02/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de material escolar para uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 79/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.

2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;

2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 8.024,00 (oito mil e vinte e quatro reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 2.006,00, em até trinta dias da(s) entrega(s);

b) R\$ 2.006,00, em até sessenta dias da(s) entrega(s);

c) R\$ 2.006,00, em até noventa dias da(s) entrega(s);

d) R\$ 2.006,00, em até cento e vinte dias da(s) entrega(s);

à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.



**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

AQUINEL SUPRIM. P/INFORMATICA E ESCRITORIO LTDA  
Representante

Edemilson Krauss

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 84/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 84/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 09.008.570/0001-00, estabelecida à Rua Irmgard n.º 225 - Blumenau/SC - cep: 89.037-555.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME, representado neste ato pelo Sr. Fabrizio Ross, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 14/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 07/2012, aberto em 16/01/2012 e homologado em 24/02/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de material escolar para uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 78/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.

2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;

2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 29.310,00 (vinte e nove mil e trezentos e dez reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em quatro parcelas mensais, iguais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 7.327,50, em até trinta dias da(s) entrega(s);

b) R\$ 7.327,50, em até sessenta dias da(s) entrega(s);

c) R\$ 7.327,50, em até noventa dias da(s) entrega(s);

d) R\$ 7.327,50, em até cento e vinte dias da(s) entrega(s);

à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos

previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

#### DIAL DEPARTAMENTOS LTDA - ME

Representante

Fabrizio Ross

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 85/2012 - PML

CONTRATO N.º 85/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE LAGES, SC E A INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECÍFICA.

Aos 02 dias do mês de abril de 2011, de um lado o Município de Lages, SC, com sede à Rua Benjamin Constant, 13 - centro, inscrito no C.N.P.J./MF sob o n.º 82.777.301/0001-90, neste ato representado pelo Sr. Renato Nunes de Oliveira, Prefeito Municipal, portador do CPF n.º 021.168.989-00 e da CI n.º 183.493, expedida pela SSP/SC, no uso da atribuição que lhe confere, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 00.325.400/0007-62, estabelecida à Rua 7, nº 358, Quadra 19, Lote 14 - Bairro Distrito Industrial de Socorro - Nossa Senhora do Socorro/SE - 49.160-000, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Luiz Ouriques, portador da carteira de identidade nº 707.880, expedida pela SSP/SC, CPF nº 298.625.669-49, doravante denominada CONTRATADA, em vista o constante e decidido no processo administrativo nº 23034.032203/2008-39, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, para Registro de Preços, conforme descrito no Edital e seus Anexos, que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes.

#### DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de mobiliário escolar da educação básica de acordo com as especificações, quantitativos constantes deste Edital e seus Anexos.

#### DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor atribuído individualmente pela aquisição objeto da presente contratação será o seguinte:

Composição Lote	Quantidade Solicitada	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
Conjunto Aluno/CJA-06	177	R\$ 155,00	R\$ 27.435,00

#### DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

CLÁUSULA TERCEIRA - Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2009, seus Anexos e a Ata de Registro de Preços.

#### DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA - O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses, ou até a efetiva entrega, a contar da data de sua assinatura.

#### DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo do Contratante, mediante nomeação de servidor especialmente designado para este fim, nos termos do art. 67



da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os servidores designados anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de:

- I. fiscalizar e atestar o fornecimento do mobiliário, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato;
- II. comunicar eventuais falhas no fornecimento do mobiliário, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;
- III. garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados com o fornecimento do mobiliário.
- IV. emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**CLÁUSULA SEXTA** - A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- I. efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido na Cláusula Nona deste Contrato;
- II. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do mobiliário, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- III. comunicar prontamente à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico e no presente Contrato;
- IV. notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.
- V. proceder consulta "ON LINE" a fim de verificar a situação cadastral da CONTRATADA no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, devendo o resultado dessa consulta ser impresso, sob a forma de extrato, e juntado aos autos, com a instrução processual necessária.

#### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- I. manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;
- II. contratar Laboratório Acreditado pelo INMETRO para realização dos ensaios de conformidade do produto ao projeto apresentado;
- III. atender as demais condições descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico) e na Ata de Registro de Preços;
- IV. responsabilizar-se pelo fornecimento do mobiliário, objeto deste Contrato, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE e a terceiros;
- V. executar todos os serviços com mão-de-obra qualificada, devendo a CONTRATADA estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondente às demandas descritas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

#### DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

**CLÁUSULA OITAVA** - O mobiliário descrito neste Termo deverá ser entregue aos Contratantes em até 180 dias, cujo prazo será contado a partir da assinatura do contrato e da disponibilização dos endereços de entrega pelo Contratante, prevalecendo a data do evento que ocorrer por último.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O mobiliário será considerado como definitivamente recebido depois de confirmado em comparação com as especificações ofertadas pela CONTRATADA em sua proposta, e atestados pelos gestores das unidades para tal fim.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O mobiliário deverá ser novo, considerado como tal, os de primeiro uso. O mobiliário que estiver em desconformidade com as especificações deverá ser corrigido ou substituído no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a comunicação à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em conformidade com os artigos 73 e 75 da Lei nº 8.666/93, o objeto do presente Contrato será recebido pelo setor competente da CONTRATANTE, no seguinte local: Secretaria de Educação do Município de Lages, SC, no armazém da alimentação escolar, à Av. Belizário Ramos, n.º 5041, bairro São Cristóvão - cep: 88.509-100.

#### DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA NONA** - O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos contados a partir do atesto do gestor do contrato, aposto nos documentos de cobrança, e será realizado por meio de Ordem Bancária e mediante crédito em conta-corrente no domicílio bancário informado na proposta de preços.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso em que se verificar que o documento de cobrança apresentado encontra-se em desacordo com o estabelecido, a documentação será restituída para as correções cabíveis, mediante notificação, por escrito, contando-se novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATANTE pagará as faturas somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O não pagamento nos prazos previstos nesta Cláusula acarretará multa à Contratante, mediante a aplicação da fórmula a seguir:

$EM = N \times VP \times I$ , onde:

EM = encargos moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

I = índice de atualização financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$

TX = Percentual da taxa anual do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE

**PARÁGRAFO QUARTO** - Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE a 1ª via da Nota Fiscal de Venda/Fatura juntamente com a comprovação de entrega do mobiliário e o atestado de aprovação da conformidade do produto (fornecido pelo laboratório contratado), apensado a Ficha de Inspeção e Aceitação do mobiliário, conforme modelo - Encarte I, do Edital.

#### DAS GARANTIAS

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Como garantia do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais ora assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a ser aplicadas, a CONTRATADA se obriga a prestar garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo de até 15 dias, após a assinatura do contrato, pela modalidade de Fiança Bancária.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O valor da garantia será atualizado nas mesmas condições do valor contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A garantia ficará à responsabilidade e à ordem da Diretoria Financeira da CONTRATANTE e somente será restituída após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Se a garantia prestada pela CONTRATADA for na modalidade de caução em dinheiro, esta será atualizada monetariamente e poderá ser retirada/levantada pelo CONTRATANTE, total ou parcialmente, para fins de cobertura de pagamento das multas previstas na Cláusula Décima Quarta deste contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros ou pagamento de multas contratuais, a CONTRATADA se compromete a fazer a respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante ofício entregue contra recibo.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Na hipótese de rescisão do Contrato com base no inciso I do Parágrafo Primeiro, da Cláusula Décima Quinta, a CONTRATANTE executará a garantia contratual para seu ressarcimento, nos termos do art. 80, III, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A CONTRATADA terá que apresentar DOCUMENTO DE GARANTIA DO MOBILIÁRIO com cobertura de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de entrega do mobiliário.

#### DOS VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Atribui-se ao presente contrato o valor global de R\$ 27.435,00 (vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e cinco reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos sociais ou quaisquer outros gastos não especificados, necessários ao perfeito cumprimento das obrigações constantes neste contrato;

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os recursos serão alocados neste exercício, à conta da CONTRATANTE, na seguinte classificação orçamentária: Infra-estrutura e Recursos Pedagógicos, ano base 2011;  
**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do valor corrigido do Contrato não caracterizam sua alteração, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento, consoante faculdade inserta no art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

#### DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A CONTRATADA obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Contrato que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo

entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

#### DAS PENALIDADES

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos mobiliário entregue com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o CONTRATANTE poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor global deste contrato, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

c) 1% (um por cento) por dia sobre o valor da garantia contratual, pela não apresentação/atualização, no prazo estabelecido neste instrumento, da garantia de execução contratual.

d) 5% (cinco por cento) por dia sobre o valor do mobiliário questionado, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantia estabelecido no contrato.

e) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

f) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais -, entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea "a", ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do Termo de Referência e da proposta da CONTRATADA.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta Cláusula, ou ainda, a critério da CONTRATANTE, via recolhimento ao Contratante, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia da referida guia.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SEXTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - A sanção estabelecida no inciso IV desta Cláusula é de competência exclusiva do Senhor Ministro de Estado da Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do § 3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.  
**DA RESCISÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE, com as consequências previstas abaixo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A rescisão contratual poderá ser:

**I** - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**II** - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

**III** - judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A rescisão contratual de que trata o inciso

I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

#### DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93.

#### DA ANÁLISE

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - A minuta do presente Contrato foi devidamente analisada e aprovada pela Procuradoria Federal no FNDE, conforme determina a legislação em vigor.

#### DA PUBLICAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** - A publicação resumida deste instrumento, na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** - O Foro para dirimir questões relativas à presente contratação será o Foro da Comarca de Lages/SC, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Lages, SC, 08 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA  
Representante  
Sérgio Luiz Ouriques

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### **Contrato 86/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 86/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: COMERCIAL CN DE ARMARINHOS LTDA - inscrita no CNPJ sob n.º 14.153.130/0001-79, estabelecida à Rua Cel. Serafim de Moura n.º 53 - Lages/SC - cep: 88.502-185.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa COMERCIAL CN DE ARMARINHOS LTDA, representado neste ato pelo seu Sócio o Sr. Fernando Leal Narciso, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 13/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 12/01/2012 e homologado em 28/02/2012, consoante as cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 82/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.  
2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;  
2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.  
2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.  
2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 119.618,00 (cento e dezoito mil e seiscentos e dezoito reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em três parcelas mensais e sucessivas conforme segue:  
a) R\$ 35.885,40, em até trinta dias da(s) entrega(s);  
b) R\$ 35.885,40, em até sessenta dias da(s) entrega(s);  
c) b) R\$ 47847,20, em até noventa dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);  
4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;  
7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;  
7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

COMERCIAL CN DE ARMARINHOS LTDA

Representante

Fernando Leal Narciso

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 87/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 87/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.980.629/0001-08, estabelecida à Rua Pedro Hoffmann n.º 215 - Orleans/SC - cep: 88.870.000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP, representado neste ato pelo seu Sócio o Sr. Artedanio Silva Vieira, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 13/2012, correlato ao Pregão

Presencial n.º 06/2012, aberto em 12/01/2012 e homologado em 28/02/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 84/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.

2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;

2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 12.038,60 (doze mil e trinta e oito reais e sessenta centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em três parcelas mensais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 3.611,58, em até trinta dias da(s) entrega(s);

b) R\$ 3.611,58, em até sessenta dias da(s) entrega(s);

c) b) R\$ 4.815,44, em até noventa dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO

#### CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANCS DISTRIBUIDORA LTDA - EPP

Representante

Artedanio Silva Vieira

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 88/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 88/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: AP OESTE COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 05.919.156/0001-94, estabelecido à Rua Rodrigues Alves n.º 825 - D - Chapecó/SC - cep: 89.804-084.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa AP OESTE COMERCIO LTDA, representado neste ato pelo Sr. Renata Raquel



Ahlf, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 13/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 12/01/2012 e homologado em 28/02/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 86/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.  
2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;  
2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.  
2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.  
2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 31.985,00 (trinta e um mil e novecentos e oitenta e cinco reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em três parcelas mensais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 9.595,50, em até trinta dias da(s) entrega(s);  
b) R\$ 9.595,50, em até sessenta dias da(s) entrega(s);  
c) b) R\$ 12.794,00, em até noventa dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;  
7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;  
7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação

será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CA-SOS OMISSOS

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

AP OESTE COMERCIO LTDA

Representante

Renata Raquel Ahlf

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 89/2012 - PML****CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 89/2012**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: PLASMEDIC COM DE MATERIAL P/USO MEDIDO E LAB. LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 09.200.303/0001-22, estabelecido à Av. Mauricio Cardoso n.º 706 - Erechim/RS - cep: 99.700-000.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa PLASMEDIC COM DE MATERIAL P/USO MEDIDO E LAB. LTDA, representado neste ato pelo Sr. Nédio Justino Massochin Junior, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 13/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 12/01/2012 e homologado em 28/02/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 85/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.  
2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;  
2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.  
2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.  
2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 103.581,50 (cento e três mil e quinhentos e oitenta e um real e cinquenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em três parcelas mensais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 31.074,45, em até trinta dias da(s) entrega(s);  
b) R\$ 31.074,45, em até sessenta dias da(s) entrega(s);  
c) b) R\$ 41.432,60, em até noventa dias da(s) entrega(s), á vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PLASMEDIC COM DE MATERIAL P/USO MEDIDO E LAB. LTDA  
Representante

Nédio Justino Massochin Junior

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 90/2012 - PML**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 90/2012**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: RODRIGO RAFAEL RODRIGUES & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 07.536.688/0001-78, estabelecido à Av. Marechal Floriano n.º 110 - Lages/SC - cep: 88.501-100.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa RODRIGO RAFAEL RODRIGUES & CIA LTDA, representado neste ato pelo Sr. Rodrigo Rafael Rodrigues, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 13/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 06/2012, aberto em 12/01/2012 e homologado em 28/02/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de higiene e limpeza para uso nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com as especificações do Anexo I - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 83/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.  
2.2 - Para execução: de até seis meses da assinatura do contrato;  
2.3 - Das entregas: em até cinco dias, a contar da(s) solicitação(ões), no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. Belizário Ramos n.º 5343 - Bairro São Cristóvão, Lages, SC.  
2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.  
2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.751,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta e um real).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) em três parcelas mensais e sucessivas conforme segue:

a) R\$ 1.425,30, em até trinta dias da(s) entrega(s);  
b) R\$ 1.425,30, em até sessenta dias da(s) entrega(s);  
c) b) R\$ 1.900,40, em até noventa dias da(s) entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.2 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de preços e demais documentos inerentes ao processo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s)

com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Diretoria de Educação Básica, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO**

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 10.520/2002, no Decreto Municipal n.º 7.014/03, na Lei Complementar 123/2006, pelo edital, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 02 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

RODRIGO RAFAEL RODRIGUES & CIA LTDA  
Representante  
Rodrigo Rafael Rodrigues

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações



**Contrato 91/2012 - PML**  
**CONTRATO Nº 91/2012**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES /Secretaria Municipal de Educação, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SERRANA - COOPERSERRA, inscrita no CNPJ sob n.º 83.294.215/0001-90, com sede à Rua Urubici n.º 972, São Joaquim, SC - cep: 88.600-000.

O Município de Lages / Secretaria Municipal de Educação, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SERRANA - COOPERSERRA, representada neste ato pelo Sr. Mariozan Correa, Diretor Presidente, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato decorrente do Edital da Chamada Pública n.º 01/2012, lançada em 19/01/2012 e julgada e aprovada em 22/02/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para consumo dos alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, 1º e 2º semestre de 2011, em conformidade com a Chamada Pública n.º 01/2012 e com termos dos anexos: I - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar; II - Relação de Fornecedores/Produtos/Quantidades/Valores; III - Especificações dos produtos; que ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

A CONTRATADA se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no anexo I - Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda anual de Gêneros Alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado CONTRATADO, é de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por DAP - Declaração de Aptidão por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

O CONTRATADO FORNECEDOR ou a ENTIDADE ARTICULADORA deverá informar ao MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31/12/2012, o que acontecer primeiro;

a) A entrega dos produtos relacionados no anexo II deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com o cronograma de entrega anexo a Chamada Pública n.º 03/2011;

b) O recebimento dos produtos dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e a(s) Nota(s) Fiscal(is) de Venda pela pessoa responsável pela alimentação, no local de entrega,

consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 85.330,00 (oitenta e cinco mil e trezentos e trinta reais), conforme listagem no anexo I deste termo:

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula sexta estão incluídas todas as despesas inerentes a custos, com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O(s) produto(s), será(ão) adquirido(s) com recursos provisionados na conta: 02.022 - Alimentação Escolar, ano base 2012 provenientes de repasse da União, através do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Fonte de Recursos: PNAE/PNAC/PNAP.

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

- Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO FORNECEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão a supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

- Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Resolução CD/FNDE nº 038/2009, na Lei nº 11.947/2009, subsidiariamente na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da data da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até 31/12/2012

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Lages para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

Ao firmar este instrumento, declaram as Partes plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

23.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 27 de fevereiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUARIA SERRANA - COOPER-SERRA

Representante

Mariozan Correa

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 92/2012 - PML**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N.º 92/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 85.300.135/0001-25, com sede à Av. 1º de Maio, 285, Lages/SC - cep:88.509-510.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME, representada neste ato pelo seu Gerente o Sr. Gilberto Dias Citadin, inscrito no RG sob n.º 3.734.606-7, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 03/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 02/2012, aberto em 03/01/2012 e homologado em 08/02/2012, consoante as cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para fornecimento de blocos, bueiros, meio fio, tampas, briquetes e lajotas para uso em diversas obras do Município de Lages, SC, em conformidade com as especificações do Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 74/2012, em anexo que passam a fazer parte integrante deste termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da assinatura do contrato.

2.2 - Para execução: contar-se-á da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - Das entregas: em até vinte e quatro horas, a contar da(s) solicitação(ões), nos endereços nelas indicados, limitados ao perímetro urbano de Lages, SC.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.4 - Dos produtos: Todo o produto, objeto deste contrato, deverá ser de 1ª qualidade, e ser aprovado pela Secretaria Municipal.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012.

2.5 - A sua validade/vigência contar-se-á da data da assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 13.194,40 (treze mil e cento e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

Será(ão) efetuado(s) em até vinte dias úteis do mês subsequente as entrega(s), à vista da(s) nota(s) fiscal(is) decorrente(s);

4.1 O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no contrato, proposta de



preços e demais documentos inerentes ao processo.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Pavimentação e Recuperação de Vias, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, e fora das especificações, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento

em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 05 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GUILHERMO PABLO KONRAD & CIA LTDA - ME

Representante

Gilberto Dias Citadin

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 93/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CIVIL POR TEMPO CERTO N.º 93/2012

Que entre si fazem, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, representada neste ato pelo Sr. Amilton Werlich, de ora em diante denominado "CONTRATANTE", e de outro lado o Sr. Rodimax Moreira Vilela, inscrito no CPF/MF sob n.º 009.703.139-93, C.I. n.º 4.231.814-9, residente e domiciliado, nesta cidade de Lages, SC, de ora em diante denominado "Contratado", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete ao CONTRATADO:

1.1- Transporte de pessoas para Unidades Escolar Rural no município de Lages, com veículo devidamente autorizado pelo CIRETRAN-SC.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este termo está fundamentado no Processo de Dispensado da Licitação pelo valor, conforme Lei Federal 8.666/93 e justificativa em anexo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor deste contrato será R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), por mês que serão pagos durante o período de vigência deste termo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O prazo deste contrato será pelo período de 01/03/2012 e seu término previsto para 31/12/2012, ou até a homologação do processo licitatório em tramite.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Recursos Financeiros para o pagamento deste contrato serão provenientes do orçamento da Secretaria Municipal da Educação, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As obrigações do contrato serão pessoais e intransferíveis, promovendo todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato.

Por ser a relação jurídica, estabelecida neste termo, de natureza civil, a mesma não configura relação de emprego ou obrigações decorrentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

O contratante obriga-se a efetuar os pagamentos ora contratados dentro dos prazos estabelecidos neste contrato, bem como das condições necessárias para a execução das atividades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO



O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou caso haja interesse da Administração hipótese em que não caberá a contratada qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais dúvidas sobre o presente contrato.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam, em 02 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, SC, 01 de março de 2012.

AMILTON WERLICH

Sec. Municipal da Educação

RODIMAX MOREIRA VILELA

Contratado

Procuradoria Geral do Município

#### Contrato 94/2012 - PML

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato pelo seu prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, de ora em diante denominado "LOCATÁRIO", e de outro lado o Sr. Elidio Adalberto Hertig, inscrito no CPF/MF sob n.º 032.275.619-72, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC, neste ato representado pela Sra. Hilde Rovená Schmitt, de ora em diante denominada "LOCADORA", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um imóvel sito à Rua Moisés Furtado nº 155, centro, nesta cidade de Lages, SC, onde será instalada a Diretoria de Trânsito e Escola de Trânsito de Lages.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

O prazo do contrato terá seu início em 02 de abril de 2012 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E PAGAMENTO

O valor da locação será de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) mensais.

3.1-O pagamento será efetuado mensalmente, até o quinto dia do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato fica dispensado do processo licitatório conforme art.24,inciso X da Lei n.º 8.666/93

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Obriga-se a não fazer modificações ou transformações no imóvel, sem autorização por escrito do locador;

Não poderá transferir este contrato, nem sub locar ou emprestar o imóvel, no todo ou em parte, sem o consentimento por escrito do Locador;

Todas as despesas normais de locação, consumo de água, luz, IPTU do período de vigência deste termo, etc, ficam a cargo do Locatário, cabendo-se efetuar diretamente estes pagamentos nas devidas épocas.

Manter o imóvel ora locado em boas condições de higiene e limpeza, e em perfeito estado de conservação.

Efetuar o pagamento de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante aviso antecipado de 30 (trinta) dias e mútuo acordo entre as partes ou pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações estipuladas nas cláusulas anteriores, sem ônus para as partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A validade e vigência do contrato terão início após cumpridas as formalidades legais e perdurarão até o prazo total para cumprimento das obrigações assumidas pelas partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Para o custeio do objeto ora contratado, recursos do município, conta orçamento ano base 2012.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que por ventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Contratada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 (DUAS) vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, 02 de abril de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

HILDE ROVENA SCHMITT

Representante do Locador

Procuradoria Geral do Município Idori Rogério Borges de Souza  
Diretor de Transito

#### Contrato 95/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 95/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CINESUPORTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.615.356/0001-65, com sede à Rod. João Paulo nº 213 - sala 05 - Florianópolis/SC - cep: 88.030-300.

Que entre si fazem, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, representado neste ato pelo seu prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado a Empresa CINESUPORTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA, representado neste ato pelo Sr. Andre Comarú, que assina ao final, de ora em diante denominado "CONTRATADA", acordam firmar o presente contrato obedecidas as condições contidas no Processo Licitatório n.º 31/2012 de aberto em 10/02/2012, homologado em 14/03/2012, realizada na modalidade de Convite sob n.º 09/2012, bem como a proposta de preços da Contratada, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de equipamentos de edição, para uso da Assessoria de Comunicação Social da PML, em conformidade com a autorização de fornecimento n.º 92/2012, em anexo, e Termo de Referência do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

2.1 De Início, em até 02 (dois) dias da data da assinatura do Contrato;  
2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato, até 31/12/2012;  
2.3 De Entrega(s), serão entregues no endereço constante na autorização de fornecimento;  
2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por mês.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) em até o décimo dia do mês subsequente ao serviço, à vista das nota(s) fiscais decorrentes.

4.1 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) adquirido(s) com recurso(s) provisionado(s) na conta: Manutenção do Gabinete da Assessoria de Comunicação, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e do Contrato decorrente;

7.2 Assinar e devolver o Contrato em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver o contrato dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Disponibilizar todos os equipamentos, em período integral, durante a vigência do contrato;

7.4 Prestar manutenção pelo desgaste natural dos equipamentos;

7.5 Prestar assistência, em período integral, em até 24 horas das solicitações;

7.6 Substituir, em até 24 horas das comunicações, as peças e/ou itens que se tornem obsoletos ou danificados;

Prefeitura do Município de Lages Estado de Santa Catarina Secretaria da Administração Setor de Licitações

7.7 Fornecer os equipamentos novos, com software licenciado e compatível.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;

Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), contratados.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES-SC, em 15 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CINESUPORTE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Representante

Andre Comarú

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 96/2012 - PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 96/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.879.318/0002-25, com sede à Rua Alwin Rutzen n.º 101 - Blumenau/SC - cep:88.89.066-340.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, representada neste ato pelo Sr. Pedro A. Carniel, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo n.º 07/2012, de Inexigibilidade de licitação, consoante as cláusulas:



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de conserto e recuperação da escavadeira hidráulica Komatsu n.º 242 da Frota Municipal, com fornecimento de peças, em conformidade com a requisição expedida pelo Setor de Transportes do Município sob n.º 618/2012.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pelo Setor de Transportes do Município.

1.2- Os serviços executados fora dos padrões exigidos pela municipalidade não serão aceitos e pagos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 - Para início: contar-se-á da data do recebimento da autorização decorrente.

2.2 - Para execução: de até trinta dias, a contar da data do recebimento da respectiva autorização.

2.3.1 - Do recebimento provisório: em até 15 (quinze) dias, corridos, contados da data da comunicação escrita da contratada.

2.3.2 - Do Recebimento definitivo: se dará no decurso de 30 (trinta) dias corridos da data da comunicação escrita da Contratada, mediante termo circunstanciado, à Comissão Municipal de Recebimento de Obras, devidamente testado e assinado pelo Responsável Técnico da Obra, comprovando a adequação do objeto às condições contratuais. Durante este período, a Contratada terá, sob sua responsabilidade, os serviços executados. Qualquer falha deverá ser prontamente reparada pela Contratada.

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012.

2.5 - A sua validade será da sua assinatura até 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de:

a) R\$ 20.549,00 (vinte mil e quinhentos e quarenta e nove reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)**

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, em três parcelas mensais e sucessivas de R\$ 6.850,00 em 30 dias, R\$ 6.850,00 em 60 dias e R\$ 6.849,00 em 90 dias, à vista das notas fiscais decorrentes.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O(s) serviço(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) na conta: Manutenção da Frota Municipal, ano base 2012.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.4 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

**CLÁUSULA OITAVA - DO MATERIAL**

Todas as peças necessárias para a execução dos serviços, objeto deste contrato deverão ser originais e obedecer às normas técnicas da ABNT.

**CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Representante

Pedro A. Carniel

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

**Contrato 97/2012 - PML**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 97/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CCL CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.355.104/0001-06, estabelecida à Rod BR 282, nº 49, em Lages/SC - cep: 88.520.210.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CCL CONSTRUTORA LTDA, representada neste ato pelo o Sr. Francisco Pereira Filho, Sócio Proprietário, inscrito no Crea sob n.º 016413-0, CPF n.º 149.094.130-49, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 01/2012, correlato à Concorrência n.º 01/2012, aberto em 03/01/2012 e homologado em 02/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de execução e transporte de massa asfáltica dentro do perímetro urbano de Lages, SC com fornecimento de massa asfáltica, em conformidade com o Termo de Referência e Planilha Orçamentária/Quantitativa, partes do Edital correlato.

Item	equipamento	quant	Valor unit	Total
01	Execução de massa asfáltica (CBQU) incluindo imprimação e limpeza do local pavimentado.	8.000	26,11	208.880,00
02	Transporte de massa asfáltica.	8.000	11,61	92.880,00
03	CBQU - concreto betuminoso usinado quente.	8.000	232,04	1.856.320,00

Total 2.158.080,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 - Para início: em até vinte e quatro horas da(s) data(s) solicitação(ões) de serviço(s) emitida(s) pela Secretaria de Obras, em locais definidos, delimitados ao perímetro urbano do Município de Lages;

2.2 - Para execução: da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 - Da entrega: em até dois dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado à Secretaria Municipal, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 - Do contrato: o prazo de duração do contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012, a sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1- O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA pelos serviços o valor global de R\$ 2.158.080,00 (dois milhões e cento e cinquenta e oito mil e oitenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

##### 4. DOS PAGAMENTOS:

4.1 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mensalmente em até vinte dias úteis do mês subsequente ao da prestação dos serviços, à vista do(s) boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), devidamente testado pela Secretaria Municipal.

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas e estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se o direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura, devidamente reparada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS PARA ATENDER AS

#### DESPESAS

5.1 - As despesas do presente Contrato correrão por conta dos recursos da conta: Manutenção e recuperação de Vias, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

6.1- O MUNICÍPIO fiscalizará amplamente a execução dos serviços da CONTRATADA e transmitirá por escrito as instruções, ordem e reclamações à CONTRATADA, objetivando o saneamento de pendências ou dúvidas eventualmente surgidas no decorrer do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES

A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

#### CLÁUSULA OITAVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado;

9.2 Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização correlata a execução dos serviços, objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10%



(dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages/SC, 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

CCL CONSTRUTORA LTDA  
Representante  
Francisco Pereira Filho

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 98/2012 -PML

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 98/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.703.684/0001-50, com sede à Rua Antonio Edu Vieira n.º 646 - Lages/SC - cep:88.508-300 - fone:99831026.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA, por seu Sócio Administrador o Sr. Luiz Carlos Curtis, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 36/2012, correlato à Tomada de Preços n.º 07/2012, aberta em 13/02/2012 e homologada em 19/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço

de execução de sarjetas em concreto, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária/Quantitativos, copiados em CD, partes do Edital.

1.1- Os serviços, objeto deste contrato, serão realizados pela CONTRATADA, mediante emissão de Ordem de Serviço expedido pela Secretaria de Obras do Município;

1.2- O controle dos serviços e a qualidade ambiental são de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

1.3- Os serviços executados fora das normas técnicas da ABNT e dos padrões exigidos não serão aceitos e pagos.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da recepção da Ordem de Serviço;

2.2 De Execução, da data da assinatura do contrato até 31/12/2012;

2.3 De Entrega, em até vinte e quatro horas da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Obras, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento;

2.4 De Recebimento Provisório, em até 15 (quinze) dias, pelo profissional responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra, mediante Termo Circunstanciado assinado pelas partes;

2.5 De Recebimento Definitivo, em até 30 (trinta) dias, pela Comissão Municipal de Recebimento de Obras, mediante termo circunstanciado, para efeito de vistoria e da comprovação da adequação do objeto às condições contratadas. Durante este período, a CONTRATADA terá sob sua responsabilidade, o perfeito funcionamento da obra construída. Qualquer falha construtiva ou de funcionamento, deverá ser prontamente reparada pela CONTRATADA, sem ônus para o Município;

2.6 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade será da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 275.650,00 (duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) mensalmente, até vinte dias do mês subsequente ao da execução do(s) serviço(s), através do(s) Boletim(ins) de Medição(ões) correspondente(s), testado(s) pelo Fiscal da Obra e do Contrato, e aceite do responsável da Secretaria de Obras do Município;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que os serviços foram executados de acordo com as condições previstas, estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

4.3 O(s) pagamento(s) do(s) serviço(s) executado(s), fica(m) condicionado(s) à comprovação do(s) recolhimento(s) dos tributos devidos ao INSS, FGTS e do pagamento da folha aos seus funcionários pertinentes ao mês anterior;

4.4 Na hipótese de a cobrança emitida apresentar erros, a Administração reserva-se ao direito de efetuar somente o pagamento dos itens corretos, sendo a parte equivocada paga no prazo de até 30 (trinta) dias, após a apresentação de nova fatura;

4.5 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta contratação será coberto com recursos orçamentários da conta Pavimentação e Recuperação de Vias, ano base

2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente termo, do(s) seu(s) Anexo(s);

7.2 Assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após notificação;

7.3 Custear as despesas com salários, encargos, seguro, transporte, alojamento, alimentação do pessoal e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei, durante a execução dos serviços;

7.4 Responder pelos danos morais e materiais, causados direta ou indiretamente ao Município e a terceiros, durante a execução dos serviços, objeto da Licitação;

7.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7.6 Não subcontratar os serviços objeto deste contrato;

7.7 Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por qualquer prejuízo que estes possam causar à Administração ou a terceiros, durante o atendimento do objeto;

7.8 Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, ocorra na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade;

7.9 Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultante da execução dos serviços decorrentes desta licitação;

7.10 Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Edital;

7.11 Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente;

7.12 Refazer, exclusivamente às suas custas, os serviços executados em desacordo com os Termos estabelecidos no presente instrumento, sem que tal fato possa ser invocado para justificar alteração nos custos inicialmente propostos, assumidos e pactuados;

7.13 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, atualizado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

7.14 Manter no local dos serviços, o Diário de Obras ou de Ocorrências, para obtenção de assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s) e do(s) Fiscal(is) competente(s), pela ocasião da(s) vistoria(s);

7.15 Sinalizar e manter sinalizado o local dos serviços de acordo com o Código Nacional de Trânsito e orientação da Secretaria de Obras;

5.16 A assinatura do contrato fica condicionada a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) e da entrega de disquete com cópia da Planilha Orçamentária, à Comissão de Licitação;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa

consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

Ao firmar este instrumento, declaram as PARTES ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato e ao Edital Correlato.

13.1 - Justas e contratadas firmam as partes este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

LAGES, SC, em 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA

Representante

Luiz Carlos Curtis

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações

#### Contrato 99/2012 - PML

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 99/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 82.894.718/0001-33, estabelecido à Rua Mário Ribeiro Ramos n.º 242 - Lages/SC - cep: 88.509-340.

O Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelo seu Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME, representado neste ato pelo Sr. Julio César Rodrigues Delfes, Sócio Gerente, inscrito no CPF sob n.º 656.055.009-53, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 25/2012, correlato ao Convite n.º 05/2012, aberto em 31/01/2012 e homologado em 14/03/2012, consoante as cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de produtos

alimentícios e material de limpeza para consumo das equipes de recuperação das estradas e pontes do interior do município de Lages, SC, em conformidade com as especificações do Anexo II - Termo de Referência do Edital e na autorização de fornecimento n.º 90/2012, em anexo que passa a fazer parte integrante deste termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.3 De Entrega(s):

- Os produtos serão retirados no estabelecimento da contratada, em até três dias da(s) solicitação(ões):

2.4 Do Contrato, o prazo de duração fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua validade contar-se-á da data da sua assinatura até 31/12/2012.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.297,20 (Um mil e duzentos e noventa e sete reais e vinte centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até trinta dias, das entregas, a vista das notas fiscais decorrentes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O(s) produto(s), objeto desta licitação, será(ão) contratado(s) com recursos provisionado(s) nas contas:

- Diretoria de Desenvolvimento Rural/Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais, ano base 2012.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor contratado, nos termos do parágrafo 1º da letra "d" do Inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO

Provisório para efeito de verificação e posterior aceitação

8.1 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade, após notificação será(ão) prontamente colocado(s) a disposição do fornecedor.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois)

anos da data da notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

- O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 8.666/93 e alterações Posteriores, pela Lei Complementar nº 123/06, pelo Edital correlato, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 20 de março de 2012.

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME

Representante

Julio César Rodrigues Delfes

Procuradoria Geral do Município Setor de Licitações



## Lauro Muller

### PREFEITURA

#### Tomada de Preços Nº 80/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 81/2012

Edital : TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 81/2012

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DAS RUAS JOVINO GONÇALVES DE MELO, PREF. JOSÉ ESPINDOLA, NORTE E S/D ITANEMA.

Abertura às 10h00m do dia 28 de Maio de 2012.

A retirada do Edital deverá ser feita no Setor de Licitação da Prefeitura. Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Rua Walter Vetterli, 239, nos dias úteis, da segunda à sexta, das 07:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone 48-3464 3122

Lauro Muller, 11 de maio de 2012.

RENATO CITADIN

Comissão Permanente De Licitação

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Contrato Nº 037/2012 PMLL

CONTRATO Nº 037/2012 - PMLL

"Contrato de Prestação de Serviços

- Fotocopiadora"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CGC/MF nº 82.924.390/0001-50, cujo paço municipal localiza-se à Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Leoberto Leal, SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, e MARSCHALL CONSTRUTORA LTDA, estabelecido à Rua São Lourenço, nº 535, bairro Flor de Napolis, na Cidade de São José - SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.034.449/0001-10, neste ato representado pelo Senhor Valmir Roque Marschall, brasileiro, portador do CPF nº 648.368.869-53, a seguir denominado CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, onde ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - Objetiva-se a contratação dos serviços para fornecimento de até 20.000 (vinte mil) fotocópias mensais, através de cinco máquinas fotocopiadoras multifuncionais A3 Konica Minolta DI 2011, e uma impressora Lexmark E-352, que serão instaladas pelo CONTRATADO, nas dependências do prédio sede do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento

pactuado que o objeto deste contrato será executado no período que compreende 08/05/2012 à 31/12/2012.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 0,0429 (zero vírgula zero quatrocentos e vinte e nove centavos) por fotocópias e/ou impressões produzidas, conforme proposta apresentada, mediante apresentação de Nota Fiscal e de Relatório de Leitura apresentado pelo CONTRATADO com a concordância expressa do CONTRATANTE.

**Parágrafo Primeiro.** O valor estimativo deste contrato para todo o período acordado é de R\$ 6.280,00 (seis mil, duzentos e oitenta reais).

**Parágrafo Segundo.** A leitura dos equipamentos descritos na Cláusula Primeira deste contrato deverá ser realizada pelo CONTRATADO todo o dia 30 de cada mês, com prazo de pagamento no dia 10 (dez) do mês subsequente mediante apresentação de Relatório de Leitura.

**Parágrafo Terceiro.** As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Instalar duas máquinas, sendo cinco máquinas fotocopiadoras multifuncionais A3 Konica Minolta DI 2011, e uma impressora Lexmark E-352 nas dependências do prédio sede do CONTRATANTE;
- 2) Fornecer todos os materiais ao bom e fiel desempenho do equipamento, exceto papel utilizado para impressão que será de responsabilidade do CONTRATANTE. Bem assim, manter as máquinas em bom funcionamento, fazendo revisões periódicas sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 3) Apresentar a Nota Fiscal referente aos serviços prestados de modo correto contendo todos os dados necessários, bem como relatório de leitura das máquinas;

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Realizar, em conjunto com a empresa contratada o controle mensal de impressões/fotocópias;
- 2) Fiscalizar com afinco a prestação dos serviços objeto deste contrato;
- 3) Disponibilizar duas salas adequadas para instalação dos equipamentos;
- 4) Zelar pelos equipamentos descritos na Cláusula Primeira, operando-os em conformidade com as orientações recebidas;
- 5) Responsabilizar-se por qualquer dano aos equipamentos, desde que provado sua culpabilidade em inobservância às instruções transmitidas;
- 6) Realizar pontualmente os pagamentos avençados.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**§ Único.** O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida

sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o termino de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, e Fazenda Federal.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO** - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 08 de maio de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal  
Contratante

VALMIR ROQUE MARSCHALL  
Marschall Construtora LTDA  
CONTRATADO

Testemunhas:  
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

**Lindóia do Sul**

**PREFEITURA**

**Extrato TP 06/2012**  
MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2012

Adierson Carlos Bussolaro - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de 14 (quatorze) edificações em alvenaria, em um único pavimento sendo 13 edificações de 42,25m² uma

unidade de 49m², todas localizadas no loteamento Colina Verde, neste município, no dia 31 de maio de 2012, às 08:30 horas, com o recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 09 de maio de 2012.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 79/2012**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 79/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ZÍLIO EVENTOS LTDA

Objeto: Objetivando prestação dos serviços, locação e montagem de 02 (duas) Estruturas de Cobertura em Lona, totalizando 10 x 10 metros para a realização de feira no Município.  
Valor: R\$ 2.200,00

Vigência: 22 de abril de 2012.  
Assinatura: 20 de abril de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 87/2012**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 87/2012

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: KLIMA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.  
Licitação: Pregão Presencial 29/2012

Objeto: Objetivando o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI).  
Valor: R\$ 856,52  
Vigência: 31 de dezembro de 2012.  
Assinatura: 25 de abril de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal



# Luzerna

## PREFEITURA

### Extrato Homologação Pregão PML.018.2012

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 0018/2012

O Prefeito Municipal de Luzerna, NORIVAL FIORIN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 039/2012, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial  
- Objeto: Aquisição de uma Niveladora Vibratória de Pavimentos Asfálticos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

. TERESA COLOMBO EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

Valor total: R\$ 73.600,00

Luzerna (SC), 09 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### Extrato Pregão PML.023.2012 - Rua da Limeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Pregão Presencial nº 023/2012

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO.

OBJETO: Fornecimento de material para revitalização asfáltica de parte da Rua da Limeira, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma..

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 25 de maio de 2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 25 de maio de 2012

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

### Extrato de Contrato Nº PML.029.12

EXTRATOS DE CONTRATOS

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.029.12

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: CBB IND. E COM. DE ASFALTO E ENG. LTDA

OBJETO: fornecimento de material para pavimentação asfáltica de 3.364,90m² de rua na comunidade de vila kennedy, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

VALOR: R\$ 44.955,00 (quarenta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÕES:

Conta: 11.1101.26.782.0067.1079.44900000

Reduzido : 126

Órgão : SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Proj/Atividade : PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 44 - Fundo Especial do Petróleo

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 09 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

VINICIUS ZÓZIMO CAGLIARI

Cbb Ind. E Com. De Asfalto E Eng. LTDA

Contratada

### Extrato de Contrato Nº PML.028.12

EXTRATOS DE CONTRATOS

PML 2012

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.028.12

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: PEDREIRA TRIÂNGULO LTDA EPP.

OBJETO: fornecimento de material para pavimentação asfáltica de 3.364,90m² de rua na comunidade de vila kennedy, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma.

VALOR: R\$ 27.750,00 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias, contados da data de emissão da Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÕES:

Conta: 11.1101.26.782.0067.1079.44900000

Reduzido : 126

Órgão : SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Unidade Orçament.: DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS

Proj/Atividade : PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

Mod. Aplicação : APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte : 44 - Fundo Especial do Petróleo

Destinação : 000000 - Sem Detalhamento da Destinação de Recursos

Luzerna(SC), 09 de maio de 2012.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

Contratante

RUDI OHLWEILER JÚNIOR

Pedreira Triângulo LTDA

Contratada

## CÂMARA MUNICIPAL

### 1º Ato de Apostilamento - Ata de Registro de Preços Nº CMV.0002/2011

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0002/2011 de 11/04/2011

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0002/2011 de 11/04/2011, proveniente do Processo Licitatório nº CMV.0004/2011, Pregão nº CMV.0002/2011, celebrada entre a CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), e as empresas REDE DE COMUNICAÇÃO OESTE LTDA ME e LUCIANO JUSTI - ME.

JULIANO SCHNEIDER, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº CMV.0002/2011 de 08/04/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0004/2011, Pregão nº CMV 0002/2011, reajustando os valores pactuados em 4,78% (quatro virgula setenta e oito por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Maio/11 a abril/12), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Contratado	Reajuste INPC Fev/10 a Jan/11	Valor Unitário Reajustado
02	01	R\$ 28,00	4,78%	R\$ 29,34
03	02	R\$ 2,00	4,78%	R\$ 2,10

Luzerna(SC), 10 de Maio de 2012.

JULIANO SCHNEIDER  
Presidente em Exercício

## Macieira

### PREFEITURA

#### Autoriza Alienação de Bens

LEI Nº586, DE 08 DE MAIO DE 2012.

Autoriza a alienação de bens móveis.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

#### LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar com a competente baixa no patrimônio público municipal, mediante licitação pública na modalidade leilão, os bens móveis abaixo relacionados:

a) Um CAR/CAMINHONETE/AB, marca FIAT/STRADA FIRE CE FLEX, ano fabr./mod. 2007/2008, placas MDY-0836, Chassi nº 9BD27833A87015428, cor branca, à GASOLINA, inscrito no patrimônio público na Matrícula 02011, pelo valor mínimo de R\$ 10.500,00;

b) ferro velho aproximadamente 2 toneladas, pelo valor mínimo de R\$ 300,00.

c) Um PAS/AUTOMOVEL, marca FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano fabr./mod. 2006/2006, placas MWD-0225, Chassi nº 9BD15802764873953, cor branca, à ALCOOL/GASOLINA, inscrito no patrimônio público na Matrícula 02418, pelo valor mínimo de R\$ 3.500,00;

Art. 2º - Os bens acima descritos somente poderão ser alienados pelo valor mínimo, estabelecido pela comissão de avaliação.

Art. 3º - Os recursos obtidos com as alienações descritas no art. 1º, serão destinados à aquisição de novos bens, atendendo o disposto inciso III do § 2º do art. 4º e art. 44 da Lei Complementar Federal nº 1014, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 08 de maio de 2012.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Leilão

EDITAL DE LEILÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 09h30min do dia 1º DE JUNHO DE 2012, tendo como local o Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua Dona Maria Mendes, s/nº, Centro, Macieira, SC. O leilão será conduzido pelo Senhor JÚLIO RAMOS LUZ, Leiloeiro Público Oficial de SC, matrícula AARC 162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: FIAT/STRADA FIRE CE FLEX, ano 2007, modelo 2008, Placas MDY 0836, RENAVAL 929330374, chassi 9BD27833A87015428, cor branca, álcool/gasolina (Carroceria Aberta). Patrimônio 02011. LANCE INICIAL R\$ 10.500,00. LOTE 02: FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, ano/modelo 2006, Placas MWD 0225, RENAVAL 892166886, chassi 9BD15802764873953, cor branca, álcool/gasolina. Patrimônio 02418. LANCE INICIAL R\$ 3.500,00. LOTE 03: SUCATA DE FERRO VELHO, aproximadamente 2 toneladas. LANCE INICIAL R\$ R\$ 300,00. O Edital completo com as descrições poderá ser obtido poderão ser obtidas na Prefeitura ou através dos sites WWW.PORTALDOLEILOEIRO.COM.BR E WWW.MACIEIRA.SC.GOV.BR, ou ainda pelos telefones Fone (49) 3574 2000 ou 3574 2005 (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 ou 8812 4477 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores.

MACIEIRA (SC), 10 de maio de 2012.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal de MACIEIRA

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1407/2012

LEI Nº 1407/2012

Declara de Utilidade Pública a Associação União F. C.

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI: Art.1º Fica declarado de Utilidade Pública a Associação UNIÃO F. C. situada na Rua Henrique Kuchenbecker, s/nº.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, 08 de maio de 2012

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI

Secretario de Administração e Finanças

#### Lei Nº 1406/2012

LEI Nº 1406/2012

Denomina Via Pública

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Rua 078 passa a ser denominada de Rua Onofre Guesser. Cujas Ruas iniciam no entroncamento da Rua da Integração e terminam na Rua Helga Guesser com aproximadamente 76 metros de extensão.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE MAIO DE 2012.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 2445 de 07 de Maio de 2012**

DECRETO Nº. 2445 DE 07 DE MAIO DE 2012  
Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.367.0124.2057 - Apoio a Educação Especial  
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas  
0501 - 30000 - Recursos Ordinários R\$ 63.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 07 DE MAIO DE 2012  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

### **Materiais Ambulatoriais e Descaáveis**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2012  
REGISTRO DE PREÇO

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de diversos MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS, de primeira qualidade, destinados ao atendimento de pacientes no Pronto Atendimento Municipal do Município de Massaranduba (SC), ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00h do dia 23/05/2012.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30 hs do dia 23/05/2012. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras

informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 10 de Maio de 2012.  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

CHEILA PATRICIA ROHWEDER  
Gestora Fundo Municipal

### **Contrato 26/2012**

CONTRATO Nº. 26/2012  
PROCESSO: TOMADA DE PREÇO 03/2012 - PMM  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba  
CONTRATADO: ABILIO COMERCIO DE ALUMINIO E FERRO LTDA EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL MARIA MACHADO KREUTZFELD, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS.

VALOR: R\$ 220.673,25 (Duzentos e vinte mil, seiscentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos).

DATA DA VIGENCIA: 09/04/2012 a 08/08/2012 (120 dias). MÁRIO

FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### **Contrato 73.2011 Aditivo de Prazo**

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 73/2011  
ADITIVO Nº. 73/3  
PROCESSO: Tomada de Preço Obras e Serviços de Engenharia Nº. 106/2011.  
CONTRATANTE: Prefeitura de Massaranduba  
CONTRATADO: ABILIO COMERCIO DE ALUMINIO E FERRO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa para a execução da obra de CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL TIPO C DO PROGRAMA PRÓ-INFANCIA DO GOVERNO FEDERAL, compreendendo o fornecimento de materiais e mão-de-obra na construção civil, em conformidade com o memorial descritivo, orçamento quantitativo, cronograma e projetos. PRAZO: O prazo de vigência do presente contrato fica prorrogado pelo período de 90 (noventa) dias, tendo como início da vigência dia 28 de Abril de 2012, findando em 27 de Julho de 2012, motivado por alterações ocorridas no projeto original. Massaranduba, 30/04/2012

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

### **Contrato N. 14.2012**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 14/2011  
PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 09/2012  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 02/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: SR. ROLAND LOPPNOW

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA IMÓVEL EM ALVENARIA COM ÁREA DE 567,23m², SITUADA NA RUA 11 DE NOVEMBRO, Nº. 432 - CENTRO, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo período de 12 meses.

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais),  
DATA DA VIGÊNCIA: 16.04.2012 a 16.04.2013.

Massaranduba, 16-04-2012.  
CHEILA PATRICIA ROHWEDER  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

#### **Contrato Nº. 1.2012 Fass**

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº.: 2/3

Processo Licitatório nº. 1/2012

Pregão Presencial nº. 1/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Assistência Social de Massa-randuba

CONTRATADO: BETRAGNER DE OLIVEIRA

OBJETO: Prestação de Serviço do Profissional Professor de Artes Marcias - CAPOEIRA, a fim de atender o Projeto Oficina de Capoeira 2012 da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Projeto do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social do Setor de Assistência Social, da Prefeitura de Massaranduba  
VALOR TOTAL: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais),  
DATA DA VIGÊNCIA: 12/04/2012 a 31/22/2012.

Massaranduba, 12.04.2012  
CHEILA PATRICIA ROHWEDER  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

#### **Contrato Nº. 13.2012**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 13/2011

PREFEITURA DE MASSARANDUBA - ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 08/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: COSTA IMOVEIS LTDA - ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA EM ALVENARIA COM ÁREA DE 260m², EDIFICADA EM IMÓVEL, SITUADA NA RUA 11 DE NOVEMBRO, Nº. s/n - CENTRO, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pelo período de 12 meses.

Valor Total: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais),  
DATA DA VIGÊNCIA: 16.04.2012 a 16.04.2013.

Massaranduba, 16-04-2012.  
CHEILA PATRICIA ROHWEDER  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

## Meleiro

### PREFEITURA

#### **Decreto N.º 037/2012.**

DECRETO n.º 037/2012.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.521/2011, de 19 de Dezembro de 2011.

#### DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas (97)

R\$ 120.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0244.0 - Aplicações Diretas (100)

R\$ 300.000,00

Total R\$ 420.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício nas fontes especificadas dos convênios nºs 6.492/2012-0, firmado entre o município de Meleiro e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Maio de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

#### **Decreto N.º 040/2012**

DECRETO n.º 040/2012

TRATA DA NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO SAMAE.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, inciso I, e Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1186/2006 e Lei Complementar nº 022/2006, de 21 de dezembro de 2006 e suas alterações, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º O Senhor JULIANO FERNANDES, ocupante do cargo de Operador de Estação (ETA/ETE), para o cargo em comissão de DIRETOR DO SAMAE, do quadro de Pessoal Comissionado do SAMAE, a partir da presente data.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.



Meleiro, 08 de Maio de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### **Decreto Nº 038/2012**

DECRETO N.º 038/2012

REGULAMENTA A AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 42 da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, (Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal) e suas alterações, resolve:

#### **R E G U L A M E N T A R**

Art. 1.º- A Avaliação de Desempenho dos Servidores do Magistério Público Municipal para fins de progressão por mérito, nos termos do artigo 42 da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 (Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público Municipal), em anos alternados, conforme artigo 42 da Lei anteriormente citada.

Art. 2.º Como condição para progressão funcional, é obrigatório o resultado satisfatório do desempenho na função por Comissão constituída para esta finalidade, formada por 05 (cinco) servidores municipais, conforme preceitua o inciso II do artigo 42 da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, no qual serão avaliados os seguintes fatores comportamentais, estratégicos e operacionais, necessários ao desempenho satisfatório na função:

I. Produtividade;

II. Assiduidade e pontualidade;

III. Experiência e dedicação ao serviço;

IV. Disciplina e responsabilidade.

Parágrafo único. Os quesitos a serem avaliados para cada critério estão no Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 3.º Para obter avaliação positiva em seu desempenho, o servidor deverá receber pelo menos 05 (cinco) notas "A" ou "B" e no máximo 04 (quatro) notas "C", nos critérios relacionados no artigo 2.º deste Decreto.

§ 1.º Sendo atribuído 02 (duas) ou mais notas "D", ou mais de 04 (quatro) notas "C", em quaisquer dos critérios, o servidor avaliado não obterá resultado

satisfatório no desempenho de sua função.

§ 2.º A critério do Chefe do Poder Executivo, por recomendação da Comissão de Avaliação, é facultado o abono de 01 (uma) nota "C", desde que o servidor obtenha 04 (quatro) notas "A" para cada nota "C" que lhe tenha sido atribuído em cada avaliação.

Art. 4.º Cabe à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Turismo, ou a quem estiver determinado por ato do Chefe do Poder Executivo, a avaliação do servidor, com ciência do mesmo.

Art. 5.º O servidor do magistério público municipal será submetido a, no mínimo, 01 (uma) avaliação em anos alternados.

Art. 6.º Fica assegurado o direito de ampla defesa ao servidor que se sentir prejudicado em sua avaliação, que terá o prazo de 10 (dez) dias, para este fim, contados da data da notificação,

conforme preceituado no parágrafo único do Artigo 23 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000.

Art. 7.º Recebida a defesa, o órgão responsável pela avaliação submeterá a matéria, instruída com parecer final, à autoridade competente, para decidir.

Art. 8.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Fica revogado o Decreto n.º 015/2005, 01 de abril de 2005, e demais disposições em contrário.

Meleiro, 08 de maio de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N.º - 038/2012

FICHA DE AVALIAÇÃO DE SERVIDOR DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

Servidor(a):

Cargo:

Data Admissão:

Resultado da Avaliação ( ) Satisfatório ( ) Insatisfatório

01. Quanto a PRODUTIVIDADE, o(a) Servidor(a):

- ( ) A) Produz acima do que foi determinado pelos superiores;
- ( ) B) Produz o que lhe foi determinado;
- ( ) C) Produz menos do que lhe foi determinado;
- ( ) D) Não possui produção condizente com o serviço público.

02. Com relação a ASSIDUIDADE e PONTUALIDADE, o(a) Servidor(a):

02.a. Quanto a assiduidade, o(a) servidor(a):

- ( ) A) Está disponível até quando não possui atividades;
- ( ) B) É assíduo dentro de seu horário de trabalho;
- ( ) C) Apresenta justificativas para suas faltas;
- ( ) D) É excessivamente faltoso e não apresenta justificativas para tal.

02.b. Quanto a pontualidade, o(a) servidor(a):

- ( ) A) Sempre cumpriu seu horário de trabalho;
- ( ) B) Raramente descumpriu seu horário de trabalho;
- ( ) C) Apresenta justificativas para o não cumprimento do horário de trabalho;
- ( ) D) Frequentemente descumprir o horário de trabalho e não apresenta justificativas para tal.

03. Com relação a EXPERIÊNCIA e DEDICAÇÃO AO SERVIÇO, o(a) Servidor(a):

03.a. Quanto a experiência, o(a) servidor(a):

- ( ) Possui experiência acima do exercício de sua função;
- ( ) Possui experiência suficiente para exercer sua função;



- ( ) Possui experiência insuficiente para exercer sua função, mas não há prejuízos no exercício da mesma;
- ( ) Não possui experiência suficiente para exercer sua função, havendo prejuízos no exercício da mesma.

03.b. Quanto a dedicação ao serviço, o(a) servidor(a):

- ( ) A) Está entregue ao trabalho, dedicando-se a ele de forma regular e constante;
- ( ) B) A falta de constância e regularidade com que desempenha o seu trabalho, não chegam a comprometer o ritmo, recuperando-se quando advertido;
- ( ) C) Não é constante na realização das tarefas. Ora se dedica com empenho, ora não;
- ( ) D) É irregular ao realizar suas tarefas. Interrompe frequentemente o trabalho sem justificativa.

04. Com relação a DISCIPLINA e RESPONSABILIDADE, o(a) Servidor(a):

04.a. Quanto a disciplina, o(a) servidor(a):

- ( ) A) Acata ordens sempre com boa vontade;
- ( ) B) Acata ordem nem sempre com boa vontade;
- ( ) C) Acata ordens, mas com má vontade;
- ( ) D) Não acata ordens. Tem problemas de relacionamento.

4.b. Comprometimento com o trabalho (responsabilidade):

- ( ) A) É muito responsável, no cumprimento de suas obrigações;
- ( ) B) É responsável no cumprimento de suas obrigações;
- ( ) C) Às vezes, deixa a desejar com relação a este critério;
- ( ) D) Não possui responsabilidade adequada.

4.c. Cuidados com materiais e equipamentos (responsabilidade):

- ( ) A) Utiliza os materiais e equipamentos com parcimônia e economia;
- ( ) B) Usa adequadamente os materiais e equipamentos que lhes são confiados;
- ( ) C) Às vezes, deixa a desejar no uso adequado dos materiais e equipamentos;
- ( ) D) Raramente utiliza adequadamente os materiais e equipamentos a ele confiados.

05. Quanto a QUALIDADE DO TRABALHO, o(a) Servidor(a):

- ( ) A) Seu trabalho tem qualidade superior ao esperado;
- ( ) B) A qualidade de seu trabalho está dentro das determinações dos superiores;
- ( ) C) Executa o trabalho, porém permite que fatores externos interfiram no rendimento;
- ( ) D) A qualidade do trabalho não é condizente com a função.

TOTAL DE NOTAS: ( \_\_\_\_ ) A

( \_\_\_\_ ) B

( \_\_\_\_ ) C

→ ( \_\_\_\_ ) D

OBSERVAÇÕES:

---



---



---



---



---

Meleiro, em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2012

ASSINATURA DA COMISSÃO:

---



---



---



---

ASSINATURA DO SERVIDOR AVALIADO:

---

### Decreto N° 039/2012

DECRETO n.º 039/2012

TRATA DA CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

### DECRETA

Art.1º. Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA PROGRESSÃO POR MÉRITO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, formada pelos servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do Sr. JAIRO LUIZ CANELA, preparar, executar e julgar a avaliação de Desempenho para Progressão por Mérito dos Servidores do Magistério Público Municipal:

- a) Jairo Luiz Canela  
b) Ana Paula de Luca Vieira  
c) Ivanir Antunes Cardoso  
d) Zuleide Polla  
e) Hermínia Maria Bianchini Simon

Art. 2º. A comissão ora constituída seguirá as normas do Decreto nº 038/2012, de 08 de maio de 2012, que regulamentou as instruções especiais sobre a Avaliação de Desempenho para Progressão por Mérito dos Servidores do Magistério Público Municipal e as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua execução e julgamento.

Art. 3º. O chefe do Poder Executivo poderá contratar empresa especializada na área para assessorar a Comissão na elaboração, execução e julgamento da Avaliação de Desempenho para Progressão por Mérito dos Servidores do Magistério Público Municipal, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 023/2009, de 27 de abril de 2009.

Meleiro, 08 de Maio de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supracitada.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm e Finanças

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 064/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 064/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TRATOWEL COMÉRCIO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) TRATORES E 1 (UMA) CARRETA AGRÍCOLA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.  
Valor: R\$ 194.000,00  
Vigência: Início: 04/05/2012 Término: 04/05/2013.  
Data da assinatura: 04 de maio de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 065/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 065/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: COMERCIAL CARLESSI LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.  
Valor: R\$ 37.571,80  
Vigência: Início: 07/05/2012 Término: 31/12/2012.  
Data da assinatura: 07 de maio de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 066/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 066/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: M.A.J MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.  
Valor: R\$ 50.368,60  
Vigência: Início: 07/05/2012 Término: 31/12/2012.  
Data da assinatura: 07 de maio de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 067/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 067/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: GALATAS BUREAU DE MIDIA LTDA ME

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E MÃO DE OBRA DE EXECUÇÃO E MANUTENÇÃO DO EVENTO II AGRIMELEIRO, II MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E XIII FESTA DO COLONO A SER REALIZADA NOS DIAS 17, 18,19 e 20/05/2012.  
Valor: R\$ 65.000,00  
Vigência: Início: 08/05/2012 Término: 08/08/2012.  
Data da assinatura: 08 de maio de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 068/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 068/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO EVENTO II AGRIMELEIRO A SER REALIZADO NOS DIAS 17,18,19 e 20/05/2012, NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO.  
Valor: R\$ 35.304,00.  
Vigência: Início: 09/05/2012 Término: 09/08/2012.  
Data da assinatura: 09 de maio de 2012.

**Extrato Contratual - Contrato Nº. 069/2012**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 069/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: CARDIAL STANDS LTDA EPP

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO E ESTRUTURA INTERNA E EXTERNA NO EVENTO II AGRIMELEIRO A SER REALIZADA NOS DIAS 17, 18,19 e 20/05/2012.  
Valor: R\$ 127.500,00  
Vigência: Início: 09/05/2012 Término: 09/08/2012.  
Data da assinatura: 09 de maio de 2012.

**Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N.º 044/2012**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 044/2012

CREDOR: X-9 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME  
ENDEREÇO: Rua Francilício Guimarães, nº. 406 - Bairro Mato Alto - Araranguá/SC.  
CNPJ: 07.715.377/0001-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENCIADORA DE SHOWS ARTÍSTICOS E CULTURAIS PARA ANIMAÇÃO DA FESTA II AGRIMELEIRO, II MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E XIII FESTA DO COLONO.  
VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).  
BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.  
JUSTIFICATIVA: CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 25, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES), OS GRUPOS MUSICAIS INTEGRAM ASPECTOS ARTÍSTICOS PRÓPRIOS DO EVENTO E SE TRATAM DE BANDAS CONSAGRADAS PELA CRÍTICA E PÚBLICO LOCAL, CONFORME CONTRATO.  
PARA A PRESENTE DESPESA FORAM OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS PERTINENTES RELATIVOS AOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, SOLICITAÇÃO, JUSTIFICATIVA DOS GASTOS E DEMAIS DISPOSITIVOS DA LEI N.º 8.666/93.

Meleiro, 04 de maio de 2012.  
JAQUELINE MARTINS WALNIER  
Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

## Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N.º 045/2012

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 045/2012

CREDOR: AMARILDO BONFANTE CONTI ME

ENDEREÇO: Estrada Geral s/n - Rio Morto - Meleiro/SC.

CNPJ: 07.495.038/0001-21

OBJETO: APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NOS DIAS 18,19 e 20/05/2012 DA BANDA CLIP SOM NA II AGRIMELEIRO, II MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E XIII FESTA DO COLONO A SER REALIZADA NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 25, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 (LEI DE LICITAÇÕES), O GRUPO MUSICAL INTEGRA ASPECTOS ARTÍSTICOS PRÓPRIOS DO EVENTO E SE TRATA DE BANDA CONSAGRADA PELA CRÍTICA E PÚBLICO LOCAL, CONFORME CONTRATO.

PARA A PRESENTE DESPESA FORAM OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS PERTINENTES RELATIVOS AOS ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, SOLICITAÇÃO, JUSTIFICATIVA DOS GASTOS E DEMAIS DISPOSITIVOS DA LEI N.º 8.666/93.

Meleiro, 04 de maio de 2012.

JAQUELINE MARTINS WALNIER

Presidente da comissão de Licitações

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### Pregão Presencial N.º 02/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 102/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2012

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MOTOR NOVO LACRADO, PEÇAS E OUTROS INSUMOS PARA VEÍCULO CLIO HATCHE CAMPUS 1.0 16V ANO MODELO 2008/2009, PLACA MER 0865, DE PROPRIEDADE DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, CONFORME ANEXO V conforme segue:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 24/05/2012.

MENOR PREÇO ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 08:00 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 \_\_ 49) 3546 0194

Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 10 de maio de 2012.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Gestor do Fundo

ALBERTINHO MANGOLT

Administrador

### Pregão Presencial N.º 03/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 103/2012

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2012

OBJETO: - O presente Pregão tem como objeto registro de preços para aquisição de medicamentos, tendo como base o preço praticado ao consumidor na Tabela de Preços da Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico (Revista ABC Farma) publicada mensalmente, conforme especificações e quantitativos constantes do Anexo I.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 08:45 horas, para abertura às 09:00 horas do dia 24/05/2012

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 08:00 às 17:00 horas.

TELEFONE No (0 \_\_ 49) 3546 0194

Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo, 10 de maio de 2012.

MARCOS NEI CORREA DE SIQUEIRA

Gestor Do Fundo

ALBERTINHO MANGOLT

Administrador

# Navegantes

## PREFEITURA

### Errata do Processo Seletivo 003/2012

RETIFICAÇÃO N.º 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 003/2012

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, considerando a necessidade de correção dos salários dos cargos de Odontólogo Especialista em Pacientes com Necessidades Especiais e Odontólogo Traumatologista Bucomaxilofacial, torna público aos candidatos interessados no Concurso Público, que nesta data, foram retificados as seguintes informações do Anexo 1 ao Edital 003/2012:

No Anexo 1 ao Edital 003/2012, Quadro de vagas dos cargos de nível superior, onde se lê:

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos
Odontólogo Especialista em Pacientes com Necessidades Especiais (30136)	20	1	R\$ 1.383,36	Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com registro no respectivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na referida função, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Odon- tólogo Trauma- tologista Bucoma- xilofacial (30135)	20	1	R\$ 1.383,36	Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com registro no respectivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na referida função, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.
---	----	---	-----------------	--

Leia-se:

Cargo	CH	Vagas	Salário	Pré-requisitos
Odon- tólogo Especialista em Pacientes com Ne- cessidades Especiais (30136)	20	1	R\$ 1.618,53	Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com registro no respectivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na referida função, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.
Odon- tólogo Trauma- tologista Bucoma- xilofacial (30135)	20	1	R\$ 1.618,53	Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com registro no respectivo Conselho Regional, Diploma de Especialista na referida função, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Esta Retificação entra em vigor na data de sua publicação, sendo o Edital 003/2012 e seus anexos consolidados com as alterações decorrentes desta Retificação.

Navegantes, 10 de maio de 2012.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**Nova Trento**

**PREFEITURA**

### Pregão Presencial 026/2012

RESULTADO FINAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2012  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Compras e Licitações

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2012

OBJETO: Aquisição parcelada de móveis para escritório, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Nova Trento e suas Secretarias, conforme especificações constantes no Anexo I, que fazem parte integrante deste pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

AKON LTDA. ME. (CNPJ Nº 13.228.073/0001-87

Itens 03/04/05/06/09/10 - Valor Total: R\$ 3.479,00 (Três mil, quatrocentos e setenta e nove reais);

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME. (CNPJ Nº 09.053.748/0001-27)

Itens 01/02/07/08 - Valor Total: R\$ 5.023,00 (Cinco mil e vinte e três reais)

Nova Trento/SC, 09 de maio 2012.

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

### Processo Nº 055/2012 - Pregão Presencial Nº 033/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 055/2012 - Pregão Presencial Nº 033/2012

- Registro de Preços Nº 014/2012

Objeto: Registro de Preços para aquisição e instalação, substituição, remoção e reinstalação em hastes e/ou suportes já existentes ou não de forma parcelada de Placas de Sinalização de Trânsito, Tachas, Tachões e Serviço de Demarcação Viária de sinalização horizontal para implementação no trânsito na cidade de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I e II.

Julgamento: Menor Preço por item. Entrega dos envelopes: 25/05/2012 até às 14:00 horas. Abertura: 25/05/2012 - 14:00 Horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: (48)3267.3211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

### Processo Nº 059/2012 - Pregão Presencial Nº 035/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 059/2012 - Pregão Presencial Nº 035/2012

- Registro de Preços 015/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de AREIA, para utilização no conserto e pavimentação de vias públicas e para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Obras do Município de Nova Trento, para fornecimento conforme a necessidade, nas quantidades e especificações constantes do anexo I que integra o presente edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 28/05/2012 até às 14:00 horas. Abertura: 28/05/2012 - 14:00 horas

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211 - E-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

### Resumo de Tomada de Preço Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 060/2012 - Tomada de Preço nº 012/2012

Objeto: Construção de uma Praça com mirante (Deck de madeira) na Rua Luiz Busnardo, Bairro Cascata, com área total a ser construída de 270,20 m2, incluindo o fornecimento dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: Empreitada Global por Preço Unitário. Entrega dos envelopes: 29/05/2012 até às 14:00 horas. Abertura: 29/05/2012 - 14:05 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48.32673213. compras@novatrento.sc.gov.br

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito



## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 040/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/12

TOMADA DE PREÇO Nº 1/12

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 09/05/2012

CONTRATADO: GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para Construção de 01 (Um) Barracão em Pré Moldado, medindo 16x30, com área total de 480,00 m2, a ser edificada nas margens da Rodovia SC 468, interior do Município, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 328.665-74/2010-0 - Programa PRONAT, em regime de empreitada global, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 69.724,46 (sessenta e nove mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos)

DATA: 09/05/12

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

#### Extrato Contratual Nº 043/2012

EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 043/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : GRUTTA CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA

Valor : 69.724,46 (sessenta e nove mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos)

Vigência : Início: 09/05/2012 Término: 31/12/2012

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012

Recursos : Dotação: 2.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (83), 2.021.4.4.90.00.00.00.00.00 (145)

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para Construção de 01 (Um) Barracão em Pré Moldado, medindo 16x30, com área total de 480,00 m2, a ser edificada nas margens da Rodovia SC 468, interior do Município, com recursos oriundos do Contrato de Repasse nº 328.665-74/2010-0 - Programa PRONAT, em regime de empreitada global, conforme Projeto, Memorial Descritivo, Orçamentos e Cronograma físico-financeiro, descritos nos Anexos III - VII e demais Anexos do Edital

NOVO HORIZONTE, 9 de Maio de 2012

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Aviso de Publicação - Pregão 54/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 54/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 54/2012, no dia 23 de Maio de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto Aquisição de materiais para recuperação de pavimentação, incluindo mão de obra, para Secretaria de Infraestrutura. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 09 de Maio de 2012.

PREGOEIRO (A).

#### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º133/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º133/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
1	500	UN.	Adesivo redondo, formato 7x7 cm, impressão 4x0 cor, com faca de corte.	Delta	R\$ 0,20	R\$ 100,00
20	50	BL	Comunicação interna 2x50, papel 63gr branco, tamanho 15x21,5 1/0 cor, impressão offset.	Delta	R\$ 2,60	R\$ 130,00
24	1.000	BL	Declaração de comparecimento, 1x50, formato 205x150mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor branca com impressão em preto - 1x0	Delta	R\$ 0,89	R\$ 890,00
30	1.000	FLS	Ficha de ANAMNESE CAPS II, formato tamanho 42x29,7cm, papel off set 75 gr, cor 1x0, frente e verso, com 1 vinco.	Delta	R\$ 0,14	R\$ 140,00



36	20.000	UN.	Folder Dia Internacional da Mulher 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
38	20.000	UN.	Folder prevenção 20x21 cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
39	20.000	UN.	Folder transmissão vertical 20x21cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Delta	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
48	400	BL	Pedido de Marcação - Unidade Origem, bloco com 1x50, formato 210 x 150 mm, papel offset 63gr, branco com impressão preto -1x0.	Delta	R\$ 0,80	R\$ 320,00
52	100	BL	Receituário de controle especial " B-2" Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Delta	R\$ 1,40	R\$ 140,00
53	350	BL	Receituário de controle especial, 2x50, formato 190x145mm, papel offset com gramatura de 63gr, sendo 1ª via branca e 2ª amarela com impressão em preto - 1x0.	Delta	R\$ 1,83	R\$ 640,50
55	100	BL	Requisição de exame citopatológico, colo do útero, frente e verso, papel offset 63 gr, cor branco com impressão em rosa, bloco com 1x50 fls.	Delta	R\$ 2,20	R\$ 220,00
56	300	BL	Requisição de exame mamografia, frente/verso, bloco com 1x50, papel off-set com gramatura 63g, branco com impressão verde, formato A4.	Delta	R\$ 1,63	R\$ 489,00
58	100	BL	Requisição de Material, bloco 2x50, formato 230 x 150mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul com impressão em preto - 1x0.	Delta	R\$ 2,20	R\$ 220,00

59	300	BL	Termo consentimento livre escolha, tamanho 21x30cm, 1x0 cor , 1ª via em papel offset 75gr, 1 capa sem impressão em papel capa AG 90 gr, tamanho 42,00x30,00cm, bloco 50x1.	Delta	R\$ 1,27	R\$ 381,00
----	-----	----	--	-------	----------	------------

Valor Total: R\$ 7.210,50

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º078/2011**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2011 - Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
07	10	kg	Caldo de carne em pó.	Quali-max	R\$6,50	R\$65,00
08	10	Kg	Caldo de Galinha em Pó.	Quali-max	R\$6,50	R\$65,00
10	30	kg	Canjica branca.	Sinha	R\$5,15	R\$154,50
12	40	pct	Coco ralado.	Sococo	R\$3,95	R\$158,00
14	200	Lata	Ervilha em lata c/ 300 gr.	Lar	R\$1,30	R\$260,00
21	250	un	Leite condensado 395 gramas	Itambe	R\$2,90	R\$725,00
25	50	un	Maionese 500 gr	Hel-mans	R\$4,50	R\$225,00
28	200	emb	Molho de tomate sache	Fugini	R\$2,30	R\$460,00
31	300	un	Refresco - preparo sólido.	Gily	R\$0,67	R\$201,00
41	300	Molho	Colve manteiga em molho	In Natura	R\$1,05	R\$315,00
42	150	kg	Carne bovina fraldinha	CCS	R\$11,80	R\$1.770,00
44	100	Kg	Peito de frango, com osso	Anham-bi	R\$5,95	R\$5.95,00
47	50	kg	Salsicha hot dog congelada	Rigor	R\$3,58	R\$179,00
TOTAL R\$ 5.172,50						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º079/2011**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º079/2011 - Pregão Presencial 034/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS II. DATA: 09/08/2011 a 09/08/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
01	30	lata	Abacaxi em calda.	Olé	R\$5,75	172,50
02	150	kg	Açúcar refinado.	Alto alegre	2,48	372,00
04	300	pct	Biscoito doce tipo maria	Faville	2,90	870,00
05	300	pct	Biscoito salgado.	Faville	2,75	825,00
06	100	pct	Café em pó torrado e moído.	Paladar	5,30	530,00
09	20	emb	Canela em pó fina homogeneizada	Edimar	2,60	52,00
11	100	Cx	Chá sabores diversos.	Prenda	2,15	215,00
13	250	un	Crema de leite 300 gramas	Itambé	2,80	700,00
15	30	kg	Farinha de Milho	Sinha	2,00	60,00
16	150	Pcte	Farinha de trigo	Flor do oeste	8,40	1.260,00
17	50	Kg	Feijão preto comum.	Urbano	2,75	137,50
18	50	un	Fermento biológico seco 100g	Fleischmann	2,83	141,50
19	50	Frs	Fermento em pó químico 100 gramas	Dona Benta	1,83	91,50
20	250	un	Gelatina em pó 50 gr	Neilar	0,87	217,50
22	600	Um	Leite de vaca longa vida integral	Terra Viva	1,90	1.140,00
23	150	lata	Leite em pó integral, instantâneo 400 gramas	Itambé	6,80	1.020,00
24	50	kg	Macarrão tipo espaguete	Ogliare	2,89	144,50
27	200	lata	Milho verde 300 gr.	Olé	1,45	290,00
29	200	Frs	Óleo de soja 900 ml	Soya	3,00	600,00
30	40	lata	Pêssego em calda 500 gr	Olé	5,30	212,00

32	30	kg	Sal refinado de mesa iodado	Marfin	0,90	27,00
33	50	kg	Banana Branca	In Natura	1,53	76,50
34	50	kg	Batata Inglesa	In Natura	1,55	77,50
35	50	Kg	Cebola de cabeça	In Natura	1,40	70,00
36	50	Kg	Cenoura	In Natura	2,40	120,00
37	100	Kg	Laranja Pera	In Natura	1,29	129,00
38	50	kg	Maçã nacional, gala	In Natura	1,60	80,00
39	50	kg	Tomate	In Natura	3,00	150,00
40	50	un	Repolho verde	In Natura	2,00	100,00
43	100	dz	Ovos de galinha fresco tipo especial, vermelho.	In Natura	2,60	260,00
45	50	kg	Presunto cozido fatiado, sem gordura	JCW	11,00	550,00
46	50	kg	Queijo tipo mussarela fatiado.	Predileto	16,20	810,00
TOTAL R\$ 11.501,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º132/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º132/2011 - Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
31	300	BL	Ficha de atendimento SAMU, blocos 3x20 fls, papel auto copiativo (carbonadas), folhas nas cores branca, amarela e azul, papel off-set 63gr, impressão 1x0, formato ofício.	Albgraf	R\$ 3,30	R\$ 990,00

47	100	BL	Ordem de abastecimento, bloco 2x50, formato 150 x 110mm, papel off-set com gramatura de 63 grs., sendo 1ª via branco e 2ª via azul carbonado com impressão em preto - 1x0.	Albgraf	R\$ 2,00	R\$ 200,00
Valor Total: R\$ 1.190,00						

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º134/2011**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º134/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA EPP. OBJETO: aquisição serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
7	1.000	UN.	Cartão de Agendamento do EAD, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,10	R\$ 100,00
10	1.000	UN.	Cartão de identificação Brasil Sorridente, formato 100mmx70mm, papel off-set 180gr, branco com impressão em duas cores (preto e verde), 2x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,06	R\$ 60,00
11	1.500	UN.	Cartão de Medicamentos, formato 100mmx70mm, papel off set 180gr, cor 1x0.	GGL/SUZANO	R\$ 0,049	R\$ 73,50
14	6.000	UN.	Cartão para autorização de consultas, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	GGL/SUZANO	R\$ 0,029	R\$ 174,00
21	50	BL	Comunicado dos Agentes Comunitário, formato 9,50x12cm , papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.	GGL/SUZANO	R\$ 1,38	R\$ 69,00
42	10.000	UN.	Folhetos 1º dezembro 15x10 cm, 1 folha 4x4 cores em papel offset 120gr comercial, 1 dobra, vinco	GGL/SUZANO	R\$ 0,042	R\$ 420,00

60	20.000	UN.	Vale camisinha 6x9cm 4x0 cores 1 folha 4x1 cores em papel offset 90gr comercial 90 gr 6,00x9,00 cm.	GGL/SUZANO	R\$ 0,019	R\$ 380,00
----	--------	-----	---	------------	-----------	------------

Valor Total: R\$ 1.276,50

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º135/2011**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º135/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GRAFICA MADRI LTDA. OBJETO: aquisição de serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
3	200	BL	Atestado de saúde, tamanho 11,5x16cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas.	Votorantim	R\$ 0,70	R\$ 140,00
4	520	BL	Atestado médico, tamanho 21x14cm, papel off-set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 folhas	Votorantim	R\$ 0,70	R\$ 364,00
5	1.000	UN.	Calendário de mesa, 4X0 cores em papel triplex 300 gr comercial 30 gr, tamanho 18,00 x 36,00 cm, vinco, faca pronta, plastificação com brilho.	Votorantim	R\$ 0,40	R\$ 400,00
6	101.600	UN.	Capa de prontuário, formato 50x33cm, papel offset branco 180gr, 1x1, com 1 dobra. Para os modelos: 1- Ação Judicial, 2 - Componente Especializado e 3 - Prontuários dos pacientes das UBS.	Votorantim	R\$ 0,15	R\$ 15.240,00
12	3.000	UN.	Cartão de visita, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 4x 0 cor, quantidade para ser personalizado para 7 servidores.	Votorantim	R\$ 0,07	R\$ 210,00
23	60	BL	Dados da mãe e recém-nascido "Acolher ao Nascer", formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 2,48	R\$ 148,80
33	400	BL	Ficha de visita Programa do Controle de Febre Amarela e Dengue, formato 155x110mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor 1x0, bloco 1x50 folhas.	Votorantim	R\$ 0,54	R\$ 216,00
43	17.468	BL	Formato A4, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 1. Acompanhamento de tuberculose - ficha B-TB, 2. Boletim de produção mensal e boletim bimestral de encaminhamento, 3. Ficha B-dia, 4. Ficha B-HA - Acompanhamento de hipertensos, 5. Ficha B-HAN, 6. Ficha de atendimento do Centro de Triagem, 7. Ficha de acompanhamento da criança - FAC, 8. Ficha de acompanhamento de gestante / B-GES, 9. Ficha de para controle de visitas domiciliares dos ACS, 10. Relatório de produção e de marcadores para avaliação - PMA2, 11. Ficha de avaliação de fisioterapia, 12. Mapa de acompanhamento anual do hipertenso e/ou diabético, 13. Ficha de visita às maternidades "Acolher ao Nascer", 14. Termo de recebimento do Kit do "Acolher ao Nascer", 15. Cadastro de paciente Anexo 01 - Medicamento Excepcionais/Alto Custo, 16. Recibo de dispensação, 17. Recibo de dispensação ação judicial, 18. Solicitação de medicamentos especiais - Clodidogrel, 19. Requerimento componente especializado - Anexo 2, 20. Recibo de dispensação do medicamento - Clodidogrel, 21. Laudo de solicitação, avaliação e autorização de medicamentos, 22. Ficha de cadastro de gestantes sisprenatal, 23. Ficha de registro diário do atendimento das gestantes, 24. Boletim diário de atendimento odontológico - endodontia, 25. Boletim diário de atendimento odontológico - PAB e procedimentos coletivos, 26. Boletim diário de atendimento odontológico - periodontia, 27. Registro de Controle da Dengue - PNCD, Vigilância Entomológica, 28. Boletim de produção ambulatorial - BPA - I ( individualizado), 29. Boletim de produção ambulatorial - BPA consolidado, 30. Boletim diário de atendimento da Psicologia, 31. Boletim diário de atendimento do Clínico Geral, 32. Boletim diário de atendimento do Dermatologista, 33. Boletim diário de atendimento do Endócrino, 34. Boletim diário de atendimento do Nutricionista, 35. Boletim diário de atendimento do Otorrinolaringologista, 36. Boletim diário de atendimento do Pediatra, 37. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra, 38. Boletim diário de Pequenas Cirurgias, 39. Pedido de Marcação - Unidade Solicitante, 40. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 223153, 41. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 223503, 42. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 251510, 43. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 251605, 44. Boletim diário de atendimento do Psiquiatra CBO 239415, 45. Orientações para Projeto Terapêutico Compartilhado, 46. Termo de responsabilidade CAPS II, 47. Projeto Terapêutico CAPS II, 48. Contrato Terapêutico CAPS II, 49. Formulário de acolhimento CAPS II, 50. Ficha clinica evolução Anamnese, 51. Atestado médico CAPS II, 52. APAC - CAPS II, 53. Atestado médico EAD (Equipe de Atendimento a Álcool e outras Drogas), 54. Contrato Terapêutico EAD, 55. Projeto Terapêutico EAD, 56. Termo de responsabilidade EAD, 57. Levantamento de saúde mental, 58. Boletim de reconhecimento geográfico RG 01, 59. Boletim de reconhecimento geográfico RG 02.	Votorantim	R\$ 0,96	R\$ 16.769,28

44	13.950	BL	Formato A4, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls. Para os modelos: 1. Ficha A - Cadastro de famílias, 2. Ficha clínica, 3. Ficha D - Programa saúde da Família, 4. Cadastro do SISVAN, 5. Mapa de acompanhamento do SISVAN, 6. Ficha odontológica, 7. Registro diário do serviços Antiveterial, 8. Boletim mensal de doses aplicadas de vacinas de rotina, 9. Boletim diário de atendimento do Cardiologista, 10. Boletim diário de atendimento do Enfermeiro, 11. Boletim diário de atendimento do Gineco, 12. Boletim diário de atendimento do Médico da Saúde da Família, 13. Boletim diário de atendimento do Neurologista, 14. Encaminhamento de paciente, 15. Formulário de acolhimento EAD.	Votorantim	R\$ 1,14	R\$ 15.903,00
45	100.000	UN.	Informativos modelos diversos, tamanho 15 x 21 cm, em papel mais barato 4x0 cor.	Votorantim	R\$ 0,02	R\$ 2.000,00
49	15.000	BL	Receita médica, formato 210x150 mm, papel offset com gramatura de 63gr, cor branca com impressão em preto - 1x0, bloco 1x50 fls.	Votorantim	R\$ 0,56	R\$ 8.400,00
50	50	BL	Receituário de controle especial " A " Amarela, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 2,00	R\$ 100,00
51	1.000	BL	Receituário de controle especial " B-1 " Azul, blocos 1x50, formato 10x24cm , papel super bond azul, picote, grampo e cola.	Votorantim	R\$ 0,90	R\$ 900,00
54	500	BL	Relatório SSA2, formato 230x180mm, frente e verso, papel off set 63gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls.	Votorantim	R\$ 1,09	R\$ 545,00
57	15.000	BL	Requisição de exame, formato 205x140mm, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50fls.	Votorantim	R\$ 0,58	R\$ 8.700,00

Valor Total: R\$ 70.036,08

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º136/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º136/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HORIZONTE GRÁFICA E EDITORA LTDA EPP. OBJETO: aquisição serviços de materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
8	1.000	UN.	Cartão de agendamento, formato 30x12cm, Frente e Verso, 2 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em azul - 1x1.	Horizonte	R\$ 0,129	R\$ 129,00
13	5.000	UN.	Cartão odontológico, tamanho 13x10cm, papel off-set 180gr, cor 1x0.	Horizonte	R\$ 0,039	R\$195,00
15	3.500	UN.	Cartão para entrega de exames, frente e verso, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$0,026	R\$ 91,00
16	3.000	UN.	Cartão para marcação de exames de CD4/CD8, papel off-set 240 gr, tamanho 6x8 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$0,03	R\$ 90,00

17	4.000	UN.	Cartão para resultados teste Anti-HIV, papel off-set 240 gr, tamanho 5x9 cm, impressão 1x 0 cor.	Horizonte	R\$ 0,029	R\$116,00
22	20.000	UN.	Convite Venha Fazer seu HIV, tamanho 7,5x10cm, 4X0 cores, papel off-set 180 gr comercial.	Horizonte	R\$0,024	R\$480,00
46	10	UN.	Livro capa dura em preto para controle de entrega de medicamentos do CEAP, com formato 20,5x30cm, papel interno off-set com gramatura 75g, cor 1x0, com 200 folhas numeradas, cola.	Horizonte	R\$ 48	R\$ 480,00

Valor Total: R\$ 1.581,00

### Extrato de Ata de Registro de Preços N.º137/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º137/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIS FERNANDES ACHAR ME. OBJETO: aquisição serviços materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
------	--------	-------	--------------------------	-------	----------------	-------------



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



25	3.000	UN.	Envelope saco ouro, tamanho 18x 24cm, impressão 1x0 cor, papel off-set com gramatura de 90 g/m2.	Infopel	R\$ 0,11	R\$ 330,00
26	6.000	UN.	Envelope saco timbrado, formato 260x360mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,20	R\$ 1.200,00
27	5.000	UN.	Envelope timbrado 114x229mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,079	R\$ 395,00
28	3.000	UN.	Envelope timbrado saco 250x175mm, papel off-set com gramatura de 90 g/m2, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Infopel	R\$ 0,12	R\$ 360,00
29	400	BL	Etiqueta laboratório Dengue/Entomologia, formato A4, papel off set 75gr, cor 1x0, bloco com 1x50 fls, picote 7,20x7,00cm, grampo e cola.	Infopel	R\$ 2,09	R\$ 836,00

Valor Total: R\$ 3.121,00

**Extrato de Ata de Registro de Preços N.º138/2011**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º138/2011 – Pregão Presencial n.º044/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SELO SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA ME. OBJETO: aquisição de serviços materiais gráficos para utilização nas Unidades Básicas de Saúde, CAPS II, SAMU, Vigilância Sanitária, DST/AIDS, Saúde Bucal, CENTRI e para os demais setores da Secretaria Municipal de Saúde. DATA: 09/11/2011 a 09/11/2012.

Item	Quant.	Unid.	Especificação Do Produto	Marca	Valor Unitario	Valor Total
2	2.000	UN.	Agenda de gestante, capa plastificada em papel triplex 280 gr em 4x4 cores, tamanho fechado 16x22cm, miolo com 36 páginas, papel off-set 90gr, impressão 4x4 cores, acabamento com grampo, 1 (uma) bolsa interna 4x0 cor, tamanho aberto 21x16 cm, corte especial e cola, papel off-seet 240 gr.	Selo	R\$ 1,50	R\$ 3.000,00

9	3.000	UN.	Cartão de Controle de Medicação - Programa de Saúde mental, formato 21x8cm, Frente e Verso, 1 vincos, papel off-set 240gr, cor branca com impressão em preto - 1x0.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 180,00
18	2.000	UN.	Cartão Pré-Natal, papel off-set 240gr, 03 vincos, tamanho 13,5 x 51 cm, impressão 4x4 cores.	Selo	R\$ 0,21	R\$ 420,00
19	1.000	UN.	Cartazes assim pega, assim não pega 42X60cm, 4X0 cores 1 folha, papel couche brilho 150 gr comercial.	Selo	R\$ 0,49	R\$ 490,00
32	3.000	FL	Ficha de prateleira, formato 21,50x15,70cm, frente e verso, papel offset branco 180g, cor 1x0.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 180,00
34	20.000	UN.	Folder adolescente 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,059	R\$ 1.180,00
35	10.000	UN.	Folder Dia dos Pais 20 x 21cm, 1 Folha 4x4 cores em papel couche brilho 170 gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 600,00
37	20.000	UN.	Folder informativo da Dengue, papel couche, formato A4, com 03 (três) dobras, impressão 4x1 cores, frente e verso.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00
40	10.000	UN.	Folder vivendo com HIV 20x21 cm, 1 folha 4x4 cores em papel couche brilho 170gr comercial, 1 dobra, vinco.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 600,00
41	20.000	UN.	Folheto dia das mães 30x15cm, 1 folha 4x4 cores em papel 180 gr comercial, dobra, corte e vinco, faca.	Selo	R\$ 0,06	R\$ 1.200,00

Valor Total: R\$ 9.050,00

## IPPA

### Portaria 021/2012

PORTARIA N° 021/2012

Extingue aposentadoria Compulsória, concedida ao servidor ANILDO PADILHA.

RONÉRIO HEIDERSHEIDT, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir a aposentadoria Compulsória, concedida ao

servidor ANILDO PADILHA, nos termos da Portaria nº 1676/2005, em face do óbito ocorrido em 23/04/012.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 23/04/2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 02 de maio de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Diretor-Executivo do IPPA

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES

Assistente Administrativo

Matrícula 300155

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 3.607, de 30 de Abril de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 3.607, DE 30 DE ABRIL DE 2012.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE MAIO/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

#### DECRETA

Art. 1.º Fica fixado em 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos em Abril/2012, para pagamento no mês de Maio/2012.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGP M Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Abril/2012.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto, em 30 de Abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARISA APARECIDA BORGIA FARINA

Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

#### Decreto Nº 3.607, de 30 de Abril de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 3.607, DE 30 DE ABRIL DE 2012.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE MAIO/2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

#### DECRETA

Art. 1.º Fica fixado em 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos em Abril/2012, para pagamento no mês de Maio/2012.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação, positiva, do IGP M Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de Abril/2012.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Maio de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto, em 30 de Abril de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARISA APARECIDA BORGIA FARINA

Secretária de Administração

Av. Mal. Costa e Silva, 111 - Fone/Fax: (49) 3562-2000 - Fax: (49) 3562-1460 - E-mail: tributos@ppreto.com.br  
89570-000 - PINHEIRO PRETO - SC.

#### Decreto Nº 3.610, de 08 de Maio de 2012.

DECRETO Nº 3.610, DE 08 DE MAIO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

31900000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0118.0

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 18.000,00

(Dezoito mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Chefia do Executivo

0203 Secretaria de Educação e Cultura

0203.12 Educação

0203.12.361 Ensino Fundamental

0203.12.361.1201 Ensino para Todos

0203.12.361.1201.4032 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

31910000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0118.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 DE MAIO DE 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº 004/2012 - Esporte

Extrato de Contrato Nº 004/2012 - ESPORTE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 004/2012

Objeto: SERVICOS DE ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE AREIA E VOLEIBOL DE PRAIA PARA ARBITRAGEM DE CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE PRAIA E VOLEI DE PRAIA EVENTO CONSTANTE NO CALENDARIO DA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES A REALIZAR-SE NA AREA DE ESPORTES DA PRAIA DO BAIXIO, NESTE MUNICIPIO, CONF. TABELA A SER CONFECCIONADA APOS CONGRESSO TECNICO.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DO VALE RIO TIJUCAS E LITORAL CATARINENSE

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, a partir de sua assinatura até o ultimo jogo constante na tabela a ser confeccionada pela Fundação Municipal de Esportes.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 13.520,00 (treze mil quinhentos e vinte reais).

Data e assinatura do contrato: 13 de janeiro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei Nº 4.007/2012

LEI Nº 4.007, de 08 de maio de 2012.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a ressarcir danos causados a terceiro em acidente, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica, pela presente Lei, autorizado o Poder Executivo Municipal a ressarcir o valor de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais),

referente aos danos causados a terceiro em acidente, devidamente apurado em Inquérito Administrativo nomeado pela Portaria nº 052, de 09 de novembro de 2011.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração

MODALIDADE 3390 - 100 Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Lei Nº 4.008/2012

LEI Nº 4.008, de 08 de maio de 2012.

Declara de Utilidade Pública a Casa Amor e Caridade de Assistência Social de União da Vitória - CNPJ nº 14.838.815/0001-59.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Amor e Caridade de Assistência Social de União da Vitória - CNPJ nº 14.838.815/0001-59.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Decreto Nº 832/2012

DECRETO Nº 832, de 09 de maio de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento geral do município as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0207 - SECRET. MUN. DE TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS

ATIVIDADE 2065 - Manutenção Terminal Rodoviário

MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 38 20.000,00

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
ATIVIDADE 2039 - Atividades de Defesa Civil  
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 103 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro ocorrido no exercício 2011 na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 09 de maio de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### **Portaria N.º 818/2012 - RH**

PORTARIA Nº 818, de 02 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Mônica Patrícia Tusset de Araujo, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 02 de maio a 04 de junho de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Programa de Municipalização de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 02 de maio de 2012.  
RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 831/2012 - RH**

PORTARIA Nº 831, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Gisele Gajdeczka, aprovada em 21º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 832/2012 - RH**

PORTARIA Nº 832, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, à servidora Gisele Gajdeczka, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 2º A servidora acima mencionada irá desempenhar suas atividades, no ano letivo de 2012, no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em substituição à servidora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni que está exercendo a função de Secretária de Escola.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 833/2012 - RH**

PORTARIA Nº 833, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 ao 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional da Lança, da servidora efetiva Gisele Gajdeczka, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura



**Portaria N.º 834/2012 - RH**

PORTARIA Nº 834, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Simone da Silva Marinho, aprovada em 22º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 835/2012 - RH**

PORTARIA Nº 835, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, à servidora Simone da Silva Marinho, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 2º A servidora acima mencionada irá desempenhar suas atividades, no ano letivo de 2012, no Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em substituição à servidora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni que está exercendo a função de Secretária de Escola.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 836/2012 - RH**

PORTARIA Nº 836, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 ao 29 da Lei Municipal nº 3.885 de

22 de junho de 2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional do Legru, da servidora efetiva Simone da Silva Marinho, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 837/2012 - RH**

PORTARIA Nº 837, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Lucia Paolyck, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos 03 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 838/2012 - RH**

PORTARIA Nº 838, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Claudete Rodrigues Vieira, das funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos 04 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura



**Portaria N.º 839/2012 - RH**

PORTARIA Nº 839, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Lúcia Paolyck, aprovada em 23º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 840/2012 - RH**

PORTARIA Nº 840, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, à servidora Lucia Paolyck, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 841/2012 - RH**

PORTARIA Nº 841, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 ao 29 da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Frei Deodato, da servidora efetiva Lúcia Paolyck, ocupante do cargo de Professor

Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 842/2012 - RH**

PORTARIA Nº 842, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio a 31 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Francisca Camilo Ribeiro, para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, com vencimentos na Classe "02", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto à Secretaria Municipal de Administração, Esporte e Cultura, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 843/2012 - RH**

PORTARIA Nº 843, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora efetiva Lúcia Paolyck, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 04 de maio a 20 de dezembro de 2012, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar na classe de reforço escolar com os alunos em contraturno no Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2012.

Porto União, SC em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 844/2012 - RH**

PORTARIA Nº 844, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR de 03 a 18 de maio de 2012, o Contrato de Trabalho nº 116/2012, de 13 de março de 2012, de Maria Lurdes Krik, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, até que a candidata aprovada em Concurso Público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Berçário Maria Luiza Waldruff, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 845/2012 - RH**

PORTARIA Nº 845, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR de 05 a 18 de maio de 2012, o Contrato de Trabalho nº 096/2012, de 08 de março de 2012, de Patrícia de Fátima Reisdorfer, que exerce as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, até que a candidata aprovada em Concurso Público para o cargo, assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Iris, deste município.

Art 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 846/2012 - RH**

PORTARIA Nº 846, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Vandrelli Cristina Fleitux, das funções do cargo de Atendente Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos 04 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 847/2012 - RH**

PORTARIA Nº 847, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Vilson Marschalk, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 07 de maio a 20 de dezembro de 2012, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Programa de Municipalização de Jovens e Adultos - EJA (2º segmento).

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União, SC em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria N.º 848/2012 - RH**

PORTARIA Nº 848, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2010, Cristiane Stefani Debacker, aprovada em 25º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de

junho de 2011 e alterações, do quadro de pessoal do Magistério desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 849/2012 - RH**

PORTARIA Nº 849, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, à servidora Cristiane Stefani Debacker, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 2º A servidora acima mencionada irá desempenhar suas atividades, no ano letivo de 2012, no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, em razão da rescisão de Nivaldo Nizer Junior que estava em vaga vinculada de Eliane Bradoski dos Santos, que se encontra à disposição da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 850/2012 - RH**

PORTARIA Nº 850, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO os Artigos 27 ao 29, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º DEFINIR LOTAÇÃO no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, da servidora efetiva Cristiane Stefani Debacker, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria N.º 851/2012 - RH**

PORTARIA Nº 851, de 07 de maio de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2009, Rafaela Leão André, aprovada em 6º lugar, para o emprego público de Enfermeiro do PSF, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Porto União - SC, em 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Portaria Nº 032/2012**

PORTARIA Nº 032, de 07 de maio de 2012.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão Sindicante, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão Sindicante nomeada pela Portaria nº 014, de 23 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO que os servidores incorreram na infração determinada no Artigo 213, Inciso XI da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º APLICAR a penalidade de Advertência por escrito prevista no Inciso I, do Artigo 222, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, aos servidores Avelino Daniel Zanella e Sandro Márcio Boruch.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de maio de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### **Extrato de Contrato 070/2012**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 070/2012  
Partes: Município de Porto União e Alfredo Stein.

Objeto: Arrendamento de jazida de rocha basáltica na localidade de rio bonito.

Valor total R\$ 12000,00 (doze mil reais)

Vigência: 12 meses

Base legal: lei 8666/93.

Porto União SC, 27 de Abril de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ALFREDO STEIN.

Contratado

### Edital de Convocação 070/2012

Edital de convocação 070/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 09/05/2012 a 15/05/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Diretoria de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CIRURGIÃO DENTISTA

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
------	------	------------	------

MARAHANE AYRES GUERIOS	1º		
---------------------------	----	--	--

Porto União (SC), 08 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

### Edital de Convocação 071/2012

Edital de convocação 071/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 09/05/2012 a 15/05/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Diretoria de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

PSICÓLOGO

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
CLAUDIA MOEMA ZAIONS	2º		

Porto União (SC), 08 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



**Editais de Processo Seletivo Público Nº 007/2012**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 007/2012

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Porto União, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme relação abaixo;

**UNIDADE BASICA DE SAUDE DO BAIRRO SANTA ROSA:**

INSC	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL	CLASSIF. FINAL
008	SIMONE RIKACZEWSKI	6,4	1º
014	JULIANA DE FATIMA FERNANDES LUMIKOSKI	6,08	2º
023	FELIPE BENDLIN	6,08	3º
024	RENAN EDUARDO SCHNEIDER	5,44	4º
017	JACIRA DE FATIMA SCHROH	5,28	5º
019	KARIN APARECIDA DOS SANTOS	4,48	6º
007	ELIZETE APARECIDA PEREIRA DE SOUZA	4,36	7º
001	MARILENE DE FAT. STEILEIN GAJDECZKA	4,32	8º
005	TATIANE FERRARI	4,32	9º
018	MAIARA CRISTINA GREIN FERREIRA	4,32	10
010	CAMILA KOCH	4,00	11

**UNIDADE BASICA DE SAUDE DA AREA INDUSTRIAL:**

NENHUM CANDIDATO APROVADO

**UNIDADE BASICA DE SAUDE DO BAIRRO CIDADE NOVA:**

INSC	NOME DO CANDIDATO	NOTA ESCRITA	CLASSIF. FINAL
026	SANDRA BEATRIZ KREUZBERG	5,60	1º
009	SUZIANE KURUTZ CHECOZZI	4,96	2º
016	ERIKA FABIANA SANCHES	4,96	3º
021	WILMAR ALVES DE LIMA JUNIOR	4,64	4º

Porto União (SC), em 09 de maio de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Justificativa de Dispensa de Licitação 005/2012**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 063/2012

Dispensa de Licitação n.º 005/2012

Caracterização da Situação: o Município, necessita do espaço onde funciona Britadores do Município para obtenção de pedras, os mesmo estão instalados nessa localidade no imóvel de propriedade do Sr. Alfredo Stein..

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o arrendamento de Jazida para exploração de Rocha Basáltica na localidade de Rio Bonito, neste Município.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre o imóvel do Sr. Alfredo

Stein, tendo em vista que o Município já tem Britadores instalados no imóvel.

Do Preço: O valor mensal a ser pago pelo Município ao senhor Alfredo Stein, pelo arrendamento será R\$ 1.000,00 (hum mil reais), mensais.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - Poder Executivo de Porto União

Unidade - 207 Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Atividade - 2016 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Modalidade 3390-00 - Aplicações diretas

Cod. 74

Complemento 33903615 - Locação de Imóveis

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 19 de abril de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 737/2012

**Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 003/2012**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ref. Processo Licitatório 052/2012

Dispensa de Licitação n.º 003/2012

Caracterização da Situação: O município necessita executar a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, executar a pavimentação em paiver de trechos da área sito a Rua Matos Costa e Siqueira Campos, no centro do Município de Porto União, de uma área de 206,13 m2.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa J.B. Moreira Serviços Ltda, visto que foi a que apresentou menor preço, conforme orçamentos anexo.

Do Preço: O valor total estimado a ser cobrado R\$ 11.589,41 (onze mil, quinhentos e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos) estando portanto, dentro do valor de mercado, conforme comprovam os orçamentos em anexo.

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 0200- Poder Executivo

Unidade - 02007 - Secretaria Municipal de Transportes e Obras

Projeto - 1012 - Pavimentação vias urbanas

Modalidade - 4490-100 - Obras e instalações

Complemento - 33905199 - Outras obras e instalações

Cód 29

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso I, da Lei 8.666/93.

Porto União, 30 de março de 2012.

ROBERTO BONFLEUR

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 737/2012



**Termo de Anulação Dispensa de Licitação 001/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 014/2012

Dispensa de Licitação 001/2012

Termo de Anulação

Anula-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 02 de Maio de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Termo de Homologação Pregão Presencial 041/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 065/2012

Pregão Presencial 041/2012

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Mercado Koserá Ltda ME.

Porto União SC, 08 de Maio de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Termo de Revogação Tomada de Preços 009/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 045/2012

Tomada de Preços 009/2012

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 09 de Maio de 2012

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços N ° 007/2012**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N ° 007/2012

Aos 09 (nove) dias do mês de maio do ano de 2012, autorizado junto ao Processo Licitatório 065/2012 Pregão Presencial 041/2012, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal n ° 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal n ° 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. Renato Stasiak, Prefeito do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina e o DETENTOR DA ATA Mercado Koserá Ltda ME

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: Mercado Koserá Ltda ME inscrito CNPJ/MF n ° 68.794.478/0001-74, estabelecido a Avenida Paula Freitas n° 4520, bairro São Sebastião, cidade de União da Vitória, estado do Paraná representado pela Sra. Sonia Koserá.

Registro de Preços para aquisição de água mineral sem gás, conforme segue:

**1.1 Descrição do Item:**

ITEM	Quantidade estimada 12 meses	Unidade	Discriminação	Preço Unitário R\$	Preço Total 12 meses R\$
01	1200	Galão 20 litros	Água mineral sem gás	6,95	8.340,00

02	120	Embalagem 02 litros	Água mineral sem gás	1,50	180,00
03	480	Embalagem 500 ml	Água mineral sem gás	0,80	384,00

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Pregão Presencial 041/2012, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano a contar da sua assinatura.

1.4. O órgão Gerenciador efetuará os pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 041/2012.

1.5 O Detentor da Ata deverá efetuar a entrega do produto, conforme solicitado, de forma imediata, no endereço indicado pelo Órgão Gerenciador, sem cobrar nada além do valor estipulado para cada item.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura, serão pagos no mês subsequente ao fornecimento dos produtos, mediante a apresentação da Nota Fiscal, onde deverá estar mencionada o número do processo Licitatório e o contrato que a originou.

1.7 Os preços registrados serão confrontados trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta do fornecimento do produto.

1.9 - Esta ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal firmar para um o 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N ° 007/2012**

2.1 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 041/2012.

2.3 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital de Pregão 041/2012, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.4 - As questões oriundas desta e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.5 - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Renato Stasiak, Prefeito Municipal de Porto União e pela Sra. Sonia Koserá, qualificado previamente, representando a detentora e testemunhas.

PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### Lei Municipal N° 5.286/2012

LEI Nº 5.286, de 03 de maio de 2012.

"DELIMITA ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL ZEIS-1 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica delimitada a Zona Especial de Interesse Social ZEIS-1, a área onde se encontra implantado o RESIDENCIAL LUIZ DEMARCH, em conformidade com a Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 e com a Lei Complementar Municipal n.º 163, de 12 de dezembro de 2006, que delimita o perímetro urbano do município de Rio do Sul.

Art. 2º - É documento integrante desta Lei, como parte complementar do seu texto, o Anexo I - Mapa de Zoneamento da área, e sua devida delimitação dentro do Município de Rio do Sul.

Art. 3º - Os índices urbanísticos para a regularização urbanística da ZEIS - 1 do RESIDENCIAL LUIZ DEMARCH, serão previstos em lei específica, que estabelecerá o Plano de Urbanização e seu Memorial Descritivo, de acordo com o que preceitua a Lei Complementar n.º 163, de 12 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar n.º 232, de 08 de dezembro de 2011.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de maio de 2012

MILTON HOBUS

Prefeito municipal

### Lei Municipal N° 5.287/2012

LEI Nº 5.287, de 03 de maio de 2012.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 156.700,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.093 BLATB - Ações Agente Comunitário de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

0.01.0002 Recurso da Saúde R\$ 156.700,00

TOTAL R\$ 156.700,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 156.700,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas

0.01.0002 Recurso da Saúde R\$ 156.700,00

TOTAL R\$ 156.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal N° 5.288/2012

LEI Nº 5.288, de 03 de maio de 2012.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 11.520,00 (onze mil, quinhentos e vinte reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

06.01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

2.071 Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

3.1.71.00 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.304,00

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.71.00 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 9.216,00

Total R\$ 11.520,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 11.520,00 (onze mil, quinhentos e vinte reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA

2.021 Manutenção do Gabinete do Secretario da Fazenda

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 11.520,00

Total R\$ 11.520,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### Lei Municipal N° 5.289/2012

LEI Nº 5.289, de 03 de maio de 2012.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO

SUL”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 415.714,28 (quatrocentos e quinze mil, setecentos e catorze reais e vinte e oito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

#### 40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 40.01 Fundo Municipal de Saúde

##### 2.078 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

##### 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

##### 4.4.00.00 Investimentos

##### 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 415.714,28

Total R\$ 415.714,28

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 415.714,28 (quatrocentos e quinze mil, setecentos e catorze reais e vinte e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

#### 02.00 GABINETE DO PREFEITO

##### 02.01 Gabinete do Prefeito

##### 2.002 Manutenção do Gabinete do Prefeito

##### 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

##### 3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 100.000,00

##### 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

#### 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 08.02 Departamento Pedagógico de Ensino

##### 2.070 Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II

##### 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 215.714,28

Total R\$ 415.714,28

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal Nº 5.290/2012

LEI Nº 5.290, de 03 de maio de 2012.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 281.886,45 (duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

#### 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO

##### 1.027 Construção Escola Modelo II

##### 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

#### 4.4.00.00 INVESTIMENTOS

##### 4.4.90.00 Aplicações Diretas

##### 4.4.90.00.0058 Recursos Salário Educação R\$ 281.886,45

Total R\$ 281.886,45

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 281.886,45 (duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

#### 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

##### 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO

##### 2.029 Manutenção do Ensino Fundamental

##### 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.90.00 Aplicações Diretas

##### 3.3.90.00.0058 Recursos Salário Educação R\$ 42.814,53

##### 2.066 Manutenção do Ensino Infantil

##### 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

##### 3.3.90.00 Aplicações Diretas

##### 3.3.90.00.0058 Recursos Salário Educação R\$ 239.071,92

Total R\$ 281.886,45

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

03 de maio de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### Lei Municipal Nº 5.291/2012

LEI Nº 5.291, de 03 de maio de 2012.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA”.

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder pelo prazo de 5 (cinco) anos, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com intervenção do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, para utilização exclusiva na 3ª Companhia do 5º Batalhão de Bombeiro Militar, sediado no Município de Rio do Sul, os seguintes veículos:

- 1 (um) veículo marca Agrale, modelo Marrua AM 200CD, espécie/tipo caminhão/AB/Cab. Dupla, combustível diesel, ano de fabricação e modelo 2011/2012, chassi nº 9BYC49A3CCC000059, código Renavam nº 453329802, placas MKA - 3208, com todos os equipamentos obrigatórios;

Parágrafo Único - Os veículos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços prestados pela 3ª Companhia de Bombeiros Militar, sediado no Município de Rio do Sul.

Art. 2º - As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento, e de sua utilização não resultarão em ônus para o Município.

Art. 3º - A Cessão de Uso de que trata esta Lei, poderá ser

rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal  
03 de maio de 2012.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Retificação Lei Municipal Nº 5.285/2012**

LEI Nº 5.285, de 18 de Abril de 2012.

“DISCIPLINA A PUBLICIDADE DAS COMISSÕES E CONSELHOS MUNICIPAIS CONSULTIVOS E DELIBERATIVOS DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Rio do Sul obrigada a disponibilizar em seu sítio eletrônico oficial na Rede Mundial de Computadores as seguintes informações sobre todas as Comissões e Conselhos Municipais, consultivos e deliberativos:

I - Regimento interno;

II - Nomes dos conselheiros titulares e suplentes, bem como, informações de contato das entidades que representam: endereço, telefone, e endereço de correio eletrônico;

III - Agenda de reuniões de todos os Conselhos;

IV - Pautas, atas, listas de presenças, relatórios, resoluções e pareceres.

Parágrafo único. Os membros de cada Conselho poderão propor durante as reuniões dos Conselhos que outros documentos e/ou informações sejam disponibilizadas no sítio eletrônico oficial.

Art. 2º A referida lei se refere as seguintes comissões e conselhos municipais, consultivos e deliberativos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - Conselho Municipal de Trânsito;

III - Conselho Municipal de Saúde;

IV - Conselho Municipal de Educação;

V - Conselho Municipal de Cultura;

VI - Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

VII - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CONDEMA;

VIII - Conselho Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor;

IX - Conselho Tutelar de Rio do Sul;

X - Conselho Municipal de Entorpecente - COMEN;

XI - Conselho Municipal do Trabalho e Emprego;

XII - Comissão de Defesa Civil - COMDEC;

XIII - Comissão Permanente de Licitações;

XIV - Comissão Municipal do Desenvolvimento Econômico;

XV - Conselho Consultivo do Plano Diretor;

XVI - Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS;

XVII - Conselho Municipal de Turismo - CONTUR;

XVIII - Conselho Direto do FUNREBOM;

XIX - Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério;

XX - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR;

XXI - Conselho Municipal de Contribuintes;

XXII - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-CMDM;

XXIII - Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON;

XXIV - Conselho Municipal dos Direitos Do Idoso;

XXV - Conselho Municipal da Tradição Gaúcha;

XXVI - Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;

XXVII - Conselho Municipal de Saneamento;

XXVIII - Conselho de Dirigentes Municipais de Educação-CODIM;  
XXIX - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;

Parágrafo único. Os demais conselhos municipais, instituídos após a entrada em vigor da presente lei, deverão se sujeitar aos ditames desta lei, inclusive com a publicação de seus atos de origem.

Art. 3º A responsabilidade pela publicação das informações dispostas no artigo 1º desta lei, fica a cargo da Secretaria Municipal a qual está vinculada o Conselho.

Parágrafo único. Caso algum conselho ou comissão municipal não esteja ativo, a Secretaria Municipal deverá publicar a justificativa do estado do referido órgão e informações básicas do responsável.

Art. 4º O Poder Executivo indicará o setor competente para as providências cabíveis, para a publicação do que alude o artigo 1º desta lei, e a regulamentará no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. É obrigatória a publicação de todas as informações dos incisos I a IV do artigo 1º desta lei no prazo de até 7 (sete) dias, a contar da data da reunião.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de abril de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 0323/RH**

PORTARIA Nº 0323/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/04/2012 a 31/05/2012, concedida através da Portaria nº 0202/RH de 29/03/2012, a servidora municipal INES ISABEL MULLER, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, classe "A".

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de Maio de 2012

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

### **Dispensa de Licitação 004/2012-Fundação Cultural** DISPENSA DE LICITAÇÕES Nº 004/2012

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DO MU-  
SEU HISTÓRICO DE RIO DO SUL - FUNDAÇÃO CULTURAL

Valor aproximado R\$ 132.829,96 (cento e trinta e dois mil oitocentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos).

Contratada: Construtora e Incorporadora Desterro Ltda.

Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único,



Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.  
Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio do Sul, 08 de maio de 2012  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 107/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 107/2012**

OBJETO: Aquisição de mobiliário para Unidades de Educação atingidas pela enchente. Convênio FNDE. Secretaria Municipal de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 24/05/2012, às 08:00h. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 13:45h do dia 24/05/2012. no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 09 de maio de 2012.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Contrato Administrativo 570/2012**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 570/2012

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) LEONICE DA SILVA CAMARGO portador(a) do CPF nº 039.711.679-93, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Alberto Weiss, 34, Bairro Brehmer - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor - Geografia, com jornada de 30 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Ricardo Marchi, em substituição a Arlete de Souza, designada para assumir mandato eletivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.632,42 (mil seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é

admitido para substituir, desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 10/05/2012 e encerrando-se em 09/08/2012, podendo ser aditivado desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de maio de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
LEONICE DA SILVA CAMARGO  
Secretário Municipal de Administração  
Contratado (a)

**Edital de Processo Seletivo N. 007/2012**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Milton Hobus, Prefeito Municipal, Rodrigo Antonio F. F. S. Moratelli, Secretário Municipal de Administração e Jane Maria Ghizzo Schimidt, Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Lei Complementar 208/2010 e alterações posteriores, Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO a realização de PROCESSO SELETIVO, destinado ao preenchimento de vagas para funções de caráter temporário da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.



**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 Este edital, seus resultados e demais comunicações relacionados ao presente processo seletivo serão publicados no site do Município de Rio do Sul, [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) e ou no site do Diário Oficial dos Municípios - DOM [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.2 O prazo de validade deste processo seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do Decreto de homologação final, podendo, a critério da administração, ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1.3 Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

1.4 A aprovação do candidato neste processo seletivo, no que excede ao número de vagas disposto neste edital, não gera direito de contratação, visto que será realizada de acordo com a necessidade e seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

**2 – DOS REQUISITOS PARA A FUNÇÃO**

2.1 Nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;

2.2 Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3 Quitação com as obrigações militar e eleitoral;

2.4 Aptidão física e mental para o exercício das atribuições a que concorre;

2.5 Habilitação para a função (conforme item 3 deste edital);

2.6 Não possuir acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública, conforme prevê a Constituição Federal;

2.7 Não haver sofrido as penalidades previstas no art. 173, conforme dispõe o Art. 176 e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 207/2010 e alterações posteriores;

2.8 Não estar em licença, ainda que não remunerada, de cargo, função ou emprego público que exerça na administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

2.9 No ato da inscrição, não serão solicitados comprovantes das exigências contidas nos subitens anteriores. No entanto, o candidato que não as satisfaça no ato da contratação, mesmo tendo sido aprovado, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo;

2.10 Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste edital.

**3 – DA FUNÇÃO, NÚMERO DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO, ATUAÇÃO, SALÁRIO BASE E ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO**

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/REQUISITOS MÍNIMOS NECESÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	ATUAÇÃO	SALÁRIO BASE
Assistente Social	02	40h	Graduação em Serviço Social, registro no Conselho da Classe Profissional e em dia com as obrigações estatutárias	Setor de Benefícios e Centro-POP	* R\$ 3.041,28

Motorista de Veículo Leve	01	40h	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B"	Departamento de Habitação	*R\$ 1.013,75
---------------------------	----	-----	--	---------------------------	---------------

**3.1 VAGA PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO/REQUISITOS MÍNIMOS NECESÁRIOS A SEREM COMPROVADOS NO ATO DA CONTRATAÇÃO	SALÁRIO BASE
Psicólogo	40h	Graduação em Psicologia, registro no Conselho da Classe Profissional e em dia com as obrigações estatutárias	*R\$ 3.041,28
Educador Social	40h	Ensino Médio Completo, experiência mínima de 06 meses com grupos	*R\$ 1.351,68
Monitor Social	40h	Ensino Fundamental Completo, experiência mínima de 06 meses com grupos	*R\$ 1.018,78

\*Mais auxílio Alimentação no valor de R\$ 8,78 por dia trabalhado

3.2 As vagas oferecidas neste edital estão em conformidade com os itens IV e V do Art. 2º, da Lei nº 3.796 de 26/06/2002 e suas alterações posteriores e abrangem também as que surgirem dentro do período de validade deste edital.

3.3 As ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO são constantes do ANEXO I, deste edital.

3.4 Para comprovar o requisito "experiência mínima de 06 meses com grupos", o candidato deverá apresentar no ato da inscrição, Declaração ou Certidão circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

3.4.1 A experiência com grupos refere-se a funções relacionadas a coordenação, liderança, acompanhamento, acolhimento e/ou atendimento de pessoas, independente de faixa etária.

**4 – DAS INSCRIÇÕES**

4.1 As inscrições estarão abertas no período de 09/05/2012 a 22/05/2012.

4.2 A Ficha de Inscrição para este Processo Seletivo está disponibilizada no Portal do Servidor Público Municipal de Rio do Sul: [www.riodosul.sc.gov.br/rh](http://www.riodosul.sc.gov.br/rh).

4.3 O candidato deverá preencher todos os dados da ficha de inscrição e entregá-la, devidamente assinada, pessoalmente ou por procuração, na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, sito a Rua Rocha Pombo, , Bairro Eugênio Schneider, nº 95, Rio do Sul - SC, das 8h às 12h e das 14h às 17h, com os documentos constantes no item abaixo.

4.4 Para inscrição o candidato deverá apresentar:

- a) Fotocópia do Registro de Identidade e do CPF;
- b) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (caso de haver empate);
- c) Fotocópia e original do certificado de cursos de capacitação e/ou aperfeiçoamento, se tiver, nos termos do item 8 deste edital;
- d) Fotocópia e original de comprovação de tempo de serviço, se tiver, nos termos do item 8 deste edital;
- e) Comprovante de experiência exigido para a função, conforme item 3.1 (Para Educador Social e Monitor Social);
- f) Tabela de Títulos (Anexo IV), devidamente preenchida;
- g) Endereço, telefone e e-mail para contato.

4.5 O candidato é responsável pelas informações prestadas na ficha de inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de erros ou não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

4.6 Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfazer integralmente todas as condições estabelecidas neste edital.

4.7 O candidato, ao preencher a ficha de inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo, em plena concordância das mesmas.

4.8 Após o prazo de inscrição, dia 15/05/2012 as mesmas serão publicadas no site do Município de Rio do Sul ([www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)), em ordem alfabética.

4.9 O candidato terá 01 (um) dia útil, após a publicação no site, para solicitar recurso, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração (conforme Anexo III deste Edital) devidamente instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através do site já citado, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo de recurso, as inscrições serão automaticamente homologadas, dando início ao processo de seleção.

## 5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1 O Processo Seletivo, objeto deste Edital, compreenderá exame de habilidades e de conhecimentos aferidos da seguinte maneira:

Primeira etapa: Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório

Segunda etapa: Prova de Títulos, de caráter classificatório

Prova Prática, de caráter classificatório (SOMENTE PARA CANDIDATOS A FUNÇÃO DE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE)

Terceira etapa: Entrevista, de caráter classificatório

5.2 O Resultado final dar-se-á mediante somatório de pontos de cada etapa do processo de avaliação.

## 6 - DA PROVA OBJETIVA

6.1 A Prova Objetiva (de caráter eliminatório e classificatório) será realizada no dia 28/05/2012, em local e horário divulgados no site do Município de Rio do Sul, dia 23/05/2012, juntamente com a relação de inscritos.

6.2 O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de quinze minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade válido e com foto, ficha de inscrição e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

6.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova o documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo, trinta dias.

6.4 Será vedado o acesso dos candidatos que chegarem com atraso, não havendo tolerância sob qualquer alegação ou justificativa.

6.5 Durante a realização das provas não será permitida consulta a

livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como porte e/ou uso de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura, óculos escuros, máquinas de calcular, relógios analógicos e/ou digitais, telefones celulares, pager, computadores pessoais ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

6.6 A constatação, por qualquer meio, de que o candidato não respeitou ao disposto no item 6.5 deste edital, verificada a qualquer momento, mesmo que a prova já tenha sido entregue, implicará eliminação do candidato no processo seletivo, sem qualquer outro aviso ou comunicação.

6.7 Os três últimos candidatos da sala somente poderão entregar a prova e retirar-se, simultaneamente.

6.8 A duração da prova será de 3 horas e o candidato só poderá retirar-se do local de aplicação após 30 minutos de seu início, não podendo levar o caderno de provas.

6.9 No caso de anulação de qualquer questão da prova escrita, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

6.10 O gabarito das provas estará disponibilizado no site do Município de Rio do Sul, no dia 29/05/2012.

6.11 O não comparecimento à prova objetiva independente do motivo, caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

6.12 A prova objetiva constará de 30 questões, sendo 25 de Conhecimentos Específicos e 05 sobre Conhecimentos Gerais, conforme Conteúdo Programático disposto no Anexo II deste edital.

6.13 As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha, com cinco alternativas de resposta cada uma, das quais apenas UMA será a correta, de acordo com o comando da questão.

6.14 O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O correto preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato.

6.15 Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas.

6.16 O candidato deverá assinar a folha de resposta. A não assinatura implicará na nulidade das questões e eliminação do candidato do processo seletivo.

6.17 É de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não assinatura e de marcações indevidas na folha de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este edital e/ou com as instruções contidas na folha de respostas, tais como marcação rasurada ou emendada ou campo de marcação não preenchido integralmente.

6.18 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção exata.

6.19 A nota da prova objetiva será calculada conforme tabela abaixo, sendo automaticamente reprovados os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis):

Questões	Pontuação por acerto	Pontuação Total
Questões de conhecimentos gerais	0,20	1,0
Questões de conhecimentos específicos	0,36	9,0
Valor da prova		10,0

## 6.20 – DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DO PRAZO PARA RECURSO

6.20.1 O resultado dos aprovados na prova objetiva será publicado no site do Município de Rio do Sul, no dia 01/06/2012. Os candidatos terão 01 (um) dia útil, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III.

A Secretaria de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o novo resultado através do site já citado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado da prova escrita será automaticamente homologado, dando sequência ao processo de seleção.

#### 7 – DA PROVA PRÁTICA

7.1 A Prova Prática (de caráter eliminatório e classificatório), visa aferir a experiência, a adequação de atitudes, a postura e as habilidades do candidato no desempenho das suas atividades e será realizada em dia, horário e local a serem divulgados através de edital publicado no site do Município de Rio do Sul dia 01/06/2012, juntamente com o Resultado da Prova Objetiva.

7.2 A Prova Prática será aplicada somente para os candidatos a função de Motorista de Veículo Leve.

7.3 O candidato deverá comparecer no local da Prova Prática munido de documento de identidade.

7.4 Para submeter-se à Prova Prática os candidatos deverão apresentar, antes do início da prova, os documentos que comprovam os requisitos necessários para o exercício da função, conforme dispõe o item 3 deste edital.

7.5 O não comparecimento à Prova Prática caracterizará desistência e resultará na eliminação do candidato deste Processo Seletivo.

7.6 Não será aplicada prova fora do dia, horário e local designados por este Edital.

7.7 Ao concluir sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação sem comunicar-se com os demais candidatos.

7.8 No desenvolvimento da Prova Prática, cada candidato será avaliado por comissão designada por Decreto, através de itens constantes em uma ficha de avaliação elaborada para esta finalidade, cuja pontuação máxima será de 10 pontos.

7.9 Será desclassificado o candidato que obtiver pontuação inferior a 7,0 pontos.

7.10 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

7.11 Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

#### 7.12 - DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA PRÁTICA E DO PRAZO RECURSO

7.12.1 O resultado da prova prática será publicado no site do Município de Rio do Sul e no DOM – Diário Oficial dos Municípios, no dia 13/06/2012. Os candidatos terão 01 (um) dia útil, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, este Processo Seletivo será homologado dando sequência ao processo de seleção.

7.12.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos dispostos neste edital.

#### 8. DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 A Prova de Título, de caráter classificatório e não eliminatório, tem por objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos através da conclusão de cursos e experiências profissionais estreitamente relacionadas com a função a ser exercida pelo candidato.

8.2 Será considerado como título:

a) Certificado (original e fotocópia) de conclusão de curso de pós-graduação, em nível de especialização, com carga horária mínima

de 360 horas, devidamente registrado no órgão competente.

b) Diploma (original e fotocópia) de Conclusão de curso de Graduação ou Ensino Médio, devidamente registrado no órgão competente.

c) Atestado de Frequência em curso de Graduação, emitido por Instituição de Ensino credenciada, que conste a fase que está cursando.

d) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) de conclusão de cursos (palestras, seminários, workshop, etc.) de aperfeiçoamento/capacitação, realizados nos últimos 05 anos e emitidos por Instituição de Ensino credenciada (Os casos em que não for possível a apresentação do certificado, serão aceitas declarações fornecidas pela Instituição promotora do curso, desde que contenha o período de realização e carga horária do evento);

e) Certidão ou Declaração (original e fotocópia) circunstanciada expedida pelo órgão ou empresa competente de atuação, para comprovação de tempo de serviço ou Carteira de Trabalho que conste a data de entrada e saída. Caso o contrato ainda esteja em aberto, somente será considerado como título a Certidão ou Declaração circunstanciada expedida pelo órgão de atuação.

f) Não será considerado para fins de pontuação de títulos, o comprovante de experiência exigido como requisito para a função.

8.3 A avaliação dos referidos títulos obedecerá aos seguintes critérios:

##### 8.3.1 PARA A FUNÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL:

a) Especialização relacionada com a área a que concorre: 2,0 pontos;

b) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;

d) Experiência profissional como Assistente Social, de 6 a 12 meses = 1,0 ponto;

e) Experiência Profissional como Assistente Social, superior a 12 meses = 3,0 pontos.

##### 8.3.2 PARA A FUNÇÃO DE PSICÓLOGO:

a) Especialização relacionada com a área a que concorre: 2,0 pontos;

b) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;

d) Experiência profissional como Psicólogo, de 6 a 12 meses = 1,0 ponto;

e) Experiência Profissional como Psicólogo, superior a 12 meses = 3,0 pontos.

##### 8.3.3 PARA A FUNÇÃO DE EDUCADOR SOCIAL:

a) Graduação em Pedagogia, Serviço Social, Sociologia ou Psicologia ou Magistério a nível de Ensino Médio: 2,0 pontos;

b) Cursando graduação em Pedagogia, Serviço Social, Sociologia ou Psicologia, a partir da 4ª fase: 1,0 ponto;

c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;

d) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;

e) Experiência Profissional relacionada com a área a que concorre, de 6 a 12 meses = 1,0 ponto;

f) Experiência Profissional relacionada com a área a que concorre, superior a 12 meses = 3,0 pontos

##### 8.3.4 PARA A FUNÇÃO DE MONITOR SOCIAL:



- a) Graduação em Pedagogia, Serviço Social, Sociologia ou Psicologia ou Magistério a nível de Ensino Médio: 2,0 pontos;
- b) Cursando graduação em Pedagogia, Serviço Social, Sociologia ou Psicologia, a partir da 4ª fase: 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;
- d) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;
- e) Experiência profissional relacionada com a área a que concorre, de 6 a 12 meses = 1,0 ponto;
- f) Experiência Profissional relacionada com a área a que concorre, superior a 12 meses = 3,0 pontos

#### 8.3.5 PARA A FUNÇÃO DE MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE:

- a) Curso Graduação ou Ensino Médio: 1,0 pontos;
- b) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária de até 40 horas = 1,0 ponto;
- c) Participação em cursos de aperfeiçoamento relacionados com a área a que concorre, com carga horária superior a 40 horas = 3,0 pontos;
- d) Experiência profissional como Motorista, de 6 a 12 meses = 1,0 ponto;
- e) Experiência Profissional como Motorista, superior a 12 meses = 3,0 pontos

8.4 A pontuação aferida aos cursos de especialização, nível superior e médio, limita-se exclusivamente a um curso.

8.5 A pontuação aferida aos cursos de aperfeiçoamento refere-se ao somatório total da carga horária dos cursos apresentados pelo candidato.

8.6 A pontuação aferida a experiência profissional refere-se ao somatório total do período de experiência.

8.7 Somente serão considerados para análise, os títulos entregues devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV deste Edital.

8.8 Os títulos devidamente relacionados na tabela constante do Anexo IV não geram direito garantido a pontuação. Os mesmos serão objetos de análise pela Comissão Especial de Processo Seletivo, seguindo-se os critérios dispostos neste edital, para posterior validação ou não.

8.9 A Análise de cursos e experiências relacionadas com a área que concorre será feita com base nas atribuições da função.

8.10 O Prazo de Recurso para esta fase se dará juntamente com o prazo de recurso aberto para o Resultado Final, conforme dispõe o item 11 deste edital.

#### 9. DA ENTREVISTA

9.1 A Entrevista, de caráter meramente classificatório e não eliminatório, será gravada e terá pontuação de 0,0 (zero) a 5,0 (cinco) e tem por objetivo identificar se o candidato apresenta perfil compatível com as atitudes necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

9.2 Será realizada em local, data e horário a serem divulgados através do site da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

9.3 O candidato deverá comparecer ao local da entrevista munido de documento de identidade e comprovante da inscrição.

9.4 No desenvolvimento da Entrevista, o candidato será avaliado através de itens constantes em uma ficha de avaliação elaborada para esta finalidade.

9.5 Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização da entrevista. O candidato não poderá alegar desconhecimento sobre a realização da mesma, como justificativa de sua ausência ou atraso.

9.6 Não será realizada entrevista fora do dia, horário e local designados por este Edital.

#### 10 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- a) Maior tempo de experiência (tempo de serviço);

- b) Maior número horas de capacitação;
- c) Maior número de dependentes;
- d) Maior idade.

10.1 Para o desempate, serão considerados os títulos já analisados e tornados válidos pela Comissão Especial de Processo Seletivo.

#### 11. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL E DO PRAZO PARA RECURSO

11.1 O resultado final será publicado no site do Município de Rio do Sul e no DOM – Diário Oficial dos Municípios, no dia 26/06/2012. Os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado, para solicitar recurso, devidamente fundamentado, através de requerimento encaminhado a Secretaria Municipal de Administração, instruído e protocolado no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, conforme modelo constante do Anexo III. A Secretaria Municipal de Administração - através da Comissão Especial de Processo Seletivo, quando for o caso, fará os procedimentos de correção e divulgará o resultado através dos locais já citados no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Findo o prazo do recurso, o resultado será homologado através de Decreto e encerrado.

11.2 Não serão reconhecidos os recursos interpostos fora dos prazos dispostos neste edital.

#### 12 – DA CONVOCAÇÃO

12.1 O candidato aprovado será convocado na medida em que surgir a necessidade de preenchimento de vagas, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, através de publicação no site do Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e no site oficial do município de Rio do Sul ([www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br)).

12.2 É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das convocações efetuadas pelos sites acima citados.

12.3 O Departamento de Recursos Humanos poderá, eventualmente, entrar em contato com o candidato convocado através do número de telefone, endereço e/ou e-mail informados na ficha de inscrição, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato a atualização de seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos, Prefeitura Municipal de Rio do Sul – SC, quando houver alteração dos dados informados na ficha de inscrição.

12.4 Ao ser convocado, o candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, munido de documento de identidade, para dar início ao processo de contratação.

12.5 O candidato que deixar de comparecer no prazo previsto no item anterior, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

12.6 Ao candidato que não tiver interesse na vaga ofertada, não será apresentada outra, sendo neste caso, eliminado do processo seletivo.

#### 13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 A contratação prevista neste edital tem caráter emergencial e deve ocorrer imediatamente após a convocação, podendo o contrato ser prorrogado ou não, de acordo com o motivo da contratação, conforme Parágrafo Único, do Art. 4º, da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

13.2 O candidato contratado estará em permanente avaliação. Caso seu desempenho não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido antes do término previsto, nos termos da Lei Municipal nº 3.796/2002 e alterações posteriores.

13.2.3 Previamente a contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

Fotocópia legível:

- a) CPF
- b) Registro de Identidade
- c) Carteira de reservista (se homem)
- d) Comprovante Inscrição PIS/PASEP
- e) Certidão nascimento ou casamento
- f) Certidão nascimento filhos (menores de 18 anos)

- g) Título eleitoral e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais  
 h) 01 foto 3x4 atualizada  
 i) Comprovante dos requisitos exigidos para a função (conforme item 3 deste edital)  
 j) Endereço completo, telefone e e-mail para contato  
 l) Declaração Acúmulo Cargo (fornecida pelo RH)  
 m) Declaração Bens (se não declara imposto de renda, é fornecida pelo Dep. RH)  
 m) Declaração Dependentes Imposto de Renda (fornecida pelo Dep. RH)  
 n) Declaração Dependentes Salário Família (fornecida pelo Dep. RH)  
 o) Nº de conta Bradesco (autorização para abertura fornecida pelo RH)  
 p) Carteira comprovando grupo sanguíneo (se tiver)  
 q) Atestado Médico Admissional (previamente agendado pelo RH)  
 r) Outros documentos que lhe forem solicitados no ato da convocação.

#### 14 – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

PERÍODO INSCRIÇÃO	09/05/2012 até 22/05/2012
PUBLICAÇÃO INSCRIÇÕES E CONVOCAÇÃO PROVA OBJETIVA	23/05/2012
RECURSO INSCRIÇÕES	24/05/2012
PROVA OBJETIVA	28/05/2012
GABARITO	29/05/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO PROVA OBJETIVA E CONVOCAÇÃO ENTREVISTA (EXCETO MOTORISTA) E PROVA PRÁTICA	01/06/2012
RECURSO PROVA OBJETIVA	04 e 05/06/2012
PERÍODO PREVISTO PARA ENTREVISTA E PROVA PRÁTICA	11 a 15/06/2012
DATA PREVISTA PARA PROVA PRÁTICA	11 e 12/06/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO PROVA PRÁTICA	13/06/2012
RECURSO PROVA PRÁTICA	14/06/2012
PUBLICAÇÃO RESULTADO FINAL	26/06/2012
RECURSO RESULTADO FINAL	27 e 28/06/2012
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO	29/06/2012

#### 15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A contratação será efetuada com base na Lei nº 3.796/02, sendo assegurado ao contratado os direitos estabelecidos no Art. 11 da lei supra citada.

15.2 A contribuição previdenciária será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

15.3 Eventuais alterações na legislação municipal, relativas a normas inerentes aos Servidores Públicos Municipais, com reflexo nas contratações de caráter temporário de excepcional interesse público, serão automaticamente incorporadas a partir de sua vigência.

15.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, através da Comissão Especial de Processo Seletivo.

15.5 Os anexos I, II, III e IV são partes integrantes deste edital.

15.6 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul (SC), 08 de maio de 2012.

MILTON HOBUS	RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

JANE MARIA GHIZZO SCHMIDT
Secretária Municipal de Assistência Social e de Habitação

#### ANEXO I

#### DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO

##### ASSISTENTE SOCIAL

##### Descrição Sumária:

Elaborar planos, programas, projetos, bem como ações voltadas ao monitoramento e avaliação das políticas sociais na esfera municipal. Coordenar e participar de equipes de pesquisa sócio-econômica. Disseminar e disponibilizar informações e dados.

##### Principais Atribuições:

Coordenar e executar programas, projetos sociais desenvolvidos pela administração pública, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social-PNAS e Sistema Único de Assistência -SUAS, Sistema Único da Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação Municipal visando auxiliar na promoção da qualidade de vida da população. Elaborar planos, programas, projetos na área de educação, atendimento à criança e ao adolescente, administração, cultura, saúde, economia e estrutura urbana, bem como, ações voltadas ao monitoramento e avaliação, com vistas a subsidiar a implementação de políticas sociais de âmbito municipal. Contribuir com planos e programas para a gestão de pessoas, de bens e serviços, visando à promoção humana, a racionalização e a modernização administrativa. Integrar equipes multiprofissionais de planejamento urbano, interrelacionando questões sócio-econômicas e físico-territoriais de projeto e implantação. Elaborar e executar programas e projetos de geração de renda, orientar os usuários quanto à importância da qualificação e reinserção ao mundo do trabalho. Desenvolver pesquisas científicas próprias da área, propor medidas para reformulação de políticas sociais vigentes e/ou apresentar e fundamentar a definição de novas políticas sociais. Disseminar e disponibilizar informações e dados, através de publicações. Integrar equipes multidisciplinares para a elaboração de propostas de intervenção integrada entre diferentes unidades administrativas. Elaborar pareceres sobre a área de atuação, para subsidiar as decisões de órgãos superiores. Participar, quando designado, de comissões, conselhos e grupos de trabalho para análise e emissão de pareceres técnicos. Buscar a solução de problemas identificados pelo estudo da realidade social, desenvolvendo ações educativas e sócio-educativas nas unidades de saúde, administração, educação e assistência social. Elaborar pareceres, perícias, relatórios e registros das atividades desenvolvidas. Colaborar com a efetividade da aplicação dos direitos dos cidadãos e das políticas sociais, por meio da promoção social junto a entidades da comunidade e Conselhos Municipais, através de reuniões, orientações, campanhas, palestras, levantamento sócio econômico, visitas domiciliares e outros. Analisar e interpretar os dados obtidos na investigação social realizada, propondo alternativas de ação na área social. Proceder estudo individualizado, utilizando instrumentos e técnicas próprias de serviço social, buscando a participação de indivíduos e grupos na definição de alternativas para o problema identificado. Possibilitar ao Ministério Público e ao Poder Judiciário o entendimento global das aplicações e execuções de programas projetos e serviços por meio de elaboração de relatórios e pareceres sociais. Realizar visitas domiciliares, elaborar pareceres sociais, e acompanhamento temporário ao servidor público Municipal afastado do trabalho, ou quando se fizer necessário, e elaborar relatório nos processos de doença em pessoa da família. Proceder à cooperação técnica mediante assessoria, consultoria, supervisão e orientação que implicam na mobilização, acompanhamento e articulação de recursos sociais e proposição de novas medidas de ação. Participar na melhoria e aperfeiçoamento das equipes profissionais e multiprofissionais. Realizar atividades de suporte e acompanhamento de programas sociais e dos indivíduos ou famílias atendidas. Fazer o cadastramento de indivíduos ou famílias para inclusão em



programas sociais. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

## PSICÓLOGO

### Descrição Sumária:

Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional, os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições. Diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social. Planejar estratégias no contexto de gestão de pessoas. Acompanhar cliente durante o processo de tratamento ou cura. Desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins.

### Principais Atribuições:

Realizar avaliação e diagnóstico psicológicos por meio de entrevistas, observação, testes e dinâmica de grupo, com vistas à prevenção e tratamento de problemas psíquicos. Realizar atendimento psicoterapêutico individual ou em grupo, adequado às diversas faixas etárias. Realizar atendimento familiar e/ou de casal para orientação ou acompanhamento psicoterapêutico. Realizar atendimento a crianças com problemas emocionais, psicomotores e psicopedagógico, bem como os encaminhados do Conselho Tutelar. Participar da elaboração de programas de pesquisa sobre a saúde mental da população, bem como sobre a adequação das estratégias diagnósticas e terapêuticas a realidade psicossocial da clientela. Criar, coordenar e acompanhar, individualmente ou em equipe multiprofissional, tecnologias próprias ao treinamento em saúde, particularmente em saúde mental, com o objetivo de qualificar o desempenho de várias equipes. Participar e acompanhar a elaboração de programas educativos e de treinamento em saúde mental, em nível de atenção primária, em instituições formais e informais como: creches, asilos, sindicatos, associações, instituições de menores, penitenciárias, entidades religiosas e etc. Colaborar, em equipe multiprofissional, no planejamento das políticas de saúde, em nível de macro e micro sistemas. Coordenar e supervisionar as atividades de Psicologia em instituições e estabelecimentos de ensino e/ou de estágio, que incluam o tratamento psicológico em suas atividades. Realizar pesquisas visando a construção e a ampliação do conhecimento teórico e aplicado, no campo da saúde mental. Atuar junto à equipe multiprofissionais no sentido de levá-las a identificar e compreender os fatores emocionais que intervêm na saúde geral do indivíduo, em unidades básicas, ambulatórios de especialidades, hospitais gerais, prontos-socorros e demais instituições. Atuar como facilitador no processo de integração e adaptação do indivíduo à instituição. Orientar e acompanhar a clientela, familiares, técnicos e demais agentes que participam, diretamente ou indiretamente dos atendimentos. Participar dos planejamentos e realizar atividades culturais, terapêuticas e de lazer com o objetivo de propiciar a reinserção social da clientela egressa de instituições. Participar de programas de atenção primária em Centros e Postos de Saúde ou na comunidade; organizando grupos específicos, visando a prevenção de doenças ou do agravamento de fatores emocionais que comprometam o espaço psicológico. Realizar triagem e encaminhamentos para recursos da comunidade, sempre que necessário. Participar da elaboração, execução e análise da instituição, realizando programas, projetos e planos de atendimentos, em equipes multiprofissionais, com o objetivo de detectar necessidades, perceber limitações, desenvolver potencialidades do pessoal envolvido no trabalho da instituição, tanto nas atividades fim, quanto nas atividades meio. Promover e realizar ações em recrutamento e seleção, aplicação de testes psicológicos, treinamento, descrição de cargos, acompanhamento funcional, avaliação de Desempenho, organização de eventos, política de plano de cargos e salários e diagnóstico organizacional. Realizar atendimento e visitas domiciliares mediante solicitação. Elaborar pareceres, laudos e perícias psicológicas, quando solicitado pelo poder judiciário e/ou outras instâncias. Participar, conforme a política interna da do poder executivo municipal, de

projetos, cursos, eventos, convênios e programas. Elaborar relatórios e outros documentos necessários. Executar outras atividades compatíveis com a formação profissional.

## EDUCADOR SOCIAL

### Descrição Sumária:

Executar, sob a coordenação de profissional de nível superior, ações de acolhida, atendimento e acompanhamento ao usuário da assistência social, implementar atividades socioeducativas e de convivência, realizar educação social de rua, participar de atividades de apoio na área de educação social e executar outras atividades afins, que envolvam conteúdos relativos à sua área de atuação.

### Principais Atribuições:

Auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade. Operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais. Recepcionar a população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários. Realizar o cadastramento da população. Prestar informações e orientações à comunidade. Orientar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social. Relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos. Acompanhar crianças, adolescentes, adultos e idosos em atendimento de saúde. Realizar acompanhamento escolar dos educandos no seu grupo de trabalho e/ou nas escolas locais e demais programas. Realizar acompanhamento sobre o desenvolvimento de usuários inseridos em programas voltados à inserção no mercado de trabalho, efetuando registros de dados. Utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais. Assistir à equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social. Acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, seguindo diretrizes da Política de Assistência Social. Coletar informações, dados para a pesquisa, dando subsídios para a tabulação, conforme orientação. Participar da equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo e quando solicitado. Manter atualizada a documentação referente ao programa em que está inserido. Atualizar registros sob sua responsabilidade. Respeitar as medidas básicas de prevenção de doenças infectocontagiosas. Realizar as inscrições, acompanhamento e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais. Solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário. Estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias. Mobilizar e acompanhar os educandos nos eventos. Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica. Realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social. Estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social. Cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente. Zelar pelos equipamentos e materiais utilizados, providenciando a limpeza, manutenção, conservação e guarda dos mesmos, bem como manter limpo e organizado o local de trabalho; Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

## MONITOR SOCIAL

Ter domínio sobre os Programas e Serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS, bem como o funcionamento da Secretaria de Assistência Social e de Habitação;

Elaborar e participar de eventos socioeducativos;  
Participar de eventos em datas comemorativas;  
Realizar atividades e jogos afins de sua área;  
Elaborar e executar projetos socioeducativos com temáticas variadas;  
Acompanhar frequência dos assistidos;  
Participar de reuniões com as equipes da Secretaria de Assistência Social e de Habitação.

#### MOTORISTA DE VEICULO LEVE

##### Descrição Sumária:

Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro.

##### Principais Atribuições:

Dirigir veículos leves e utilitários, transportando pessoas e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança, obedecendo aos itinerários pré-estabelecidos cumprindo as normas do Código de Trânsito Brasileiro. Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantia e segurança dos passageiros, transeuntes e de outros veículos. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída e chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos. Evitar acidentes. Cumprir escala de trabalho. Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo. Auxiliar o médico ou enfermagem em emergências. Controlar o consumo de combustível e lubrificante, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Zelar pela conservação e segurança dos veículos, providenciando limpeza, ajustes e pequenos reparos, bem como solicitar manutenção quando necessário. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Observar e controlar os períodos de revisão e manutenção recomendados preventivamente, para assegurar a plena condição de utilização do veículo. Responsabilizar-se pelas despesas provenientes de multas ou danos causados aos veículos do poder executivo municipal e de terceiros por eventuais acidentes, desde que seja declarado culpado (a). Zelar pela documentação própria e do veículo. Cumprir as normas do poder executivo municipal que digam respeito a utilização do veículo, relativamente deveres e obrigações, bem como as demais instruções que regulam o assunto. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões. Zelar pelos veículos sob sua guarda bem como pelo bem-estar de seu ambiente de trabalho. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

#### ANEXO II

#### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### ASSISTENTE SOCIAL

###### Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

###### Conhecimentos Específicos:

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993);

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990);

Estatuto do Idoso;

Código de Ética Profissional do Assistente Social;

Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004);

Política Nacional do Idoso (PNI/1994);

Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB SUAS/2005);

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009)

##### PSICÓLOGO

###### Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

###### Conhecimentos Específicos:

Psicologia do Desenvolvimento;

Psicologia da Aprendizagem;

Psicologia Educacional e Psicopatologia;

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993);

Programas sociais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990);

Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e outras normativas de defesa e garantia de direitos;

Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo - SINASE

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009).

##### MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE

###### Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

###### Conhecimentos Específicos:

Lei Nº 9.503, De 23 de Setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e seus Anexos;

Resolução Nº 13 – CONTRAN, que Dispõe Sobre Documentos De Uso Obrigatório Quando Em Condução De Veículos Automotores Por Vias Públicas;

Noções de Primeiros Socorros;

Direção defensiva: Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito.

##### EDUCADOR SOCIAL

###### Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao Município de Rio do Sul, ao estado de Santa Catarina e ao Brasil.

###### Conhecimentos Específicos:

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 (Princípios, Diretrizes, Objetivos, Usuários, Assistência Social e as proteções afiançadas);

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI;

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109 de 11 de novembro de 2009).

##### MONITOR SOCIAL

###### Conhecimentos Gerais:

Tópicos relevantes e atuais das áreas de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e ambiental. Atualidades referentes ao



**Lei Nº 3006/12**

LEI Nº 3006, DE 08 DE MAIO DE 2012.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.650,00 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais) no orçamento vigente do Município.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e incluirá as seguintes dotações orçamentárias no orçamento vigente:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

XXX 3.3.90.36.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.050,00

XXX 3.3.90.33.00.00.00.00.0024 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 4.000,00

XXX 3.3.90.14.00.00.00.00.0024 - Diárias - Civil R\$ 1.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recurso, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

(494) 4.4.90.52.00.00.00.00.0024 - Equip. Material Permanente R\$ 12.650,00

Art. 3º. Ficam alterados os Anexos da Lei Municipal nº 2.913, de 18 de novembro de 2011 - PPA e a Lei Municipal nº 2.911, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Programas de trabalho nº.: 13 e Ação nº.: 1.039.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1083/12**

DECRETO Nº 1083, DE 07 DE MAIO DE 2012

ALTERA O DECRETO Nº 0826 DE 27 DE SETEMBRO DE 2011 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO-INFANTIL DE SÃO BENTO DO SUL

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 0826, de 27 de setembro de 2011, passa a ter a seguinte redação:

“III - Representantes do Hospital e Maternidade Sagrada Família

a) Mileni Demissiano - Titular

IV - Representantes do Conselho Municipal de Saúde

a) Mariano Chaikoski - Titular

( )

VII - Representantes da Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais

a) Geovanna Franck Rodrigues Vicente - Titular”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2012

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1084/12**

DECRETO Nº 1084, DE 08 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Funcional: 08.244.0013.2.081 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.30.00.00.00.00.0152 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Funcional: 17.512.0020.2.065 - Manut. e Melhoria dos Serv. de Esgot. Sanitário

3.3.90.47.00.00 0200 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Funcional: 08.244.0013.2.081 Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.39.00.00.00.00.0152 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 3.000,00

Órgão: 23 - SERVIÇO AUTÔN. MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Unidade: 03 - SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO

Funcional: 17.512.0020.2.065 - Manut. e Melhoria dos Serv. de Esgot. Sanitário

3.3.91.47.00.00 0200 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 2.000,00

Art. 3º. Revoga-se neste ato a abertura do Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), dos Órgãos: Secretaria de Assistência Social, Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social, Funcional: 08.244.0012.2.081, e Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Unidade: 03 - Sistema de Esgoto Sanitário, Funcional: 17.512.0020.2.065, do Decreto nº 1082, de 04 de maio de 2012.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal



**Decreto Nº 1085/12**

DECRETO Nº 1085, DE 08 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3006 de 08 de maio de 2012

## DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 12.650,00 (doze mil e seiscentos e cinquenta reais) no orçamento vigente do Município e incluirá as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

XXX 3.3.90.36.00.00.00.00.0024 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 7.050,00

XXX 3.3.90.33.00.00.00.00.0024 - Passagens e Desp. Locomoção R\$ 4.000,00

XXX 3.3.90.14.00.00.00.00.0024 - Diárias - Civil R\$ 1.600,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recurso, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Projeto: 1.039 - Praça do PAC

(494) 4.4.90.52.00.00.00.00.0024 - Equip. Material Permanente R\$ 12.650,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 1086/12**

DECRETO Nº 1086, DE 08 DE MAIO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

## DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02 - Bombeiros

Funcional: 06.182.0002.2.004 FUNREBOM - BOMBEIROS

3.3.90.39.00.00.00.00.0105 - Outros Serv. Terc. Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 02 - Bombeiros

Funcional: 06.182.0002.2.004 FUNREBOM - BOMBEIROS

3.3.90.30.00.00.00.00.0105 - Material de Consumo R \$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**Listagem de Portarias**

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 12105, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de janeiro de 2012. Maria Roseli Kruger Martins, à época no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Nível 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra D para a Letra E. SECAD.

Portaria nº 12106, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de janeiro de 2012. Mari Iolanda Kohlbeck Hastreiter, à época no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 1, Classe A, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 9 para Referência 10. SEMED.

Portaria nº 12107, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 14 de janeiro de 2012. Sergio Rogerio Pacheco, à época no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 2, Classe E, com carga horária de 20 horas semanais, passando da Referência 2 para Referência 3. SECAD.

Portaria nº 12108, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 27 de janeiro de 2012. Eroni de Fatima Almeida, à época no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Nível 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra B para a Letra C. SEMOB.

Portaria nº 12109, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 02 de fevereiro de 2012. Alcemir Eugenio Machado, à época no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Nível 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra B para a Letra C. SEMOB.

Portaria nº 12110, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 03 de fevereiro de 2012. Niraimathy Chidambaram, à época no cargo efetivo de Médico Pediatra, Nível 13, com carga horária de 15 horas semanais, passando da Letra A para a Letra B. SEMUS.

Portaria nº 12111, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 04 de fevereiro de 2012. Siliane Schroeder, à época no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 1, Classe D, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 3 para a Referência 4. SEMED.

Portaria nº 12112, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 10 de fevereiro de 2012. João Osni Ludwinski, à época no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Nível 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra A para a Letra B. SEMOB.

Portaria nº 12113, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 10 de fevereiro de 2012. Silvino Gschwendtner, à época no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Nível 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra A para a Letra B. SEMOB.



Portaria nº 12114, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 21 de fevereiro de 2012. Henrique Ferreira Alvarez, à época no cargo efetivo de Médico Clínico Geral, Nível 13, com carga horária de 17,05 horas semanais, passando da Letra A para a Letra B. SEMUS.

Portaria nº 12115, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 21 de fevereiro de 2012. Antonio Wilson Muller, à época no cargo efetivo de Prático de Serviços, Nível 2, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra E para a Letra F. SEMED.

Portaria nº 12116, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 23 de fevereiro de 2012. Ricardo Gomes Nassar, à época no cargo efetivo de Vigilante Sanitário, Nível 7, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra B para a Letra C. SEMUS.

Portaria nº 12117, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 13 de março de 2012. Andrea Luciane Martins, à época no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 3, Classe E, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 2 para a Referência 3. SEMED.

Portaria nº 12118, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 21 de março de 2012. Tania Aparecida Dambros, no cargo efetivo de Secretária de Escola, Grupo Ocupacional 4, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe B para a Classe C. SECON.

Portaria nº 12119 de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 27 de março de 2012. Luiz Carlos de Amorim, no cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo Ocupacional 3, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe B para a Classe C. SECAD.

Portaria nº 12120, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. Ingracio Agenor Padilha, no cargo efetivo em extinção de Vigia, Grupo Ocupacional 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe D para a Classe E. SECAD.

Portaria nº 12121, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. Sirineu Padilha, no cargo efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe B para a Classe C. SEMOB.

Portaria nº 12122, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 11 de abril de 2012. Paulo Ladimir Xavier, no cargo efetivo em extinção de Vigia, Grupo Ocupacional 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe D para a Classe E. SEMOB.

Portaria nº 12124, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de outubro de 2011. Claudia Moreira de Souza, à época no cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível 7, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra C para a Letra D. FMD.

Portaria nº 12125, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 16 de dezembro de 2011. Luis Carlos Anton, à época no cargo efetivo de Vigilante Sanitário, Nível 7, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra F para a Letra G. SEMOB.

Portaria nº 12126, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 04 de janeiro de 2012. Acyr Leal de Souza, à época no cargo efetivo de Prático de Serviços, Nível 2, com carga

horária de 40 horas semanais, passando da Letra E para a Letra F. SEMOB.

Portaria nº 12127, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 15 de janeiro de 2012. Sirlene Rivelles, no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 2, Classe E, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 6 para a Referência 7. SEMED.

Portaria nº 12128, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 16 de janeiro de 2012. Oriane Kaesemodel Oestreich, no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 4, Classe E, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 2 para a Referência 3. SEMED.

Portaria nº 12129, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 28 de janeiro de 2012. Terezinha Isolete da Silveira, à época no cargo efetivo de Prático de Serviços, Nível 2, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra F para a Letra G. SEMAS.

Portaria nº 12130, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 31 de janeiro de 2012. Rosani de Fatima Mendes Ouriques, à época no cargo efetivo de Instrutor, Nível 2, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra D para a Letra E. SEMAS.

Portaria nº 12131, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 13 de fevereiro de 2012. Ana Nely Hansch, no cargo efetivo de Professor, Área de Atuação 4, Classe E, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Referência 1 para a Referência 2. SEMED.

Portaria nº 12132, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 21 de fevereiro de 2012. Sandra Maria Sadowski Andrzejewski, à época no cargo efetivo de Oficial Administrativo, Nível 5, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra F para a Letra G. SECAD.

Portaria nº 12133, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 28 de fevereiro de 2012. Dirlene Wasch Buba, à época no cargo efetivo de Prático de Serviços, Nível 2, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Letra E para a Letra F. SEMED.

Portaria nº 12134, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 14 de março de 2012. Marli Salete da Silva, no cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe F para a Classe G. SECAD.

Portaria nº 12135, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. Iris Huttli Slominski, no cargo efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 1, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe E para a Classe F. SECON.

Portaria nº 12136, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. Luis Carlos Grossl, no cargo efetivo de Professor de Música II, Grupo Ocupacional 5, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe E para a Classe F. SECAD.

Portaria nº 12137, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. Martin Ilg Neto, no cargo efetivo de Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 4, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe E para a Classe F. SEPLU.

Portaria nº 12138, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 01 de abril de 2012. José Lourival Vieira, no cargo efetivo em extinção de Motorista II, Grupo Ocupacional 4, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe F para a Classe G. SEMUS.

Portaria nº 12140, de 03 de maio de 2012. Promove Servidor Público, a partir de 30 de abril de 2012. Osni da Silva Souza, no cargo efetivo em extinção de Motorista II, Grupo Ocupacional 4, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe E para a Classe F. SECON.

Portaria nº 12151, de 07 de maio de 2012. Nomeia Coordenador de Serviços de Expediente no Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON, a partir de 07 de maio de 2012. Marlon Beil. SECON.

Portaria nº 12152, de 07 de maio de 2012. Nomeia Coordenador de Serviços de Dados do Betha, a partir de 07 de maio de 2012. Paulo Roberto Drege Lima Bueno. SEMOB.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 12154/12**

PORTARIA Nº 12.154, DE 07 DE MAIO DE 2012.  
DESIGNA OS AGENTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.

O Prefeito Municipal DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município e demais Leis existentes,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar os servidores municipais, Rosa Rodrigues Del Olmo, matrícula nº 39.301 e Tania Aparecida Dambrós, matrícula nº 34.130, para exercer a função de Agentes de Desenvolvimento Local neste Município.

Art. 2º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

Parágrafo único. Os Agentes de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

Art. 3º - Das atribuições específicas dos Agentes de Desenvolvimento local:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas;

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os

empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de maio de 2012.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Extrato Inexigibilidade Nº 173/2012**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 173/2012

OBJETO: HOSPEDAGEM PARA O IDOSO SR. JOÃO RIBEIRO CONFORME PROCEDIMENTO Nº 01.2012.00001653-8 DO MP/SC E PARA O IDOSO ANTONIO BELINZKY, IDOSOS REFERENCIADOS NO PROGRAMA GARANTINDO POLÍTICA DO IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. .

CONTRATADO: Inst. de Ensino e Assist. Social - Hospital São Luiz.  
VALOR: R\$ 17.280,00.

VIGÊNCIA: MAIO À DEZEMBRO/2012.

SÃO BENTO DO SUL, 27 de abril de 2012.

JAYME FUCK

Diretor De Suprimentos E Patrimônio

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

#### **Justificativa Inexigibilidade Nº 173/2012**

##### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: Hospedagem para o idoso Sr. João Ribeiro conforme procedimento nº 01.2012.0001653-8 do MP/SC e para o idoso Sr. Antonio Belinsky, idosos referenciados no programa garantindo política do idoso em situação de vulnerabilidade social.

II - Contratado: Instituto de Ensino e Assistência Social - Hospital São Luiz

III - Caracterização da Situação que justifica a Inexigibilidade de Licitação: a inexigibilidade de licitação para os referidos serviços se funda no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente na contratação.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Trata-se de uma Instituição de Longa Permanência - ILPI, estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público alvo são pessoas acima de 60 anos, que não dispõe de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. A ILPI contratada é a única da região com vaga disponível e receptível a prestação dos referidos serviços, a idosos encaminhados por órgãos, a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família. Ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a referida contratação.

V - Justificativa do Preço: os preços contratados são os praticados no mercado, para o referido tipo de serviços.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, a Secretária Municipal de Administração.

JOALBERTO KALEMPA

Secretário de Assistência Social

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

RENILDA FURST DREVEK  
Secretária de Administração

**Resumido Convite Nº 183/2012**

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE CONVITE Nº 183/2012  
MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 09:45 horas do dia 23 de maio de 2012, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA AS BANDAS ESCOLARES, CONFORME QUANTIDADE E DESCRIÇÃO EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas.

São Bento do Sul, 11 de maio de 2012.

RENILDA FURST DREVEK  
Secretária De Administração

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1432/2012 e 1433/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1432/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKM5986	54072840D	6610/2	02/02/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MCZ3812	55441624C	6670/0	21/12/2011	R\$ 127,69	230 * XIII
MFD2040	54073861D	5010/0	26/12/2011	R\$ 574,61	162 * I
MFD2040	54073862D	5118/0	26/12/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFD2040	54073865D	6599/2	26/12/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFV2767	54073851D	5169/1	21/12/2011	R\$ 957,69	165
MGQ7303	54072858D	6726/1	30/01/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGQ7303	54072859D	6556/4	30/01/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGX6917	55441122C	6599/2	17/12/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE MAIO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1433/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFD2040	54073863D	7030/1	26/12/2011	R\$ 191,53	244 * I
MFF9123	55440924C	5231/1	23/01/2012	R\$ 85,12	172
MFV2767	54073852D	5835/0	21/12/2011	R\$ 127,69	195
MFV2767	54073853D	6270/0	21/12/2011	R\$ 127,69	220 * II
MHY9688	54045044D	5541/2	14/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIF8434	54075002D	7030/2	19/12/2011	R\$ 191,53	244 * I
MIK7706	54076297D	7030/2	15/01/2012	R\$ 191,53	244 * I
MIO0475	55441093C	5185/1	26/01/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 681/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 681/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFQ6523	8492037268	5673/2	24/11/2011	R\$ 85,12	183
AGY9274	8492038856	6050/3	25/12/2011	R\$ 191,53	208
AME7147	8492039134	7463/0	12/01/2012	R\$ 127,69	218 * II
GZQ5628	8492038966	7455/0	29/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
JTP8459	8492038083	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
KEL3886	8492039445	5673/2	16/01/2012	R\$ 85,12	183
LXD3357	8492038666	5673/2	27/12/2011	R\$ 85,12	183
LXW1813	8492038129	7455/0	15/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYR2268	8492037973	7455/0	13/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZC2550	8492038429	7455/0	19/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM9499	8492038096	7455/0	17/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAR7163	8492039725	5673/2	24/01/2012	R\$ 85,12	183
MAR7163	8492039732	5673/2	22/01/2012	R\$ 85,12	183
MBB0039	8492039359	7455/0	15/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBB5610	8492038109	7455/0	20/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF9364	8492038437	7455/0	26/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ7917	8492038421	7455/0	18/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDD9051	8492038127	7455/0	14/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDE6666	8492038500	7455/0	25/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDL8286	8492038814	7463/0	29/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEA3404	8492037752	7455/0	07/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFA0408	8492039247	7455/0	09/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFG1737	8492039312	7455/0	10/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MFV2767	8492038343	7463/0	21/12/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGD6433	8492038904	7455/0	22/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGF5592	8492039171	7455/0	07/01/2012	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGT6868	8492039432	7455/0	17/01/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHE2488	8492039145	5673/2	06/01/2012	R\$ 85,12	183
MHS5598	8492039480	5673/2	18/01/2012	R\$ 85,12	183
MHU3414	8492037308	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIT1974	8492037182	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIT1974	8492037674	7455/0	01/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJD1615	8492039004	7455/0	27/12/2011	R\$ 85,12	218 * I
MMI2280	8492036799	5673/2	21/11/2011	R\$ 85,12	183
NEU8899	8492038325	6050/3	17/12/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1430/2012 e 1431/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1430/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADX8199	54073696D	6920/0	09/04/2012	233
AMO7207	54073183D	6920/0	02/03/2012	233
DDF0566	54073158D	6599/2	20/02/2012	230 * V
IIM7698	54854529C	6610/2	10/04/2012	230 * VII
IIM7698	54854530C	6700/1	10/04/2012	230 * XVI
LWY1904	54073664D	6920/0	26/03/2012	233
LYT1111	54073698D	6920/0	09/04/2012	233
LZU1722	54073033D	6637/2	09/04/2012	230 * IX
LZU1722	54073034D	6653/2	09/04/2012	230 * XI
MAX3729	54075563D	6599/2	08/04/2012	230 * V
MAX3729	54075564D	5118/0	08/04/2012	164 c/c 162 * I
MAX3729	54075565D	5010/0	08/04/2012	162 * I
MAX3729	54075566D	6610/2	08/04/2012	230 * VII
MAX3729	54075567D	6912/0	08/04/2012	232
MBT9308	55442382C	6912/0	20/03/2012	232
MDK7211	54073167D	6742/0	24/02/2012	230 * XX
MGH4398	54073031D	6599/2	06/04/2012	230 * V
MGH4398	54073032D	5037/1	06/04/2012	162 * III
MIH7288	54075971D	6653/2	09/04/2012	230 * XI
MII8628	54075877D	5010/0	09/04/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE MAIO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1431/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCF9803	54077257D	7366/2	11/03/2012	252 * VI
MFM2436	54072790D	5185/1	13/03/2012	167
MGD5665	54075561D	5185/1	04/04/2012	167
MGD5665	54075562D	6858/0	04/04/2012	231 * VII
MJD5178	54043338D	5541/2	23/03/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 8 DE MAIO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU



# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 08/05/2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 08/05/2012 até 08/05/2012

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		63.345,10
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	43.236,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	43.236,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	38.136,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00	Prog de melhoria do acesso e da qualidade - PMAQ	5.100,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	20.109,10
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	20.109,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	12.065,46
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	8.043,64

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 10/05/2012

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

# Schroeder

## PREFEITURA

### Decreto Nº 002422/12 de 16 de Abril de 2012

DECRETO Nº 002422/12 DE 16 DE ABRIL DE 2012

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 14.931,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS

06.03.15.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º R\$ 14.931,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 14.931,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 16 de Abril de 2012

Registrado e Publicado na mesma data.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto Nº 002423/12 de 20 de Abril de 2012

DECRETO Nº 002423/12 DE 20 DE ABRIL DE 2012

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 130.227,04 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 88.227,04

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 42.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 88.227,04 .

Subtrair superávit financeiro.. R\$ 42.000,00 .

Art. 3º - .

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 20 de Abril de 2012

Registrado e Publicado na mesma data.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

### Decreto Nº 002426/12 de 23 de Abril de 2012

DECRETO Nº 002426/12 DE 23 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R\$ 6.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 6.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 23 de Abril de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

### Decreto Nº 002427/12 de 24 de Abril de 2012

DECRETO Nº 002427/12 DE 24 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 161.572,08 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0005.1.001 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalacoes R\$ 161.572,08

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos.proveniente da anulação parcial

e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 161.572,08

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Abril de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

### **Decreto Nº 002428/12 de 24 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 002428/12 DE 24 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de.. R\$ 5.000,00 para a(s) seguinte(s).dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica .. R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos.proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica .. R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 24 de Abril de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

### **Decreto Nº 002429/12 de 27 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 002429/12 DE 27 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O Prefeito Municipal DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.360,00 para a(s) seguinte(s).dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.241.0018.2.055 - ATENÇÃO A PESSOA IDOSA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 3.360,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos.proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 3.360,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação.no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 27 de Abril de 2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Registrado e Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

### **Decreto Nº 2.448/2012, de 10 de Maio de 2012.**

DECRETO Nº 2.448/2012, de 10 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 1.913/2012, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuada pela servidora desta municipalidade, senhora Andréa Cristina da Silva;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Andréa Cristina da Silva	Professora A	Professora B	A-Inicial	B-Inicial

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 10 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrado e publicado na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

### **Portaria No 4.570/2012, de 9 de Maio de 2012**

PORTARIA No 4.570/2012, de 9 de maio de 2012

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS ORIUNDOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-LICITATÓRIO

N.º18/2012-PMS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear membros da comissão de acompanhamento dos Contratos Administrativos n.ºs 37/2012-PMS; 38/2012-PMS; e 39/2012-PMS, oriundos do Processo Administrativo-Licitatório n.º 18/2012-PMS / Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 010/2012-PMS, cujo objeto geral é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes à frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses conforme adiante identificados:

- Eloir José Wendt - Coordenador;
- Orlando Tecilla - Membro;
- Ivanio Dalton Laube - Membro;
- Alessandro Martins Viana - Membro;
- Jean Cláudio Bonet - Membro.

Art. 2º A comissão acima nomeada fica incumbida de promover o correto andamento dos contratos identificados no art. 1º, fazendo cumprir todos os ditames do contrato, bem como do edital de licitação do qual decorreu a contratação, principalmente fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento das peças, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas; e emitir as autorizações de execução de serviços necessárias, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.**

Schroeder, 9 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 03/2012-Fas**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2012-FAS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao

parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 03/2012-FAS, Processo de licitação nº. 07/2012-FAS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Contratação de Companhia de Teatro a fim de apresentar Peças teatrais com o tema Alienação Parental, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Violência e Exploração Sexual. As peças serão apresentadas a rede de educação estadual e municipal de Schroeder na Semana do dia 18 de Maio - Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil. Evento oferecido pelo CREAS, em parceria da Educação, do CMAS, Conselho Tutelar e CRAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: DIONISOS TEATRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.941.157/0001-84.

Valor da proposta vencedora: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Schroeder, 10 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 08/2012 - Fas**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Extrato de Contrato nº. 08/2012 - FAS

Modalidade Tomada de Preço nº. 03/2012-FAS - Processo nº. 07/2012-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIONISOS TEATRO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.941.157/0001-84, estabelecida na Rua Matilde Amim, nº 63, Boa Vista, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89206-050.

Objeto: Contratação de Companhia de Teatro a fim de apresentar Peças teatrais com o tema Alienação Parental, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, Violência e Exploração Sexual. As peças serão apresentadas a rede de educação estadual e municipal de Schroeder na Semana do dia 18 de Maio - Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infante Juvenil. Evento oferecido pelo CREAS, em parceria da Educação, do CMAS, Conselho Tutelar e CRAS, da Secretaria de Saúde e Assistência Social, Setor de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais).

Data da Assinatura: 10/05/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 57/2012-PMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 57/2012-PMS



Dispensa de Licitação nº. 08/2012-PMS - Processo nº. 56/2012-PMS

PERMITENTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

PERMISSIONÁRIA: GTRUCK AUTO SOCORRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.353.514/0001-19, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 756, Barra do Rio Molha, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89259-700.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação da empresa especializada para permissão a título precário, de serviços de guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da Lei Municipal nº1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal nº8.987, de 13/02/1995 e Convênio nº15.743/2007-0, Cláusula segunda, letra "e", por conta e risco da permissionária, sendo:.

ITEM	DESCRIÇÕES
01	Permissão a título precário, de serviços de guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da Lei Municipal nº1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal nº8.987, de 13/02/1995 e Convênio nº15.743/2007-0, Cláusula segunda, letra "e", por conta e risco da permissionária. O valor da remuneração para a administração, que deverá ser alocada no orçamento, em percentual (%) sobre o valor da receita bruta mensal, não poderá ser inferior a 3% (três por cento) :

VALORES PARA SERVIÇOS NO MUNICIPIO DE SCHROEDER:

ESTADIAS - Motocicleta : R\$ 7,50

- Automóvel : R\$ 15,00

- Caminhonete : R\$ 16,00

- Caminhão : R\$ 30,00

Valor do contrato: contraprestação mensal no valor em moeda nacional correspondente a 3% (três por cento) de sua RECEITA BRUTA MENSAL

Data da Assinatura: 02/05/2012 - Vigência: 29/10/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

### **Convocação Concurso Público Nº. 001/2009-Gab/PMS**

Convocação Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ELISELLY ANA ROMÃO, inscrita no CPF sob nº. 053.521.579-70, aprovada em 6º lugar no Concurso Público nº. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de PSICÓLOGA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 22 de maio de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê o item 13.2.1.

Schroeder (SC), 10 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI

Secretária de Saúde e Assistência Social

### **Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/PMS**

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. Eliane Medeiros Correa Ludewig, inscrita no CPF sob nº. 707.918.569-68, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 21 de maio de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevêem os itens 9.6 e 9.7, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 08 de junho de 2012.

Schroeder (SC), 09 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI

Secretária de Saúde e Assistência Social

### **Convocação Concurso Público Nº. 002/2011-Gab/PMS - Eliane Medeiros Correa Ludewig**

Convocação Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. Eliane Medeiros Correa Ludewig, inscrita no CPF sob nº. 707.918.569-68, aprovada em 8º lugar no Concurso Público nº. 002/2011-GAB/PMS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 21 de maio de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevêem os itens 9.6 e 9.7, devendo tomar posse da referida vaga até o dia 08 de junho de 2012.

Schroeder (SC), 09 de maio de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI

Secretária de Saúde e Assistência Social



# Siderópolis

## PREFEITURA

### Contrato FMS Nº46/2012

Contrato nº46/2012

ADJUDICAÇÃO: Processo de Licitação Nº14/2012 - Modalidade: CONVITE nº14/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: LENIR WATERKEMPER AMBONI ME

Objeto: O presente Contrato tem por objetivo o fornecimento refeições (marmita), até o limite de 450 unidades, para profissionais do plantão 24 horas.

Valor: R\$ 4.005,00

Vigência: 31/12/2012

### Contrato FMS Nº47/2012

Contrato nº47/2012

ADJUDICAÇÃO: Processo de Licitação Nº14/2012 - Modalidade: CONVITE nº14/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: MARIA HELENA DE SOUZA RODRIGUES ME

Objeto: O presente Contrato tem por objetivo o fornecimento lanches- tipo x-salada, até o limite de 1.550 unidades, para profissionais do plantão 24 horas

Valor: R\$ 11.625,00

Vigência: 31/12/2012

### Contrato FMS Nº48/2012

Contrato nº48/2012

ADJUDICAÇÃO: Processo de Licitação nº384/2011 - Modalidade: Pregão Presencial n.º 384/2011 - CISAMREC - Objeto: Registro de Preço de Medicamentos, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição futuras e eventuais, destinados ao atendimento às necessidades da rede básica municipal de saúde dos 11 Municípios da AMREC consorciados (CISAMREC)

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ARTMED IND. FARMACEUTICA LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamentos destinados ao atendimento às necessidades da Rede Básica municipal de Saúde do Município

Valor: R\$ 73.771,00

Vigência: 31/12/2012

### Contrato Nº51/2012

Contrato nº51/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº34/2012 - Modalidade: CONVITE nº34/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: NEREU DE SOUZA RESTAURANTE ME

Objeto: Contratação de empresa, para fornecimento de forma parcelada, de refeições (marmita), para atender os funcionários da secretaria municipal de obras e de agricultura do município de Siderópolis.

Valor: até R\$ 31.150,00

Vigência: 31/12/2012

### Contrato Nº52/2012

Contrato nº52/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº31/2012 - Modalidade: CV Nº31/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: GILBERTO RAMOS COMERCIO DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: presente Contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Valor: até R\$ 38.648,60

Vigência: 31/12/2012

### Contrato Nº55/2012

Contrato nº55/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº35/2012 - Modalidade: CV Nº35/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: TERRA INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a CONSTRUÇÃO de uma creche no bairro Vila São Jorge, neste Município conforme projetos, especificações e Memorial Descritivo, pertencentes ao Processo Convite nº.35/2012.

Valor: até R\$ 143.049,91

Vigência: até 90 dias da assinatura ordem de serviço.

### Contrato Nº56/2012

Contrato nº56/2012

Adjudicação: Processo de Licitação nº36/2012 - Modalidade: Pregão Nº36/2012

Contratante: MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Contratado: METALURGICA METAL OLIVO LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Metalurgia, concernentes a Serviços de plaina, Serviços de Fresa, Serviços de Tornearia e Serviços de Solda, com fornecimento de materiais

Valor: até R\$ 58.360,00

Vigência: até 31/12/2012

# Timbó

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2715, de 18 de Abril de 2012

DECRETO Nº 2715, DE 18 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 24.164,57.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 24.164,57 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 335000.00 TRANSFERENCIAS A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS  
 0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 10.000,00  
 337100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 5.000,00  
 TOTAL 15.000,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.16400 ATENÇÃO BÁSICA 10.000,00  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 5.000,00  
 TOTAL 15.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 9.164,57, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 317100.00 TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 539,57  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 335000.00 TRANSF. A INST. PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 3.000,00  
 339100.00 APLIC. DIRETAS DEC. OPERACAO ENTRE ÓRGÃOS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 1.000,00  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INESTIMENTOS  
 447100.00 TRANSF. A CONSORCIOS PUBLICOS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 4.625,00  
 TOTAL 9.164,57

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10200 REC. DE IMPTOSTOS E DE TRANSF. IMP SAUDE 9.164,57  
 TOTAL 9.164,57

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2716, de 18 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 2716, DE 18 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 310.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.01.010.301.0070.2150. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BÁSICA  
 15.01.010.301.0070.2150. MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.30000 SUP. FINANCEIRO - REC. ORDINARIOS 17.000,00  
 0.30200 SUP. FINANCEIRO - REC. IMP E DE TRANSF. IMP SAUDE 20.000,00  
 TOTAL 37.000,00  
 15.02.010.302.0072.1159. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.1159. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.1159. OBRAS E INSTAÇÕES DO MAC  
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 440000.00 INVESTIMENTOS  
 449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.30000 SUP. FINANCEIRO - REC. ORDINARIOS 250.000,00  
 TOTAL 250.000,00  
 15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.30200 SUP. FINANCEIRO - REC. IMP E DE TRANSF. IMP SAUDE 23.000,00  
 TOTAL 23.000,00  
 TOTAL GERAL 310.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2717, de 18 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 2717, DE 18 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
300000.00 DESPESAS CORRENTES  
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
335000.00 TRANSFERENCIA A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS  
0.10000 VINCULO LIVRE 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.10000 VINCULO LIVRE 2.000,00  
TOTAL 2.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 18 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2718, de 23 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 2718, DE 23 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 2.096,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 2.096,00 (dois mil e noventa e seis reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 2.096,00  
TOTAL 2.096,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2719, de 23 de Abril de 2012**

DECRETO Nº 2719, DE 23 DE ABRIL DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 541.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2543, de 16/12/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 541.000,00 (quinhentos e quarenta e um mil reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

08.01.015.451.0050.2090. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.451.0050.2090. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
08.01.015.451.0050.2090. ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL  
440000.00 INVESTIMENTOS  
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
0.31700 SUPERAVIT FINANCEIRO COSIP DO ANO ANTERIOR 541.000,00  
TOTAL 541.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 23 de abril de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**Aviso Carta Convite N.º 06 2012 Infraestrutura de Rede**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EDITAL CONVITE P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 000006/2012  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Timbó torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que fará realizar "Convite p/ Obras e Serviços de

Engenharia", do tipo Menor Preço, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, PARA ADEQUAÇÃO DA SALA TÉCNICA DE MONITORAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro. Os envelopes (Habilitação e Propostas) serão recebidos até 18 de maio de 2012 as 14h20min horas, na sala de licitações da Prefeitura Timbó, no endereço acima mencionado.

Timbo (SC), 10/05/2012.  
THOMAZ H. N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

### **Aviso Pregão Presencial N.º 59 2012 Peças Para Veículo M-138**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 000059/2012

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DIVERSAS DESTINADAS PARA CONserto EIXO TRASEIRO DO VEICULO M-128, ROLO COMPACTADO R DYNAPAC CA 152 DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h50min do dia 24 de maio de 2012. ABERTURA: dia 24 de maio de 2012 as 09h00min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes).

Timbo (SC), 09/05/2012.  
THOMAZ H. N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

### **Errata Edital de Chamamento, Agricultura Familiar 2012**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE ERRATA DE PUBLICAÇÃO

No dia 10/05/2012 foi publicado edital de chamamento público para aquisição de produtos da agricultura familiar. O prazo para encaminhamento dos projetos, propostas e demais documentos será de até 28/05/2012. Segue abaixo íntegra do edital com as devidas alterações.

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, torna público, que estará procedendo o chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar para o exercício de 2011, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009.

Previsão de produtos e quantidades a serem adquiridos nesse período:

Item	Quantidade	Preço referência - R\$
REPOLHO	504	1,30
BROCOLIS	192	2,99
VAGEM	318	2,99

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Timbó, cito a Av. Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó/SC, até o dia 28 de maio de 2012. O período de vigência do fornecimento será

de maio a agosto de 2012. Os produtos acima deverão ser entregues nas unidades de ensino municipais, de acordo com a programação repassada mensalmente pela Secretaria de Educação. Os proponentes deverão entregar os documentos abaixo relacionados para análise do setor competente.

#### **7.1. Documentação dos Grupos Informais:**

- prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
- projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar,

Seleção do projeto de venda

A seleção dos projetos de venda será realizada pela Comissão de Licitação:

- Na análise das propostas e na aquisição, deverão ser priorizadas as propostas de grupos do município;
- Em não se obtendo as quantidades necessárias, estas poderão ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade;
- Sendo fornecedores do mesmo local deverá priorizar o Grupo formal, art. 23, § 4º.

- Compras até R\$ 100.000,00 poderão ser feitas de Grupos Formais e Informais; Acima de R\$ 100.000,00, somente de Grupos Formais;

R\$ 9.000,00 (nove mil reais) limite individual por DAP/Ano. Não havendo propostas suficientes será admitido o valor de mais de R\$ 9.000,00 por DAP/Ano.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda e sexta no Departamento de Compras do Município de Timbó, av. Getúlio Vargas, 700, centro, Timbó ou pelo fone 47 3382-3655 ramal 2038 e 2018.

Timbó, 10 de maio de 2012.  
LAÉRCIO D. SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

### **Retificação Pregão Presencial N.º 54 2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2012  
RETIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 54/2012, do tipo menor preço, que trata da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONserto, VULCANIZO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, MONTAGEM/DESMONTAGEM DE PNEUS E SOCORRO NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ PARA VEÍCULOS DE PASSEIO, CAMINHÃO E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO sofreu alteração na tabela constante do ANEXO I e correção da redação constante do subitem 7.1.1.7, conforme segue:

#### **ANEXO I**

#### **ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO - TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Unitário de Referência (R\$)
1.00000	1,00	LOTE	LOTE 01: SERVIÇOS EM PNEUS DE VEÍCULOS DE PASSEIO INCLUINDO: MONTAGEM / DESMONTAGEM, CONserto, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA	9.432,90
1.00001	120,00	SERVIÇO	MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU CARRO DE PASSEIO *	12,50
1.00002	130,00	SERVIÇO	CONserto PNEU CARRO DE PASSEIO.**	33,33



1.00003	60,00	SERVI- CO	BALANCEAMENTO E GEOME- TRIA CARRO DE PASSEIO	60,00
2.00000	1,00	LOTE	LOTE 02: SERVIÇOS EM PNEUS PARA MÁQUINAS E CAMINHÕES INCLUINDO: MONTAGEM / DESMONTAGEM, CONCERTO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, VULCA- NIZO	165.306,54
2.00001	250,00	SERVI- CO	MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU CAMINHÃO*	25,00
2.00002	250,00	SERVI- CO	MONTAGEM E DESMONTAGEM PNEU MAQUINA*	50,00
2.00003	280,00	SERVI- CO	CONCERTO PNEU CAMI- NHÃO**	60,00
2.00004	280,00	SERVI- CO	CONCERTO PNEU MAQUINA**	72,50
2.00005	130,00	SERVI- CO	BALANCEAMENTO E GEOME- TRIA - CAMINHÕES	140,00
2.00006	38,00	SERVI- CO	VULCANIZO LINHA AGRÍCOLA	293,33
2.00007	20,00	SERVI- CO	VULCANIZO LINHA TERRAPLA- NAGEM - MÁQUINA	287,50
2.00008	128,00	SERVI- CO	VULCANIZO LINHA CARGA - CAMINHÃO	157,50
2.00009	12,00	SERVI- CO	VULCANIZO PNEU 16,9X24	312,50
2.00010	20,00	SERVI- CO	VULCANIZO PNEU 12X16,5	170,00
2.00011	20,00	SERVI- CO	VULCANIZO PNEU 17,5X25 16 LONAS	325,00
2.00012	80,00	SERVI- CO	VULCANIZO PNEU 1.400X24 16 LONAS	310,00
2.00013	100,00	SERVI- CO	VULCANIZO PNEU 1000X20	157,50
3.00000	1,00	LOTE	LOTE 03: SERVIÇOS DE SOCORRO PARA MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS LEVES	87.000,00
3.00001	450,00	SERVI- ÇO	SOCORRO SENDO: DESLOCA- MENTO DENTRO DA CIDADE DE TIMBÓ, RETIRAR PNEU, CONCERTAR PNEU E RECO- LOCAR PNEU (PARA MÁQUINAS PESADAS)	150,00
3.00002	150,00	SERVI- ÇO	SOCORRO SENDO: DESLOCA- MENTO DENTRO DA CIDADE DE TIMBÓ, RETIRAR PNEU, CONCERTAR PNEU E RECO- LOCAR PNEU (PARA CAMI- NHÕES)	100,00
3.00003	60,00	SERVI- ÇO	SOCORRO SENDO: DESLOCA- MENTO DENTRO DA CIDADE DE TIMBÓ, RETIRAR PNEU, COLOCAR PNEU RESERVA, CONCERTAR PNEU DANIFI- CADO E RECOLOCAR PNEU (PARA VEÍCULOS LEVES)	75,00

7.1.1.7 - As empresas que optarem por não realizar credenciamento de representante deverão entregar juntamente com o envelope contendo as propostas os itens acima listado no subitem 7.1.1.4.

O prazo para a entrega e abertura dos envelopes fica prorrogado para o dia 23 de maio de 2012, as 14h30min e 14h40min, respectivamente. Permanecem inalteradas as demais condições do Edital.

Timbó, 10 de maio de 2012.  
THOMAZ H. N. CAMPREGHER  
Diretor de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### Extrato de Contrato Nº 07/2012

Contrato nº. 07/2012.

Contratante: Câmara Municipal de Timbó

Contratada: CEK INFORMÁTICA LTDA ME

Objeto: Aquisição de nove licenças de uso de software antivírus e uma licença do software Corel Draw; oito adaptadores para cabo energia 3 pinos; um mouse retátil; três teclados SLIM; três caixas de som 180W; três mouse e um monitor LED 18/18,5 polegadas, especificados nos itens 03, 04, 06, 07, 08, 09 e 10 do Anexo I (Termo de Referência). A contratada deverá às suas custas realizar a entrega e instalação dos equipamentos referidos, com as configurações especificadas no Anexo I edital de pregão nº. 01/2012, na Câmara Municipal de Timbó.

Licitação: Processo licitatório 03/2012, Pregão Presencial 01/2012  
Valor total: 2.133,80 (dois mil, cento e trinta e três reais e oitenta centavos).

Assinado: 26/04/2012 pela Câmara Municipal de Timbó (Ismael Maas-Presidente ) e Carlos Eduardo Kelmer (CEK Informática Ltda. Me.)

## Três Barras

### PREFEITURA

### Extrato do Contrato Nº 078 / 2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 078/2012

Vigência: 07/05/2012 a 06/05/2013

Processo Licitatório nº 043/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras - SC

Contratado: Konrad Paraná Comércio de Caminhões Ltda - CNPJ: 10.546.678/0001-28.

Objeto: Aquisição de um Caminhão de pequeno porte com Baú Zero Km.

Valor total: R\$ 94.900,00 (noventa e quatro mil e novecentos reais).

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

## Turvo

### PREFEITURA

### Decreto 29/2012

DECRETO Nº 029/12, de 27 de abril de 2012.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



**DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 1.005.179,15 (um milhão, cinco mil e cento e setenta e nove reais e quinze centavos), assim classificados:

07.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0055.1.021 - VIAS RURAIS PAVIMENTAÇÃO, PASSEIO E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.0 (73) - Aplicações Diretas  
R\$ 855.179,15

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0080.0 (74) - Aplicações Diretas  
R\$ 150.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta dos convênios firmados entre a Prefeitura Municipal de Turvo e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Araranguá, com os números: 6.291/2012-0, 6.292/2012-8, 6.290/2012-1 da fonte de recursos (0024) e do excesso de arrecadação da fonte de recursos próprios (0080).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 27 de abril de 2012.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

CECILIA LINO FERREIRA CONTI  
Secretária de Adm. e Finanças-designada.

**Errata Edital TP 46/2012**

ERRATA AO EDITAL Nº. 46/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2012

MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO Nº. 46/2012

MUNICÍPIO DE TURVO - SC

O Presidente da Comissão Julgadora de Licitação do Município de Turvo - SC, no uso de suas atribuições legais, torna público que: No edital de publicação da licitação nº 46/2012, de modalidade de Tomada de Preço nº. 46/2012, datado de 07 de Maio de 2012, declara que onde se lê do OBJETO: Execução da obra de Construção de uma edificação em alvenaria medindo 261,40mts², para instalação do corpo de bombeiro no município de Turvo - SC, passa a ser lido do OBJETO: Execução da obra de Construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio Jundiá no município de Turvo - SC, medindo 18,40mts de comprimento e 7,00mts de largura, sendo que o demais itens do edital permanece inalterado. Sendo assim solicita que seja notada e aplicada a mudança acima especificada para não ocasionando prejuízo a qualquer participante.

Permanecem inalterados os demais itens do referido Edital.

Turvo - SC, 09 de maio 2012  
CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI  
Leiloeiro(a)

## Vargeão

### PREFEITURA

**Edital de Pregão Presencial Nº 0015/2012**

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 0015/2012 - Fundo Municipal de Saúde

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 048/2005, de 06 de setembro de 2005, que realizará no dia 24 de maio de 2012 às 09:00 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, para aquisição de um veículo novo, com motor 1.8 16V Flex, com capacidade para 7 pessoas e demais especificações constantes do Edital de Pregão nº 0015/2012 - FMS. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 10 de maio de 2012.

AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

**Extrato de Termo Aditivo**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO MUNICIPAL DE VARGEÃO  
SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: PRÉ-FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 88/2011 para mais um período de 60 (sessenta) dias.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 88/2011.

Vargeão, SC, 25 de abril de 2012.

AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

## Videira

### PREFEITURA

**Lei Nº 2.747/12**

LEI N.º 2.747/12, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Efetuar permuta de área de terras de propriedade do Município com Imóvel de Água Azul Poços Artesianos Ltda, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizado baixar e desafetar o seguinte imóvel de propriedade do Município:

I - Uma área verde, com 162,70m² (cento e sessenta e dois

metros e setenta decímetros quadrados), situado neste Município e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se 5,96 metros com área verde remanescente; ao Sul, confronta-se 5,96 metros com área verde remanescente; ao Leste, confronta-se 27,135 metros com o imóvel de Água Azul Poços Artesianos Ltda; e ao Oeste, confronta-se 27,135 metros com Casa das Calhas.

Art. 2º Fica o Prefeito Municipal autorizado a fazer a permuta, com ônus ao Município, do imóvel descrito no art. 1º, inciso I desta Lei, com o imóvel pertencente à Água Azul Poços Artesianos Ltda com as seguintes características: "Uma área urbana; com 292,86 (duzentos e noventa e dois metros e oitenta e seis decímetros quadrados), situado neste Município e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se 29,72 metros com área verde remanescente; ao Sul, confronta-se 29,72 metros com áreas remanescentes de Água Azul Poços Artesianos Ltda; ao Leste, confronta-se 9,865 metros com o imóvel de Alcir Alves Moreira; e ao Oeste, confronta-se 9,865 metros com área verde remanescente."

Art. 3º A permuta foi precedida das competentes avaliações dos imóveis a serem permutados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.748/12**

LEI N.º 2.748/12, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Autoriza o Poder Executivo a receber, por doação, imóvel que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a receber, por doação, parte de bem imóvel, de propriedade de Ângelo Boscatto, inscrito no CPF nº 006.107.209-53; Gema Boscatto, inscrita no CPF nº 025.982.709-67; Carlos Boscatto, inscrito no CPF nº 131.105.199-68; Maria Zélia Meloto Boscatto, inscrito no CPF nº 384.733.309-78; Ida Meloto, inscrito no CPF nº 024.628.479-01; Rita Crestani, inscrita no CPF nº 933.537.319-20; e José Boscatto, inscrito no CPF nº 103.604.849-72, matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 13.330, com as seguintes descrições:

I - Uma área verde com 665,42 m2 (seiscentos e sessenta e cinco metros e quarenta e dois decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 6.177,80 m2 (seis mil, cento e setenta e sete metros e oitenta decímetros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 13.330, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com o Rio do Peixe, com distância total de 77,00 metros em

vários alinhamentos; ao Sul, confronta-se com área 02 - área tomada pela Rua Anita Garibaldi, com distância de 74,85 metros em vários alinhamentos; ao Leste, confronta-se com área verde, com a distância de 7,26 metros; e ao Oeste, confronta-se com a área verde, com distância de 15,00 metros;

II - Uma área de terras com 1.186,53 m2 (um mil, cento e oitenta e seis metros e cinquenta e três decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 6.177,80 m2 (seis mil, cento e setenta e sete metros e oitenta decímetros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 13.330, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com área 01 - área verde, com distância total de 74,85 metros em vários alinhamentos; ao Sul, confronta-se com área 03 - área remanescente da matrícula nº 13.330, com distância total de 73,47 metros em vários alinhamentos; ao Leste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi, com a distância de 16,46 metros; e ao Oeste, confronta-se com a Rua Anita Garibaldi, com distância de 16,00 metros;

§1º A doação, a que se refere o inciso I deste artigo, é feita com o encargo de ser destinada à área verde, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

§2º A doação, a que se refere o inciso II deste artigo, é feita com o encargo de ser destinada à adequação da Rua Anita Garibaldi, a ser mantida pela donatária, devendo ser formalizada através da competente Escritura Pública.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Lei Nº 2.749/12**

LEI N.º 2.749/12, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Altera o Anexo II da Lei nº 1942/07, de 14 de dezembro de 2007, que Dispõe sobre a criação de Empregos Públicos para execução dos Programas Saúde da Família (PSF), Agentes Comunitários de Saúde (PACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, Programa de Combate às Endemias e, dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II da Lei 1942/07, de 14 de dezembro de 2007, que passa a vigorar com a redação do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

LEI Nº 2.749/12  
ANEXO ÚNICO

Lei nº 1942/07, de 14 de dezembro de 2007  
ANEXO II

#### Atribuições Médico - PSF

- I - Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- II - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;
- III - Realizar consultas e procedimentos na Unidade de saúde da Família (USF) e, quando necessário, no domicílio;
- IV - Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção da atenção básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS/2001 e suas alterações;
- V - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- VI - Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabetes, de saúde mental, etc;
- VII - Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências;
- VIII - Encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento da USF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência;
- IX - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- X - Indicar internação hospitalar;
- XI - Solicitar exames complementares;
- XII - Verificar e atestar óbito.

#### Atribuições Enfermeiro - PSF

- I - Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada;
- II - Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares, prescrever/transcrever medicações, conforme protocolos estabelecidos nos Programas do Ministério da Saúde e as Disposições legais da profissão;
- III - Planejar, gerenciar, coordenar, executar e avaliar a USF;
- IV - Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto, e idoso;
- V - No nível de suas competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- VI - Realizar ações de saúde em diferentes ambientes, na USF e, quando necessário, no domicílio;
- VII - Realizar as atividades corretamente às áreas prioritárias de intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS 2002;
- VIII - Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- IX - Organizar e coordenar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;
- X - Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções.

#### Atribuições Odontólogo - PSF

- I - Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita;
- II - Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);

- III - Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita;
- IV - Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento.
- V - Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- VI - Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- VII - Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- VIII - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- IX - Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação à saúde coletiva, assistindo famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
- X - Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- XI - Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- XII - Capacitar as equipes de Saúde da Família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- XIII - Supervisionar o trabalho pelo Técnico de Higiene Dental - THD e o Atendente de Consultório Dentário - ACD.

#### Atribuições Atendente de Consultório Dentário - PSF (NR)

- I - Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados;
- II - Sob supervisão do cirurgião dentista ou do THD, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, escovação supervisionada, orientações de escovação, uso do fio dental;
- III - Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda, etc.) necessário para o trabalho;
- IV - Instrumentalizar o cirurgião dentista ou Técnico de Higiene Dental -THD durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos);
- V - Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento;
- VI - Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal.
- VII - Orientar os pacientes sobre higiene bucal;
- VIII - Marcar consultas;
- IX - Preencher e anotar fichas clínicas;
- X - Manter em ordem arquivo e fichário;
- XI - Preparar o paciente para o atendimento;
- XII - Auxiliar no atendimento ao paciente;
- XIII - Promover isolamento do campo operatório;
- XIV - Manipular materiais de uso odontológico;
- XV - Selecionar moldeiras;
- XVI - Confeccionar modelos em gesso;
- XVII - Aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental;
- XVIII - Proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico.

#### Atribuições Agente de Combate às Endemias

- I - Preencher boletins do Programa de Controle Da Febre Amarela e Dengue-PCFAD.;
- II - Efetuar pesquisa de campo em: Armadilhas, Pesquisa Pontos Estratégicos e Levantamento de Índice por Amostragem;
- III - Efetuar visitas domiciliares, orientando sobre métodos de prevenção contra a Dengue;
- IV - Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo;
- V - Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área;
- VI - Participar de cursos, seminários, treinamentos, atualizações, entre outros;

VII - Executar outras atividades correlatas.

Atribuições de Agente Comunitário de Saúde

I - Cadastrar as famílias de sua área de atuação ( /- 250 famílias);

II - Estimular a participação comunitária;

III - Analisar junto com os demais membros da equipe de saúde, as necessidades da comunidade;

IV - Registrar nascimentos e óbitos;

V - Participar das ações de saneamento básico e melhoria do meio ambiente;

VI - Acompanhar gestantes, orientando sobre o pré-natal;

VII - Acompanhar crianças de 0-5 anos em relação ao crescimento e desenvolvimento;

VIII - Controlar o cartão de vacinas;

IX - Estimular o aleitamento materno;

X - Controlar as doenças diarreicas, estimulando a terapia de reidratação oral.

XI - Descobrir precocemente as crianças com infecções respiratórias;

XII - Orientar sobre os cuidados higiênicos com o corpo, a água, o preparo de alimentos;

XIII - Orientar sobre o correto destino do lixo;

XIV - Identificar situações de risco, como por exemplo: crianças com idade inferior a quatro meses que não estão sendo amamentadas ao peito, bebês com peso inferior a 2500g ao nascer, crianças desnutridas, filhos de mães alcoólatras, fumantes entre outras, gestantes que não iniciaram pré-natal, gestantes desnutridas, com pressão alta, menor de 18 anos e mulheres que engravidam após os 40 anos.

#### **Decreto Nº 10.020/12**

DECRETO N.º 10.020/12, DE 04 DE MAIO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 11.606/2011, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Ivo Testolin e esposa;

Considerando ainda, o que consta do Processo Administrativo nº 4.680/12 bem como a solicitação do Ministério Público no Processo nº SIG: 07.2012.00004593-3;

Considerando que o pedido dos requerentes, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 08 (oito) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 02 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 03 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 04 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 05 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 06 com 450,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), sendo a área nº 07 com 9.452,70 m<sup>2</sup> (nove mil, quatrocentos e cinquenta e dois metros e setenta decímetros quadrados), sendo a área nº 08 com 7.142,50 m<sup>2</sup> (sete mil, cento e quarenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados) de propriedade de Ivo Testolin e esposa, constante da matrícula 28.395, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na

referida matrícula a área de 118.514,54 m<sup>2</sup> (cento e dezoito mil, quinhentos e quatorze metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 11606/2011.

#### **DA ÁREA PÚBLICA**

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 1.930,88 m<sup>2</sup> (um mil, novecentos e trinta metros e oitenta e oito decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 28.395 é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo dos Processos Administrativos nº 11.606/11 e 4.680/12.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Decreto Nº 10.021/12**

DECRETO N.º 10.021/12, DE 08 DE MAIO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4350/12, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Carlos Roberto Biasi e esposa;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informam o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 03 (três) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 847,40 m<sup>2</sup> (oitocentos e quarenta e sete metros e quarenta decímetros quadrados), a área nº 02 com 763,20 m<sup>2</sup> (setecentos e sessenta e três metros e vinte decímetros quadrados) e a área nº 03 com 500,00 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), constante da matrícula 8.112, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4.350/2012.

Art. 2º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,



condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Decreto Nº 10.022/12**

DECRETO Nº 10.022/12, DE 09 DE MAIO DE 2012  
Designa secretária para responder pela Secretaria Municipal de Administração.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX c/c artigo 79, IV da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Secretário Municipal de Administração, Valmor Luiz Dall'Agnol, retornará às suas atividades na data de 21 de maio de 2012,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica designada a Secretária Municipal da Assessoria Jurídica, MARIA APARECIDA BOSCATTO, para responder interinamente pelo cargo de Secretária Municipal de Administração, no período de 14 a 18 de maio de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria 0820/12**

PORTARIA nº 0820/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0380/12**

PORTARIA nº 0380/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor ARILEO GLAPINSKI DE OLIVEIRA, Agente de Serviços de Manutenção, CE08, do nível CE08G para o nível CE08H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 05 de abril de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **Portaria Nº 0398/12**

PORTARIA nº 0398/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor JOCELITO FELICETTI, Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, do nível E-PE-OPE-I-E para o nível E-PE-OPE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**Portaria Nº 0406/12**

PORTARIA nº 0406/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora JOCELI MARIA MARTINS DA SILVA, Agente Operacional Especializado, do nível CE04J para o nível CE04L, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0500/12**

PORTARIA nº 0500/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4416/2012,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a BEATRIZ HELENA FIORELLI DA SILVA, Professor, de 1º de outubro de 2012 até 1º de janeiro de 2013, referente ao quinquênio de 02 de janeiro de 2007 até 01 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Videira, 19 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0502/12**

PORTARIA nº 0502/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº

4731/2012,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GRAZIELA GOET-TEMS, Professor, de 1º de outubro de 2012 até 1º de janeiro de 2013, referente ao quinquênio de 10 de setembro de 2007 até 09 de setembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2012.

Videira, 19 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0504/12**

PORTARIA nº 0504/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4734/2012,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IVANIR CARMINATTI FAGANELLO, Professor, de 1º de outubro de 2012 até 1º de janeiro de 2013, referente ao quinquênio de 1º de outubro de 2007 até 30 de setembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de outubro de 2012.

Videira, 19 de abril de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0505/12**

PORTARIA nº 0505/12

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4503/2012,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a DIRCE MARIA CERBATO, Professor, de 18 de setembro de 2012 até 18 de dezembro de 2012, referente ao quinquênio de 1º de maio de 1997 até 30 de abril de 2002.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de setembro de 2012.

Videira, 19 de abril de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0506/12**

PORTARIA nº 0506/12  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 4499/2012,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ANA PAULA MENDES, Auxiliar de Serviços Gerais, 06 de agosto de 2012 até 06 de novembro de 2012, referente ao quinquênio de 19 de março de 2007 até 18 de março de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2012.

Videira, 19 de abril de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0563/12**

PORTARIA nº 0563/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012,

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ELIS REGINA BRUSCHI, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 23 de abril de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias de abril de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0723/12**

PORTARIA nº 0723/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 até 31 de maio de 2012, o gozo de férias da servidora NEIVA IZABEL PICOLLINI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 16 de maio de 2010 até 15 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0724/12**

PORTARIA nº 0724/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

#### **RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 até 31 de maio de 2012, o gozo de férias do servidor LEANDRO TAVARES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2010 até 01 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0725/12**

PORTARIA nº 0725/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 até 31 de maio de 2012, o gozo de férias do servidor VALDECIR RIBEIRO, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2011 até 29 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0752/12**

PORTARIA nº 0752/12

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e avista do que consta na Comunicação Interna, datada de 25 de abril de 2012, do Secretário de Desenvolvimento Econômico;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar VANDETE ALBUQUERQUE LAZZARI, VANESSA FIGUEROA SOUZA SANTOS OLTRAMARI e RAFAEL BITENCOURT OLINGER, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de recebimento em doação com encargo ao Município, o seguinte imóvel:

“um terreno urbano, com área de 70.126,92 m<sup>2</sup> (setenta mil, cento e vinte e seis metros e noventa e dois decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 165.098, 29 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e cinco mil, noventa e oito metros e vinte e nove decímetros quadrados), situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da comarca de Videira sob o nº 2.561, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com a área da Prefeitura Municipal de Videira, com distância de 284,92 metros; ao Sul, confronta-se com a área remanescente da BRF - Brasil Foods S/A, com distância de 280,75 metros, em alinhamentos contíguos e confronta-se com a Rodovia Marginal Norte no Loteamento Santo Antonio com distâncias de 40,57 metros, em alinhamentos contíguos; ao leste, confronta-se com a área de Maurílio Pedro Marin e área de Sirlei Olival Taffarel, Celso Jacó dal Pizzol, Geni Joana Brolese e Etelvino Dal Pizzol, com a distância de 614,05 metros, em alinhamentos contíguos; e ao Oeste, confronta-se com a áreas de Loteamento Bertolina Huff, Clara T. Roberti, José Pedro Rigo, Naira B. Thibes de Campos, Augusto Antonio Barin e Cirlene M. Ferri Barin e Lola Pergher, com distância de 352,73 metros e confronta-se área a desmembrar (doação) da BRF - Brasil Foods S/A, com distância de 308,61 metros, em alinhamentos contíguos.”

Parágrafo único - O Município de Videira, em contrapartida, ficará com o encargo de devolver uma área de aproximadamente 12.392,88 (doze mil, trezentos e noventa e dois metros e oitenta e oito decímetros quadrados) da própria área a ser doada para disposição de 48 (quarenta e oito) lotes urbanizados, com área mínima de 220,00 m<sup>2</sup> (duzentos e vinte metros quadrados).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0754/12**

PORTARIA nº 0754/12

Concede Adicional de Pós-Graduação Stricto Sensu

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 501/2012,

**RESOLVE**

Conceder Adicional de Pós-Graduação Stricto Sensu, ao servidor DIRCEU LUIZ CENDRON, Professor, a partir de 16 de janeiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de janeiro de 2012.

Videira, 03 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0756/12**

PORTARIA Nº 0756/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00026/12-5, nos assentos funcionais da servidora Marli Aparecida da Silva Schmitt, detentora da matrícula funcional nº 5128 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5077/2012,

**RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, MARLI APARECIDA DA SILVA SCHMITT, detentora da matrícula nº 5128 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, a Certidão de Tempo de Contribuição

expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00026/12-5, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0765/12**  
PORTARIA nº 0765/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 a 31 de maio de 2012, o gozo de férias do servidor VOLNEI GRANETTO, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, referente ao período aquisitivo de 27 de abril de 2011 até 26 de abril de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0767/12**  
PORTARIA nº 0767/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 até 31 de maio de 2012, o gozo de férias do servidor CAETANO FIORELLI, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2011 até 29 de fevereiro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Videira, 04 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0769/12**  
PORTARIA nº 0769/12

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83 da Lei Complementar nº 007/97,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de maio de 2012 até 31 de maio de 2012, o gozo de férias da servidora NOELI APARECIDA SAVIAN, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 15 de outubro de 2010 até 14 de outubro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2012.

Videira, 04 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0799/12**  
PORTARIA nº 0799/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARCILEI LUCIA ALANO CEOLLA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 4 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias de maio de 2012.



VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0800/12**

PORTARIA nº 0800/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, ao servidor MARCOS ROBERTO SALVI, Agente Operacional de Vigilância, do nível E-PE-OPE-I-B para o nível E-PE-OPE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 4 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0802/12**

PORTARIA nº 0802/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARI FÁTIMA GONÇALVES SCHIPANSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0803/12**

PORTARIA nº 0803/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANDREOLA VOIDALESKI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0804/12**

PORTARIA nº 0804/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LEDA VANZ, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02E para o nível CE02F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0806/12**

PORTARIA nº 0806/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.



**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ANGELINA ANGREWSKI, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0807/12**

PORTARIA nº 0807/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA APARECIDA ALVES CORDEIRO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0808/12**

PORTARIA nº 0808/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA APARECIDA DEON, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0809/12**

PORTARIA nº 0809/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA APARECIDA PASCHOAL, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0811/12**

PORTARIA nº 0811/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração

aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0812/12**

PORTARIA nº 0812/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CAMARGO DE GODOI, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0813//12**

PORTARIA nº 0813/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CANAL DE MORAIS, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-E para o nível E-PE-SGE-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0814/12**

PORTARIA nº 0814/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CRISTINA NODARI, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0815/12**

PORTARIA nº 0815/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, Professora de Educação Infantil, do nível E-PE-MAG-I-B para o nível E-PE-MAG-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0816/12**

PORTARIA nº 0816/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro

de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA CRISTINA DE SOUZA, Agente de Serviços Administrativos, do nível CE05M para o nível CE05N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0817/12**

PORTARIA nº 0817/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5820/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora GEOVANA GEMELLI EGER, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2011.

Videira, 07 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0821/12**

PORTARIA nº 0821/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA HELENA FERNANDES, Agente de Serviços Contábeis, do nível CE09M para o nível CE09N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a

1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0824/12**

PORTARIA nº 0824/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA SILVEIRA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0825/12**

PORTARIA nº 0825/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA KERBER COSTA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0826/12**

PORTARIA nº 0826/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUIZA ILDEBRANDO SOARES, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02M para o nível CE02N, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0827/12**

PORTARIA nº 0827/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUCIA DELUQUE, Professora, do nível MG02G para o nível MG02H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0828/12**

PORTARIA nº 0828/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LURDES MARTINAZZO JOSE, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02J para o nível CE02L, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0829/12**

PORTARIA nº 0829/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUIZA DAL BO HOELLER, Professora, do nível MG04G para o nível MG04H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0830/12**

PORTARIA nº 0830/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA LUCIA BIRNFELD PASCOALI, Agente de Serviços Técnico Administrativos



II, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0831/12**

PORTARIA nº 0831/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**  
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração  
PORTARIA nº 0831/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**  
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA MARGARIDA DE OLIVEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0832/12**

PORTARIA nº 0832/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**  
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA MARGARIDA RAMBO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0833/12**

PORTARIA nº 0833/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**  
Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ODETE CARELLI GAIO, Professora de Ensino Fundamental Séries Finais 5ª a 8ª, do nível E-PE-MAG-I-E para o nível E-PE-MAG-I-F, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração



**Portaria Nº 0834/12**

PORTARIA nº 0834/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ROSALINA ROSTIROLA, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02G para o nível CE02H, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0835/12**

PORTARIA nº 0835/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ZENILDE THIBES DE CAMPOS CAVICHON, Técnica de Enfermagem, do nível CE04C para o nível CE04D, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

PORTARIA nº 0835/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ZENILDE THIBES DE CAMPOS CAVICHON, Técnica de Enfermagem, do

nível CE04C para o nível CE04D, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0838/12**

PORTARIA nº 0838/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5814/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora ADIR TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 22 de agosto de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0841/12**

PORTARIA nº 0841/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5823/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora ELISANE DE CASTILHO ALMEIDA, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**Portaria Nº 0842/12**

PORTARIA nº 0842/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5826/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora CLEZI TEREZINHA BALESTIERI, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de abril de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0843/12**

PORTARIA nº 0843/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5828/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora ILONIR MARIA ZONTA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2009.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0844/12**

PORTARIA nº 0844/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5829/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora IVONETE LOURDES DA SILVA, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de maio de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0845/12**

PORTARIA nº 0845/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5830/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora LEONICE TERESINHA CHERNOSKI, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de maio de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0846/12**

PORTARIA nº 0846/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5833/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora MARIA LIONETE LEITE BUSANELLO, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 28 de outubro de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0847/12**

PORTARIA nº 0847/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5834/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora MARINES CONSOLADORA DE OLIVEIRA ZARPELON, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 19 de maio de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0848/12**

PORTARIA nº 0848/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5840/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora TERESINHA RISSATTI ANDREANI, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2010.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0849/12**

PORTARIA nº 0849/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5839/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SILVANA MADALENA ANGREWSKI DA CONCEIÇÃO, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0850/12**

PORTARIA nº 0850/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5831/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora MARCIA REGINA MAZURECK PEREIRA, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de abril de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0851/12**

PORTARIA nº 0851/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5837/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora SILVANA GESSI DO PRADO, Auxiliar de Serviços Gerais, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**Portaria Nº 0852/12**

PORTARIA nº 0852/12

Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5836/2012,

**RESOLVE**

Declarar estável a servidora ROSANE HAMPEL MUNDSTOCK, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0854/12**

PORTARIA nº 0854/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5528/12,

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora ENI SAUTHIER CONTI, Agente Operacional de Vigilância, do nível E-PE-OPE-I-A para o nível E-PE-OPE-I-B, a partir de 02 de março de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0583/12.

Videira, 08 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0810/12**

PORTARIA nº 0810/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA APARECIDA SOLIGO, Professora, do nível MG04F para o nível MG04G, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0818/12**

PORTARIA nº 0818/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA DE FÁTIMA NOGUEIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, do nível E-PE-SGE-I-B para o nível E-PE-SGE-I-C, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração**Portaria Nº 0819/12**

PORTARIA nº 0819/12

Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

**RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA DE LOURDES DA SILVA, Agente de Serviços Gerais I, CE02, do nível CE02H para o nível CE02I, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.



Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº0822/12**

PORTARIA nº 0822/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA ISABEL DE SOUZA GÊNERO, Agente de Serviços Técnico Administrativos II, CE02, do nível CE02F para o nível CE02G, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº0823/12**

PORTARIA nº 0823/12  
Concede Progressão por Merecimento

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 128/95, de 14 de setembro de 1995 e suas alterações, e à vista do que consta no Boletim de Avaliação do Servidor, bem como Parecer Jurídico nº 10/2012.

#### **RESOLVE**

Conceder Progressão por Merecimento, à servidora MARIA IZABEL GUIMARÃES MENIN, Agente de Serviços Gerais I, do nível CE02L para o nível CE02M, a partir de 1º de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2011.

Videira, 7 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº0836/12**

PORTARIA nº 0836/12  
Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5817/2012,

#### **RESOLVE**

Declarar estável a servidora GRAZIELA GOETTEMES, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de agosto de 2010.

Videira, 08 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº0837/12**

PORTARIA nº 0837/12  
Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5815/2012,

#### **RESOLVE**

Declarar estável a servidora GRAZIELA PERONDI RIBEIRO, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 23 de fevereiro de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº0839/12**

PORTARIA nº 0839/12  
Declara estável servidor que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5821/2012,

#### **RESOLVE**

Declarar estável a servidora FRANCIELE ANNE MENEGAZZO, Professora, por ter cumprido e sido aprovada no estágio probatório previsto em lei.



Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de maio de 2011.

Videira, 08 de maio de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### Aplicação Penalidade Pr 08-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012-PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica que, à empresa GOHL & GOHL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.563.805/0001-79, estabelecida à Rua Barão do Cerro Azul, 532, na cidade de União da Vitória/PRSC, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Videira, 23 de abril de 2012.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### Julgamento Habilitação TP 15-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA  
RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 15/2012

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO TIPO GABIÃO NA RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (ALARGAMENTO) E RUA ANTÔNIO MARAFON, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADA a empresa Concretos Farroupilha Ltda e INABILITADAS as empresas Construtora Videirense Ltda e E.S.E Construções Ltda. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 08 de maio de 2012.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### Extrato do Contrato N. 0226/2012

Extrato do Contrato n. 0226/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANA BENEDETTI  
CPF: 058.638.899-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA ENSINO INFANTIL

### E FUNDAMENTAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

### Extrato do Contrato N. 0302/2012

Extrato do Contrato n. 0302/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JOCENEIA MARIA GELINSKI BORGES  
CPF: 009.139.189-03

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2012 a 18 de dezembro de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

### Extrato do Contrato N. 0425/2012

Extrato do Contrato n. 0425/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JOZIMAR DREON  
CPF: 041.517.189-07

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: de 09 de março de 2012 a 18 de dezembro de 2012  
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 890,98 (oitocentos e noventa reais e noventa e oito centavos)

### Termo de Retificação

#### TERMO DE RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira, Wilmar Carelli no uso de suas atribuições legais e a empresa Intellectus Instituto de Desenvolvimento Ltda, tornam público a retificação no Edital de Concurso Público 001/2012.

Onde se lê:

Quadro de notas: Prova Prática

Cargo	Nº de Questões	Peso	Pontuação	Nota Mínima para aprovação
Cargo Com Atividade Prática	5	2	10	6

Quadro de notas: nota final da Prova Objetiva (x peso 4) + nota da Prova Prática (x peso 6)

Cargos	Nota Prova Objetiva	Peso	Nota prova Prática	Peso	Nota Mínima para aprovação
Cargo Com Atividade Prática		4		6	4

Leia-se:

**Quadro de notas: Prova Prática**

Cargo	Nº de Questões	Peso	Pontuação	Nota Mínima para aprovação
Cargo Com Atividade Prática	5	2	10	5

Quadro de notas: nota final da Prova Objetiva (x peso 4) + nota da Prova Prática (x peso 6)

Cargos	Nota Prova Objetiva	Peso	Nota prova Prática	Peso	Nota Mínima para aprovação
Agente de Pavimentação Pública; Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes; Operador de Máquinas e Equipamentos para Obras de Pavimentação; Operador de Motoniveladora; Operador de Retroescavadeira, Escavadeira Hidráulica e Pá-Carregadeira; Operador de Trator de Esteira; Operador de Trator de Pneus, Máquinas de Varrição de Capina Mecânica; Borracheiro; Pedreiro; Pintor Letrista; Carpinteiro; Marceneiro; Soldador Mecânico.		4		6	4

Cargos	Nota Prova Objetiva	Peso	Nota prova Prática	Peso	Nota Mínima para aprovação
Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos; Motorista II – Ambulância e Técnico Eletricista		4		6	5

Brusque, 07 de maio de 2012.

**Edital de Convocação Nº 035/12**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 035/12  
PROCESSO SELETIVO Nº 08/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 08/2011:

CONVOCADOS	CARGO
1 - Laura Silvana Martinez Bello	Auxiliar de Serviços Gerais
2 - Wilson Ribeiro de Campos	Auxiliar de Serviços Gerais

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 07 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Edital de Convocação Nº 036/12**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036/12  
PROCESSO SELETIVO Nº 08/2011

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 08/2011:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Adiles Natalia Schons	Auxiliar de Serviços Gerais
2 - Waldomira Maria Klein	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37,

item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;  
m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;  
n) Declaração de bens;  
o) Certidão negativa de antecedentes criminais;  
p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 09 de maio de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

## Consórcios

### ARIS

#### Aviso de Audiência Pública Nº 05/2012

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 005/2012

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da Audiência Pública n. 005/2012, tendo como objeto a apresentação e discussão das sugestões apresentadas na Consulta Pública n. 005/2012, relativa à minuta da Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem.

A Audiência realizar-se-á no Auditório da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), localizado na Rua Emílio Blum n.83, Centro, Florianópolis/SC, com início às 9 horas e encerramento às 12 horas do dia 21 de junho de 2012.

O regulamento e a documentação objeto da Audiência Pública n. 005/2012 podem ser obtidos no endereço eletrônico <http://www.aris.sc.gov.br>, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva 1.546, Estreito, Florianópolis/SC ou através do e-mail [contato@aris.sc.gov.br](mailto:contato@aris.sc.gov.br).

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

#### Regulamento Consulta Pública

REGULAMENTO DA CONSULTA PÚBLICA

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Presidente do Conselho de Regulação da ARIS, no uso das suas atribuições legais, vêm com base no Decreto/ARIS n. 005/2010, estabelecer as regras para a Consulta Pública n. 05/2012, tendo como objeto a minuta, Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem.

##### 1. Objetivos

A Consulta Pública de que trata este Regulamento, aprovada na Reunião do Conselho de Regulação da ARIS realizada em 29 de março de 2012, tem por objetivo recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões sobre a minuta de Resolução nos municípios onde os prestadores de serviços públicos sejam regulados pela ARIS. A lista dos municípios delegatários da atribuição de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico encontra-se disponível no site da ARIS.

A consulta pública busca interagir com os cidadãos, os prestadores de serviços e a sociedade civil organizada, contribuindo para a melhor análise e discussão da matéria pela ARIS. A realização desta consulta pública se coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei n. 11.445/2007, que trata da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados.

##### 2. Início e encerramento da Consulta Pública

A Consulta Pública se iniciará às 8h30m do dia 14/05/2012 e terminará às 18h do dia 13/06/2012, mediante o intercâmbio de documentos e sugestões através do site <http://www.aris.sc.gov.br>. A documentação objeto da Consulta Pública n. 005/2012, pode ser obtida pela internet (download abaixo), na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1.546, Estreito, Florianópolis/SC ou através do e-mail [contato@aris.sc.gov.br](mailto:contato@aris.sc.gov.br). Todas as sugestões e contribuições serão devidamente analisadas pela equipe técnica da ARIS.

##### 3. Forma de participação

Qualquer pessoa física ou jurídica pode participar e contribuir no processo de Consulta Pública, sempre através do endereço eletrônico <http://www.aris.sc.gov.br>, onde existirá formulário para preenchimento do interessado.

Não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as contribuições que possuírem tal conteúdo. Todas as sugestões e contribuições devem ser identificadas com o nome completo, CPF, endereço e profissão do interessado. Caso o interessado seja pessoa jurídica, deve ser fornecido o respectivo CNPJ e o endereço da sua sede.

Ainda, toda sugestão ou contribuição deve se referir a um artigo específico da minuta da Resolução. É permitida a sugestão ou contribuição de qualquer artigo da minuta da Resolução objeto da Consulta Pública, devendo ser preenchido o formulário tantas vezes quanto for o número de sugestões ou contribuições. Não há limite de sugestões ou contribuições.

Ao final todas as sugestões e contribuições serão publicadas no sítio eletrônico da ARIS, sendo devidamente identificadas. Além disso, todas as contribuições serão objeto de análise da ARIS, publicado em relatório no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a realização da Consulta Pública.

MARCOS FEY PROBST

Diretor-geral da ARIS

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

#### Regulamento de Audiência Pública Nº 05/2012

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2012

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) e o Presidente do Conselho de Regulação da ARIS, no uso das suas atribuições legais, vêm com base no Decreto/ARIS n. 005/2010, estabelecer as regras para a Audiência Pública n. 005/2012, que tem por objeto a apresentação e discussão das sugestões apresentadas na Consulta Pública n. 005/2012, relativa à minuta da Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem.

##### 1. Objetivos

A Audiência Pública de que trata este Regulamento, aprovada na Reunião do Conselho de Regulação da ARIS realizada em 29 de março de 2012, tem por objetivo recolher dos interessados as contribuições, opiniões e sugestões sobre a minuta de Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários



dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem nos municípios onde os prestadores de serviços públicos sejam regulados pela ARIS. A lista dos municípios delegatários da atribuição de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico encontra-se disponível no site da ARIS.

A Audiência Pública busca interagir com os cidadãos, os prestadores de serviços e a sociedade civil organizada, contribuindo para a melhor análise e discussão da matéria pela ARIS. A realização desta Audiência Pública se coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos na Lei n. 11.445/2007, que trata da transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados.

## 2. Início e encerramento da Audiência Pública

A Audiência Pública n. 005/2012 ocorrerá no Auditório da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), localizado na Rua Emílio Blum nº83, Centro, Florianópolis/SC, com início às 9 horas e encerramento às 12 horas do dia 21 de junho de 2012. A Audiência Pública será realizada em sessão solene e com acesso livre e gratuito a todos os interessados.

A documentação objeto da Audiência Pública e da Consulta Pública n. 005/2012 podem ser obtidas pela internet por meio do endereço eletrônico <http://www.aris.sc.gov.br>, na sede da ARIS localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC ou através do seguinte endereço eletrônico (e-mail): [contato@aris.sc.gov.br](mailto:contato@aris.sc.gov.br).

## 3. Forma de participação

Após a apresentação do relatório da Consulta Pública n. 005/2012 pelo Diretor-geral da ARIS, serão identificados os interessados em fazer o uso da palavra, devendo o mesmo, após autorizado, identificar-se e proferir de forma sucinta sua sugestão ou colaboração. Somente poderão fazer uso da palavra as pessoas previamente identificadas e autorizadas pelo Diretor-geral da ARIS.

Não será admitido o uso ou a utilização de palavras ou expressões ofensivas ou injuriosas, sendo descartadas as contribuições que possuírem tal conteúdo.

Ainda, toda sugestão ou contribuição deve se referir, preferencialmente, a um artigo específico da minuta da Resolução sobre Procedimentos de Consultas e Reclamações dos Usuários dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Coleta, Transporte e Disposição Final de Resíduos, Limpeza Urbana e Sistema de Drenagem.

Ao final, todas as sugestões e contribuições serão publicadas no sítio eletrônico da ARIS, sendo devidamente identificadas. Além disso, todas as contribuições serão objeto de análise da ARIS, publicado em relatório no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a realização da Audiência Pública.

MARCOS FEY PROBST  
Diretor-geral da ARIS

AFONSO VEIGA FILHO  
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

## Ata da 7ª Assembleia da ARIS

ATA DA 7ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS)

Em 16 de agosto de 2011, estiveram reunidos em Chapecó, em segunda chamada (11h00m), no Auditório do Hotel Lang, localizado à Rua 7 de setembro, 150D, Centro, Chapecó/SC, os senhores Prefeitos municipais dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, atendendo ao Edital de Convocação n. 009/2011, publicado em 4 de agosto de 2011, na

edição n. 796 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), página 157, com a seguinte ordem do dia: 1) Deliberação sobre a diminuição do valor da taxa de abastecimento de água para o exercício de 2012; 2) Aprovação da criação da unidade de fiscalização da ARIS na região de Chapecó; 3) Autorização para provimento de cargos da ARIS; 4) Prestação de contas da arrecadação e das despesas do 2º trimestre do ano; 4) Deliberação sobre os valores não pagos à ARIS no exercício de 2011; e 5) Assuntos diversos. Feita a identificação pessoal dos representantes legais dos municípios consorciados, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, o Prefeito de Coronel Freitas e presidente da ARIS, Sr. Mauri José Zucco deu início aos trabalhos saudando os presentes, passando a palavra ao Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, que passou a ler o Edital de Convocação e iniciou sua fala apresentando os novos municípios consorciados, sendo seu ingresso ratificado por unanimidade dos presentes da Assembleia Geral. Foi apresentada a Prestação de Contas Parcial relativa ao 2º Trimestre de 2011, com as receitas e despesas da Agência, assim como seu detalhamento. A Assembleia Geral aprovou a Prestação de Contas Parcial relativa ao 2º Trimestre do Exercício Financeiro de 2011 por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Diretor-geral da ARIS apresentou aos presentes a projeção de receita para 2011 e 2012, decorrente da cobrança das taxas de regulação dos serviços de abastecimento de água, propondo a manutenção do valor de R\$ 0,12 (doze centavos) por habitante, sem reajustamento pelo índice de correção do INPC (IBGE), sendo estabelecidas outras duas faixas de valores, de R\$ 0,11 (onze centavos) e R\$ 0,10 (dez centavos), conforme os critérios estabelecidos pela Direção-geral, correlatos às medidas ligadas à proteção ambiental, à eficiência, ao controle de perdas, às autorizações e licenças ambientais e ao gerenciamento operacional dos prestadores de serviços, a fim de induzir os prestadores à realização de ações para a sustentabilidade dos serviços públicos e do meio ambiente, sendo aprovado por unanimidade dos presentes as taxas para o exercício de 2012 em R\$ 0,12 (taxa normal), R\$ 0,11 (taxa condicionada) e R\$ 0,10 (taxa condicionada), conforme os critérios definidos em ato do Diretor Geral da ARIS. Dando sequência, o Diretor-geral passou a abordar a criação da unidade operacional em Chapecó, junto ao Mercado Público Municipal, de modo que serão destacados para esta unidade operacional um Diretor e um Coordenador da ARIS. O Prefeito de Garuva, Sr. João Romão questionou a necessidade de um Diretor e um Coordenador para a Unidade de Chapecó, sendo informado pelo Diretor-geral que esta estrutura seria importante para permitir à unidade melhor operacionalização dos assuntos institucionais e de fiscalização de campo, principalmente diante do grande número de municípios da ARIS nas regiões Meio-Oeste, Oeste e Extremo-Oeste. Prestados os esclarecimentos, a Assembleia Geral aprovou a criação da unidade da ARIS em Chapecó por unanimidade dos votantes presentes. Em seguida a Assembleia Geral da ARIS aprovou a autorização para a nomeação dos Cargos de Diretor de Administração e Finanças, de Diretor de Regulação, de Coordenador de Normatização e Coordenador de Contabilidade, sendo que desta forma resta autorizada a nomeação de todos os cargos de livre nomeação e exoneração da ARIS, com a convalidação das nomeações já realizadas. Por fim, foi apresentada a necessidade de aditamento do convênio com a FECAM, a fim de contribuir financeiramente para a manutenção do espaço físico e da estrutura compartilhada entre a ARIS e a FECAM, sendo que a Assembleia Geral autorizou, por unanimidade dos presentes, que o Presidente da ARIS deliberasse com a Diretoria da FECAM um repasse mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensalmente, pela importância e pelo interesse público da ARIS na manutenção da sua sede junto com a sede da FECAM, nesse momento de estruturação e consolidação do consórcio público. E dando por terminada a eleição, o Diretor Geral agradeceu à presença de todos e devolveu ao Presidente da ARIS a palavra para o encerramento da Assembleia Geral. E eu, por assim ter sido designado, lavrei os presentes fatos e declaro-os como autênticos.

ERNANI MATOS  
Ouvidor da ARIS

**ATA DA 7ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS)**

Em 16 de agosto de 2011, estiveram reunidos em Chapecó, em segunda chamada (11h00m), no Auditório do Hotel Lang, localizado à Rua 7 de setembro, 150D, Centro, Chapecó/SC, os senhores Prefeitos municipais dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, atendendo ao Edital de Convocação n. 009/2011, publicado em 4 de agosto de 2011, na edição n. 796 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), página 157, com a seguinte ordem do dia: 1) Deliberação sobre a diminuição do valor da taxa de abastecimento de água para o exercício de 2012; 2) Aprovação da criação da unidade de fiscalização da ARIS na região de Chapecó; 3) Autorização para provimento de cargos da ARIS; 4) Prestação de contas da arrecadação e das despesas do 2º trimestre do ano; 4) Deliberação sobre os valores não pagos à ARIS no exercício de 2011; e 5) Assuntos diversos. Feita a identificação pessoal dos representantes legais dos municípios consorciados, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, o Prefeito de Coronel Freitas e presidente da ARIS, Sr. Mauri José Zucco deu início aos trabalhos saudando os presentes, passando a palavra ao Diretor-geral, Sr. Marcos Fey Probst, que passou a ler o Edital de Convocação e iniciou sua fala apresentando os novos municípios consorciados, sendo seu ingresso ratificado por unanimidade dos presentes da Assembleia Geral. Foi apresentada a Prestação de Contas Parcial relativa ao 2º Trimestre de 2011, com as receitas e despesas da Agência, assim como seu detalhamento. A Assembleia Geral aprovou a Prestação de Contas Parcial relativa ao 2º Trimestre do Exercício Financeiro de 2011 por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Diretor-geral da ARIS apresentou aos presentes a projeção de receita para 2011 e 2012, decorrente da cobrança das taxas de regulação dos serviços de abastecimento de água, propondo a manutenção do valor de R\$ 0,12 (doze centavos) por habitante, sem reajustamento pelo índice de correção do INPC (IBGE), sendo estabelecidas outras duas faixas de valores, de R\$ 0,11 (onze centavos) e R\$ 0,10 (dez centavos), conforme os critérios estabelecidos pela Direção-geral, correlatos às medidas ligadas à proteção ambiental, à eficiência, ao controle de perdas, às autorizações e licenças ambientais e ao gerenciamento operacional dos prestadores de serviços, a fim de induzir os prestadores à realização de ações para a sustentabilidade dos serviços públicos e do meio ambiente, sendo aprovado por unanimidade dos presentes as taxas para o exercício de 2012 em R\$ 0,12 (taxa normal), R\$ 0,11 (taxa condicionada) e R\$ 0,10 (taxa condicionada), conforme os critérios definidos em ato do Diretor Geral da ARIS. Dando sequência, o Diretor-geral passou a abordar da criação da unidade operacional em Chapecó, junto ao Mercado Público Municipal, de modo que serão destacados para esta unidade operacional um Diretor e um Coordenador da ARIS. O Prefeito de Garuva, Sr. João Romão questionou a necessidade de um Diretor e um Coordenador para a Unidade de Chapecó, sendo informado pelo Diretor-geral que esta estrutura seria importante para permitir à unidade melhor operacionalização dos assuntos institucionais e de fiscalização de campo, principalmente diante do grande número de municípios da ARIS nas regiões Meio-Oeste, Oeste e Extremo-Oeste. Prestados os esclarecimentos, a Assembleia Geral aprovou a criação da unidade da ARIS em Chapecó por unanimidade dos votantes presentes. Em seguida a Assembleia Geral da ARIS aprovou a autorização para a nomeação dos Cargos de Diretor de Administração e Finanças, de Diretor de Regulação, de Coordenador de Normatização e Coordenador de Contabilidade, sendo que desta forma resta autorizada a nomeação de todos os cargos de livre nomeação e exoneração da ARIS, com a convalidação das nomeações já realizadas. Por fim, foi apresentada a

necessidade de aditamento do convênio com a FECAM, a fim de contribuir financeiramente para a manutenção do espaço físico e da estrutura compartilhada entre a ARIS e a FECAM, sendo que a Assembleia Geral autorizou, por unanimidade dos presentes, que o Presidente da ARIS deliberasse com a Diretoria da FECAM um repasse mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensalmente, pela importância e pelo interesse público da ARIS na manutenção da sua sede junto com a sede da FECAM, nesse momento de estruturação e consolidação do consórcio público. E dando por terminada a eleição, o Diretor Geral agradeceu à presença de todos e devolveu ao Presidente da ARIS a palavra para o encerramento da Assembleia Geral. E eu, por assim ter sido designado, lavrei os presentes fatos e declaro-os como autênticos.

ERNANI MATOS  
Ouvidor da ARIS

**Ata da 9ª Assembleia da ARIS**

**ATA DA 9ª ASSEMBLEIA GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS)**

Em 19 de abril de 2012 estiveram reunidos em Florianópolis/SC, em segunda chamada (13h45m), no Auditório do Centro de Convenções de Florianópolis (CentroSul), localizado à Avenida Gustavo Richard, s/n, Baía Sul, Centro, Florianópolis/SC, os prefeitos dos municípios consorciados à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e diversas outras autoridades e agentes públicos, conforme lista de presença que acompanha a presente ata, atendendo ao Edital de Convocação n. 02/2012, publicado em 09 de 04 de 2012, na edição n. 966 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), página 368, com a seguinte ordem do dia: 1) Apresentação, pela CASAN, do Plano de Investimentos em 2012 nos municípios consorciados à ARIS; 2) Discussão e deliberação da revisão geral anual dos agentes públicos da ARIS; 3) Homologação dos novos municípios consorciados; 4) Definição da cobrança das taxas de regulação de resíduos sólidos; 5) Assuntos diversos. Composta a mesa, o Prefeito de Siderópolis e atual Presidente da ARIS, Sr. Antônio Coelho Lopes Junior deu início aos trabalhos saudando os presentes e posteriormente concedendo a palavra ao Diretor Geral da ARIS, Sr. Marcos Fey Probst que saudou os presentes, agradecendo a presença de todos, em especial, a dos prefeitos municipais e a do Diretor de Operação e Meio Ambiente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), Sr. Valter José Gallina. Em seguida, o Diretor Geral da ARIS procedeu a leitura do Edital de Convocação, mostrando a atual abrangência da ARIS, que hoje consorcia 117 (cento e dezessete) municípios catarinenses, com leis devidamente publicadas. Deu sequência à sua fala com a apresentação da saúde financeira da Agência, apresentado a prestação de contas do exercício financeiro de 2012, que possui, em seu primeiro semestre, receita arrecadada de R\$ 557.974,75, (quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) e despesas de R\$ 312.355,43 (trezentos e doze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), resultando um saldo financeiro de R\$ 245.619,32 (duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e trinta e dois centavos); além desta quantia, a ARIS possui um saldo bancário de R\$ 1.041.496,81 (um milhão, quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), que demonstram a viabilidade do projeto e a boa saúde financeira da ARIS. Feitas essas breves colocações sobre a situação da ARIS, o Diretor passou às deliberações da pauta. Quanto à revisão geral anual, devido ao fato de 2012 ser ano eleitoral, em observância ao que dispõe a Lei n. 9.504/97, em seu art. 73, inc. VIII, e com o intuito de evitar a revisão de um período quebrado, ficou deliberado que a revisão de remuneração dos agentes da ARIS está postergada para abril de 2013, ano em que será feita a revisão geral considerando os meses defasados de 2011 a 2013.



Quanto à cobrança das taxas de resíduos sólidos, o Diretor Geral explicou que a ARIS já iniciou os trabalhos de regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, sendo que, até o momento, a fiscalização da destinação final dos resíduos foi realizada em dois aterros sanitários localizados em São Bento do Sul e Mafra, e já existe um cronograma de visitas aos demais aterros. Mas a regulação dessa área abrange também outros serviços, como os de limpeza das vias públicas, coleta e transporte dos resíduos, os quais gerariam a cobrança de taxas ao município. O Presidente da ARIS, após a apresentação pelo Diretor Geral do cenário dos resíduos sólidos aos senhores prefeitos consorciados, propôs à Assembleia Geral a deliberação no sentido do início da cobrança de taxa de regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos a partir de janeiro de 2013, após aprovação em nova Assembleia Geral a ser realizada no primeiro mês de 2013, sendo que tal medida restou aprovada por unanimidade dos membros presente da Assembleia Geral. Quanto à homologação dos novos municípios consorciados, ficou aprovado, por unanimidade dos presentes na Assembleia Geral, o ingresso de todos os novos municípios consorciados, que totalizam 117. Após essas deliberações, o Diretor Geral esclareceu e explicou as razões da Deliberação/ARIS n.001/2012, que autorizou a CASAN promover a majoração tarifária em 8,6% (oito vírgula seis por cento), de forma linear em todas as faixas de consumo, a todos os municípios atendidos pela companhia que pertencem à ARIS, sendo válido a partir de 15 de maio de 2012. Essa autorização foi dada com base em estudos dos documentos apresentados pela prestadora como justificativa ao reajuste, sendo que foram colocadas como condicionantes à Companhia Estadual o cumprimento das seguintes determinações: 1) Regularização das não conformidades constantes nos Relatórios de Fiscalização já elaborados pela ARIS, dentro do prazo concedido; 2) Cumprimento das metas e investimentos previstos nos Planos Municipais de Saneamento Básico, naqueles municípios já contratualizados; 3) Realização de ações concretas para a melhor eficiência da concessionária, especialmente para a diminuição das perdas de água no sistema, ampliação e modernização da micromedição e para o melhor aproveitamento energético; 4) Encaminhamento à ARIS de todos os documentos e informações sobre as receitas, despesas e resultados financeiros nos municípios regulados e fiscalizados pela ARIS; e 5) Maior transparência na forma de composição tarifária, identificando o peso de cada despesa na composição do custo médio do serviço prestado (valor médio do m<sup>3</sup>). O Diretor Geral acrescentou que a ARIS está em processo de contratação de consultoria especializada, por inexigibilidade de licitação, para dar suporte à agência na análise contábil e econômica do mencionado pleito da CASAN, a fim de identificar eventuais inconsistências, analisar o equilíbrio financeiro e propor uma melhor estruturação e detalhamento dos futuros pleitos tarifários da concessionária estadual. Após se encarregar de encaminhar uma cópia do documento de autorização mencionado a cada prefeito municipal consorciado à ARIS cuja CASAN seja a prestadora de serviços. O Presidente da ARIS deu seguimento à Assembleia Geral, passando a palavra ao Diretor de Operação e Meio Ambiente da CASAN, Eng. Valter José Gallina, que explicou sobre o Plano de Investimentos da companhia em 2012 para os municípios consorciados à ARIS. O Eng. Gallina agradeceu, primeiramente, a oportunidade de participar da Assembleia Geral da ARIS, ratificando a importância da ARIS e o bom entendimento entre o corpo técnico da concessionária e da entidade de regulação, se colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos. Em seguida, discursou sobre os recursos buscados e alcançados junto às instituições nacionais e internacionais para investir numa melhor operação nos sistemas da CASAN e em novas estruturas de saneamento, exemplificando os casos concluídos, em andamento e previsões futuras de investimentos que garantam uma maior qualidade dos serviços e da vida das comunidades atendidas pela concessionária. Ressaltou melhorias nos municípios de Bombinhas, Anchieta, Chapecó e Concórdia, conforme indagações feitas pelo Prefeito de Bombinhas, Sr. Manoel

Marcílio dos Santos, por representantes do Poder Executivo de Concórdia e pelo próprio Diretor Geral da ARIS. Nos assuntos gerais, o Diretor Geral leu a todos a carta de renúncia encaminhada, em 09 de abril de 2012, pelo Prefeito de Xanxerê, Sr. Bruno Bortoluzzi acerca da sua participação como membro do Conselho de Administração da ARIS, em decorrência da sua desincompatibilização para as eleições deste ano, de modo que desde aquela data não mais consta como membro do Conselho de Administração da ARIS. Antes do encerramento da Assembleia Geral da ARIS, foi feita uma homenagem, em nome de todos os prefeitos e do corpo técnico da ARIS, ao Prefeito do Município de Coronel Freitas, Sr. Mauri José Zucco, com a entrega, pelo atual Presidente da ARIS e Prefeito de Siderópolis, Sr. Antônio Coelho Lopes Junior; de placa de agradecimento e reconhecimento ao Sr. Mauri José Zucco por ter sido o 1º Presidente da ARIS, que graças ao seu empenho possibilitou a mesma ser referência no cenário da regulação do saneamento em Santa Catarina. Inexistindo interessados no uso da palavra, o Presidente da ARIS deu por encerrada a Assembleia Geral da ARIS e eu, por assim ter sido designada, lavrei os presentes fatos e declaro-os como autênticos.

ERNANI MATTOS  
Ouvidor da ARIS

MARCOS FEY PROBST  
Diretor Geral da ARIS

## CIGA

### Extrato Contrato 109 - PGT - São Miguel do Oeste

Extrato de Contrato nº 109/2012

Programa de Gestão Tributária - São Miguel do Oeste

CONTRATANTE: Município de São Miguel do Oeste

CNPJ: 82.821.174/0001-80

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 120/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, para gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN); e gestão da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 23 de abril de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA